UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO

A reconstrução da área a nascente do Plano da Baixa de Lisboa depois do Terramoto de 1755

Joana Rosa Graça da Motta Fernandes Alegria

Orientador: Doutor António Manuel Candeias de Sousa Gago

Co-orientador: Doutora Maria Helena Marcelo Ribeiro dos Santos

Tese aprovada em provas públicas para obtenção do Grau de Doutor em

Arquitectura

Qualificação atribuída pelo Júri: Aprovada

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO

A reconstrução da área a nascente do Plano da Baixa de Lisboa depois do Terramoto de 1755

Joana Rosa Graça da Motta Fernandes Alegria

Orientador: Doutor António Manuel Candeias de Sousa Gago

Co-orientador: Doutora Maria Helena Marcelo Ribeiro dos Santos

Tese aprovada em provas públicas para obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura

Qualificação atribuída pelo Júri: Aprovada

Júri

Presidente: Doutora Ana Cristina dos Santos Tostões, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

Doutora Maria Raquel Henriques da Silva, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Doutor Rui Pedro Mexia Lobo, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

Doutor António Manuel Candeias de Sousa Gago, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Doutor João Rosa Vieira Caldas, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

INSTITUIÇÃO FINANCIADORA

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

2018

RESUMO

Pretendeu-se estudar o processo de reconstrução levado a cabo depois do sismo de 1755 na área da cidade de Lisboa limitada a poente pela Rua da Madalena, a nascente pela linha definida pela Rua da Padaria e Calçada do Correio, a sul pela Rua da Alfândega e a norte pelo Largo do Caldas, Chão do Loureiro e Rua de São Mamede. Trata-se de uma área plena de marcas históricas com características urbanas particulares, cuja malha urbana se distingue claramente, a poente, da malha ortogonal da Baixa reconstruída segundo o Plano de 1758 e a norte e nascente da malha orgânica da cidade antiga anterior a 1755 que se conserva ainda hoje praticamente inalterada.

Estas características relacionadas com a omissão que as instruções do Plano de 1758 fazem desta área, a diferença de tratamento estabelecida pela Lei de 12 Maio de 1758 para a área abrangida pelo Plano e a área onde se previa apenas o conserto e o melhoramento das ruas, a variedade de propostas desenhadas produzidas durante o período de reconstrução da cidade, que traçam já a estrutura geral urbana mais tarde edificada, levantavam várias dúvidas sobre como terá decorrido o processo de reconstrução desta área, qual terá sido a solução estabelecida para a reconstrução desta área no contexto geral da reedificação da cidade e como é que esta terá evoluído até chegar ao que foi de facto edificado. Estarão aquelas interrogações relacionadas com a permanência e articulação entre o antigo e o novo assente num compromisso entre o que subsistia da cidade antiga e a nova arquitectura para ela definida, ou seja, entre as práticas urbanísticas e edificatórias pré-terramoto – a Tradição - e o Plano de reconstrução de uma nova cidade – a Inovação?

As questões que se colocam relativamente ao processo de reconstrução desta área, caracterizam-na desde logo como singular no contexto da reedificação da cidade levada a cabo depois do sismo de 1755 e por isso muito pertinente como objecto de estudo, nomeadamente do ponto de vista do conhecimento da edificação pós-terramoto das áreas periféricas à Baixa.

Palavras-chave: Baixa, Plano de 1758, Reconstrução de Lisboa, Sismo de 1755.

ABSTRACT

It was intended to study the process of reconstruction carried out after the earthquake of 1755 in the area of the city of Lisbon limited to the oest by Rua da Madalena, to the east by Rua da Padaria and Calçada do Correio, to the south by Rua da Alfândega and to the north by Largo do Caldas, Chão do Loureiro and Rua de São Mamede. It is an area with particular urban characteristics, whose urban mesh clearly distinguishes itself from the orthogonal layout of Baixa, reconstructed according to the Plan of 1758, and the organic mesh of the 1755 old city that is still conserved today hardly unchanged.

These characteristics related to the omission that the instructions of the 1758 Plan make of this area, the difference of treatment established by the Law of May 12th 1758 for the area covered by the Plan and the area where only repair and improvement of the streets was envisaged, the variety of existing proposals for the reconstruction of this area that already trace the general urban structure later built, raised doubts about how did the process of reconstruction of this area happen, what was the solution established for the its reconstruction in the context of the reconstruction of the city and how did it evolve until it was built. Could those questions be related to the permanence and articulation between the old and the new, based on a compromise between the remains of the old city and the new architecture, that is, between urban and pre-earthquake practices - Tradition - and the new Plan - Innovation?

The questions that arise regarding the process of reconstruction of this area characterize it as a singular case in the context of the reconstruction of the city carried out after the earthquake of 1755 and therefore very pertinent as object of study, namely from the point of view of the knowledge of the post-earthquake behaviour of the peripheral areas of Baixa.

Key words: Lisbon reconstruction, 1755 earthquake, 1758 Plan.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor António de Sousa Gago sempre ao meu lado e pronto a ajudar.

À Professora Maria Helena Ribeiro dos Santos sem a qual não teria conseguido encontrar o caminho certo para desenvolver este trabalho.

Aos técnicos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e especialmente aos da Biblioteca e Arquivo do Tribunal de Contas pela dedicação e simpatia.

À minha mãe que acredita sempre em mim.

Ao Miguel que me atura todos os dias.

Para os meus filhos, Pedro e Manuel.

Doutoramento realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia

Referência SFRH / BD / 77918 / 2011.

ÍNDICE GERAL

I INTRODUÇÃO 1

1.1 OBJECTO DE ESTUDO 3

1.2 OBJECTIVOS 5

1.3 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO 8

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 10

1.5 ESTADO DA ARTE 12

II A CIDADE ANTIGA E O SISMO DE 1755 17

2.1 ENQUADRAMENTO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E DE SÃO MAMEDE ATÉ 1755 19

2.2 A DESTRUIÇÃO E OS DANOS CAUSADOS PELO SISMO DE 1755 35

2.3 CONCLUSÕES 46

III O PLANEAMENTO DA RECONSTRUÇÃO E O PLANO DE 1758 47

3.1 DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS 49

3.2 TRAÇADO 55

A. Dissertação de Manuel da Maia 61

B. *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa arruinada também segundo o desenho dos arquitectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel* 66

C. Planos de trabalho 1 e Plano de trabalho 2 67

D. Plantas das freguesias estabelecidas pela remodelação paroquial de 1770. 86

Planta da freguesia da Madalena e *Planta da freguesia de S. Cristóvão* 86

E. *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755* 91

F. *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte d'Alcantara, até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio ate ao Collegio dos Religiozos/ Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pereira. Tudo debanho vermelho he o que se conserva antigo; e vermelho mais vivo denotão as Igrejas: Obanho amarelo, o Projecto do novo Plano, e o amarelo mais vivo as Igrejas novas.* 94

3.3 CONCLUSÕES 97

IV A ADJUDICAÇÃO DOS TERRENOS..... 101
4.1 PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DOS TERRENOS 103
4.1.1 Sistema de equivalências e regularização de terrenos 103
4.1.2 Localização dos novos lotes e correspondência entre ruas antigas e novas 113
4.1.3 Valores das ruas 119
4.1.4 Proprietários..... 125
4.1.5 Preenchimento da nova Planta da Cidade 129
4.2 DATAÇÃO DAS ADJUDICAÇÕES DE TERRENOS E ALINHAMENTO DAS RUAS..... 132
4.2.1 Alinhamento das ruas no contexto do Plano de 1758 138
4.3 CONCLUSÕES..... 142

V A EDIFICAÇÃO DOS TERRENOS 143
5.1 DA ADJUDICAÇÃO À EDIFICAÇÃO..... 145
5.1.1 Correcções nos lotes adjudicados..... 145
5.1.2 Mudança de localização de lotes 149
5.1.3 Vendas de terrenos em hastas públicas..... 150
5.2 EDIFICAÇÃO..... 161
5.2.1 Proprietários e ocupantes..... 161
5.2.2 Prospectos e hierarquia das ruas 171
5.2.3 Datação e ritmos de construção 179
5.3 ESTUDO DE CASOS 192
5.3.1 Pedro Roiz Ferreira e a abertura do Largo de Santo António 192
5.3.2 Roiz Caldas e Gillardi na Rua da Madalena 202
5.4 CONCLUSÕES..... 209

VI CONCLUSÃO 211

FONTES E BIBLIOGRAFIA 219

ANEXOS..... 227
ANEXO 1 - Mapa da Rua da Madalena 229
ANEXO 2 - Mapa da Rua da Padaria 231
ANEXO 3 - Quadro de adjudicações de terrenos na Rua da Madalena..... 233

ANEXO 4 - Quadro de adjudicações de terrenos na Rua da Padaria, Rua Nova da Sé e Rua de São Crispim 235
ANEXO 5 - Quadro de adjudicações de terrenos na Rua de São Mamede 237
ANEXO 6 - Quadro de edificação na freguesia de Santa Maria Madalena..... 239
ANEXO 7 - Quadro de edificação na freguesia de São Mamede 241
ANEXO 8 - Transcrição de documentos antigos 243

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMOP	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
AML	Arquivo Municipal de Lisboa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ATC	Arquivo do Tribunal de Contas
BL	Bairro do Limoeiro
BNE	Biblioteca Nacional de Espanha
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BRN	Bairro da Rua Nova
CML	Câmara Municipal de Lisboa
DGEMN	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
IGP	Instituto Geográfico Português
GEAEM/DIE	Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Departamento de Infraestuturas do Exército
MC	Museu da Cidade

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO I

Figura. 1.1 **Enquadramento e marcação da área de estudo na vista aérea da Baixa da cidade**. Em Google Maps - **p.3**

Figura 1.2 **Relevo e enquadramento da área de estudo na cidade reconstruída depois do sismo de 1755**. Desenho da autora sobre planta da cidade da CML – **p. 4**

CAPÍTULO II

Figura 2.1 **Fragmento da planta de João Nunes Tinoco, 1650.** MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.DES.1084. Publicado em SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa: CML, 1987, Estampa II – **p. 25**

Figura 2.2 **Fragmento da panorâmica de Lisboa do século XVI de Georgio Braunio.** Legenda da planta: 69 *Porta ripe vulgo Porta da Ribeira*; 12 *Platea q vulgo pilouinho velho dicitur*; 70 *Porta q. dicitur Portagem*; 106 *Tem. S. Sebastiani da Padaria*; 81 *Tem. S. M. Magdalene*; 121 *Sacellum D. N. consolationis super portam ferro*; 41 *Porta ferri*; 47 *Porta alfofae*. MC, Colecção Gravura, Ref: MC.GRA.1691. Publicado em SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa: CML, 1987, Estampa VII - **p. 26**

Figura 2.3 **Planta de Ferreira de Andrade.** Planta Anexa a ANDRADE, Ferreira de, *A freguesia de S. Cristóvão, Subsídios para a história das suas ruas, palácios e igreja paroquial*, Lisboa: CML, 1944 - **p. 30**

Figura 2.4 **Fragmento da planta *Configuração de partes das Fortificações antiguas da Cidade de Lisboa que presentemente existem...* anterior ao terramoto.** MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.DES.976. Publicado em SILVA, A. Vieira da, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa: CML, 1950, Planta nº 3. Disponível em http://purl.pt/18566 e http://purl.pt/27804 - **p. 33**

Figura 2.5 **Reconstituição da área de estudo em 1755 com os nomes das ruas.** Desenho da autora baseado nas plantas anteriores ao sismo acima referidas - **p. 34**

Figura 2.6 **Ruas e propriedades das freguesias da Madalena, S. Mamede e parte de S. Cristóvão segundo a *Décima* de 1762**. Desenho da autora sobre planta da CML e malha antiga (Figura 2.5) – **p. 45**

CAPÍTULO III

Figura 3.1 **Mapa cadastral dos terrenos adjudicados na Rua da Madalena.** Desenho da autora – **p. 57**

Figura 3.2 **Mapa cadastral dos terrenos adjudicados na Rua da Padaria.** Desenho da autora – **p. 59**

Figura 3.3 **Planos entregues na última parte da Dissertação de Manuel da Maia.** Plano nº 1 elaborado por Pedro Gualter da Fonseca e Francisco Pinheiro da Cunha, GEAEM/DIE, Ref: 2343-GEAEM/DIE; Plano nº 2 elaborado por Elias Sebastião Pope e José Domingos Pope, GEAEM/DIE, Ref: 23444-GEAEM/DIE; Plano nº 3 elaborado por Eugénio dos Santos de Carvalho e António Carlos Andrea, MC, Ref: MC.DES.979; Plano nº 4 elaborado por Pedro Gualter da Fonseca, GEAEM/DIE, Ref: 2346-GEAEM/DIE; Plano nº 6 (?) elaborado por Elias Sebastião Pope, GEAEM/DIE, Ref: 2345-GEAEM/DIE. Planos publicados em Santos, M. H. *El Proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVII*, Vol. II, 2012 – **p. 63 a 65.**

Figura 3.4 ***Planta Topográfica da Cidade de Lisboa arruinada também segundo o desenho dos arquitectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel***. MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.35. Publicada em SILVA, A. Vieira da, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa: CML, 1950, Planta nº 2. Disponível em http://purl.pt/27804 - **p. 66**

Figura 3.5 **Plano de trabalho 1**. IGP, Sem Título, Ref: CA 354 – **p. 69**

Figura 3.6 **Plano de trabalho 2.** IGP, Sem título, Ref: CA 355 – **p. 70**

Figura 3.7 **Troço da muralha da cidade da Torre da Escrevaninha à Porta da Alfofa**. SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa: CML, 1987, Estampa IV. – **p. 71**

Figura 3.8 **Eixos da área de estudo em 1755 e segundo o Plano de trabalho 2**. Desenho da autora sobre a malha antiga – **p. 72**

Figura 3.9 ***Plano que marca a direcção ou uso que deve haver do Largo da Madalena até às casas da Senhora da Murça junto ao Arco de São Pedro de Alfama, em cuja se vê em banho amarelo amarela a forma que o Planta Geral da Cidade dava para o sítio da Nova Igreja da Madalena, e agora em banho preto mostra a forma que deve seguir para se conservar a Igreja velha inteiramente***. MC, Ref: MC.DES.1420. Publicada em SANTOS, M. H. (2012), op. cit – **p. 74**

Figura 3.10 **Esquema do Plano de trabalho 1 e do Plano de trabalho 2 sobre a malha de 1755.** Desenho da autora sobre Plano de trabalho 1 e 2, e malha antiga – **p. 75**

Figura 3.11 **Adjudicações de terrenos feitas durante os anos 60 sobre o Plano de trabalho 2.** Desenho da autora sobre Plano de trabalho 2 – **p. 77**

Figura 3.12 **Pormenor da *Rua que ainda se não abriu* traçada no Plano de trabalho 2 e prospectos das casas que João Caldas edificou com frente para aquela rua.** Desenho da autora sobre Plano de trabalho 2. Prospectos em AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), Lisboa: CML, 1999, Prospectos nº 58 e 60 – **p. 79**

Figura 3.13 **Pormenor da rua que parte da Rua de São Mamede até à *Rua de entremeio que ainda está por abrir* e prospectos para a Rua de São Mamede e para a dita rua.** Desenho da autora sobre Plano de trabalho 2. Prospectos em AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospectos nº 57, 59 e 61 – **p. 81**

Figura 3.14 **Pormenor da rua de *Rua de entremeio que ainda está por abrir* e prospectos do lado nascente da Rua da Madalena.** Desenho da autora sobre Plano de trabalho 2. Prospectos em AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospectos nº 8 e 9 – **p. 83**

Figura 3.15 **Pormenor do terreno do lado poente da Rua da Madalena destinado à Igreja de S. Nicolau e *Prospecto da Rua da Madalena entre a Travessa da Conceição e o antigo largo do Ximenes* que deixa um terreno para a dita Igreja.** Desenho da autora sobre Plano de trabalho 2. Prospectos em AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospectos nº 6 – **p. 85**

Figura 3.16 **Planta da freguesia da Madalena e Planta da freguesia de São Cristóvão.** ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 153, Livro das Plantas das freguesias de Lisboa*, fols. 55 e 58. Publicado em SANTANA, Francisco, *Lisboa na segunda metade do século XVIII* (plantas e descrições das suas freguesias), CML – **p. 87**

Figura 3.17 **Adjudicações feitas durante os anos 70 sobre as plantas das freguesias da Madalena e de São Cristóvão de 1770.** Desenho da autora sobre as ditas plantas (Figura 3.16) – **p. 88**

Figura 3.18 **Terreno adjudicado ao Correio Mor segundo dimensões referidas no *Termo de Adjudicação* e Projecto das casas do Marquês de Pombal.** *Termo de Adjudicação* em ANTT*, Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova*, Livro de *Adjudicações e Posses,* fol. 274v; Projecto de casas para o Conde Oeiras a edificar no quarteirão com frente para a Rua Nova da Sé, Rua de São Crispim, Rua de Grão Prior e Calçada do Correio no AHMOP. Publicado em BARREIROS, Maria Helena (2004) ""Casas em cima de casas". Apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina", *Monumentos*, n º 21, Lisboa: DGEMN, págs. 88 - 97 – **p. 90**

Figura 3.19 ***Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755***. BNE, Fondo Antiguo, Ref: MR/43/66. Disponível em http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000070373 - **p. 92**

Figura 3.20 **Adjudicações feitas no início de 80 sobre a *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755.*** Desenho da autora sobre a dita planta (Figura 3.19) – **p. 93**

Figura 3.21 **Detalhe da *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte d'Alcantara, até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio ate ao Collegio dos Religiozos/ Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pedreira. Tudo de banho vermelho he o que se conserva antigo; e vermelho mais vivo denotão as Igrejas: O banho amarelo, o Projecto do novo Plano, e o amarelo mais vivo as Igrejas novas.*** MC, Colecção Cartográfica, Ref: MC.GRA.495. Publicado em SILVA, A. Vieira da, *Plantas Topográficas de Lisboa*, CML, Lisboa, 1950, Planta nº 4. Disponivel em http://purl.pt/27804 - **p. 94**

Figura 3.22 **Adjudicações feitas depois de 1785 sobre a *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte…*** Desenho da autora sobre a dita planta (Figura 3.21) - **p. 96**

CAPÍTULO IV

Figura 4.1 **Adjudicação de terreno na Rua da Madalena a António Borges segundo o *Termo de Adjudicação Obrigação e Posse***. ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 47. *Prospecto do 1º Quarteirão da Rua da Madalena do Lado do Nascente principiando no Ang.º da Travessa que divide as casas de João de Almada*, AML*, Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto n.º 8 – **p. 105**

Figura 4.2 **Localização das propriedades antigas e novas.** Desenho da autora sobre planta CML e malha antiga – **p. 117**

Figura 4.3 **Esquema da localização de propriedades de 1755 na Rua da Fancaria entre a Rua da Padaria e a Rua das Carneçarias.** Desenho da autora sobre planta da CML e malha antiga – **p. 118**

Figura 4.4 **Quadro de valores por palmo de frente de terrenos adjudicados na área de estudo e esquema de gradação por cores.** Desenho da autora sobre Plano de trabalho 2 e planta da CML – **p. 122**

Figura 4.5 **Quarteirões da área de estudo ocupados inteiramente, ou quase, por um único proprietário.** Desenho da autora sobre planta da CML – **p. 128**

CAPÍTULO V

Figura 5.1 **Terrenos arrematados após o Decreto de 6 Março de 1769 segundo os *Termos de Adjudicação* dos terrenos.** Desenho da autora – **p. 151**

Figura 5.2 **Alterações da estrutura de divisão em lotes do quarteirão da Rua da Madalena entre a Rua de São Julião e a Rua da Conceição desde a adjudicação até à edificação dos terrenos.** Desenho e fotografias da autora. Prospectos em AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospectos nº 7 e 16 – **p. 154**

Figura 5.3 **Alterações da estrutura de divisão em lotes na Rua da Madalena a norte da Rua da Conceição**. Desenho e fotografias da autora. Prospectos em AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino.*

Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846), VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 6 e 17 – **p. 158**

Figura 5.4 **Mapa de ocupação dos edifícios da área de estudo segundo o primeiro registo na *Décima da Cidade*.** Desenho da autora sobre planta da CML – **p. 163**

Figura 5.5 ***Prospecto que compreende o sítio desde a Travessa da Conceição até ao largo antigamente chamado de Ximenes na Rua da Madalena.*** AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 6 – **p. 173**

Figura 5.6 ***Prospecto das casas do M.^{m} e Excell.^{mo} S.^{nr} Marquês de Pombal manda edificar na Rua Nova da Sé.*** AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 52 – **p. 173**

Figura 5.7 ***Prospecto das casas do M.^{mo}. e Excell.^{mo} S.^{nr} Marquês de Pombal na Rua de São Crispim***. AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 53 – **p. 174**

Figura 5.8 ***Prospecto das casas de João Roiz Caldas que pela banda da Rua que vai do Terreirinho do Ximenes para S. Mamede***. AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 58 – **p. 174**

Figura 5.9 **Duas propriedades edificadas por Vilas Boas na Rua da Madalena lado nascente junto ao Largo do Caldas.** Fotografia da autora – **p. 176**

Figura 5.10 **Edifícios dos Pedreiras, Pereira, Paulo Jorge e Barão de Quintela edificados no início do século XIX**. Fotografias da autora – **p. 177 e 178**

Figura 5.11 **Ruas e propriedades das freguesias da Madalena, S. Mamede e parte de S. Cristóvão segundo a *Décima* de 1765**. Desenho da autora sobre planta da CML e malha antiga – **p. 181**

Figura 5.12 **Datação e propriedade do edificado segundo a *Décima da Cidade*.** Desenho da autora sobre planta da CML – **p. 188**

Figura 5.13 **Fragmento da planta da cidade de Lisboa de Eduardo Fava, 1807**. Duarte José Fava, *Carta topographica de Lisboa e seus subúrbios comprehendendo*..., 1807, Biblioteca Nacional. Disponível em http://purl.pt/21796 – **p. 189**

Figura 5.14 **Fragmento da Planta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque, 1856.** ALMEIDA, I., RAMALHO, M. T. *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa. Sob a direcção de Filipe Folque: 1856 - 1858*, Lisboa: CML, 2000 – **p. 190**

Figura 5.15 **Planta de Goulart, 1879-1905**. *Levantamento topográfico de Francisco e César Goullard:* planta n.º 57, Arquivo Municipal – **p. 191**

Figura 5.16 **Marcação a cinzento do terreno adjudicado a Pedro Rodrigues Ferreira em 1782**. Desenho da autora sobre *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755* (Figura 3.19) BNE, *Fondo Antiguo*, Ref: MR/43/66; e planta da CML – **p. 193**

Figura 5.17 **Marcação do edifício de Pedro Roiz Ferreira com entrada pela Rua de Grão Prior registado na *Décima* em 1786**. Desenho da autora sobre *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755* (Figura 3.19) BNE*, Fondo Antiguo,* Ref: MR/43/66*;* e planta da CML – **p. 194**

Figura 5.18 **Marcação da área acrescentada em Maio de 1787**. Desenho da autora sobre *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755* (Figura 3.19) BNE, *Fondo Antiguo*, Ref: MR/43/66; e planta da CML – **p. 194**

Figura 5.19 **Marcação do terreno adjudicado a Pedro Roiz Ferreira na *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755*.** Desenho da autora sobre a dita planta, BNE, *Fondo Antiguo*, Ref: MR/43/66 – **p. 195**

Figura 5.20 **Terreno adjudicado na Rua de São Mamede em Junho de 1787 e área que sobrou da adjudicação na Rua Nova da Sé**. Desenho da autora sobre *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755* (Figura 3.19) BNE, *Fondo Antiguo*, Ref: MR/43/66; e planta da CML – **p. 196**

Figura 5.21 **Os três terrenos edificados por Pedro Roiz Ferreira e como são actualmente no Largo de Santo António.** Desenho da autora sobre planta da CML – **p. 198**

Figura 5.22 ***Fragmento de Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte***…. MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.495 - **p. 198**

Figura 5.23 ***Prospecto para as casas que edifica Pedro Rodrigues na frente da Praça de Sto António, fazendo fundo até à Rua do Gran Prior***. AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 56 – **p. 199**

Figura 5.24 **Fachada do quarteirão edificado por Pedro Roiz Ferreira de frente para o Largo de Santo António nos dias de hoje**. Imagem do Google Maps – **p. 199**

Figura 5.25 **Fragmento do Plano de trabalho 2 com a marcação dos dois lotes de terreno adjudicados de frente para a Rua da Madalena e para a rua que estava previsto abrir-se.** Plano de trabalho 2 em IGP, Sem título, Ref: CA 355 – **p. 203**

Figura 5.26 **Prospecto do *2º Quarteirão da Rua da Madalena da parte do nascente*.** AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 9 – **p. 204**

Figura 5.27 **Adjudicação dos terrenos na rua que se previa abrir segundo o Plano de trabalho 1 e 2 e alterações posteriores até à edificação do quarteirão.** Desenho da autora sobre Plano de trabalho 2 e planta da CML. Prospecto em AML, *Chancelaria Régia, Cartulário Pombalino*. Publicado em *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 9 – **p. 206**

Figura 5.28 **Planta posterior a 1785 onde a Travessa que se previa abrir já não é representada**. *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte*… MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.495 - **p. 207**

O sítio mais insignificante, a serventia mais excêntrica, a azinhaga mais abandonada da capital, têm história, como de resto sucede a tudo quanto existe.

Luís Pastor de Macedo em *A Rua da Pedras Negras*

I INTRODUÇÃO

1.1 OBJECTO DE ESTUDO

O objecto de estudo é a área da cidade de Lisboa limitada a poente pela Rua da Madalena, a nascente pela linha definida pela Rua da Padaria, Calçada do Correio e Escadinhas de São Crispim, a sul pela Rua da Alfândega e a norte pelo Largo do Caldas, Chão do Loureiro e Rua de São Mamede. Esta área, que será referida como área de estudo, corresponde a parte do território da freguesia de Santa Maria Madalena, ao território da freguesia de São Mamede e a parte do território da freguesia de São Cristóvão anterior ao terramoto de 1755, um tecido muito antigo, testemunho da evolução e crescimento da cidade desde o início da sua edificação e plena de marcas históricas. Trata-se de uma área com características urbanas particulares, cuja malha urbana se distingue claramente, a poente, da malha ortogonal da Baixa reconstruída segundo o Plano de 1758 na sequência do sismo de 1755, e a norte e nascente da malha orgânica da cidade antiga anterior a 1755 que se conserva hoje praticamente inalterada.



Figura 1.1 Enquadramento e marcação da área de estudo na vista aérea da Baixa da cidade.



Figura 1.2 Relevo e enquadramento da área de estudo na cidade reconstruída depois do sismo de 1755.

1.2 OBJECTIVOS

O objectivo da investigação é o estudo do processo de reconstrução da área de estudo depois do sismo de 1755. Na sequência do terramoto de 1755, seguido de um grande incêndio e tsunami, que destruiu grande parte da cidade de Lisboa, foi traçado um Plano de reconstrução global da cidade que integrou questões urbanísticas, de arquitectura e estrutura dos edifícios, estandardização dos materiais de construção e elementos decorativos.

A Lei de 12 de Maio de 1758[1] estabelece o enquadramento legal do futuro Plano de reconstrução e constitui duas situações distintas. Para os bairros onde os edifícios *foram abrasados e demolidos* devem-se alinhar as ruas *com a rectidão e largura competentes à comodidade dos seus habitantes, e ao serviço dos que por elas passam*, e para os outros Bairros *cujos edifícios ficaram no estado de admitirem concerto* devem-se apenas melhorar as ruas *aos ditos respeitos, quanto for possível*. Determina-se que os proprietários de terrenos abrangidos pela primeira situação devem reconstruir no prazo de cinco anos em conformidade com o *novo Plano regular e decoroso* que virá a ser lançado a 12 de Junho de 1758[2].

Este Plano dá instruções sobre como *regular o Alinhamento das Ruas, e reedificação das casas* e estabelece como área de abrangência os terrenos situados entre a Rua Nova do Almada e a Rua da Padaria, a poente e nascente, e entre o Rossio e o Terreiro do Paço, a norte e sul. No geral, determina que se tracem três ruas principais perpendiculares ao Terreiro do Paço, que serão as actuais ruas do Ouro, Augusta e Prata, que deverão ser intersectadas pelas Travessas, criando um sistema ortogonal de quarteirões. Refere ainda como proceder em várias áreas e ruas da cidade, de São Roque às Portas de Santa Catarina, mas é omisso relativamente ao traçado da área que ficará entre a nova Rua da Madalena e a Rua da Padaria incluindo estas duas ruas, ou seja não menciona o traçado da área de estudo. Aparentemente esta omissão sugere que esta área se incluiria na segunda situação definida pela Lei de 12 de Maio de 1758, ou seja, nos bairros da cidade para os quais estava previsto apenas o conserto das propriedades e melhoramento das ruas e não um novo alinhamento, regularização e distribuição de novos terrenos.

As instruções do Plano eram acompanhadas por uma planta que traçava o novo desenho da cidade segundo a qual deveriam ser alinhadas as novas ruas e distribuídos os novos terrenos para

---

[1] SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações. Legislação de 1750 a 1762,* Lisboa: Tipografia Maigrense, 1830, págs. 605-608; Providência XIV-VIII em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…*, págs. 328-336.

[2] FREITAS, Joaquim Inácio de. *Colecção Cronológica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, Publicadas em 1603. Tomo II. Que compreende o Reinado Senhor D. José I até o ano de 1761 inclusivamente*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819, págs. 87-100; Providência XIV-IX em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto...,* págs. 337-351.

serem reedificados. Esta planta, referida como *Planta número 5, configuração 10*, ter-se-á perdido. A planta[3] que tem vindo a ser considerada como o desenho final do Plano traça a cor de rosa a malha anterior ao sismo e o novo desenho da cidade que consiste numa malha ortogonal que define um sistema de quarteirões entre duas grandes praças, o Terreiro do Paço e o Rossio, a amarelo. Esta malha prolonga-se a poente em direcção à colina de São Francisco, para lá da Rua Nova do Almada, mas do lado nascente não vai até à Rua da Padaria, o limite nascente do Plano estabelecido pelas instruções de 12 Junho de 1758, pára antes abruptamente na futura Rua da Madalena. No entanto, a área entre a Rua da Madalena e a Rua da Padaria, prolongando-se para norte pela Calçada do Correio até à Costa do Castelo, ou seja, a área de estudo, destaca-se quer do novo desenho, quer da malha anterior ao sismo por não estar colorida nem a cor de rosa nem a amarelo, sugerindo que o quer que estivesse previsto fazer com aquela área depois do sismo seria diferente do que estava previsto fazer na Baixa, onde se arrasava completamente com a cidade antiga, ou na área a nascente da Padaria onde a malha antiga se devia manter.

Por outro lado, existem outras plantas[4], planos de trabalho e possíveis levantamentos da cidade produzidos durante a reconstrução da cidade que traçam novas ruas e quarteirões para a área de estudo entre as ruas da Madalena e Padaria até São Mamede. A estrutura geral dos desenhos traçados em cada uma destas plantas é semelhante entre si e ao que foi de facto construído, o que sugere que terá havido em determinado momento um projecto de reconstrução que foi concretizado no terreno. Mas estas plantas têm também diferenças significativas entre si, diferenças essas que, de desenho para desenho, se aproximam gradualmente do desenho urbano que foi contruído e que se observa actualmente, sugerindo ter existido um desenho inicial que foi sendo progressivamente alterado.

A comparação do desenho urbano anterior ao sismo com o desenho urbano e o edificado actuais da área de estudo revelam que se trata de facto de uma área reconstruída depois do sismo segundo princípios de regularidade e ortogonalidade inerentes ao Plano de 1758 que se adaptam ao declive muito acentuado do terreno. É aqui, junto à Rua da Madalena na direcção do nascente que a inclinação da colina do Castelo se acentua. A regularidade deste novo desenho faz com que a área se distinga indubitavelmente da área mais a nascente, onde ainda hoje a malha antiga anterior ao sismo permanece praticamente inalterada. Mas observa-se também que este desenho, ao mesmo tempo que traça novas ruas e quarteirões, preserva e melhora os eixos de ligação da área de estudo com o resto da cidade, que já existiam antes do sismo, como são a ligação com a antiga Rua Nova futura Rua Nova d'El Rei a nascente e ligação com a Ribeira a poente através da rectificação da antiga Rua da

[3] *Planta Topográfica de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos arquitectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel,* MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.35. Publicada em SILVA, A. Vieira da, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa: CML, 1950, Planta nº2. Ver Figura 3.4.

[4] Plantas analisadas no capítulo III (Plantas A, B, C, D, E e F). Figuras 3.5, 3.6, 3.9, 3.16, 3.19 e 3.21.

Misericórdia; a ligação à Sé, através da rectificação da antiga Rua do Arco de Nossa Senhora da Conceição e a ligação da parte Ribeirinha ao Castelo através da rectificação das antigas ruas da Padaria e Calçada do Correio que corriam juntas à muralha da cidade.

As características urbanas da área de estudo, a omissão que as instruções do Plano fazem desta área, a diferença de tratamento estabelecida pela Lei de 12 Maio para a área abrangida pelo Plano e a área onde se previa apenas o conserto e o melhoramento das ruas, a variedade de propostas desenhadas que traçam já a estrutura geral urbana mais tarde edificada da área, ou o desaparecimento da *Planta número 5, configuração 10* que acompanhava as instruções do Plano, levantam várias dúvidas sobre o processo de reconstrução desta área da cidade. Será ou não abrangida pelas disposições do Plano de 12 de Junho de 1758? Estaria pouco destruída pelo sismo e por isso sem necessidade de grande intervenção? Há ou não uma nova proposta desenhada inicial, que desenho é este e como e quando é que surge. Porque é que existem várias propostas desenhadas, serão realmente alterações a um primeiro desenho, estará isto relacionado com a permanência de pré-existências, com a intervenção dos proprietários, dos planificadores ou com a topografia?

As questões colocadas sugerem a possibilidade de que aqui, na periferia do novo Plano, possa ter ocorrido uma operação de articulação entre o novo e o antigo assente num compromisso entre os restos da cidade antiga e a nova arquitectura para ela definida, ou seja, entre as práticas urbanísticas e edificatórias pré-terramoto – a Tradição - e o Plano de reconstrução de uma nova cidade – a Inovação. Será que a solução de reconstrução prevista para esta parte da cidade deveria assentar na flexibilidade e adaptabilidade do desenho e arquitectura do novo Plano às pré-existências, aproveitando o que subsistia da cidade pré-terramoto, tratando esta área como uma zona de encaixe que faria a passagem gradual entre a nova cidade e a malha antiga, e onde o novo desenho, necessário ao remate do Plano, se ligaria e articularia com o existente? Poderá ainda esta articulação ter promovido de algum modo a liberdade urbanística e edificatória na solução de reconstrução desta área, afastando-se das imposições do Plano?

O contexto singular do processo de reconstrução da área que se propõe estudar caracteriza-a desde logo como singular no contexto da reedificação da cidade levada a cabo depois do sismo de 1755 e por isso muito pertinente como objecto de estudo, nomeadamente do ponto de vista do conhecimento mais profundo da reconstrução das áreas periféricas a nascente do Plano aprovado. Torna-se, pois, importante conhecer o comportamento pós-terramoto de uma parte fundamental da cidade, qual foi a solução estabelecida para a reconstrução no contexto do Plano de 1758 e como é que esta evoluiu até chegar ao que foi efectivamente contruído. Este conhecimento é fundamental para uma compreensão global do que foi o processo de reconstrução da cidade depois do sismo de 1755.

1.3 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

O estudo foi feito através da análise e cruzamento dos elementos desenhados com os documentos escritos.

Os elementos desenhados compreendem as representações e plantas da cidade anteriores ao sismo, as plantas realizadas durante o período de reconstrução da cidade, os prospectos dos alçados dos edifícios a construir e a cartografia da área até à actualidade.

A documentação escrita é constituída por três grupos:

- A legislação que regeu a reedificação da cidade, que consiste num conjunto de Avisos e Decretos, entre os quais o Plano de reconstrução da cidade aprovado em 1758;

- Os documentos produzidos pelo *Juízo de Inspecção dos Bairros da Cidade* que coordenou as intervenções necessárias à reconstrução da cidade, onde se incluiem os Livros dos *Tombos*, os Livros dos *Termos de Adjudicação Obrigação e Posse* e os Livros de *Avaliações* dos terrenos a atribuir na nova planta da cidade, que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O *Tombo* consiste no levantamento e registo de cada propriedade existente em 1755, proprietário, localização e medidas das frentes e fundos dos lotes. Este registo vai permitir que, mais tarde, quando se procede à distribuição dos terrenos se conheça o que é de quem e o que é que cada proprietário tem direito na nova planta da cidade. A distribuição dos terrenos a reedificar é feita pelos *Termos de Adjudicação e Obrigação e Posse* que dão posse a cada um dos proprietários de 1755 de um terreno na nova cidade, especificando a sua localização e dimensão, e obrigando-os a edificar segundo as disposições do Plano. A informação recolhida sobre a Rua da Madalena, a Rua da Padaria, a Rua Nova da Sé, a Rua de São Crispim e a Rua de São Mamede foi reunida nos Quadros de Adjudicação (Anexos 3, 4 e 5).

- Por último, os Livros da *Décima da Cidade* que se encontram no Arquivo do Tribunal de Contas. Estes documentos consistem no registo de um imposto, a *Décima*, que é pago por cada pessoa relativamente à propriedade que aluga ou possui. Este registo é feito entre 1762 e 1834 por freguesia, rua a rua, em sequência, de edifício a edifício, por andares, fracção a fracção e permite conhecer quem são os proprietários que edificam a nova cidade, a tipologia dos edifícios e quem os ocupa. A informação recolhida foi reunida nos Quadros de Edificação relativos às freguesias da Madalena e de São Mamede (Anexos 6 e 7).

O cruzamento entre os elementos desenhados, os dados fornecidos pelos *Termos de Adjudicação* e pelos Livros da *Décima* permitiu localizar e desenhar cada lote adjudicado e perceber as alterações por que passou até ser finalmente edificado, reconstituindo o processo de reconstrução desde o dia 1 de Novembro de 1755 até à edificação completa do território. Esta informação é praticamente toda reunida em dois mapas que permitem seguir a evolução de cada terreno até ser

edificado – Mapa da Rua da Madalena e Mapa da Rua da Padaria (Anexos 1 e 2). Estes mapas estão divididos em três partes. A primeira parte marca os terrenos adjudicados traçando o que terá sido o mapa cadastral original dos novos terrenos da área de estudo. A segunda parte reflecte as transformações ocorridas naquela estrutura cadastral ao longo do tempo e a última parte representa os lotes finais que foram edificados. Para a interpretação e análise deste processo foram ainda elaboradas várias plantas e esquemas que sobrepõe e comparam plantas, alçados e dados da área em estudo.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está dividido em seis capítulos que se organizam de modo sequencial. No segundo capítulo faz-se a descrição do território em estudo antes do sismo até 1755 e de seguida descreve-se os danos causados pelo sismo por forma a saber qual o nível de destruição da área de estudo após a catástrofe. O objectivo é perceber em que estado ficou a área depois do sismo.

O terceiro capítulo trata do planeamento da reconstrução da área em estudo. Através da descrição das medidas fundamentais levadas a cabo durante a reconstrução da cidade, pretende-se perceber onde é que se enquadra a área de estudo. Primeiro abordam-se os aspectos legislativos no contexto do Plano de 1758, por forma a perceber se as disposições do Plano também se aplicaram na área em estudo. De seguida analisam-se os desenhos e/ou levantamentos da área produzidos para a área em estudo e com o auxílio da informação dos *Termos de Adjudicação* procura-se perceber se há uma proposta de intervenção desenhada e concreta para a reconstrução da área de estudo, qual é esta solução e como é que esta surge. Com esta análise procurou-se contribuir para a datação das plantas existentes.

O quarto capítulo do trabalho descreve o processo de distribuição dos terrenos novos aos proprietários de 1755 tendo como base os *Termos de Adjudicação* dos terrenos da área e a legislação do Plano de 1758. Qual é o método seguido e o que é que é tido em consideração, como se estabelece a equivalência entre as propriedades antigas e as novas, quem são os proprietários dos terrenos adjudicados, que território de 1755 corresponde ao novo desenho da área. Procura-se datar as adjudicações e o alinhamento das ruas do território no contexto da reconstrução da cidade.

O capítulo V trata do processo de edificação dos lotes. Primeiro abordam-se as alterações ocorridas entre a adjudicação e a edificação, nomeadamente o processo de arrematações e quais as suas consequências na estrutura de divisão da área em lotes, proprietários, forma e dimensão dos lotes. De seguida descreve-se como ocorreu a edificação, quais os modelos arquitectónicos utilizados na área, quem edifica e quais as tipologias de ocupação. Por último descreve-se este processo cronologicamente.

A descrição do processo de reconstrução da área em estudo apresentada nos capítulos IV e V recorre à referência de vários casos que ilustram cada uma das componentes deste processo. Estes casos podem ser seguidos através do nome do proprietário do terreno ou edifício nos Mapas da Rua da Madalena e da Rua da Padaria (Anexos 1 e 2) bem como nos Quadros de Adjudicação (Anexos 3, 4 e 5) e Quadros de Edificação (Anexos 6 e 7).

No capítulo V é apresentado o estudo detalhado de dois casos, desde a adjudicação dos terrenos até à sua edificação, que caracterizam o processo de reconstrução da área de estudo.

Finalmente no último capítulo relacionam-se os aspectos estudados: o nível de destruição da área após o sismo de 1755, o enquadramento do planeamento da reconstrução nas disposições de 1758, o processo de loteamento e adjudicação dos terrenos e as transformações ocorridas até à sua edificação, para dar resposta aos objectivos delineados no início do trabalho.

1.5 ESTADO DA ARTE

Ninguém estudou melhor e com maior detalhe a cidade de 1755 que um conjunto de reconhecidos olisipógrafos que dedicaram a sua vida ao estudo da cidade antiga, à consulta de fontes originais, produzindo um conjunto de obras fundamentais ao conhecimento da cidade de Lisboa antes do sismo de 1755. Júlio de Castilho é dos primeiros a iniciar este caminho com a publicação dos vários volumes que constituem a sua obra de referência *Lisboa antiga* (1884). Luís Pastor de Macedo na sua *Lisboa de Lés a Lés* (1940) descreve de forma sistemática por ordem alfabética num discurso muito claro cada uma das ruas antigas desde a primeira citação histórica encontrada até à época em que viveu. Ferreira de Andrade (1944) em *A freguesia de São Cristóvão, Subsídios para a história das suas ruas, palácios e igreja paroquial*, relata a história do território de São Cristóvão e São Mamede ao longo dos tempos. Não se podia deixar de referir Augusto Vieira da Silva autor de obras fundamentais como *A Cerca Moura de Lisboa* (1899) e *As muralhas da Ribeira de Lisboa* (1900), onde estuda com detalhe e rigor o percurso que estes muros desenham pela cidade e as áreas por onde passam, produzindo uma série de mapas, plantas e esquemas que sobrepõem ainda hoje com precisão a cidade antiga à cidade actual.

Ainda no âmbito do estudo da cidade antes do sismo, já numa perspetiva de mudança e de dinâmicas urbanas anteriores ao terramoto importa referir obras como *Além da Baixa: Indícios de Planeamento urbano na Lisboa setecentista* (1998) de Walter Rossa e *Lisboa da Restauração às Luzes* (1999) de Helena Murteira.

José Augusto França na sua obra emblemática *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* de 1965 caracterizou pela primeira vez a Lisboa reconstruída depois do sismo de 1755. Na sequência desta obra fundadora, José Eduardo Horta Correia (*Vila Real de Santo António: Urbanismo e poder na Lisboa Pombalina,* 1997) e Walter Rossa entre outros, provaram que o sucesso do novo Plano da cidade se inscreve numa longa experiência de 'fazer cidade' por parte da engenharia portuguesa que teve no Brasil do século XVIII uma notável e original expressão.

O estudo sistemático e rigoroso do Plano aprovado em 1758 para reconstruir a cidade foi feito por Maria Helena Ribeiro dos Santos, que na sua obra intitulada *A Baixa Pombalina, Passado e Futuro* (2000) desenvolve pela primeira vez uma metodologia de levantamento e caracterização de um quarteirão tipo da Baixa Pombalina. Esta temática é aprofundada na dissertação de Doutoramento *El Proyeto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVIII* (2012) onde pela primeira vez é estudado de forma detalhada o processo de implementação do Plano. Através da investigação da vasta documentação do Plano foi estudada a metodologia e os procedimentos

criados para concretizar o Plano delineado. Esta obra é fundamental na medida em que estabelece um método de análise e apresentação da distribuição dos terrenos novos a adjudicar aos proprietários de 1755 na Rua Augusta, Convento de Cospus Cristi e Praça do Rossio baseada nos *Termos de Adjudicação Obrigação e Posse* daqueles terrenos.

O estudo das tipologias habitacionais no contexto do Plano de 1758 foi abordado por Joana da Cunha Leal (2005) em *Arquitectura Privada, Política e Factos Urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal*, por Catarina Gago em *Habitação na Baixa Pombalina, Análise e Tipos e estudos de intervenções* ou ainda na revista *Monumentos* nº 21 (2004), que reúne uma série de artigos sobre o espaço doméstico na Baixa, dos quais se destacam o de Maria Helena Barreiros e o de Isabel Mendonça.

A edificação para além dos limites definidos no Plano foi abordada por Walter Rossa (1998), no estudo de pólos de urbanização enquadrados na planificação global da cidade depois do Terramoto. Um dos exemplos é o Bairro das Águas Livres, com projecto de Carlos Mardel datado de 1759, bem como a ligação desta zona do Rato à Baixa, através do plano para os terrenos compreendidos entre São Pedro de Alcântara e o Passeio Público, para a zona compreendida entre as Mercês, a Rua Nova da Cotovia (actual Rua da Escola Politécnica) e a Rua de São Bento, e a abertura da Rua Nova de São Mamede ligando o Salitre com a Rua Nova da Cotovia (Rossa, 2004). Também José Sarmento de Matos (1994) abordou o desenvolvimento do Bairro da Lapa, erigido por iniciativa das freiras do Mocambo após o terramoto.

Dentro desta temática inserem-se os artigos de Raquel Henriques da Silva e Cláudio Monteiro integrados em *Lisboa O Plano da Baixa Hoje* (2008). Produzido no âmbito da exposição comissariada por Ana Tostões e Walter Rossa, constitui uma síntese actualizada sobre a temática da reconstrução da cidade. No artigo intitulado *Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903),* Henriques da Silva aborda o tema da construção de outros focos de urbanização, protagonizados por diferentes tipos de agentes laicos e religiosos, levados a cabo onde havia abundância de terrenos livres e poucas normas para a edificação. Alguns já estavam em curso antes do Terramoto, mas imediatamente a seguir se acentuaram e ampliaram; outros iniciaram-se após o Terramoto, ambos fruto da febre edificatória provocada pela necessidade de habitação da população proveniente da Baixa, que demorava a ser reconstruída. Segundo a autora estas áreas são marcadas por *uma grande liberdade de iniciativa edificatória, adequada a interesses concretos*. A *anti-Baixa*, como a autora lhe chama, comporta situações aparentemente contraditórias. Se por lado é *orgânica, tradicional, dominada por interesses particulares, diversa nas soluções, sem monumentalidade arquitectónica*, por outro, em momentos importantes a sua desordem foi *reordenada ou contida pelas novas capacidades urbanísticas*

associadas à reconstrução da cidade, que demonstraram tolerar e valorizar as iniciativas particulares *numa aliança significativa com a topografia e a acumulada história dos sítios*. A autora considera que o Terramoto terá gerado duas cidades, uma erudita e fortemente condicionada na sua concretização pelo Plano, e a outra popular e aristocrática de tradições edificatórias que recuam ao século XVI. Ainda que esteja por apurar a real influência de uma e outra na reconstrução da cidade pós-terramoto, a autora sugere que as práticas urbanísticas mais antigas que, como se verifica continuavam vivas, poderão ter contaminado algumas decisões em relação às zonas reconstruídas, principalmente nas áreas de contacto entre o desenho do Plano e as áreas antigas, onde as *duas cidades* se articulam. Por outro lado, *o modelo de prédio pombalino, mais ou menos adulterado,* (…) *emigrará em todas as direcções como corpo fundamental de fazer cidade*[5].

Isto vem de encontro à análise que Cláudio Monteiro faz do quadro normativo e administrativo em que se processou a elaboração e execução do Plano de 1758 em *Escrever direito por linhas tortas,* integrado na mesma obra, tema posteriormente desenvolvido e publicado em livro (2010). O autor aborda a existência de dois regimes de construção urbana na cidade de Lisboa, indo ao encontro do conceito de "duas cidades" que constituem dois movimentos de edificação paralelos propostos por Raquel Henriques da Silva. A reconstrução da área abrangida pelo Plano e a construção fora daquela área que se continuaria a reger pelo princípio geral de liberdade edificatória. Para estas áreas a liberdade de edificar foi *condicionada apenas pela sujeição das suas obras a prévio licenciamento, o que em rigor, até só foi exigível nos casos em que os edifícios tivessem sido inteiramente destruídos ou arrasados, já que "de nenhuma sorte se achão prohibidos os concertos, e reparações" das habitações que ficaram em estado de poderem ser utilizadas*[6]. Na prática, estes bairros foram abandonados à sua sorte, pois não só a distinção entre reedificação e reparação era subjectiva, como a Inspecção dos Bairros não tinha meios de fiscalização, uma vez que estes estavam principalmente afectos à execução do Plano da Baixa.

Especificamente sobre o tema da reconstrução da área a nascente da Rua da Madalena, Raquel Henriques da Silva em *Lisboa Romântica Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874* (1997) é a primeira a salientar a peculiaridade da Rua da Madalena no contexto do Plano, destacando a sua liberdade compositiva e a adição de elementos decorativos nas fachadas dos edifícios, que evidenciam o *desejo de diferenciação e apropriação individual de uma arquitectura anónima*. Posteriormente na minha dissertação de Mestrado *A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena* (2008), mostrou-se como

[5] SILVA, Raquel Henriques, "Lisboa Reconstruída e Ampliada (1758-1903)", *Lisboa 1758 O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, págs. 137-139.

[6] MONTEIRO, Cláudio, "Escrever direito por linhas rectas", *Lisboa 1758 O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pág. 98.

aquela rua apresenta de facto características arquitectónicas e tipologias de ocupação particulares como são a ocupação de um número significativo de edifícios pelo próprio proprietário e a sua família, ou o arrendamento integral de um edifício a um só inquilino, o que se afasta do conceito de prédio de rendimento pombalino de esquerdo direito, edificado com o propósito de obter rendimento. Estas características aparentam estar relacionadas com o tipo de proprietários que edificam e se estabelecem na área, bem como possivelmente com a localização periférica dentro do Plano. A partir deste estudo pôs-se a hipótese desta área se prolongar para nascente, onde possivelmente as continuidades edificatórias pré-terramoto e as novas directrizes urbanísticas relativas à reconstrução da cidade coexistissem e se articulassem, ou seja, onde as *duas cidades* ou os *dois regimes de construção* se cruzariam, o que mereceria posterior investigação, uma vez que se tratava de uma área que ainda não tinha sido objecto de estudo.

II A CIDADE ANTIGA E O SISMO DE 1755

2.1 ENQUADRAMENTO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E DE SÃO MAMEDE ATÉ 1755

O território das freguesias da Madalena e São Mamede de 1755 terá feito parte de uma importante urbe na proto-história fundada no século VII a.C. (ou em data anterior). Em 138 a.C. terá sido incorporada na esfera romana e a sua promoção municipal terá ocorrido entre 31 e 27 a. C., o que terá implicado um programa urbanístico que compreendeu a construção de uma muralha fundacional e a reforma dos equipamentos públicos. O nome completo da cidade era Felicitas Iulia Olisipo, dispondo do estatuto de municipium civium Romanoru[7]. Dos edifícios públicos construídos, de natureza administrativa, religiosa e civil, três incluem-se na área estudada: o conjunto balnear designado por Termas dos Cássios localizado entre as actuais Travessa do Almada e Rua das Pedras Negras onde está edificado o antigo Palácio do Correio Mor; o Templo de Cíbele no Largo da Madalena que eventualmente se integraria no fórum municipal, conhecido pelas inscrições que a ele fazem referência na fachada do edifício de João de Almada, e o Teatro Romano, edificado a meia encosta, entre a Rua de São Mamede e a Rua da Saudade.

Em inícios do século IV terá sido construída uma muralha defensiva, sobre a qual, nos sectores sul e este, terá sido elevada a muralha conhecida como Cerca Moura ou Cerca Velha, construída pelos Mouros aquando da sua ocupação do território, provavelmente entre inícios do século X até 1147, ano em que as forças de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, tomaram a cidade. A Cerca Moura incluía no seu interior a importante Alcáçova e a Medina Mouriscas, e foi construída num período de florescimento urbano e comercial da cidade, que tinha entrado em declínio com a instabilidade das anteriores ocupações bárbaras, até à conquista do território pelos Muçulmanos em 719.

O cruzado Osberno, que tomou parte da conquista de Lisboa em 1147, descreve assim a muralha:

Ao norte do rio está a cidade de Lisboa, no alto de um monte arredondado e cujas muralhas, descendo a lanços, chegam até à margem do Tejo, dele separadas apenas pelo mar (...) *O alto do muro é cingido de uma muralha circular, e os muros da cidade descem pela encosta, à direita e à esquerda, até à margem do Tejo* (...) *Tinha três portas na nossa frente, sendo duas no lado* [porta da Alfofa e porta do Ferro] *e a terceira fronteira ao mar* [porta do Mar, actual Arco Escuro][8].

[7] MASCARENHAS, J. Manuel de, "O aqueduto romano de Olisipo: viabilidade ou utopia? Ensaio do traçado apoiado em modelação geográfica", *Revista Portuguesa de História* nº 43, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2012.

[8] *cit. in* SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa,* Lisboa: CML, 1987, pág. 43.

Osberno refere ainda que para além do Castelo e da cidade entre muralhas, havia do lado ocidental um arrabalde não fechado por muros que parece corresponder ao território das futuras freguesias de Santa Maria Madalena e de São Mamede.

Freguesia da Madalena

A igreja paroquial da freguesia da Madalena terá sido construída poucos anos depois da conquista. Fontes documentais indicam que já existia em 1164. O seu território descia pela encosta até ao vale da baixa e era já à época da conquista densamente habitado. A freguesia era delimitada a nascente pela Cerca Moura. Do lado interior da cerca ficava a freguesia de Santa Maria Maior com a catedral da cidade fundada logo a seguir à conquista em 1150. As duas freguesias comunicavam por uma das portas de entrada no território delimitado pela cerca, a Porta do Ferro. A norte da freguesia da Madalena encontrava-se a freguesia de São Mamede, a poente a freguesia de São Julião e a sul a Ribeira ou Praia. Entre a Igreja da Madalena e a Igreja de São Julião situava-se parte da Judiaria Grande de Lisboa, que já antes da conquista cristã estaria destinada aos Judeus. Ficava a sinagoga onde em 1755 era a Igreja de N. S. da Conceição dos Freires[9].

Nos anos seguintes à conquista concentram-se na freguesia da Madalena muitas das estruturas fundamentais ao funcionamento da cidade. Junto a uma das torres da Cerca Moura, conhecida desde o século XIII como Torre da Escrevaninha, encontrava-se pelo menos desde o século XIV a Casa da Portagem, repartição municipal onde se cobrava o imposto chamado *portagem* relativo às mercadorias que entravam na cidade. É esta casa que vai dar o nome à Rua da Portagem de 1755. No piso térreo do mesmo edifício localizava-se o Paço do Trigo, onde se guardava o pão que vinha de fora da cidade. O Paço do Trigo ocuparia parte ou todo o andar térreo da torre da Escrevaninha e a Portagem o piso superior. A nascente deste edifício localizava-se o Paço da Madeira onde era despachada a madeira que entrava na cidade.

Seguindo para norte, encostada à muralha, encontrava-se a Rua das Hastes ou dos Hasteiros, datada do século XIII, e que em 1361 será denominada Rua da Padaria. No extremo inferior desta rua estavam instaladas desde 1387, as Fangas do Trigo, casa onde se vendia o trigo. Neste sítio, encostada à muralha, ter-se-á erigido em 1471 a Ermida de São Sebastião da Padaria que se conservou até 1755. A norte deste edifício situou-se até 1749 o Paço dos Tabeliães onde estavam os notários públicos que faziam escrituras e outros instrumentos de compras e vendas. Encostado a este, mas do lado de dentro da muralha, situava-se o Tesouro Real onde habitava o tesoureiro-mor, com acesso junto à Porta do

[9] Em SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa,* Vol. I, Lisboa: CML, 1987, pág. 241.

Ferro. Do lado poente da Rua das Hastes encontravam-se desde os finais do século XIII as carneçarias ou açougues que vão nomear a Rua das Carneçarias que se conservou até 1755.

A poente da Portagem situava-se desde o século XIII o Açougue do Pescado, que se transformará no Largo do Pelourinho de 1755. Junto a esta praça situavam-se pelo menos desde os finais do mesmo século a Alfândega e Casa dos Contos onde se pagavam os impostos relativos às mercadorias que entravam na cidade. Era também ali o mercado geral do azeite.

A norte e paralelas à Ribeira situavam-se já em nos finais do século XIII, a Rua da Ferraria e a Rua Nova. Na Rua da Ferraria, ocupada por ferrarias, ficava também a Casa dos Pesos onde eram pesadas as mercadorias. Em meados do século XVI instalam-se aí os confeiteiros e a rua passa a chamar-se Rua da Confeitaria que se conserva até 1755. A Rua Nova tornar-se-á a principal artéria da cidade de quinhentos.

Em 1500 D. Manuel I abandona o castelo e fixa-se no Paço Real no Terreiro do Paço, onde se vai centrar toda a vida comercial da cidade. Mudam-se para aí a Alfândega e a Casa dos Contos, a Portagem, o Terreiro do Trigo e o Açougue da cidade. A Torre da Escrevaninha, Portagem, Paço do Trigo e o Paço da Madeira são absorvidos pela construção da Igreja e Recolhimento da Misericórdia por volta de 1517, concluída em 1534.

Com os descobrimentos Lisboa torna-se a capital de um vasto império e um entreposto comercial dos produtos do oriente com os portos do centro e norte da Europa. De 1500 a 1550 Lisboa passou de 50000 para 100000 habitantes. No Terreiro do Paço e na Rua Nova, espaços de representação do poder e de interacção social, juntavam-se mercadores de toda a parte do mundo, comerciantes, artesãos, artistas e escravos. Eram estas gentes que habitavam o emaranhado de ruas da freguesia da Madalena.

Representações da cidade de Braunio e Tinoco

Na vista da cidade de Lisboa de Braunio datada do século XVI e na planta de João Nunes Tinoco datada de 1650 (Figuras 2.1 e 2.2) observam-se já os novos edifícios da Alfândega no Terreiro do Paço e os novos edifícios da Igreja e Recolhimento da Misericórdia junto à antiga Portagem. Este último já pertencia à freguesia de Santa Maria. Entre os dois edifícios passa a Rua da Porta da Misericórdia, também designada de Rua da Porta do Terreiro, Rua dos Arcos da Misericórdia e Misericórdia da parte do Terreiro[10]. Do lado sul em frente à Igreja corre uma das paredes do edifício

[10] No *Mappa de Portugal antigo e moderno* de CASTRO, J. Baptista, Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763, vem *rua do Terreiro*; nas *Memórias Paroquiais* de 1758 reunidas por PORTUGAL F. e MATOS A. em *Lisboa em 1758, Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa: CML, 1974, vem *rua dos arcos da Misericórdia*; MACEDO, Pastor de, em *O terramoto*

do Terreiro do Trigo ou do Pão. Na escadaria da porta da Igreja da Misericórdia e ao correr do edifício faziam em 1755 *o seu negócio as ramalheteiras do termo, os cegos das gazetas, os homens das tatuagens e os passarinheiros.* As lojas estavam ocupadas *pelos mercadores da "classe da Misericórdia" e pelos bufarinheiros*[11].

A norte do Terreiro do Paço passando a porta da Ribeira está representado o Largo do Pelourinho onde desde os primeiros anos do século XVII estavam instalados os fanqueiros. Deste largo partem quatro serventias da freguesia. Para poente sai a principal artéria da cidade do século XVI, a Rua Nova ou Rua Nova dos Ferros. Pertencia à freguesia da Madalena até ao Arco dos Barretes[12]. Nesta rua exercia-se a maior intensidade comercial de produtos de toda a parte do mundo da cidade. Era aqui a praça dos homens de negócios. Em 1755 era a principal e mais movimentada rua da freguesia, ocupada por livreiros e mercadores. Segundo o *Tombo* de 1755 esta rua era composta por edifícios com lojas, sobrelojas e entre três a cinco andares *formando estes sacadas sobre as lojas e sobrelojas, ou alpendres, sobre esteios de pedra ou de madeira, e cuja largura regulava por 1,20m*[13] As galerias cobertas que as colunatas formavam dos dois lados da rua serviam para *comodidade da passagem da gente em tempo de inverno e chuvoso*[14]. As colunas e pedestais de mármore eram 149, *e sobre elas assentavam as traves que sustentavam as faces exteriores das casas*[15].

Paralela à Rua Nova, a sul, está representada a Rua da Confeitaria que pertencia à freguesia da Madalena até ao Arco do Açougue[16] do lado sul e Arco dos Barretes do lado norte. Também os edifícios desta rua tinham lojas, sobrelojas, e três, quatro ou cinco andares. Do lado norte formava-se um alpendre sobre as lojas e sobrelojas tal como na Rua Nova[17]. No lado norte da rua na esquina com o Largo do Pelourinho situava-se a Casa dos Pesos ou Ver-o-Peso.

Para nascente do Largo do Pelourinho em direcção à Rua da Padaria, ocupada até 1755 por oficiais de sapateiro, observa-se a Rua da Fancaria, aberta na segunda metade do século XIV. A continuação desta artéria para nascente corria junto ao lado norte da Igreja da Misericórdia e pertencia já à freguesia da Santa Maria. Ocupava o local onde anteriormente se abria a Praça do Trigo,

---

de 1755 na freguesia da Madalena, Lisboa: Solução, 193? refere *Rua da Misericórdia da parte do Terreiro*. Nos Livros da *Décima da Cidade,* freguesia da Madalena*,* ATC*,* vem *Rua da porta da Misericórdia*.

[11] MACEDO, Pastor de, *O terramoto de 1755 na freguesia da Madalena*, Lisboa: Solução, 193?, pág. 6.

[12] *Sumário de Cristóvão de Oliveira* 1551, citado em SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa,* Vol. I, pág. 95. Nas *Memórias Paroquiais*: *Rua Nova até quase ao primeiro arco*; No *Mappa de Portugal*: *Rua Nova da parte dos Livreiros* e *Rua Nova da Parte dos Mercadores*.

[13] *cit. in* SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Vol. I, pág. 93.

[14] AIRES, Cristóvão, *Manoel da Maya e os engenheiros militares portugueses no terramoto de 1755*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910, pág. 31.

[15] *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2ª metade do seculo XVI (Estatistica de Lisboa de 1552)* por BRANDÃO, J. Lisboa, 1923, pág. 85, nota, citado em SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Vol. I, pág. 93.

[16] Nas *Memórias Paroquiais: Confeitaria até ao Arco do Açougue*.

[17] Em SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Vol. I, pág. 117.

denominando-se de Portas do Mar ou Rua de Cima da Misericórdia[18]. O livro da *Décima* de 1762 regista-a como Porta Travessa da Misericórdia[19]. A sul da Rua da Fancaria, paralela a esta observa-se a Rua do Príncipe, arruamento dos Algibebes, lançada nos meados do século XVI. Entre aquelas duas ruas existia ainda o Beco do Espera-me Rapaz aberto pela mesma data.

Para norte do Largo do Pelourinho partem a Rua da Prata, também designada de Rua dos Ourives da Prata, e a Rua de D. Julianes sensivelmente paralelas à Rua da Padaria. A Rua da Prata seguia até à frontaria da Igreja da Madalena e era assim conhecida desde o princípio do século XVI altura em que os ourives do ouro abandonaram esta rua deixando-a aos ourives da prata. Até então era conhecida apenas como Rua da Ourivesaria, conforme disposições do reinado de D. João I, que ordenou o arruamento dos mesteres. A Rua de D. Gil Annes ou Julianes seguia até à lateral da Igreja da Madalena. Terá sido aberta pelo segundo quartel do século XVI no local do antigo pátio da Alfândega, que juntamente com o edifício fora vendido a D. Gileanes da Costa, que deu o nome à serventia, aquando da mudança da Alfândega para os novos edifícios do Terreiro do Paço[20].

Entre a Rua de D. Julianes e a Rua da Padaria existia um núcleo edificado de pequenos quarteirões que não se encontram representados em Braunio, mas estão representados na planta de Tinoco. No topo da Rua de D. Julianes, do lado Oriental, no quarteirão entre a Rua de D. Mafalda e o Beco do Cura, estava instalado o Hospital dos Palmeiros, albergaria de pobres e peregrinos de invocação de N. Senhora de Belém fundada em 1292. Este hospital dava nome à rua que passava a tardoz da Igreja da Madalena com ligação ao Beco da Cruz que ia dar à Rua da Prata. A Rua de D. Mafalda, já assim chamada em 1368, ligava-se à Rua da Fancaria pela Rua das Carneçarias (também sensivelmente paralela à Rua da Padaria), onde se localizou entre o século XIII e XVI os açougues de carne, antes de passarem para o Terreiro do Paço.

No topo norte da Rua da Prata, junto à Igreja da Madalena, sentido nascente/poente passa a Rua da Porta do Ferro ou Rua do Arco de Nossa Senhora da Consolação[21], que segue para nascente até à Sé. Era assim designada devido ao orago da ermida que se encavalitava na Porta do Ferro, cujo vestígio documental mais antigo data de 1437 e que se conservou até 1755, junto à qual se situavam as Casas do Tesouro. Fora também conhecida por Rua ou Praça dos Mercadores no século XIII. A continuação desta rua para ocidente da Rua da Prata tinha o nome de Rua da Correaria, já assim

[18] No *Mappa Portugal* vem *Portas do Mar*. Na *Décima* da freguesia da Madalena, 1762, ATC, *do Pelourinho para a mesma porta da Misericórdia de cima* e *porta travessa da Misericórdia*. A continuação desta via na parte da freguesia de Santa Maria lado direito é nomeada em 1762 de *Frontarias do Cais de Santarém* e em 1765 *Frontarias da Ribeira*. O lado esquerdo em 1762 *vindo da Padaria para a Ribeira* e em 1765 de R*ua da Misericórdia*.

[19] Segundo MACEDO, L. Pastor de, em *Tempos que passaram…*, Lisboa: Impreza Beleza, 1940, págs 4 e 5, esta rua servia de poiso a uma grande quantidade e hospedarias e *casas que davam camas* que já existiam desde quinhentos.

[20] SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Vol. I, pág. 136.

[21] *Porta do Ferro* nas *Memórias Paroquiais* e *Mappa de Portugal*; *Rua do Arco de Nossa Senhora da Consolação* no *Tombo* de 1755 citado em SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Vol. I, p.157.

conhecida no terceiro quartel do século XIII, por ali estavam arruados os correeiros. Foi também designada de Fancaria de Cima por ali também estarem arruados os fanqueiros e para se distinguir da Rua da Fancaria entre os largos do Pelourinho e da Portagem.

Do lado norte do adro da Igreja da Madalena, na direcção norte, partia a Rua das Pedras Negras, cuja denominação remontava a 1299. Esta rua que pertencia em parte à freguesia de São Mamede, formava um angulo recto em direcção a poente, onde encontrava o beco do arco de D. Teresa, e seguia um traçado semicircular, tendo como diâmetro a Rua dos Armazéns, até encontrar o Beco do Martim Alho que entrava na freguesia de São Mamede na Calçada do Correio onde se levantava o palácio do Correio Mor e um pouco mais a norte a Igreja de São Mamede.



Figura 2.1 Fragmento da planta de João NunesTinoco, 1650. MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.DES.1084. Publicado em SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa: CML, 1987, Estampa II.

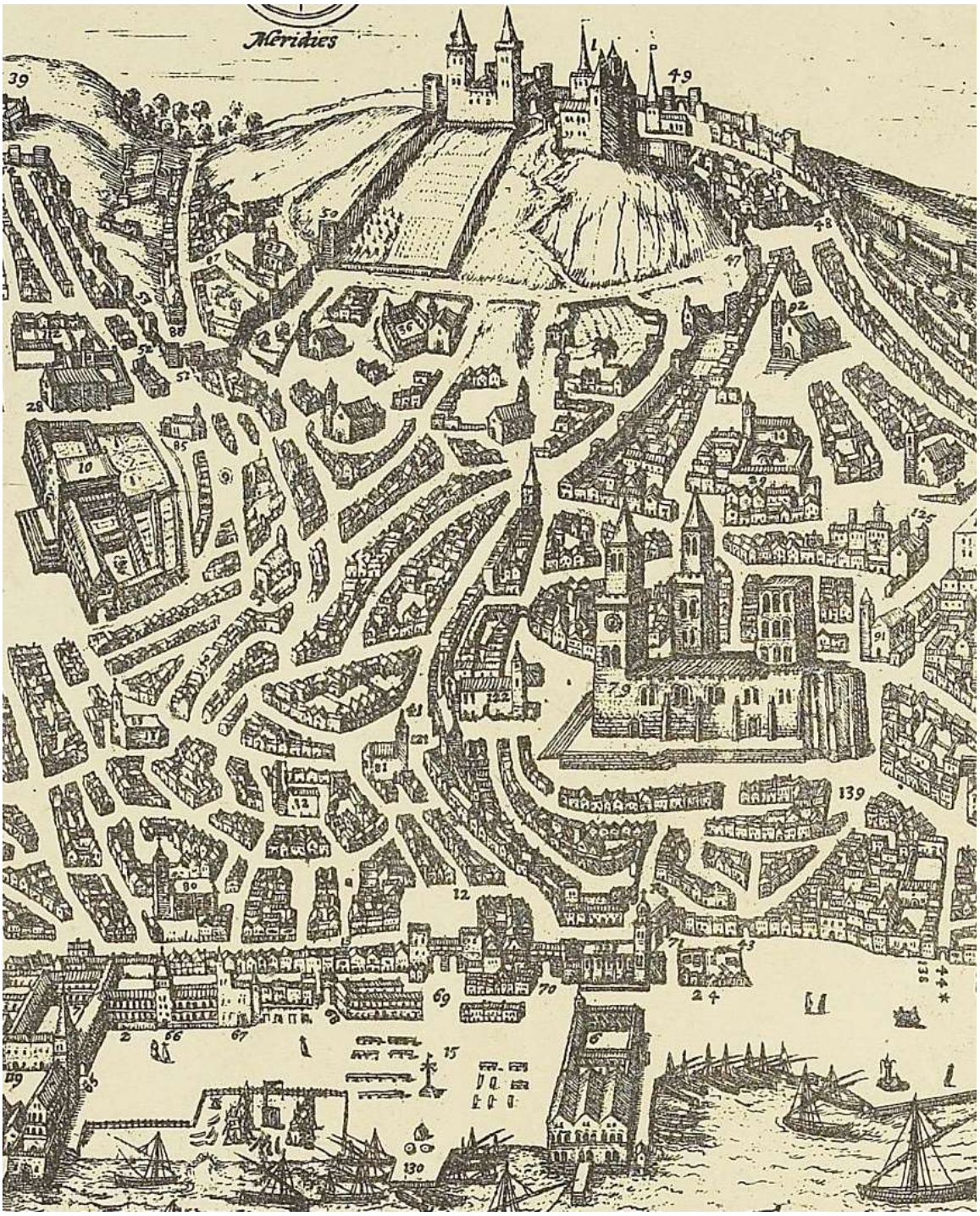


Figura 2.2 Fragmento da panorâmica de Lisboa do século XVI de Georgio Braunio. Legenda da planta: 69 *Porta ripe vulgo Porta da Ribeira*; 12 *Platea q vulgo pilouinho velho dicitur*; 70 *Porta q. dicitur Portagem*; 106 *Tem. S. Sebastiani da Padaria*; 81 *Tem. S. M. Magdalene*; 121 *Sacellum D. N. consolationis super portam ferro*; 41 *Porta ferri*; 47 *Porta alfofae*. MC, Colecção Gravura, Ref: MC.GRA.1691. Publicado em SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa: CML, 1987, Estampa VII.

Na vista de Braunio destaca-se a linha contínua de edificado que segue para norte sempre encostada à Cerca Velha, desde a Rua da Portagem até à Porta da Alfofa: passando a Portagem, sobe a Rua da Padaria passando pelo tardoz da Igreja da Madalena e à frente da Porta do Ferro; continua pela Calçada do Correio, entrando na freguesia de São Mamede pela Calçada de São Crispim, passando junto à ermida com o mesmo nome e ao Seminário de São Patrício, até à Porta da Alfofa. O troço da Calçada de São Crispim até à Porta da Alfofa, bem como as duas portas de entrada na cerca (Porta do Ferro e Porta da Alfofa) são os únicos pedaços de muralha ainda à vista nesta época. No restante trajecto, desde a Padaria até ao início da Calçada de São Crispim a muralha já foi absorvida pelas construções que a ela se encostam, encavalitam e sobrepõem, como demonstra uma descrição do *Tombo* de 1573: na *rua que vai da Padaria para as portas da Alfofa, chamada rua da Costa, à mão direita possuía a cidade três boticas pegadas ao muro da cidade e torre, sobre as quais estão as casas que foram de Lourenço de Sousa*[22].

Este percurso teve na história das freguesias da Madalena e São Mamede um lugar de primeiro plano enquanto serventia de alta importância entre a zona ribeirinha e o morro do Castelo. O troço que ia da Rua da Padaria até ao Castelo era chamado em 1440 *calçada q vay paa cima paa porta da dalfofa*; em 1511 *calçada que vai de baixo para os paços del Rei e que subia da porta do Ferro para a da Alfofa*; e no *Tombo* de 1573 era designada de *rua da Costa que vay da padaria para a porta dalfofa*[23]. Com a construção da Ermida de S. Crispim a serventia recebe o nome de Calçada de São Crispim cujo troço norte chegou até aos dias de hoje como Escadinhas de São Crispim.

Freguesia de São Mamede

A freguesia de São Mamede era em 1755 densamente ocupada por edifícios de habitação, palácios e edifícios religiosos. A paroquial de São Mamede, fundada antes de 1220, erguia-se na semi rotunda hoje defronte do Palácio do Conde de Penafiel. Deste largo partia uma das ruas mais importantes da freguesia, a Rua dos Sete Cotovelos que em curvas e contracurvas, como o nome indica, encontrava a Rua da Costa, o Beco dos Namorados, o Terreiro do Ximenes e o Largo de S. Vicente.

Fronteiras à Igreja de S. Mamede e com traseiras para o Beco de Martim Alho[24] ficavam as casas do Correio Mor. Foi D. Manuel I que estabeleceu em Portugal o serviço de correio público nomeando o primeiro Correio Mor em 1520. No final de seiscentos é nomeado Correio Mor Luiz

[22] Em SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa,* Vol. I, pág. 78. O autor localiza a torre no cruzamento da Rua de São Mamede e a Calçada do Correio. A Calçada do Correio era também chamada de Rua do Pé da Costa nas *Memórias Paroquiais* e no *Mappa de Portugal*.

[23] ANDRADE, F. *A Freguesia de São Cristóvão*, Vol. II, Lisboa: CML, 1944, pág. 128.

[24] *Idem ibidem*, pág. 110.

Gomes da Mata que vem a falecer em S. Mamede nas casas onde muitos anos depois continuaram a ser a residência dos correios mores. Junto a estas casa passava a Calçada do Correio ou Rua que vai sair à Costa do Castelo[25], que corresponde sensivelmente hoje à Calçada do Conde de Penafiel. Carvalho da Costa[26] chama-lhe *rua dyreita de Sam Mamede* e Baptista de Castro designa-a mais tarde por *rua por detráz da Igreja*. No século XVI foi também designada de *rua que vai do terreiro do São Mamede pª a Costa do Castelo*.

A norte, a Ermida de São Crispim, cuja construção remonta ao ano de 1563[27] data em que D. Afonso de Meneses, filho do conde de Penela doou à irmandade dos sapateiros um terreno *onde estava uma amoreira, na calçada que sobe da porta do Ferro para a porta da Alfofa*[28] para construção do edifício. Este terreno era defronte do palácio de D. Garcia de Noronha[29], *casas de Dom Garcia de Noronha vizinhas à igreja de S. Crispim e que gozava de dilatadas e formosíssimas vistas da cidade e do rio,* onde viria a instalar-se o Seminário de São Patrício para os irlandeses católicos, fundado por António Fernando Ximenes no século XVII.

É esta família Ximenes, de abastados contratadores de drogas orientais, oriunda de Castela e bem lograda em Portugal que vai dar nome ao Terreirinho do Ximenes. Pelo menos desde meados do século XVI[30] que a família Ximenes de Aragão morava em S. Mamede já em casas próprias. Segundo Luís Pastor de Macedo foi ali no terreiro do Ximenes o antigo Chão de Alcamim, antigo cemitério mourisco. Em 1678 um certo imóvel é localizado referindo-se *humas casas citas ao terreiro do Ximenes a que antigamente se chamava o chão de Alcamim*. Junto a estes chãos estaria a Igreja de Santa Maria de Alcamim antecessora de São Cristóvão. Em 1559 já o chão de Alcamim tinha sido baptizado de Terreiro do Ximenes[31].

Em 1726 o palácio que dava nome ao terreiro ainda era habitado pelos Ximenes, mas em 1755 estes já ali não moravam. Segundo Ferreira de Andrade, baseado no rol das desobrigas, naquele ano habitavam o palácio vários nomes *que se nos afiguram ser de gente bastante pobre*[32]. Toda a casa Ximenes herdou-a Francisco Inácio Ximenes Coutinho de Aragão Barriga Veiga incluindo *a casa no*

---

[25] Topónimos atribuídos pelo *Tombo* de 1755 em ANDRADE, F. op. cit, pág. 112.

[26] Na *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal…*, Lisboa: Oficina Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

[27] ANDRADE, F. op. cit, p. 129. O autor relata a história desta ermida. Também Júlio de CASTILHO em *Lisboa Antiga* vol. IX, Lisboa: CML, 1937, dedica um capítulo à história da ermida a partir da pág. 224.

[28] SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Vol. I, pág. 74.

[29] CASTILHO, Júlio, *Lisboa Antiga*, vol. IX, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1937, pág. 227. Esta obra a partir da pág. 336 e ANDRADE, F. em *A freguesia de São Cristóvão* vol. II a partir da pág. 137 descrevem a história deste seminário.

[30] MACEDO, L. Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a história das vias públicas da cidade* vol. V, Lisboa: CML, 1942, págs. 60 a 64.

[31] ANDRADE, F. op. cit, pág. 57.

[32] *Idem, ibidem*, pág. 79.

Terreirinho dos Ximenes, junto ao arco da Piedade, a S. Mamede[33]. Segundo o *Tombo* de 1755[34] o Terreiro do Ximenes antes do sismo achava-se reduzido a um pequeno largo irregular intitulado de Largo do Conde de São Vicente para o qual tinha frontaria umas das propriedades de Rodrigo Ximenes Pereira Coutinho Barriga e Veiga, mas também o Palácio dos Condes de São Vicente, que pelo menos desde 1747[35] dá nome ao largo.

A primeira notícia sobre o Palácio de São Vicente é de 1565. Nesse ano era proprietário João Nunes de Cunha, avô do 1º Conde de São Vicente também João Nunes da Cunha e vice-Rei da Índia. A filha do 1º Conde S. Vicente Dona Maria Caetana da Cunha veio a casar-se com Miguel Carlos de Távora que faleceu no palácio em 1726. Em 1729 viviam no palácio os condes com um padre, 15 criados e 23 criadas. Segundo o livro de baptismos o último registo paroquial que fala dos Condes de S. Vicente data de 1731.

Ao norte do Largo de S. Vicente estava o Palácio do Conde de Aveiras que foi Paço de São Cristóvão, depois propriedade dos Condes de Aveiras, senhores de Vagos. O edifício pertenceu a D. Afonso 1º Duque de Bragança[36], filho bastardo de D. João I. Rui de Pina nas Crónicas de El-Rei D. Afonso V[37] refere-se aos *Paços do Duque, que são junto a S. Cristóvão*. No final do século XV e primórdios do século XVI é residência de D. Álvaro, neto de D. Afonso, e foi palco de *deslumbrantes festas*, tendo-se realizado ali em 1451 as festas do casamento da Infanta Leonor filha d'El-Rei D. Duarte com o Imperador Frederico III da Alemanha. O documento mais antigo conhecido referente ao Palácio de S. Cristóvão como propriedade da casa de Vagos data de 1649. Em 1755 era habitado pelo Conde de Aveiras com *3 criados graves, 19 criadas abaixo, 10 escravos, 10 criadas, e 19 escravas*.

Um pouco mais a norte, fica o Palácio dos Condes da Atalaia depois Marqueses de Tancos. Pertencia em 1539 ao primeiro Conde de Castanheira e pelo menos desde 1603 que era propriedade dos Condes da Atalaia. A notícia mais antiga da Calçada do Marquês de Tancos data de 1539. No Sumário de Cristóvão Oliveira datado de 1551 surge como Rua do pé da Costa. Imediatamente antes do sismo chamava-se Calçada e Rua Nova do Atalaia.[38]

---

[33] ANDRADE, F. op. cit, pág. 78, citando Júlio de Castilho em *Lisboa Antiga* vol. IX, pág. 269.

[34] MACEDO, L. Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a história das vias públicas da cidade* vol. IV, pág. 60, segundo BRITO, J. Gomes de, em *As Ruas de Lisboa*, vol. I, 1935, pág. 90.

[35] ANDRADE, F. op. cit, págs. 59, 86 e 92.

[36] *Idem ibidem*, pág. 69.

[37] em *Cron. de El-Rei D. Afonso V*, Vol. II pág.122, citado em ANDRADE, F. op. cit., pág. 69. Sobre este palácio ver págs. 83, 104, 128 e 170 da obra.

[38] MACEDO, L. Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a história das vias públicas da cidade* vol. IV, pág. 60.

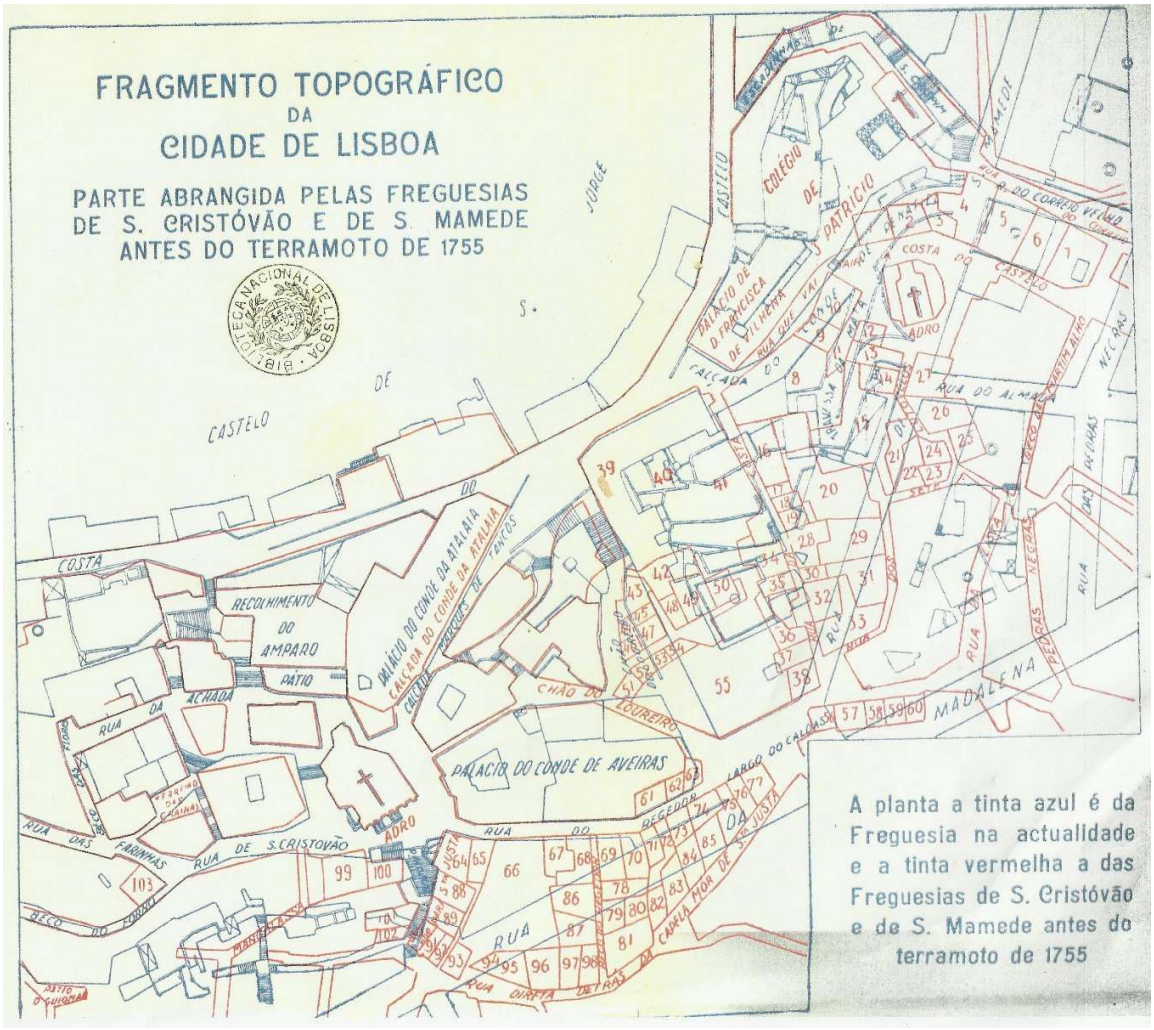


Figura 2.3 Planta de Ferreira de Andrade anexa à sua obra *A freguesia de São Cristóvão, subsídios para a história das suas ruas, palácios e Igreja Paroquial*, Lisboa: CML, 1944.

1755

A estrutura urbana das freguesias da Madalena e São Mamede representada em Braunio e em Tinoco vai ser, no geral, a mesma daquelas freguesias em 1755. A sua configuração mantinha-se como a de um burgo medieval, resultado de um crescimento irregular, desorganizado e orgânico, sem plano nem ordem. Relatos da época dão conta da existência de ruas estreitas, sujas e incómodas, atulhadas de depósitos de lixo nauseabundos, e a zona baixa da cidade inundada com frequência, apresentando-se as ruas em autênticos lamaçais. Este emaranhado de casas e ruas apresentava graves problemas de circulação, higiene e segurança. A consciência destes problemas por parte dos governantes levou à realização de obras de melhoramentos nas zonas mais complicadas pelo maior movimento que tinham, dos quais se destacam os seguintes casos:

Alargamento da Rua da Prata

Em 1677[39] deu-se início ao projecto de alargamento da Rua da Prata por ser muito estreita e angulosa. Segundo relatos da época era tão estreita que ali não cabiam carruagens só homens a cavalo. Em 1680 a obras estariam concluídas e já a cidade pretendia alugar as casas feitas na rua alargada, que por isso chamaram de Rua Nova da Prata. Nesta rua levantou-se a Ermida de N.S. da Assunção dedicada aos prateiros e inaugurada em 1697[40].

João de Almada e o alargamento da Rua das Pedras Negras e da Rua da Correaria

Em 1749 D. João de Almada dá início ao projecto de construção do seu palácio com frentes para a Rua da Correaria, Largo da Madalena e Rua das Pedras Negras, com a demolição das casas que aí possuía. Sob estas casas foram encontrados restos de edificações romanas, entre estes pedras com inscrições que João de Almada colocou na fachada do edifício que veio mais tarde a construir e que ainda são visíveis actualmente.

Em 2 de Junho de 1751 o proprietário requereu ao Senado da Câmara autorização para levantar o edifício que projectara e que ocuparia a área correspondente aos lotes que possuía e a área de dois pequenos prédios na Rua das Pedras Negras e seis para a Rua da Correaria. João de Almada pedia ainda que o Senado remisse o foro de 70$000 réis que pagava de umas casas na primeira daquelas serventias, e isto como recompensa do benefício que advinha para o público com o alargamento daquelas ruas. Em 26 de Abril de 1752 o senado concordou com o levantamento do edifício referindo:

(...) que deve esta faculdade ser com a clausula de que o suplicante há-de deixar a dita rua, em toda a distância das seis moradas de casa sobreditas, com a largura de 25 palmos, na forma do decreto de 1745,

[39] SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Vol. I, pág. 179.
[40] MACEDO, L. Pastor de, *O terramoto de 1755 na Freguesia da Madalena*, Lisboa: Solução, 193?, pág. 6.

comprando as ditas casas e também remindo os encargos ou foros delas à sua custa e o Rei no Decreto de 1 Junho do mesmo ano, diz que *por ser conveniente ao bem público e à formusura desta corte alargarem-se duas ruas de tão grande movimento, como são a da Correaria e a das Pedras Negras*, ordena que o Senado da Câmara obrigue os donos dos prédios que têm de ser demolidos a vendê-los a João de Almada.[41]

Alargamento da Porta da Alfofa

Em 1677, a Porta da Alfofa, existente pelo menos desde 1147[42] e que dava passagem do interior das muralhas para uma estrada de circunvalação do monte do castelo e acesso aos arrabaldes da cidade, terá sido alargada e transformada num arco *que saia direito à Costa do Castelo, porque pela mesma porta de Alfofa, que hoje é serventia, fica uma volta muito apertada e em uma ladeira muito áspera, com que os coches e liteiras não poderão passar sem perigo e trabalho*[43]. Ao tempo de Vieira da Silva ainda se via o envasamento de uma torre da muralha que serviu de defesa a esta porta ao sul da Rua do Milagre de Santo António.

Limites do território em 1755

Em 1755 a freguesia da Madalena era uma das freguesias mais movimentadas e dinâmicas da cidade de setecentos. À beira do Tejo, compreendia o lado poente do Terreiro do Paço, onde estavam instaladas as instituições administrativas e económicas da cidade no contexto da importação e exportação de bens, como a Alfândega do Jardim do Tabaco, Alfândega de Lisboa e Casa dos Contos, e a Alfândega ou Tribunal das sete Casas. Com frente para a Rua da Porta da Misericórdia encontrava-se o celeiro da cidade, Terreiro do Trigo, e do lado norte do Terreiro do Paço estava situado desde o princípio do século XVI o principal talho da cidade (Açougue ou Casa Real das Carnes), que dá nome ao Beco e ao Arco do Açougue.

O limite da freguesia da Madalena incluía o Cais da Pedra seguindo depois para norte em direcção ao Arco do Açougue e Arco dos Barretes. Continuava depois para nascente pela Rua Nova encontrando a Rua da Prata e seguindo para norte pela Ruas da Correaria e Pedras Negras. Parte da Rua das Pedras Negras pertencia à freguesia de São Mamede. Aqui virava para nascente para o Beco do Martim Alho e descia até ao Terreiro do Paço seguindo sensivelmente o percurso da Cerca Moura da cidade pela Calçada do Correio, Rua da Padaria e Rua da Portagem até à Rua da Porta da Misericórdia. Corria depois adjacente aos edifícios do Terreiro do Paço e à Ribeira voltando ao Cais

[41] *cit. in* MACEDO, L. Pastor de, *A Rua das Pedras Negras*, Lisboa: Miscelãnea, 1931, pág. 37.

[42] Esta é uma das portas a que se refere o cruzado Osberno, em SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, pág. 65.

[43] Em *Elementos para a História do Município de Lisboa* por E. Freire de Oliveira, tom VIII, p. 249, citado em SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Vol. I, pág. 66.

da Pedra. Segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758-1761[44] em 1755 a freguesia da Madalena possuía 3700 pessoas em 800 fogos.

Segundo o *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro[45], em 1763 a freguesia de S. Mamede era constituída pelas seguintes ruas: Adro da Igreja, Arco da Piedade, Arco da Rosa, Calçada de S. Crispim, Costa, Costa do Castelo, Detrás da Igreja, Largo do Correio, Largo do Forno, Lista, Muro do Correio, Passadiço, Pedras Negras, Rua Direita, Sete Cotovelos, Terreirinho de Ximenes, e ainda os becos das Esmeraldas e dos Namorados. Em 1755 a freguesia era constituída por 360 fogos com 1370 habitantes.

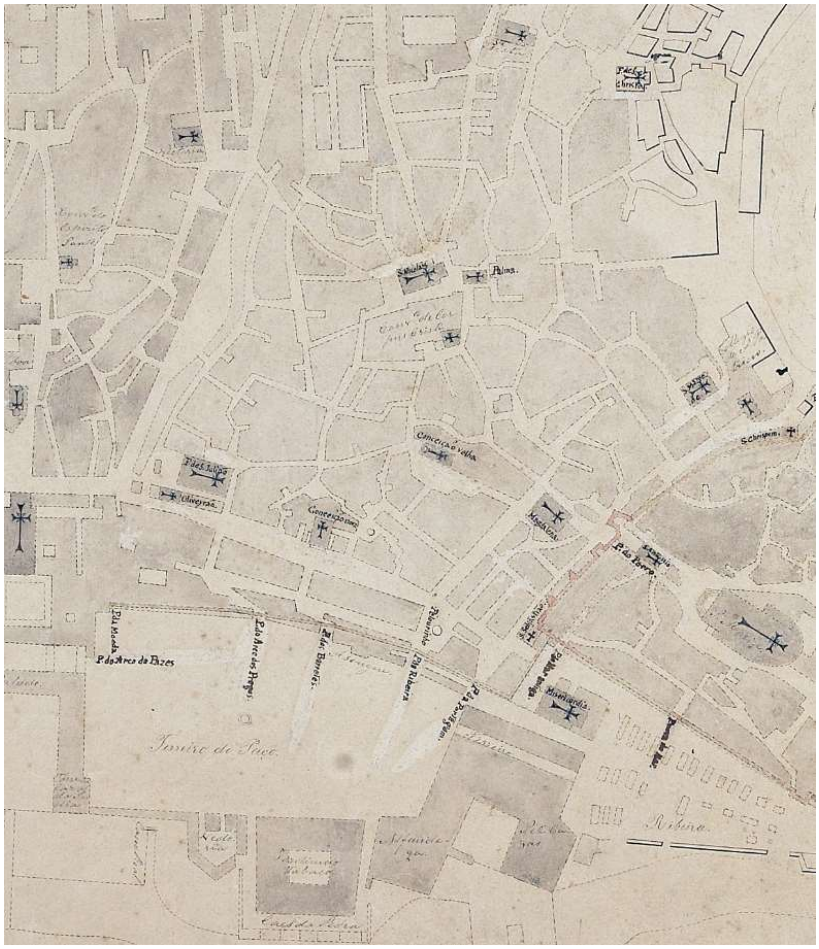


Figura 2.4 Fragmento da planta *Configuração de partes das Fortificações antiguas da Cidade de Lisboa que...* anterior ao terramoto. MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.DES.976. Publicado em SILVA, A. Vieira da, *Plantas Topográficas de Lisboa,* Lisboa: CML, 1950, Planta nº 3. Observa-se a Ig. de S. Mamede, o Seminário S. Patrício, Ermida de S. Crispim, a Ig. de S. Cristóvão e a Ig. da Madalena.

[44] PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo, *Lisboa em 1758, Memórias Paroquias de Lisboa*, Lisboa: C.M.L., 1974.

[45] CASTRO, J. B. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo terceiro, Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763, pág. 333-334.

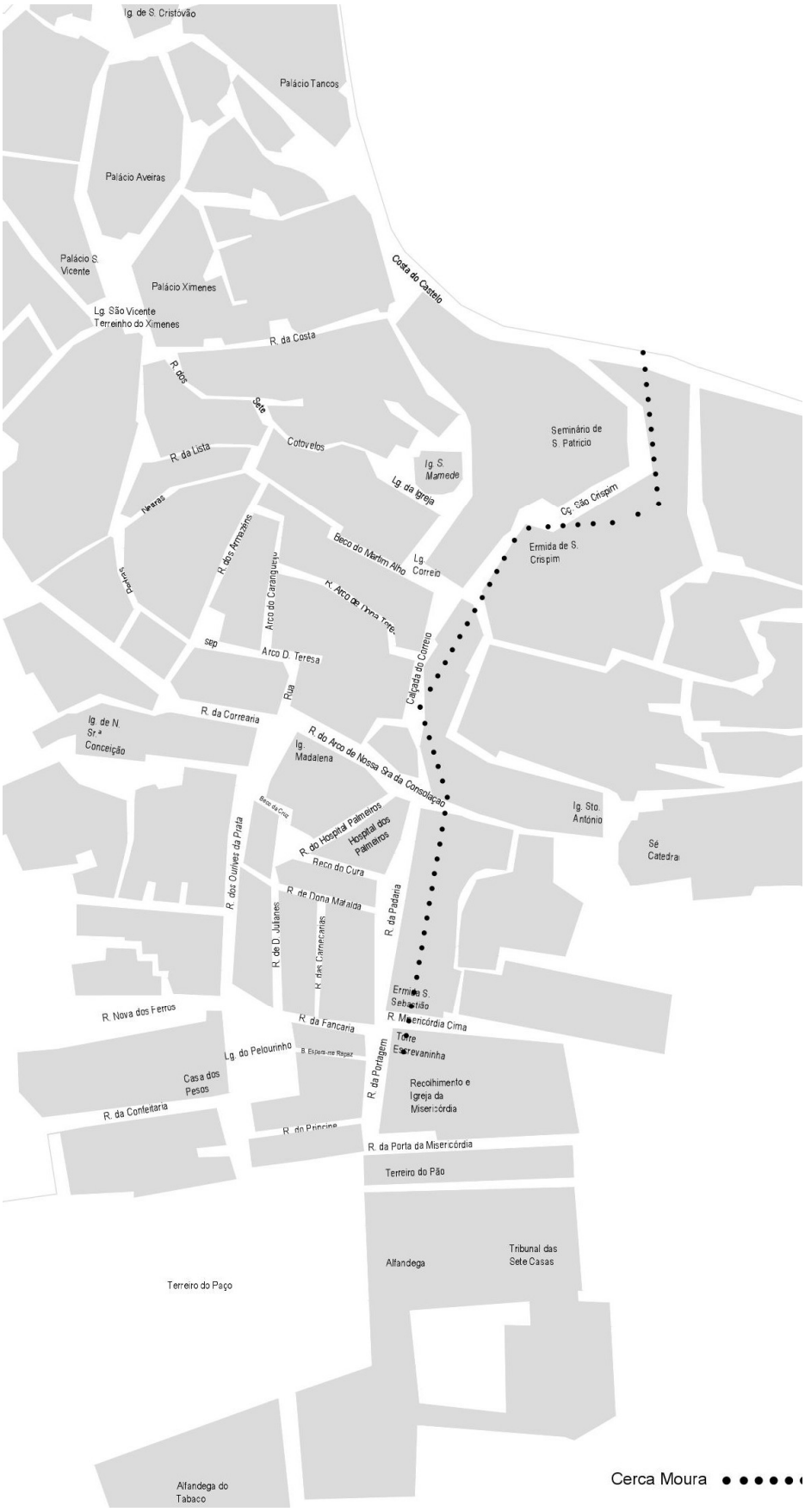


Figura 2.5 Reconstituição da área de estudo em 1755 com os nomes das ruas.

2.2 A DESTRUIÇÃO E OS DANOS CAUSADOS PELO SISMO DE 1755

Na manhã do dia 1 de Novembro de 1755 um sismo de grande magnitude abalou o centro da cidade de Lisboa e boa parte do Sul do país.

Pelas 9 horas e 40 minutos, depois de um grande ruído subterrâneo que aterrorizou toda a gente, a terra teve um primeiro abalo, vertical, depressa seguido de outro, horizontal, no sentido norte-sul. .... o céu ficou escurecido pelos gazes sulfúricos exalados pela terra (notaram-se fendas compridas e estreitas nas ruas) e sobretudo pela poeira, que tornava a atmosfera irrespirável. Ao mesmo tempo as águas retiraram deixando ver o leito do rio - para se precipitarem em seguida, em enormes vagas, que varreram o Terreiro do Paço e as ruas e terrenos próximos das margens.[46]

A parte mais importante da capital ficou em ruínas, incluindo o Palácio Real, inúmeras igrejas e casas religiosas, o Hospital de Todos os Santos, a Ópera e as ruas e bairros mais opulentos. Estima-se que tenham morrido cerca de 10 000 pessoas sob os escombros da capital e durante o incêndio que se seguiu.

Freguesia da Madalena

Segundo Luís Pastor de Macedo em *O terremoto de 1755 na Freguesia da Madalena* todas as ruas da freguesia ficaram destruídas *desde o sítio onde deveria ter começado a ziguezaguear a rua das Pedras Negras, até à orla do rio, tudo eram ruínas...*[47].

Segundo o pároco da freguesia da Madalena em resposta ao inquérito mandado elaborar por Sebastião de Carvalho e Melo para aferir o estado das freguesias, todo o território da freguesia da Madalena foi consumido pelo incêndio:

(...) que se seguiu ao memorável terremoto que padeceu esta cidade de Lisboa em o fatal primeiro dia de Novembro do ano de mil setecentos e cinquenta e cinco que foi o quarto incêndio que consumiu esta Igreja. Em o terramoto faleceram desta freguesia cento e trinta e sete pessoas que ficaram sepultadas em as mesmas ruínas. Ao presente se acha esta freguesia sem habitação própria satisfazendo do modo possível as suas obrigações em a paroquial Igreja de São Martinho, como é notório. É o que se pode noticiar desta mais que todas destruída freguesia de Santa Maria Madalena[48].

João Baptista de Castro, autor do *Mapa de Portugal*, refere que a Igreja Paroquial pouco terá sofrido com o abalo, mas terá sido totalmente consumida pelo fogo:

Neste florentino estado se achava tão venerável Paróquia, quando resistindo vitorioso o seu Templo ao incidente do terremoto, não pode todavia escapar ao incêndio sucessivo, que tudo reduziu nele ao último

[46] FRANÇA, J. Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa; Bertrand Editora, 1987, pág. 62.
[47] MACEDO, L. Pastor de, *O terramoto de 1755 na Freguesia da Madalena*, Lisboa: Solução, 193?, pág. 9
[48] PORTUGAL, F. MATOS, A. *Lisboa em 1758, Memórias Paroquias de Lisboa*, Lisboa: C.M.L., 1974, pág. 163.

estrago, e destruição: livrando-se unicamente o Santíssimo Sacramento, por diligencia do pároco João Pinto da Cruz (...) Pereceram neste horrível fracasso cento e trinta e nove pessoas[49].

A paróquia passou depois para uma barraca no Terreiro do Paço, de onde passou para a freguesia de São Martinho, onde estava em 1763.

A Ermida de N. S.ª Assunção na Rua da Prata terá sido também totalmente consumida pelo fogo de tal modo *que não permanece dela, nem sinal onde esteve*[50]. O mesmo aconteceu com a Ermida de São Sebastião na Rua da Padaria, que *com o terremoto e incêndio se demoliu de sorte, que não se conhece o sítio onde existia*[51]. Também o Hospital dos Palmeiros terá tido o mesmo fim. A Ermida de Nossa Senhora da Consolação que ficava por cima da Porta do Ferro ou Arco da Consolação também se destruiu com o sismo e incêndio, tendo-se depois mandado demolir o arco que já não existia em 1763.

Sobre o Recolhimento e a Igreja da Misericórdia, já em território da freguesia de Santa Maria, Baptista de Castro refere:

(…) *caiu do cruzeiro da Igreja uma porção da abóbada, e um campanário, que ficava por cima da porta da banda do terreiro, de cujo precipício e ruína morreram algumas pessoas (...) Abrasou-se finalmente o recolhimento e demoliu-se com o incêndio a Igreja, ficando todavia isenta a capela do Santíssimo, onde esteve ao desamparo cinco ou seis dias, em que durou o fogo.*[52]

Esta capela é hoje a capela Mor da Igreja da Conceição Velha na actual Rua da Alfândega, construída por D. José e dedicada a Nossa Senhora da Conceição para o culto dos freires da Ordem de Cristo, cuja Igreja tinha sido destruída pelo sismo e incêndio. Era conhecida por Conceição Velha e assim passou a nova igreja a ter a mesma designação.

Na mesma freguesia, o autor refere sobre a igreja de Santo António:

Com o repentino abalo do terremoto, e incêndio ficou este grandioso Templo arruinado (...) Fez-se na Igreja um suficiente comodo para o exercício do Coro, e mais Ofícios Divinos, enquanto se cuida da reedificação fundamental.[53]

Depois do sismo de 1755 a freguesia da Madalena achava-se *com quatro fogos, e quatrocentos e trinta e quatro pessoas dispersas por várias barracas, porque as ruas totalmente se extinguiram com a ruína dos edifícios*[54].

---

[49] CASTRO, J. B. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo terceiro, Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763, pág. 364.
[50] *Idem ibidem*, pág. 364.
[51] *Idem ibidem*, pág. 360.
[52] *Idem ibidem*, pág. 358.
[53] *Idem ibidem*, pág. 353.
[54] *Idem ibidem*, pág. 365.

Freguesia de São Mamede

Em resposta ao inquérito efectuado em 1758 sobre os danos causados pelo sismo de 1755, o pároco da freguesia de São Mamede refere em 1760:

(...) a Igreja Parochial com a mayor parte da freguesia ficou destruida, e inçendiada com o terremoto do primeiro de Novembro de mil settencentos sincoenta e sinco, e com o incêndio que se lhe seguio; (...) *e de toda a freguesia só ficarão livres do incêndio geral da cidade seis propriedades em que se achão habitando vinte e sinco fogos; e por forsa da ruina existe interinamente a Parochia na de S. Christovão circumvezinha donde a Colegiada de S. Mamede está ofiçiando os officios Divinos, e eu admenistrando os Sacramentos aos freguezes, que prezentemente com os que se achão espersos por barracas nos suburbios da cidade completão o numero de duzentos e sette pello que consta do Livro dos Confessados.* [55]

O mapa que antecede o manuscrito original das *Memórias Paroquiais* refere que S. Mamede tinha 318 fogos e 1420 pessoas antes do terramoto. Segundo a descrição do pároco depois do terramoto restaram 6 propriedades com 25 fogos e à data do inquérito a freguesia tinha 207 paroquianos, uma parte dos quais vivia em barracas fora da freguesia. Segundo um mapa incluído na mesma obra, extraído do códice n.º 1229 dos manuscritos da livraria do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, São Mamede inclui-se nas freguesias queimadas, e não nas arruinadas, contando antes do sismo com 300 fogos e 1370 pessoas e depois com 12 fogos e 60 pessoas.

Os dados divergem, principalmente no número de fogos depois do sismo e número de sobreviventes, no entanto revelam que o edificado da freguesia terá de facto sofrido muito, se não com o sismo com o incêndio que lhe seguiu, como reforçam outros depoimentos da época.

João Baptista de Castro em o *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, refere em 1763 que a igreja de São Mamede experimentou:

(...) uma grande derrota, porque o incêndio geral não só o reduziu a cinzas, mas todas as suas alfaias e livros que lhe pertenciam, em cujo fracasso morreriam quarenta pessoas pouco mais ou menos; fazendo mais deplorável perda a extinção quasi total de todas as propriedades dos seus limites Paroquiaes. Nelle desamparado se foy acolher o Paroco a Igreja de S. Christovão, daqui passou para a de S. Patricio na calçada de S. Crispim, onde existe ainda exercendo a sua obrigação nas poucas ovelhas, que lhe restarão, esperando augmento no rebanho, segundo a nova divisão das Paroquias.[56]

Este depoimento reforça a destruição quase total do edificado da freguesia pelo fogo.

[55] PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo, *Lisboa em 1758, Memórias Paroquias de Lisboa*, pág. 149.
[56] CASTRO, J. B. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, pág. 332.

Luiz Pereira de Sousa em *Efeitos do terramoto de 1755 nas construções de Lisboa*, refere o Prior António Ferreira de Mattos, que numa exposição que fez em 1762 diz *que o templo seria relativamente dos que menos podiam padecer, se o incêndio, que veio acabar a obra de destruição d'aquelle dia, não tomasse conta d'elle, arrazando-o e reduzindo-o a cinzas.* [57]

Com base nestas descrições Pereira de Sousa defende que terá sido o fogo a destruir a Igreja de São Mamede e não o sismo, uma vez que segundo o autor esta igreja assenta sobre terreno argiloso, encontrado entre os actuais Largos do Caldas e do Correio Mor, defronte do Palácio do Correio. O autor acrescenta na mesma obra ainda que:

(...) d'esta igreja para cima, [o solo] é constituído por areias e assim se explica as grandes ruínas que tivera esta freguesia, formada na maior parte por construções feitas segundo a vertente (...) Durante muitos anos permaneceram n'esta parte da encosta do Castello os entulhos resultantes d'esta destruição e, por isso, se chamavam a este sítio Monturos ou Entulhos de S. Mamede.

De facto até 1864[58], data em que foi criado o largo em frente ao palácio do Correio Mor, mais tarde Conde de Penafiel, registam-se entulhos no espaço onde tinha estado implantada a antiga igreja paroquial.

Relativamente ao estado em que ficaram os outros edifícios religiosos depois do terramoto o pároco da freguesia em resposta ao inquérito de 1758 dá conta na freguesia em 1760 da:

(...) Ermida dos gloriozos Martires S. Crispim e S. Crispiano (...) que *ahinda que com o ditto incêndio geral da cidade não foi incêndiada a Ermida ficou muito destruída do terremoto e se handa reparando. Há dentro da freguesia também o seminário de S. Patricio que ocupavão os Irlandezes, e o habitarão the o terremoto do ditto anno, por cauza do qual passarão os colegiais para a cidade de Evora (...) acha sse inteiramente reparado das ruínas que lhe fes o terremoto*[59].

Baptista de Castro acrescenta em 1763 que a Ermida de S. Crispim *teve ruína, mas acha-se recuperada*[60].

O *Tombo* de 1755 que registou exaustivamente as propriedades da cidade caídas, arruinadas ou incendiadas por ruas, regista no território da freguesia de S. Mamede um grande número de propriedades. Só na Rua dos Sete Cotovelos e na da Costa contam-se pelo menos 35 propriedades arruinadas.

[57] *Efeitos do Terramoto de 1755 nas construções de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1909, págs. 136, 137.
[58] ARAÚJO, N, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1938, Livro II, pág. 23.
[59] PORTUGAL, F, MATOS, A, *Lisboa em 1758, Memórias Paroquias de Lisboa*, pág. 150.
[60] CASTRO, J. B. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo terceiro, pág. 333.

Freguesia de São Cristóvão

Na freguesia de São Cristóvão o seu pároco em resposta ao inquérito de 1758 dá conta em 1759 de 420 fogos e 1276 pessoas antes do sismo, e de 834 pessoas e 230 fogos depois da tragédia. Refere que a igreja paroquial:

(...) somente experimentou ruína em duas torres, e alguns remates no frontispício, conservando-se as mesmas torres com tal separação das pedras de cantaria, de que compunham, que foi preciso apealas para evitar o prejuízo que ameaçavam a igreja, e se effectuou o desmancho d'ellas com brevidade, ficando todo o templo com perfeição interior e no mesmo estado existe[61].

No dia 4 de Janeiro do ano seguinte já ali se realizavam os actos eclesiásticos. Durante este interregno os ofícios divinos foram celebrados no pátio do Palácio da Rosa, *quintal do Exmo. Bisconde da Ponte de Lima*[62]. O pároco acrescenta ainda ter a freguesia ficado inabitada *do Largo do Palácio do Conde de São Vicente athé o fim da rua do Regedor, e a mayor parte do Cham do Loureyro, que por cauza do mesmo incêndio se acha sem reparo*[63].

Frei António do Sacramento refere em 1778 que o *terramoto arruinou bastantes casas daquele bayrro e outras ficaram de pé, e como o fogo não entrou por elas, em breve tempo foram habitadas dos seus respectivos moradores*[64].

Moreira de Mendonça[65] descrevendo a "linha de fogo" que limitava a parte incendiada da cidade diz que ela ia pelas portas da Alfofa, Colégio de S. Patrício, Igreja de S. Mamede, Costa do Castelo e passando pelo largo e frente de S. Cristóvão descia por detrás da Igreja de Santa Justa ao Largo do Poço do Borratem. Coloca assim grande parte da freguesia de São Cristóvão fora deste círculo em que tantas edificações se terão consumido pelo fogo. A parte atingida pelo fogo é precisamente a área de contacto com a freguesia de São Mamede, o Largo do Conde de S. Vicente e Chão do Loureiro onde se encontravam os Palácios de Ximenes, São Vicente e Aveiras. A descrição destes palácios comprova esta destruição:

O Palácio dos Condes de São Vicente, segundo o depoimento do Padre Manuel Portal[66] *foy inteiramente reduzido a cinzas* pelo fogo que se seguiu ao sismo, acrescentando que *ainda que o conde* [Távora] *não morava nele se não Elias Perchon, contudo a mayor parte dos moveis preciosos estavão no ditto Palácio e forão irremediavelmente consumidos pelo fogo.*

---

[61] PORTUGAL, F. MATOS, A, *Lisboa em 1758, Memórias Paroquias de Lisboa*, pág. 88.
[62] ANDRADE, F. *A freguesia de São Cristóvão*, vol. I, Lisboa: CML, 1944, pág. 45.
[63] PORTUGAL, F. MATOS, A, *Lisboa em 1758, Memórias Paroquias de Lisboa*, pág. 89.
[64] em *Memórias Curiosas em que por estes anos de 1778 se acham as principais coisas da corte de Lisboa*, pág. 61, citado em ANDRADE, F. op. cit, pág. 17.
[65] Em *História Universal dos Terramotos que tem havido no mundo desde que há notícia, desde a sua criação até ao século presente*, Lisboa: António Vicente da Silva, 1758, pág. 126.
[66] *História da ruína, etc.…* citado em ANDRADE, F. op. cit., pág. 92.

O fogo deixou também em ruínas o Palácio Aveiras. Segundo Ferreira de Andrade as *chamas que do alto das portas da Alfofa irromperam por S. Mamede ao chão do Loureiro atearam-se mais junto ao Palácio de S. Cristóvão; aqui se firmaram na sua voracidade destruidora (...) Nunca mais a família Aveiras voltou a residir em S. Cristóvão*[67]. O autor cita ainda um documento coevo que refere *o Palácio do Conde de Aveiras moço é agora uma autêntica ruína*[68].

Também a propriedade de Ximenes é registada como "propriedade incendiada". Quanto ao Palácio dos Condes de S. Vicente, Ferreira de Andrade[69], segundo dados do rol das desobrigas, refere que apesar do palácio ter ficado em ruínas, em 1760 ali se acolheu muita gente pobre e mais tarde com a demolição das ruínas existiram muitas barracas.

A área de estudo em 1762

O impacto do sismo e do incêndio terá sido de tal ordem que no ano de 1762, primeiro registo da *Décima*[70] para a freguesia de S. Mamede, esta freguesia só regista 6 propriedades, cinco na Rua da Costa do Castelo e uma na Calçada de São Crispim. Destas, duas são ruínas em parte ocupadas. As outras quatro, pelas descrições, comparação com o *Tombo* de 1755 e com a planta de Ferreira de Andrade[71] (Figura 2.3), aparentam ser muito provavelmente anteriores ao sismo de 1755, e por aquela altura já reparadas.

Os registos da *Décima da Cidade* fornecem-nos a imagem de uma freguesia praticamente vazia e desprovida de edificado. São registadas apenas duas ruas que se localizam na parte norte da freguesia, a Costa do Castelo e as Escadinhas de São Crispim, cujo traçado permanecerá inalterado após o sismo tendo chegado até aos nossos dias. Todas as outras ruas e edificado que faziam parte da freguesia em 1755 desaparecem. Isto sugere não só que a acção do sismo e do fogo terá arrasado a freguesia de S. Mamede tal como as *Memórias Paroquiais* indicam, mas também que ainda não existiam sinais de reconstrução.

No ano de 1762 o Livro da *Décima* da freguesia de S. Cristóvão regista 85 edifícios com vários andares inteiramente habitados, o que contrasta com os 6 edifícios descritos em S. Mamede na mesma data. Os dados apontam para que os danos causados pelo sismo em S. Cristóvão tenham sido muito menores do que em S. Mamede, uma vez que o fogo praticamente não terá atingido S. Cristóvão, ao contrário de São Mamede, onde o fogo parece ter sido o maior responsável pela destruição quase total da freguesia.

[67] ANDRADE, F. A. op. cit, pág. 110.
[68] Códice 1772, fl. 77 a 81 citado em ANDRADE, F. op. cit, pág. 110.
[69] *Idem ibidem*, pág. 93.
[70] ATC, *Décima da Cidade*, freguesia de São Cristóvão e São Mamede.
[71] Planta anexa ao vol. I de A *freguesia de São Cristóvão*, Lisboa: CML, 1944 e pág. 122.

O *Tombo* de 1755[72] regista no Largo do Conde de São Vicente as propriedades de Ximenes, Conde de Aveiras, António José, e Condes de São Vicente. No Livro da *Décima* da freguesia de São Cristóvão em 1762 vamos encontrar estas mesmas propriedades à excepção do Palácio dos Condes de S. Vicente:

Uma propriedade de Rodrigo Ximenes que consta de uma barraca alugada, e pela qual *não se cobra o segundo semestre por se deitar abaixo por ser propriedade de madeira*. Em 1765 esta propriedade já não é registada; uma propriedade de Mariana de Jesus viúva de António José que consta de uma loja e seu sobrado arrendado. No ano seguinte acrescenta-se que *não é cobrado o segundo semestre da propriedade acima em razam de se demolir e fazarse inhabitavel.* Segundo dados do *Tombo* de 1755, Ferreira de Andrade localiza esta propriedade no espaço do actual Largo do Caldas. Em 1765 esta propriedade já não é registada; uma propriedade do Conde Aveiras que consta de uma loja e de um sobrado; uma propriedade do Padre Pedro de Mattos com loja e s*otto*; por fim duas propriedades do Conde de Aveiras, uma com loja e sobrado e a outra com duas cocheiras, que em 1764 é descrita como um pátio com cinco barracas arrendadas. Esta última propriedade é dada como incendiada em 1765 em cujo pátio existe uma loja e 6 barracas que servem de habitação, e em 1770 é denominada de Palácio do Conde de Aveiras incendiado e em ruínas com barracas.

Da comparação do *Tombo* 1755 com os Livros da *Décima* retiramos que o Largo do Conde de S. Vicente, apesar da destruição patente, permanecia praticamente o mesmo em 1762. Os edifícios ainda que arruinados ali estavam a limitar aquele espaço: o palácio Aveiras incendiado, o antigo palácio Ximenes, agora uma barraca de madeira, e a propriedade de Mariana de Jesus viúva de António José, situada no que actualmente é o Largo do Caldas e a Rua da Madalena. Por outro lado, os dados da *Décima* indicam também que é por esta data que se procede à demolição destas duas últimas propriedades, que acabam por desaparecer do registo da *Décima*. Estas demolições constituem sinais evidentes do início da transformação urbana imposta para a área pelo Plano de 1758. O que resta do Palácio Ximenes transformar-se-á nos anos seguintes numa propriedade de casas nobres típica da burguesia da época que se adivinha, e a demolição da propriedade de António José permitirá traçar uma das novas ruas do Plano, a Rua da Madalena.

Ainda na freguesia de S. Cristóvão importa referir o Palácio do Marquês de Tancos que segundo dados encontrados[73] parece que pouco deve ter sofrido com o sismo. Em meados de 1756 ali residia a Marquesa de Tancos e os Marqueses de Nisa. No livro da *Décima* de 1762 esta é a primeira propriedade da Calçada do Conde da Atalaia parte direita, registada como Palácio do Marquês de

[72] ANDRADE, F. op. cit., pág. 93.
[73] *Idem ibidem*, pág. 147.

Tancos *que está por acabar e o que está feito se acha devoluto*. Parece-nos que ainda que não tenha ficado muito destruído com o sismo, por esta altura andava em obras.

Também o Livro da *Décima* da freguesia da Madalena de 1762 torna clara toda a destruição causada pelo sismo. Na *Rua da Porta da Misericórdia pelo lado direito vindo da ribeira para a praça do comércio* são registadas três propriedades: loja e *soto*; loja; e 4 lojas, duas com frente para esta rua e duas para a *Rua da Portagem.* Do lado esquerdo uma propriedade com loja e *soto*. Continua depois pela *Praça Comércio parte direita* (lado norte da Praça), passando a *Travessa do Pelourinho* (que dava ao largo do Pelourinho) até ao *Arco do Açougue*, onde se registam 40 lojas. Do lado esquerdo da Praça descrevem-se 23 lojas, a maior parte do Senado.

Segue-se o lado nascente da Praça, *hindo da porta da miz para a Alfândega pt dta e tdas as barracas q ficam pelo meio* ocupado com lugares do senado, e depois a parte esquerda, que corresponde ao quarteirão da Alfândega, onde se acham várias lojas, a *casa de ver o pezo onde foi Terreiro do pão* e *uma acomodação entre paredes velhas de abobada onde era jardim do tabaco*.

Descreve-se *a Rua que principia da porta de baixo da misericórdia e finda ao arco da Consolação,* sem, no entanto, se fazer referência à Rua da Portagem e à Rua da Padaria, as artérias que faziam este percurso. Aqui, da parte direita subindo existiam várias lojas e lugares do senado, seguindo-se três propriedades da Misericórdia: uma loja, uma *barraca de frontal com seu sobrado*, e uma propriedade com *duas lojas e dois sobrados por cima com escada ao meio*. A *Décima* de 1766 descreve estas propriedades na *Rua da Portagem*, e refere que a última fazia esquina com a *Rua da Misericórdia de Cima*. Isto indica que a *Rua q principia da porta de baixo da miz e finda ao arco da Consolação da pt dta* só possuía propriedades no troço da Rua da Portagem. No percurso restante que ia até ao *Arco de Nossa Sra. da Consolação*, e que correspondia à antiga Rua da Padaria não são registadas propriedades.

Do lado oposto da *dita rua hindo da miz p o arco da consolação* subindo existiam algumas lojas, que pela *Décima* de 1766 percebemos que se localizavam no troço correspondente à Rua da Portagem. Segue-se uma propriedade constituída por uns *armazéns do Santíssimo da freguesia* ocupados *com azeite e vinhos* por *António Coelho de Souza*. Em 1766 esta propriedade é registada na *Rua que foi da Padaria* e em 1775 é *um armazém por debaixo da Igreja da Madalena* com o mesmo ocupante. A localização deste armazém por debaixo da Igreja da Madalena, revela que o quarteirão da antiga Rua da Padaria entre o Beco do Cura e Rua do Hospital dos Palmeiros não existia em 1762. Se juntarmos a isto o facto de o lado nascente da Rua da Padaria não registar uma única propriedade em 1762, então praticamente toda a Rua da Padaria de 1755 estava destruída e vazia naquele ano. Parece ter sido esta a razão para o escrivão do Livro da *Décima* nunca ter registado o termo ´Rua da

Padaria', preferindo mencionar o percurso entre dois pontos, a Rua da Misericórdia e o Arco da Consolação, ou então *Rua que foi da Padaria*.

Continuando a descrever o Livro da *Décima* de 1762, regista-se a *Rua que vai da igreja de santo antonio para a porta da ig da Madalena* lado direito com 4 propriedades, as duas últimas com entrada pela antiga Rua das Pedras Negras: *uma acomodação entre paredes velhas com entrada pelas pedras negras de Manuel da Silva cabeleireiro com loja ao Pelourinho* e *uma loja às Pedras Negras do Exmo. João de Almada*. Estas propriedades deviam situar-se no início da antiga Rua das Pedras Negras lado direito, possivelmente no início da actual Travessa do Almada.

Do outro lado da mesma rua *que vai da igreja de santo Antonio para a porta da ig da Madalena* direcção nascente/poente registam-se outras quatro propriedades: as Casas do Tesouro ocupadas com armazéns de vinho e taberna, duas barracas com lojas, e uma loja e soto da Irmandade do Santíssimo da freguesia da Madalena onde está instalado Joaquim José Oliveira com loja de bebidas, que ficava atrás da Igreja da Madalena. Esta propriedade parece ser adjacente ao armazém por de baixo da Igreja da Madalena descrito na Rua da Padaria, pois em 1773 são descritos sequencialmente os dois na Rua nova da Padaria.

Segue-se a *Rua que foi dos ourives da prata principiando da parte das Pedras Negras pelo lado direito* onde é registado o edifício de João de Almada com 4 andares e fachadas para esta rua e para as Pedras Negras. Segue-se o de Pedro Francisco Nogueira, ourives da prata, com duas lojas e sobrado ocupado pelo mesmo. Até ao final da rua são descritas mais 22 propriedades de lojas. Do lado oposto da mesma rua até ao Pelourinho acham-se 9 lojas e *Defronte do Pelourinho na mesma rua e lado* 23 lojas.

Descreve-se a *rua nova da rainha hindo da p comercio p ldo dto* com 2 lojas. Esta é a única rua nova do Plano mencionada neste livro, actual Rua da Prata.

Por último, parte desta rua até ao Pelourinho, sem, no entanto, nomear esta artéria de Rua Nova, e depois daqui até à *Porta Travessa da Misericórdia* descrevendo os dois lados ao todo com 43 lojas.

O Livro da *Décima* de 1762 vem revelar uma freguesia completamente arrasada pelo sismo, praticamente sem edificado e ocupada sobretudo por comércio instalado em construções precárias entre os escombros da cidade. As ruas de 1755 são agora ocupadas por lugares do senado e construções abarracadas, no máximo com sobrado ou sótão por cima, descritas como *loja abarracada, loja coberta de telha, canto*, *acomodação entre paredes velhas* ou *barraca de frontal*, e rodeadas por grandes espaços vazios arruinados. Restam apenas os edifícios de João de Almada e o de Pedro Nogueira junto à igreja da Madalena.

O *Tombo* de 1755 ao descrever umas propriedades da Rua da Correaria subindo da Madalena mostra-nos que as casa de João de Almada não foram atingidas pelo sismo: *As primeiras casas do dito lado são de João de Almada que passam às Pedras Negras e como ficaram ilesas do incêndio e não tem ruina notável se não mediram de que fiz esta declaração, ect....*[74] Também a descrição de 1768 de umas casas destruídas referem o seguinte: *lado esquerdo da rua das Pedras Negras entrando nela pela parte da igreja de Sta. Mª Madalena umas casas descritas debaixo do nº1 que se seguiam às de João de Almada que ficaram livres do incêndio que se seguiu ao terramoto do dito dia*[75].

É notória a ruína de algumas das instituições preponderantes da cidade antiga, o Terreiro do Trigo, que *foi terreiro do pão,* é agora o *ver o pezo* que anteriormente ao sismo ficava no Largo do Pelourinho; o Jardim do Tabaco é agora uma *acomodação abobadada de paredes velhas*; e as Casas do Tesouro um armazém de vinhos e taberna.

As principais artérias da freguesia ou não são registadas ou são identificadas somente como uma memória do que foram em 1755. A Rua Nova, principal artéria da cidade, não é mencionada, e a Rua da Padaria e Rua da Prata são agora, respectivamente, a Rua *que foi* da Padaria e a Rua *que foi* da Prata.

Também uma grande parte das artérias da freguesia não são registadas na *Décima*, indicando que estas estariam, se não totalmente arrasadas, pelo menos completamente vazias, sem habitação ou comércio. Entre a rua que vai da misericórdia até arco consolação e a Rua da Prata já não são referidas as ruas das Carneçarias, D. Julianes, Dona Mafalda, Hospital dos Palmeiros e beco do Cura. Entre a Rua Nova/Fancaria e o Terreiro do Paço, já não são referidas as ruas do Príncipe, Confeitaria, e beco do Espera-me rapaz. A *Décima* omite ainda toda a parte norte da freguesia, como as ruas da Correaria, grande parte das Pedras Negras, Caranguejo, Armazéns, Dona Teresa, Martim Alho e calçada do Correio.

[74] *cit in* MACEDO, L. Pastor de, *A Rua das Pedras Negras*, pág. 39.
[75] *Termo de Adjudicação* de terreno na Rua da Madalena ao Juízo do Tombo dos Bens dos Ausentes Confiscados, 1768, ANTT*, Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* fol. 298; ver Mapa da Rua da Madalena (Anexo 3).

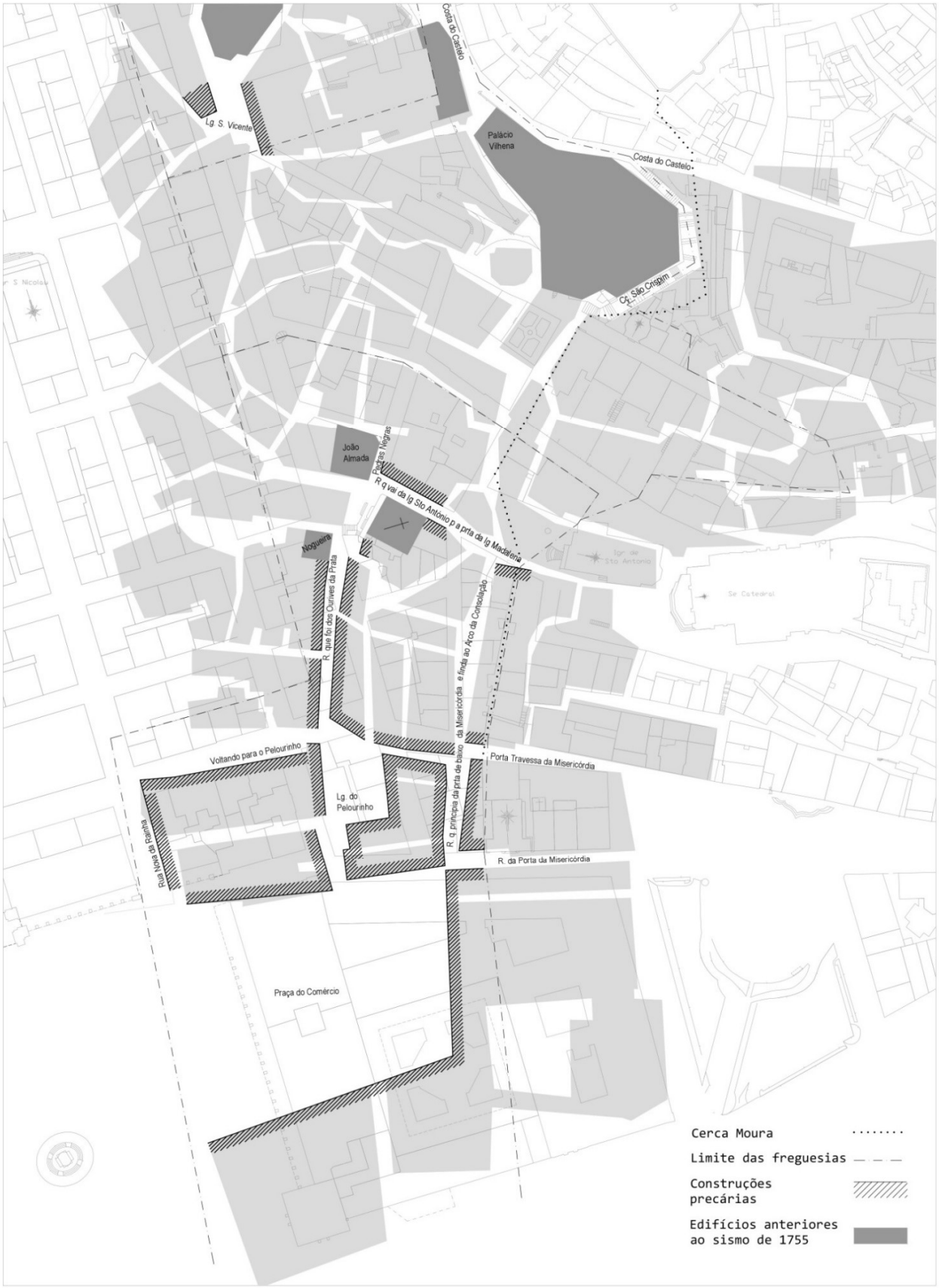


Figura 2.6 Ruas e propriedades das freguesias da Madalena, S. Mamede e parte de S. Cristóvão segundo a *Décima* de 1762.

2.3 CONCLUSÕES

A área de estudo foi muito afectada pelos efeitos do sismo de 1755, principalmente pelo incêndio que se seguiu. A descrição de várias propriedades antigas de 1755 por todo o território da área feitas nos *Termos de Adjudicação* de novos terrenos confirmam a destruição, ruina e entulho em que se encontrava a área, principalmente por acção do incêndio que se seguiu ao sismo: *não pode constar a sua medição pela deformidade do sitio com o entulho*; *e se lhe queimaram as ditas* [casas] *no incêndio que se seguiu ao terramoto*; *chãos incendiados*; *disformidade do sitio por estar imperceptivel com o entulho*; *chão de casas incendiadas pelo terramoto*; *propriedade incendiada*[76].

Ainda em 1762[77] a área de estudo era uma área totalmente destruída e vazia, apenas ocupada por comércio instalado em ruínas e construções abarracadas. O único edifício inteiramente de pé e totalmente ocupado é o de João de Almada construído em meados de setecentos.

[76] Descrições constantes dos *Termos de Adjudicação e posse* de terrenos na área de estudo. ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova e Bairro do Limoeiro.*

[77] Segundo os Livros de *Arruamentos* e *Prédios* das freguesias da Madalena, São Cristóvão e São Mamede, ATC, *Décima da Cidade*.

III O PLANEAMENTO DA RECONSTRUÇÃO E O PLANO DE 1758

3.1 DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Logo imediatamente após o sismo de 1 de Novembro de 1755 foram tomadas várias medidas para promover a segurança e higiene publica, enterrar os mortos e retirar os escombros para possibilitar a circulação na cidade. A 3 de Dezembro de 1755[78] são definidos os novos limites da cidade, que vão de Alcântara a Santa Apolónia, dentro dos quais passava a ser proibido aforar terrenos para edificações novas em pedra e cal. O território em estudo está incluído nos limites da cidade definidos a 3 de Dezembro de 1755.

Às primeiras medidas seguiram-se uma série de diligências e disposições legislativas com o objectivo de preparar a cidade para a sua reconstrução. Não se encontraram medidas preventivas que mencionem especificamente a área em estudo, mas supõe-se que, dado o nível de destruição, as medidas tomadas para toda a cidade abarcassem também esta área. Passam-se a enunciar as referências ao território em estudo nas providências tomadas no contexto da reconstrução da cidade.

***Juízo de Inspecção dos Bairros* e o *Tombo* da cidade**

A 2 de Novembro de 1755 é criado o Juízo da Inspecção dos Bairros de Lisboa[79] que irá coordenar as intervenções necessárias para a reconstrução da cidade. São criados doze bairros presididos por doze Inspectores Desembargadores. Os territórios das freguesias da Madalena e de São Mamede são integrados no Bairro da Rua Nova e no Bairro do Limoeiro respectivamente.

A 29 do mesmo mês é ordenada a elaboração do cadastro das propriedades destruídas e incendiadas de cada Bairro – *Tombo*[80]. Competia à Inspecção de cada Bairro a descrição da largura e comprimento das suas ruas praças, becos, largos, bem como dos edifícios públicos e propriedades particulares, especificando a frente e largura de cada uma. Este registo tinha como objectivo saber o local e dimensões das propriedades existentes à data do sismo, para que mais tarde não houvessem dúvidas do que era de quem, o que viria a ser indispensável ao sistema de equivalências que posteriormente se estabeleceu entre aquelas propriedades e os novos terrenos atribuídos segundo o Plano de reconstrução da cidade. As descrições das propriedades destruídas da área em estudo constam dos Livros do *Tombo* dos respectivos bairros.

O Aviso de 30 de Dezembro de 1755[81] proíbe a edificação de novas casas e a reedificação das que foram destruídas pelo sismo e/ou incêndio até que se concluam os tombos. São permitidos os

[78] Providência IX-IV em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755 ordenadas e oferecidas à Magestade Fidelissíma de El Rei D. José I Nosso Senhor*, 1758, págs. 150-153.

[79] Providência I-II em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…*, págs. 44-45.

[80] Providência XIV-I em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…,* págs. 318-321.

[81] Providência XIV-V em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…*, págs. 324-325.

consertos e reparações das propriedades que o sismo deixou de pé. Em caso de incumprimento proceder-se-ia à demolição à custa dos proprietários. A 10 de Fevereiro do ano seguinte um novo Aviso vem reforçar esta ordem e acrescenta que foram mandados delinear planos para cada um dos Bairros que seriam publicados em breve *alinhando-se neles a largura, e a direcção das Ruas; a estrutura exterior, e elevação de edifícios, os quais devem ser uniformes em tudo quanto comodamente puder observar-se.*[82]

Declives e nivelamento da cidade

A 11 de Dezembro de 1755[83] Manuel da Maia Engenheiro Mor do Reino é encarregado de nomear os engenheiros para calcular os declives entre os conventos da Boa-Hora, da Anunciada, de Corpus Christi, das Igrejas da Madalena e de São Sebastião da Padaria, até ao Terreiro do Paço e Ribeira. A 22 do mesmo mês[84] Manuel da Maia é ainda avisado para que proceda ao nivelamento da parte da cidade que fica entre as ruas Nova do Almada e Padaria e as extremidades meridionais das referidas ruas até ao Terreiro do Paço, marcando-se as covas ou declives que se devem encher de escombros provenientes da limpeza da cidade até ficar nivelado com o Terreio do Paço no ponto em que para sul se começa a descer até ao rio e para norte a subir até à Boa-Hora, Rossio e Arco da Consolação. Pretende-se subir o nível da parte baixa da cidade e suavizar as pendentes entre as colinas de São Francisco a poente e do Castelo a nascente.

Parte da área referida nestes Avisos pertence à freguesia da Madalena: a antiga Rua da Padaria, onde no extremo sul se situava a Igreja de São Sebastião da Padaria, e no extremo norte o Arco de Nossa S.ª da Consolação que se localizava por cima da Porta do Ferro, na intersecção com a Rua do Arco de Nossa Senhora da Consolação ou Rua da Porta do Ferro. De certo modo a Rua da Padaria anuncia-se já como o futuro limite nascente do Plano de reconstrução que estaria já a ser elaborado.

Alvará de 12 de Maio de 1758

A 12 de Maio é publicado um Alvará com força de Lei[85] anunciando que foi aprovado *um novo plano regular e decoroso* para a reedificação da cidade com os limites do Decreto de 3 de Dezembro de 1755. Este documento define o enquadramento legal do processo de reconstrução. Estabelece duas situações distintas: para a área do Plano que corresponde aos bairros onde os edifícios *foram abrasados e demolidos* devem-se alinhar as ruas *com a rectidão e largura competentes à*

[82] Providência XIV-VII em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…,* pág. 327.
[83] Providência XIV-II em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…,* pág. 321.
[84] Providência XIV-III e IV em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…, págs.* 322-324.
[85] Providência XIV-VIII em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…*, págs. 328-336.

comodidade dos seus habitantes, e ao serviço dos que por elas passam e para os outros Bairros *cujos edifícios ficaram no estado de admitirem concerto* devem-se melhorar as ruas *aos ditos respeitos, quanto for possível*. Determina que os proprietários de terrenos nos Bairros arruinados devem reconstruir na conformidade com o novo Plano no prazo de cinco anos. Estabelece o sistema de compensações para os proprietários lesados com a abertura das novas ruas, e o sistema de preferências no caso de conflito entre proprietários.

> ***Plano, que S. Majestade mandou remeter ao Duque Regedor para se regular o alinhamento das ruas, e reedificação das casas a erigir nos terrenos entre a Rua Nova do Almada e Padaria, e entre a extremidade Septentrional do Rossio até o Terreiro do Paço, exclusivamente.***

O Decreto aprovado a 12 de Junho de 1758[86] estabelece como deverá ser executado o novo Plano. Reduz a Rua da Confeitaria e a Rua Nova dos Ferros a uma só rua principal, a Rua Nova d'El Rei com 60 palmos de largo (1 palmo (p) = 0,22 metros), que vai desde a Calcetaria até Rua dos Ourives da Prata na freguesia da Madalena. A descrição desta rua prevê ainda a abertura da passagem do extremo nascente da rua até à Ribeira, pois não devia ter a rua *um Termo tão torpe, como é a obliqua e estreita passagem que vai do Mal Cozinhado e das Carneçarias por detrás da Misericórdia até à Ribeira*. Esta medida antevê a rectificação da antiga Rua da Misericórdia, da Ribeira até à Rua Nova d'El Rei passando junto à abertura da futura nova Rua da Padaria, dentro da área em estudo.

As instruções do Plano traçam também três ruas que deverão sair do Terreiro do Paço também com 60 palmos que deviam ser intersectadas pelas Travessas. Duas irão até ao Rossio e serão as futuras ruas Augusta e do Ouro. A terceira *vai meter-se* na antiga Rua dos Ourives da Prata e passa sobre o Largo do Pelourinho. Esta descrição sugere o traçado da Rua Nova da Princesa ou até da Rua da Madalena. Veja-se como ambas as ruas vão passar pelas imediações do Largo do Pelourinho e os seus edifícios irão ocupar este largo. Também a descrição da Rua da Madalena nos *Termos de Adjudicação* dos novos terrenos a edificar mostra como esta rua era equiparada à antiga dos Ourives da Prata. O pedido de um proprietário para edificar na nova Rua da Madalena refere que *como a sobredita rua antigamente dos Ourives da Prata se achava ao presente alinhada para nela se edificarem as casas pretendia o suplicante edificar no seu antigo solo*[87], e o Livro da *Décima* da freguesia da Madalena refere-se a esta rua como *Rua que foi dos Ourives da Prata* ou *Rua que foi da Prata* até 1765, o que sugere uma analogia clara entre a rua antiga e a nova. Tal como a antiga Rua da Prata a Rua da Madalena vai passar na frente da Igreja Madalena. Por outro lado, a Rua da

[86] Providência XIV-IX em FREIRE, Francisco José, *Memórias das Providências que se deram no Terramoto…,* págs. 337-351.
[87] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros*, Bairro da Rua Nova, Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 186v.

Madalena não tem hoje 60 palmos, mas sim 50 tal como a Rua Nova da Princesa, hoje Rua dos Fanqueiros. A terceira rua seria a Rua Bela da Rainha, actual Rua da Prata com 60p de largura como as outras duas. No entanto é interessante notar como as instruções do Plano previam o traçado de uma nova rua que seguia sobre o largo do Pelourinho para norte e que faria as vezes da Rua dos Ourives da Prata, a rua principal da freguesia da Madalena de 1755.

As Instruções de 12 de Junho de 1758 dividem ainda a cidade em quatro áreas. Interessam-nos a terceira e a quarta área que são aquelas que tocam na área em estudo. A terceira área é limitada a nascente pela Rua da Correaria, a Igreja da Madalena e o lado ocidental da Ourives da Prata até ao Terreiro Paço, e a quarta tem como limite norte a Rua Nova e a Rua de Cima da Misericórdia. Estas duas áreas tocam nos limites da área em estudo, mas parecem não a englobar. Mesmo a Rua da Padaria, mencionada no título do decreto que lança o Plano como limite nascente, nunca é referida no corpo do texto, ao contrário da Rua Nova do Almada, o limite poente, com instruções bastante especificas. Esta omissão sugere que o território em estudo estava fora da área abrangida pelas disposições do Plano. Será que este território se enquadrava na segunda situação prevista na Lei de 12 Maio que previa o conserto dos edifícios fora da área do Plano de reconstrução? O Aviso de 20 Abril de 1759 vem clarificar que os consertos e reparos não são proibidos fora das ruas que se iriam alinhar para melhor decoro da cidade, ou seja fora da área do Plano, e que havendo dúvidas de quais eram estas ruas se devia recorrer ao Juízo de Inspecção da Cidade que daria a licença de edificação para as áreas em que as ruas não pudessem *comodamente melhorar-se*[88].

Adjudicação dos terrenos

A 12 de Junho de 1759[89] dá-se início à distribuição de terrenos na Rua Augusta para que os proprietários possam começar a reedificação das propriedades. Sete dias depois ordena-se a entrega dos terrenos das Ruas Principais, seguidos dos das ruas *estreitas e escuras* que deviam ser adjudicados nas Travessas.

A 29 de Dezembro de 1759[90] é lançado um Aviso que descreve as regras sobre as avaliações e valores que devem ser utilizados nas compensações dos terrenos a adjudicar, elaborado pelo Engenheiro Alexandre José Montanha. Neste documento é referida pela primeira vez a Rua da Madalena. À Rua da Madalena é dado o mesmo valor que à Rua da Princesa. De maior valor são as Ruas principais e de menor as ruas dos Douradores, Sapateiros e Correeiros. A avaliação dos terrenos na Rua da Madalena distingue a metade próxima da Praça do Comércio da metade próxima do Rossio.

---

[88] ANTT, *Junta do Comércio, Mç. 68, Cx.219*, doc. s/n. avulso, transcrito em OLIVEIRA, Mª Leonor Ferrão, *Eugénio dos Santos e Carvalho, Arquitecto e Engenheiro Militar (1711-1760): Cultura e Prática de Arquitectura*. Tese Doutoramento, Lisboa: FCSH/UNL, 2007, págs. 45-46.

[89] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros*, Bairro da Rua Nova, Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 2.

[90] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros*, Bairro do Rossio, Livro de *Avaliações*, fol. 1-5v.

Na primeira, 1 palmo por 58 palmos de fundo valem 8$500 réis e na segunda os mesmos palmos valem 7$500 réis. Referem-se ainda a Rua de São Julião (1p por 75p fundo vale 9$000 por ter mais fundo) e a Rua da Conceição (1p por 75p vale 8$000). Nas restantes ruas dos Douradores, Correeiros e Sapateiros 1p por 58p fundo vale 7$000. Os terrenos de esquina têm características especiais.

Este documento revela como logo em 1759 estava previsto proceder à adjudicação de terrenos na Rua da Madalena tal como na parte baixa da cidade.

Termo de Obrigação Adjudicação e Posse

A *instrução* de 19 de Junho de 1759[91] explica como devem ser formalmente feitas as adjudicações dos terrenos. Refere que ao Inspector de cada Bairro deve ser entregue *um livro de papel grande, e em tudo igual ao dos Tombos, para neles se lançarem os Termos de entrega, obrigações e posse, que devem fazer os donos das propriedades, depois de haverem mostrado que o são.* De seguida fornece a minuta de um *Termo de Entrega Obrigação e Posse* que deverá ser utilizada para cada uma das adjudicações.

O conjunto documental do *Juízo da Inspecção dos Bairros* arquivado na Torre do Tombo compreende os livros dos *Termos de Obrigação Adjudicação e Posse* do Bairro da Rua Nova e do Bairro do Limoeiro. Estes livros possuem os *Termos de Adjudicação* dos terrenos de todas as ruas da área em estudo, cujo modelo e discurso utilizados seguem exactamente a minuta apresentada no Aviso de 19 Junho 1759 que deveria ser utilizada para a Rua Augusta. O *Termo de Adjudicação* é feito na presença do Inspector do Bairro, dos oficias com exercício de Engenheiro *a cujo cargo está a regulação da nova planta desta cidade*, de um ajudante e do proprietário. Descreve-se a propriedade antiga e a sua localização, com referência ao registo no *Tombo* e determina-se o novo lote e localização do *terreno equivalente ao que antes possuía conforme a regulação* e *segundo a nova divisão*. Descrevem-se os palmos que o proprietário deve comprar ou vender para perfazer a área que lhe foi adjudicada. O proprietário compromete-se a edificar em 5 anos estabelecidos pela Lei de 12 de Maio de 1758 e a *conformar-se nos prospectos e construção delas com as Instruções do decreto de 12 de Junho do mesmo ano e mais providências ordenadas por sua Majestade* e é-lhe dada *posse com a faculdade de poder principiar as obras que lhe convierem*[92].

Estes documentos mostram que a reconstrução da área foi feita através do traçado de novos terrenos, equivalentes aos antigos, adjudicados aos proprietários de 1755, através de um sistema de

[91] FREITAS, Joaquim Inácio de (comp.) *Colecção Cronológica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603. Tomo II. Que compreende o Reinado do Senhor D. José I até ao ano de 1761 inclusivamente*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819, págs. 110-111.

[92] Discurso dos *Termos de Adjudicação e Posse* dos terrenos da área de estudo. ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros*, Bairro da Rua Nova e Bairro do Limoeiro, Livros de *Adjudicações e Posses*.

compensações e segundo uma *nova planta da cidade*, tal como sucede na parte baixa da cidade. A reedificação deveria também ser feita no prazo de 5 anos conforme os prospectos previamente determinados para as ruas.

3.2 TRAÇADO

A distribuição e adjudicação dos novos lotes de terreno do território em estudo pressupôs a existência de um desenho mais ou menos acabado onde os terrenos são traçados. Note-se como os *Termos de Adjudicação* localizam com detalhe cada um dos terrenos, descrevendo rigorosamente as medidas de frente e fundo. Este desenho onde os terrenos são marcados é referido nos *Termo*s de adjudicação como a *nova planta da cidade*, ou seja, aparentemente a planta que traçava um novo desenho para a Baixa traçava também um novo desenho para o território em estudo, segundo o qual se deveriam distribuir os terrenos. O *Termo de Adjudicação* de um terreno a Domingos da Costa no lado poente da Rua da Madalena datado de 1764 refere: *e sendo regulada a área do dito chão no ano de 1760 pelo capitão Engenheiro Eugénio dos Santos de Carvalho a cujo cargo estava a dita planta* [da cidade][93], o que sugere que o traçado da Rua da Madalena, apesar de nunca ser referido em nenhuma disposição legislativa tinha sido traçado pelos mesmos arquitectos que traçaram a Baixa. A leitura dos *Termos de Adjudicação* da área em estudo vem reforçar esta ideia com a presença do nome de Carlos Mardel como o Arquitecto que assina os *Termos de Adjudicação* datados até 1763, ano da sua morte, em terrenos localizados na Rua da Madalena, Rua da Padaria e Rua da Misericórdia.

A questão que se põe é qual terá sido o desenho que terá servido de base à distribuição dos terrenos da área em estudo? Qual terá sido a proposta traçada para a reconstrução do território em estudo?

Existe um número de desenhos[94] elaborados durante a época da reconstrução da cidade que representam a área em estudo. São semelhantes, mas apresentam diferenças significativas, e nenhum corresponde rigorosamente ao que foi de facto construído, o que sugere que poderão tratar-se apenas de propostas nunca implantadas no terreno. A comparação e análise destes desenhos *per se* não permite perceber qual o desenho que terá servido de base à distribuição dos terrenos. É aqui que os dados dos *Termos de Adjudicação* se tornam fundamentais, ao permitirem localizar e desenhar cada um dos terrenos adjudicados da área em estudo, permitem traçar o que terá sido o desenho que serviu de base à distribuição dos terrenos, ou seja, traçar o mapa cadastral dos terrenos atribuídos.

A confrontação entre o mapa cadastral elaborado (Figuras 3.1 e 3.2, ver também Anexos 1 e 2) e os ditos desenhos antigos permitiram perceber qual o papel de cada um dos desenhos no processo de reconstrução da área em estudo, esclarecer a sua datação e finalmente desvendar qual o desenho que terá servido de base à distribuição dos terrenos.

---

[93] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 31v.

[94] Plantas analisadas no capítulo III (Plantas A, B, C, D, E e F). Figuras 3.5, 3.6, 3.9, 3.16, 3.19 e 3.21.

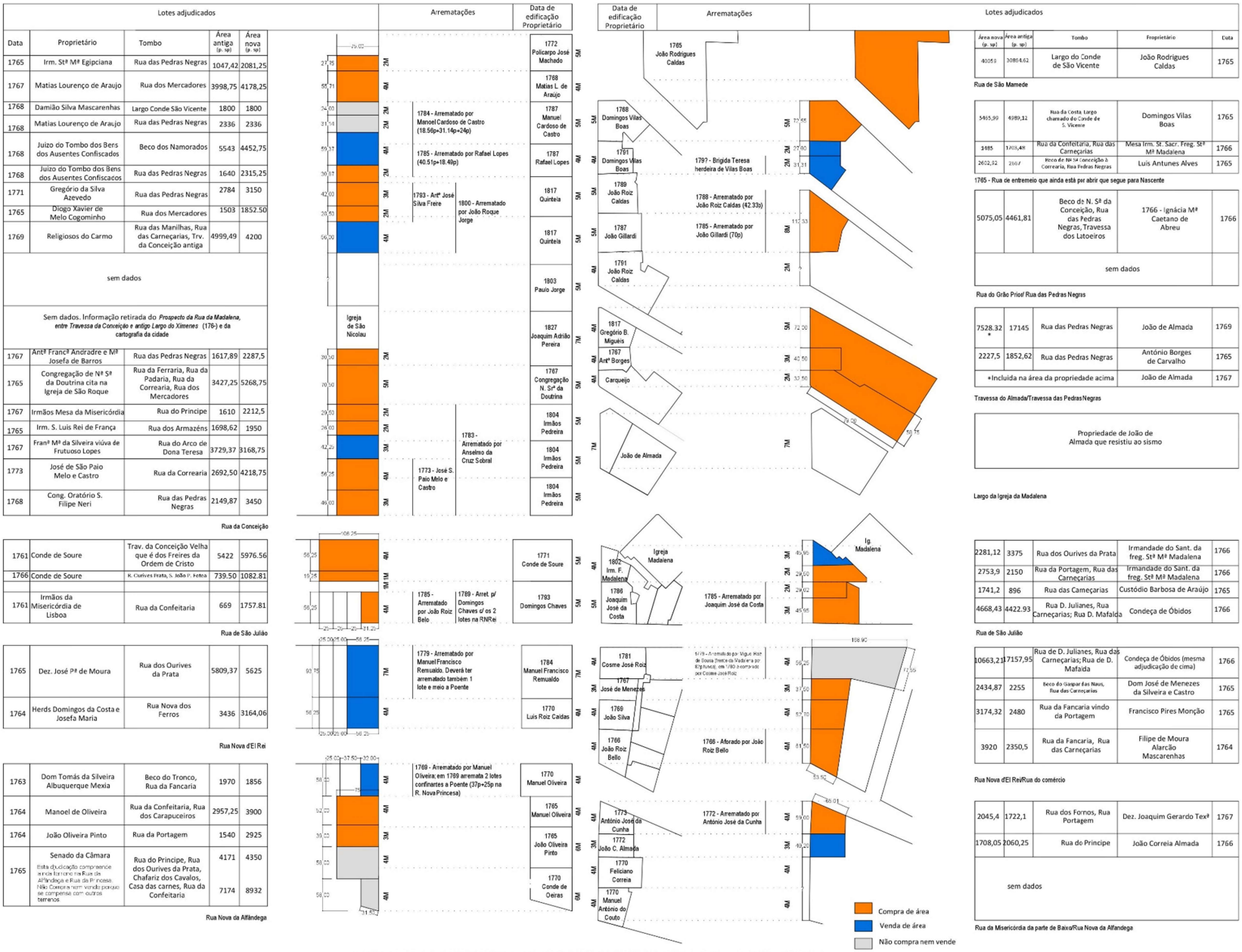


Figura 3.1 Mapa cadastral dos terrenos adjudicados na Rua da Madalena (ver Anexo 1).

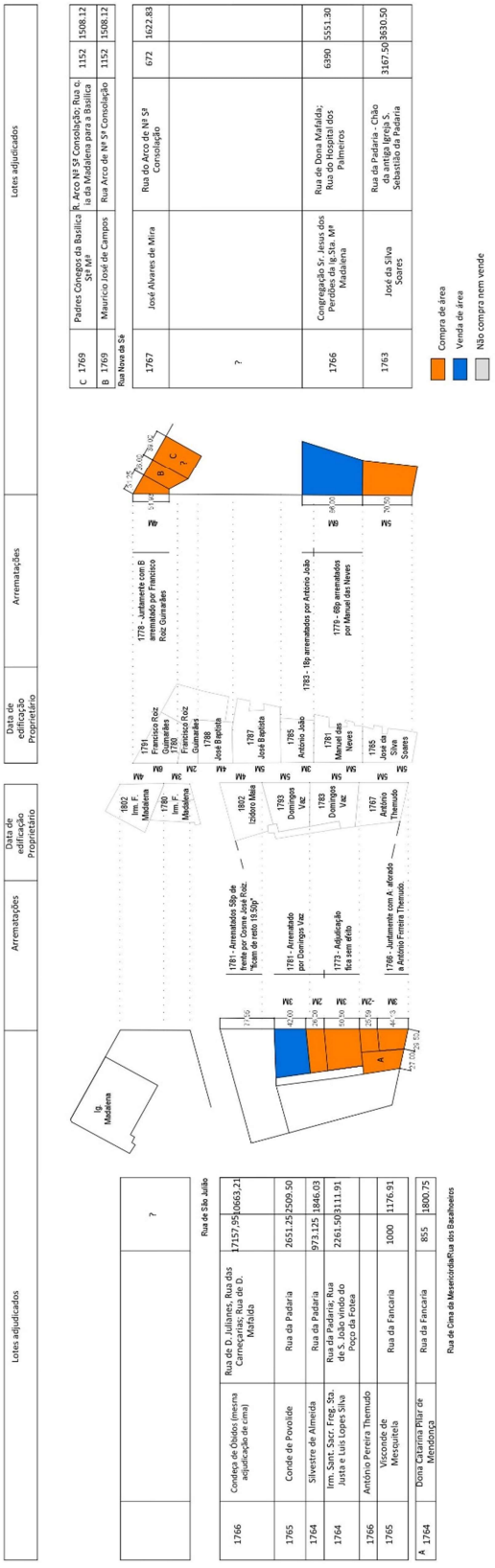


Figura 3.2 Mapa cadastral dos terrenos adjudicados na Rua da Padaria (ver Anexo 2).

De seguida analisam-se e comparam-se cada um dos desenhos antigos com o mapa cadastral elaborado.

A. Dissertação de Manuel da Maia

Inclui-se nesta análise as seis propostas desenhadas para a reconstrução da cidade incluídas na última parte da Dissertação de Manuel da Maia[95] entregue a 19 de Abril de 1756 (Figura 3.3), uma vez que a análise destes desenhos é imprescindível para perceber como surgiram os desenhos traçados nas plantas elaboradas posteriormente.

As três primeiras propostas mantêm os templos e igrejas de 1755 nos locais originais e as três últimas não. São conhecidas apenas cinco. Todas as cinco plantas incluem em maior ou menor grau o território em estudo.

As plantas nº 1 e nº 2 são muito semelhantes. Ambas rectificam ligeiramente os quarteirões adjacentes à Igreja da Madalena conservando a Rua dos Ourives da Prata e a Rua da Padaria. Observa-se a marcação do percurso de 1755 ligando a Sé, Igreja da Madalena, São Nicolau e Santa Justa. A planta nº 1 traça já uma via recta entre a paroquial de São Mamede e o Largo do Conde de São Vicente que sugere o traçado da futura Rua de São Mamede.

A planta nº 3 vem traçar uma via recta obliqua ao Terreiro do Paço, que liga directamente a Sé à colina de São Francisco e passa a sul da Igreja da Madalena. Apesar de a orientação não ser a mesma esta rua antevê o traçado da futura Travessa da Conceição.

O desenho da planta nº 4 aproxima-se do desenho actual. A Rua dos Ourives da Prata desaparece e a ligação entre o Terreiro do Paço e a Igreja da Madalena é feita por uma via recta que se prolonga para norte, paralela à direcção Terreiro do Paço/Rossio, semelhante ao traçado da futura Rua da Madalena. Esta nova rua é interrompida pelo largo do Conde São Vicente, sugerindo a abertura do futuro Largo do Caldas. A Igreja da Madalena é colocada de topo para o que será a futura Travessa da Conceição. A norte observa-se o traçado que virá a ser a futura Rua de São Mamede.

A planta nº 6 prolonga o traçado do que será a futura Rua de São Mamede para nascente e traça a sul desta rua um sistema de quarteirões que faz lembrar o que existe hoje.

O desenho actual parece estar algures entre a planta nº 4 e nº 6. Seria a planta nº 5 desaparecida?

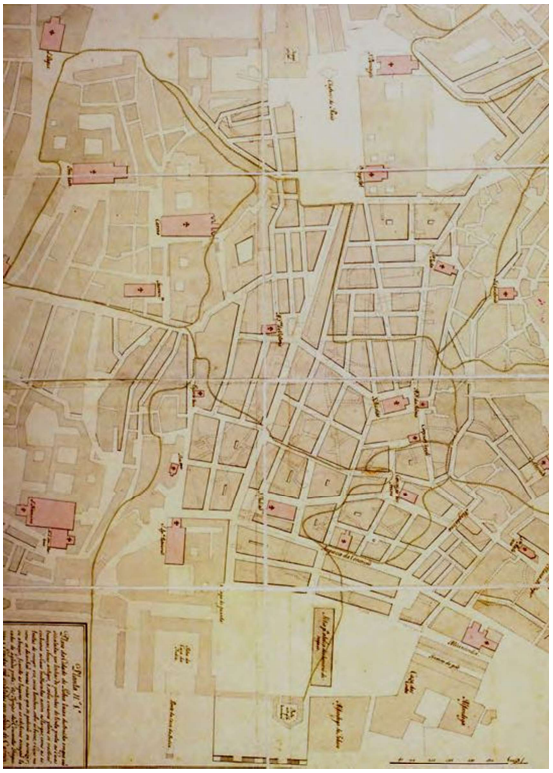
[95] A primeira, segunda e terceira partes até ao ponto 6, cópia de João Baptista de Castro, encontram-se na Biblioteca Pública de Évora (BPE), *Códice CXII/2-9*, fls. 666 a 683. A terceira parte completa manuscrita por Manuel da Maia está no ANTT, *Conselho de Guerra, Correspondência*, Maço 270, Cx 954. Maria Helena Ribeiro dos Santos transcreve os dois documentos na sua tese de Doutoramento *Proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVII,* Vol. II, 2012.

No geral, todas as cinco propostas têm como objectivo, com maior ou menor grau de intervenção na malha antiga:

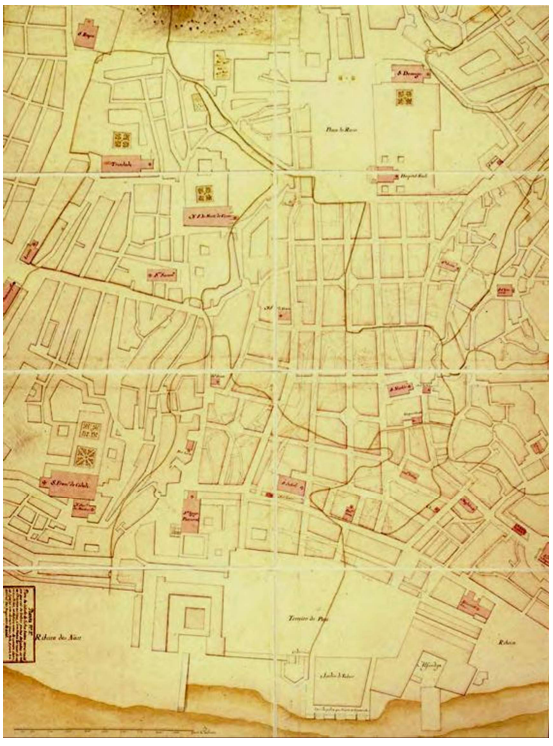
1. Rectificar e tornar mais directos os eixos do território existentes em 1755:
   - Ligação entre o Terreiro do Paço e a Igreja da Madalena;
   - Ligação entre a parte Baixa da Cidade e a Costa do Castelo seguindo o percurso da muralha (Rua da Padaria/Calçada do Correio/Porta da Alfofa);
   - Ligação entre a Sé e a Igreja da Madalena;
   - Ligar o Largo do Conde São Vicente à Igreja de São Mamede (substituindo a Rua dos Sete Cotovelos por uma linha recta que virá a ser a ser a futura Rua Nova de São Mamede).

2. Ligar o território com o resto da cidade:
   - Ligar a Sé à Colina de São Francisco;
   - Ligar a Igreja da Madalena a norte.

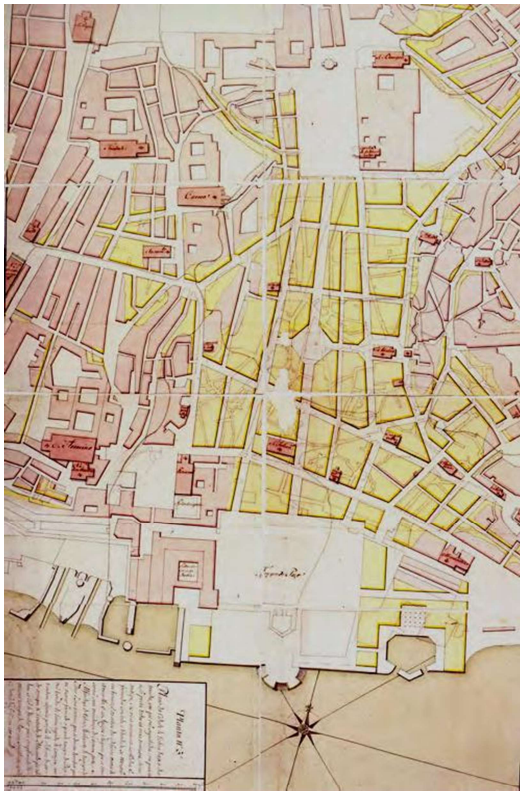
Planta nº1



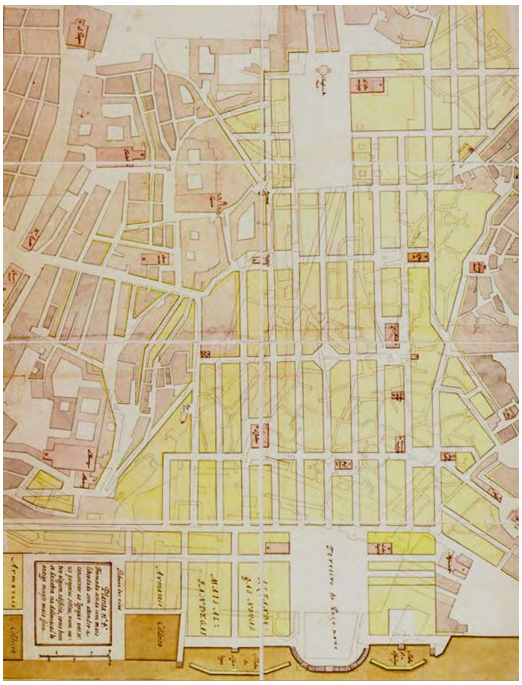
Planta nº2



Planta nº3



Planta nº4



Planta nº6

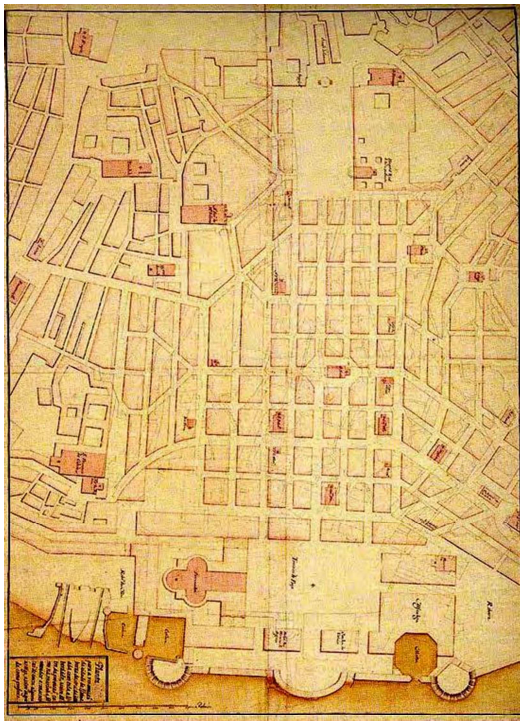


Figura 3.3 Planos entregues na última parte da Dissertação de Manuel da Maia.

Plano nº 1 elaborado por Pedro Gualter da Fonseca e Francisco Pinheiro da Cunha, GEAEM/DIE, Ref: 2343-GEAEM/DIE;
Plano nº 2 elaborado por Elias Sebastião Pope e José Domingos Pope, GEAEM/DIE, Ref: 23444-GEAEM/DIE;
Plano nº 3 elaborado por Eugénio dos Santos de Carvalho e António Carlos Andrea, MC, Ref: MC.DES.979;
Plano nº 4 elaborado por Pedro Gualter da Fonseca, GEAEM/DIE, Ref: 2346-GEAEM/DIE;
Plano nº 6 (?) elaborado por Elias Sebastião Pope, GEAEM/DIE, Ref: 2345-GEAEM/DIE.
Planos publicados em Santos, M. H. *El Proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVII,* Vol. II, 2012.

B. ***Planta Topográfica da Cidade de Lisboa arruinada também segundo o desenho dos arquitectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel***

A planta aprovada pelo Alvará de 12 de Maio de 1758 foi a *nº 5, configuração 10ª* de Eugénio dos Santos, do conjunto das propostas apresentadas na Dissertação de Manuel da Maia. Esta planta ter-se-á perdido. Tem-se considerado que a planta aprovada é um desenho com aspecto final, que traça para a Baixa e área a poente um novo desenho a amarelo sobreposto à malha antiga traçada a cor de rosa (Figura 3.4).

Ao contrário das propostas de Manuel da Maia, esta planta não traça um novo desenho para a área em estudo, apesar de a destacar quer da Baixa, quer da malha antiga. Maria Helena Ribeiro dos Santos na sua Tese de Doutoramento reflecte sobre este desenho, atribuindo-lhe um "carácter esquemático, abstracto e mais tardio, como se se tratasse de uma cópia simplificada". A análise do desenho da área em estudo, a comparação da área actual com os vários desenhos antigos e com os documentos consultados levaram à mesma conclusão.

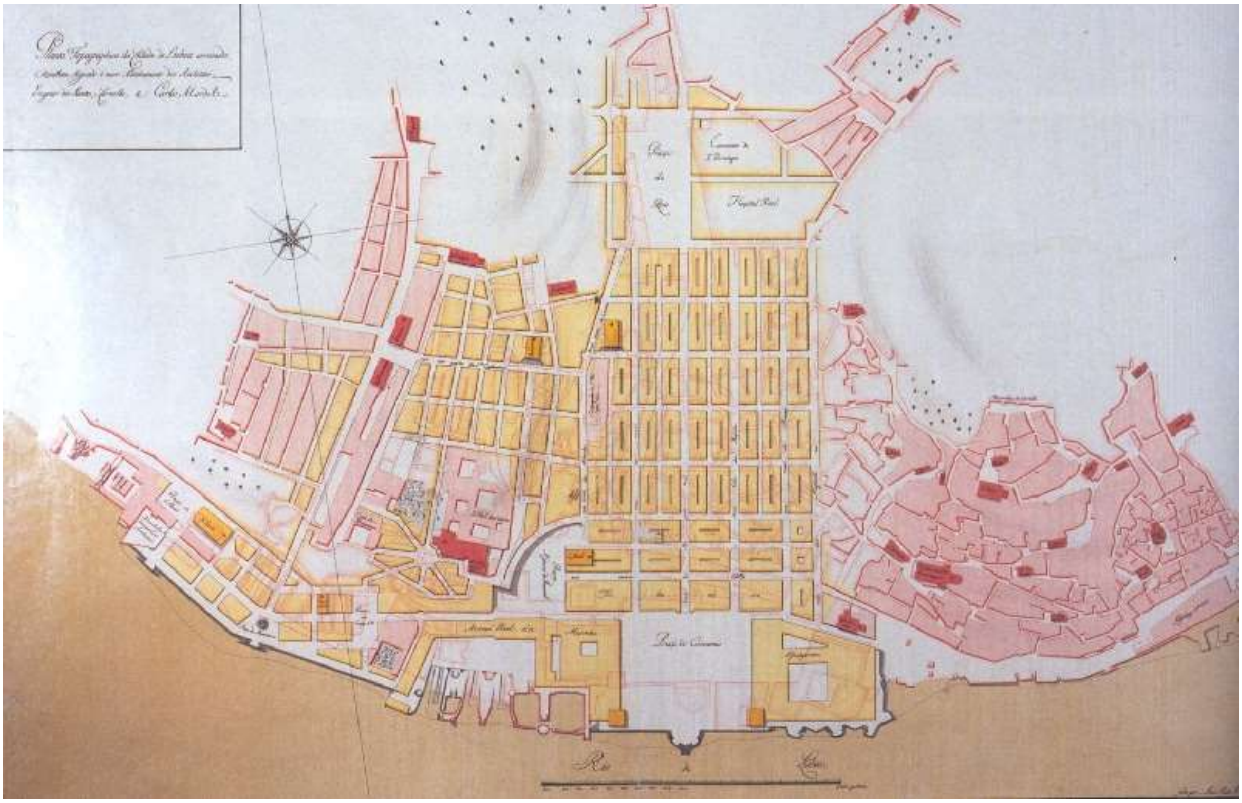


Figura 3.4 *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa arruinada também segundo o desenho dos arquitectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel.* MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.35. Publicada em SILVA, A Vieira da, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa: CML, 1950, Planta nº 2.

C. Planos de trabalho 1 e Plano de trabalho 2

Dois desenhos que aparentam ser desenhos de trabalho do Plano de 1758, com anotações e comentários, são fundamentais para este trabalho (Figuras 3.5 e 3.6). Serão aqui referidos de Plano de Trabalho 1 e Plano de Trabalho 2. São duas plantas que sobrepõem à malha de 1755 um novo desenho para a Baixa, colina de São Francisco e território em estudo, tal como as propostas apresentadas por Manuel da Maia. O desenho proposto para a área em estudo é um desenvolvimento das plantas nº 4 e nº 6 da Dissertação de Manuel da Maia. O desenho destes planos traça a estrutura urbana geral do que foi mais tarde edificado.

Tal como nas propostas entregues na última parte da Dissertação de Manuel da Maia traça-se uma rua paralela ao eixo Praça do Comércio/Rossio, actual Rua da Madalena, liga-se o Largo do Conde São Vicente ao antigo Largo da Igreja de São Mamede, actual Rua Nova de São Mamede, e rectifica-se a Rua do Arco de Nossa Senhora da Consolação, actual Rua Nova da Sé, que liga a Igreja da Madalena à Igreja de Sto. António e Sé. A continuação desta rua para poente, através do traçado da Rua da Conceição, faz a ligação à colina de São Francisco. Mantem-se ainda o eixo de ligação Rua da Padaria/Calçada do Correio/São Mamede. Segundo Vieira da Silva em *A Cerca Moura de Lisboa*, Estampa IV (Figura 3.7) a nova Calçada do Correio irá retomar o percurso primitivo da antiga Calçada do Correio e passa a correr encostada a um dos troços da muralha da cidade. Segundo o autor a primitiva Calçada do Correio correria encostada à muralha, mas o crescimento da cidade para além dos limites da cerca terá levado à construção de edificado encostado e por cima da muralha, alterando o percurso primitivo e originando a configuração irregular e existente em 1755. A Nova Rua da Padaria é traçada no ponto onde partia em 1755 e segue até encontrar o início da Calçada do Correio que segue até à Calçada de S. Crispim, mantendo o eixo de ligação entre o rio e a Porta da Alfofa que corre exterior à muralha.

A Rua de São Mamede e a Rua Nova da Sé são traçadas sensivelmente perpendiculares à Calçada do Correio. A área compreendida entre estas ruas e a Rua da Madalena é intersectada por ruas transversais e longitudinais paralelas à Rua de S. Mamede e à nova Calçada do Correio. Paralela à calçada traça-se a Rua Nova de São Crispim, actual Travessa do Almada, com inico na antiga Rua das Pedras Negras junto à fachada do edifício de João de Almada até aos antigos largos da igreja de S. Mamede e do Correio Mor que se mantêm. Conserva-se o edifício de João de Almada e o palácio do Correio Mor. A nascente abre-se uma pequena via paralela que começa onde as antigas ruas da Lista e dos Sete Cotovelos se encontravam. Paralela à Rua de São Mamede abrem-se três vias paralelas (no Plano de trabalho 1 apenas duas). A primeira imediatamente a sul da Rua de S. Mamede começa onde se abria a antiga Rua da Lista e segue até à Calçada do Correio. A segunda acaba na

Rua de São Crispim, será a Rua do Grão Prior, e a terceira corre por detrás do edifício de João de Almada sobre a antiga Rua das Pedras Negras até à Rua de São Crispim.

A sul, o quarteirão da Misericórdia é prolongado até à Rua nova da Madalena, ocupando a antiga Rua da Portagem. As antigas ruas da Porta da Misericórdia e da Misericórdia de Cima mantêm-se e são prolongadas até à Rua da Madalena. Estas são a Rua da Alfândega e a Rua dos Bacalhoeiros actuais. A ligação do interior da freguesia ao Terreiro do Paço e ao rio Tejo é interrompida pelo prolongamento do quarteirão da nova Alfândega. Ao contrário da antiga Rua da Prata, principal artéria da freguesia de 1755, a nova Rua da Madalena, principal artéria da nova freguesia, já não termina no Terreiro do Paço. O território da freguesia deixa desta forma de estar aberto para a principal praça da cidade e é retirado para segundo plano, passando a ficar escondido a tardoz dos novos edifícios da Alfândega.

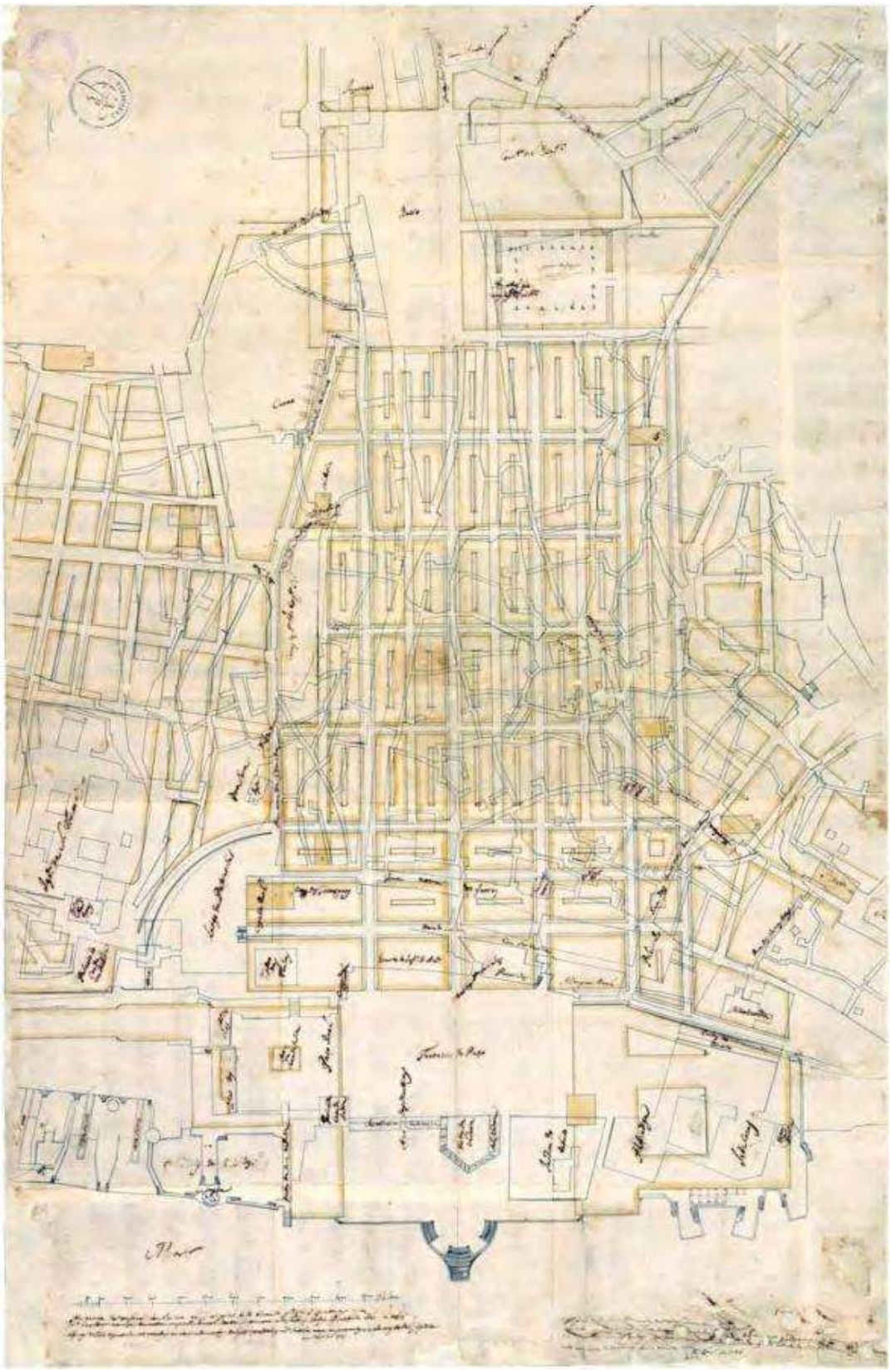


Figura 3.5 Plano de trabalho 1. IGP, Sem Titulo, Ref: CA 354.

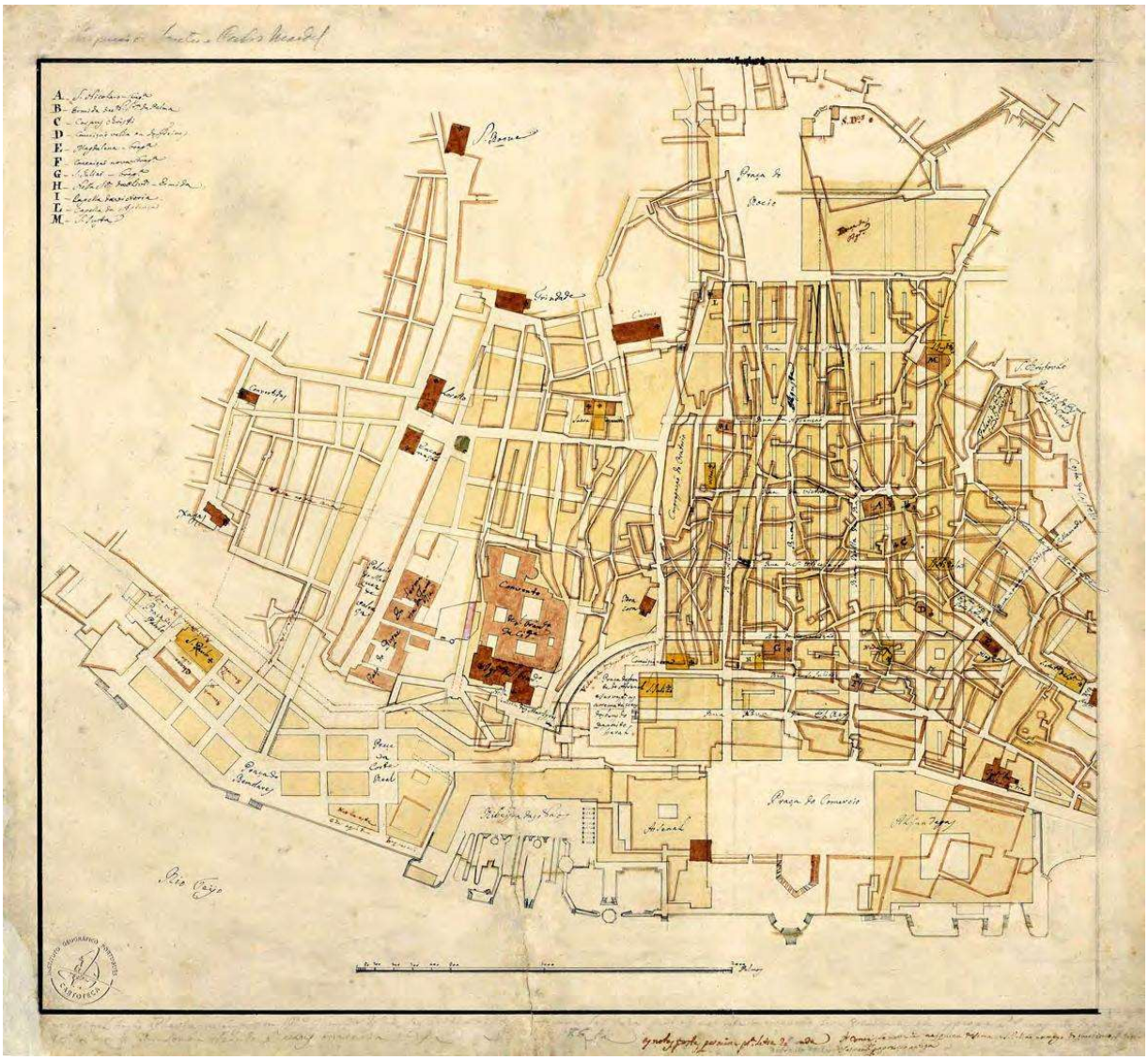


Figura 3.6 Plano de trabalho 2. IGP, Sem título, Ref: CA 355.

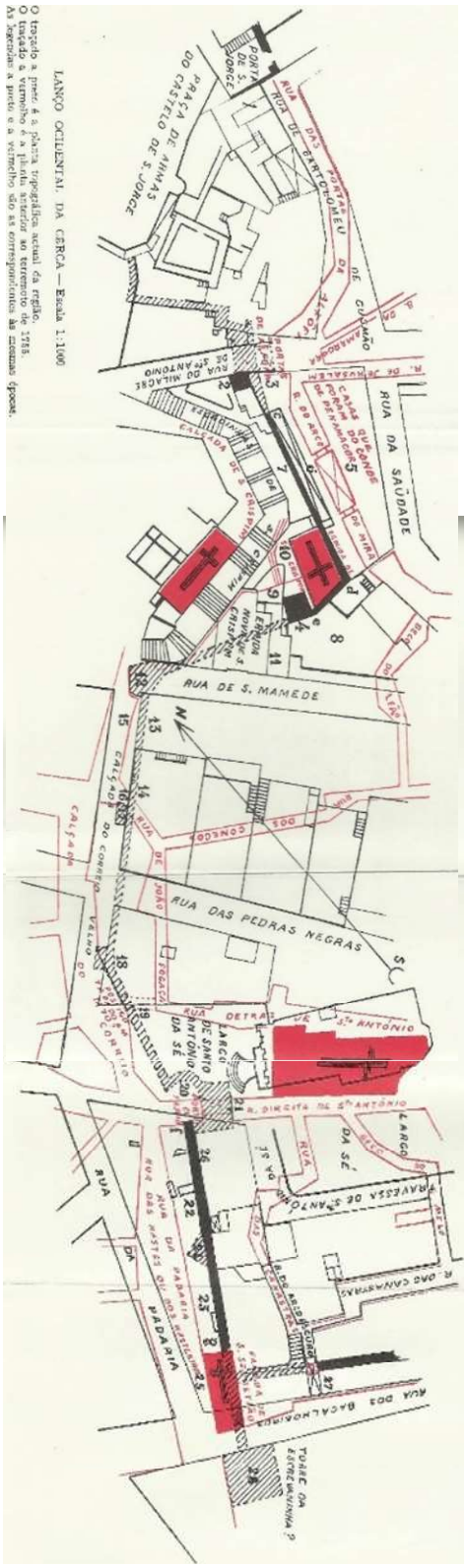


Figura 3.7 Troço da muralha da cidade da Torre da Escrevaninha à Porta da Alfofa. A preto o que foi renconstruído e a vermelho a malha antiga. Em SILVA, A. Vieira da, A Cerca Moura de Lisboa, Lisboa: CML, 1987, Estampa IV.

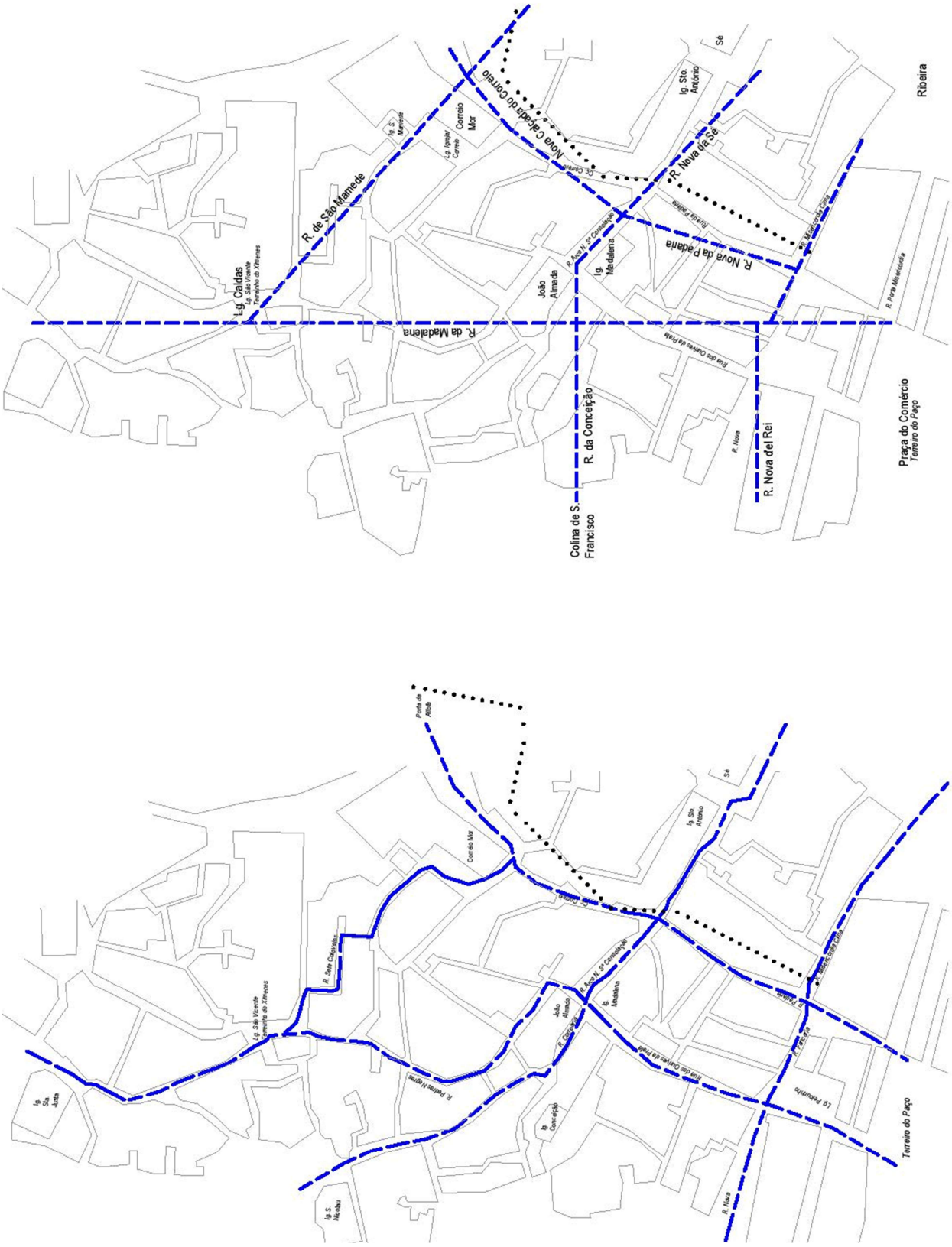


Figura 3.8 Eixos da área de estudo em 1755 e segundo o Plano de trabalho 2.

Transferência da localização da Igreja da Madalena

Os dois planos são praticamente iguais, diferindo sobretudo na localização da Igreja da Madalena. No primeiro a igreja é colocada de topo para a Travessa da Conceição, tal como na planta nº 4 da Dissertação de Manuel da Maia, abrindo-se um largo regular idêntico ao largo aberto entre as ruas dos Fanqueiros e de S. Nicolau. A ligação com a Baixa é mais directa. No Plano de trabalho 2 a igreja é mantida no local da antiga. Aqui o desenho do Largo da Madalena surge da manutenção da localização da Igreja da Madalena e das casas de João de Almada de 1755, resultando num espaço irregular e de menor dimensão. A ligação entre a Baixa e a Sé e o Castelo resulta num espaço acanhado e pouco desafogado. Note-se como nesta planta o percurso da Rua do Arco de Nª Sª da Consolação para poente é interrompido pelas casas de João de Almada (Figura 3.10).

O *Termo de Adjudicação* de um terreno atribuído à Mesa da Irmandade do Santíssimo da freguesia de Santa Mª Madalena na Rua da Madalena em 1766 vem mostrar como a diferença na localização da Igreja da Madalena constante do Plano de trabalho 1 e do Plano de trabalho 2 resulta de uma alteração feita ao Plano de trabalho 1. Neste documento[96] a Igreja vem pedir que dois terrenos que lhe tinham sido adjudicados anteriormente na Rua Bela da Rainha e ao pé do Pelourinho fossem transferidos para junto da Igreja da Madalena onde tinham ao tempo do sismo uma propriedade de:

(...) casas pegadas com a dita Igreja da qual propriedade davam serventia à dita e uma casa aonde o revendo prior e mais beneficiados faziam as suas residências e um pátio que servia de cemitério para enterrar os pobres que morriam na dita freguesia como poderia informar o Cap. José Monteiro que fora ao dito sítio examinar o referido. Diz a Irmandade que tinha tomado posse dos referidos terrenos *na certeza que a Igreja não ficava no dito sítio, mas como agora se mandava reedificar a Igreja se não podia pegar na obra sem lhe adjudicarem o dito vão para as ditas serventias à Igreja como dantes tinham*. Pediam por isso que lhes mandasse adjudicar dois vãos ao pé da Igreja.

Este *Termo de Adjudicação* revela como num primeiro momento a proposta desenhada de reconstrução da área em estudo determinava a construção de uma nova Igreja da Madalena, numa nova localização, de topo para a Rua da Conceição, mas que a dada altura se resolveu reconstruir a igreja que existia em 1755, o que corresponde precisamente à diferença entre o desenho do plano 1 e o do plano 2. Esta modificação é registada numa planta de pormenor assinada pelo Conde de Oeiras (Figura 3.9). O desenho não está datado, mas será dos anos de 1760, pois o Conde de Oeiras passará a Marquês de Pombal em 1770. A planta intitula-se *Plano que marca a direcção ou uso que deve haver do Largo da Madalena até às casas da Senhora da Murça junto ao Arco de São Pedro de Alfama, em cuja se vê em banho amarelo amarela a forma que o Planta Geral da Cidade dava para o sitio da Nova Igreja da*

[96] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 215.

Madalena, e agora em banho preto mostra a forma que deve seguir para se conservar a Igreja velha inteiramente (Figura 3.9).

Repare-se como esta planta traça novos quarteirões na área em estudo, desde a Rua da Misericórdia a São Mamede e Santo António. Os traçados a amarelo copiam a proposta representada no Plano de trabalho 1 e os traçados a preto, correspondentes à alteração que se pretende fazer, copiam o representado no Plano de trabalho 2.

Este desenho revela que pela altura em que foi realizado, algures durante os anos 60, a *Planta Geral da Cidade*, que a legenda refere e segundo a qual deverá ser reconstruída a cidade, traça um novo desenho para a área em estudo, e que este desenho é alterado ainda durante os anos 60 para que a Igreja da Madalena seja reconstruída no local onde era em 1755.

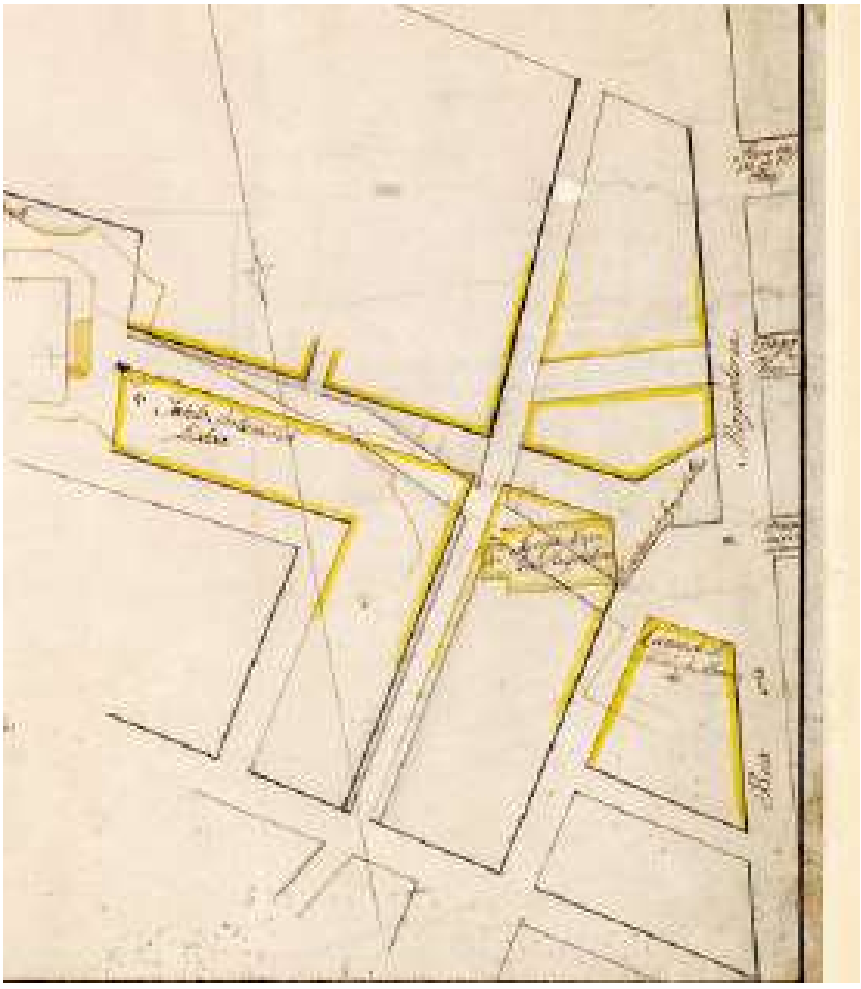


Figura 3.9 *Plano que marca a direcção ou uso que deve haver do Largo da Madalena até às casas da Senhora da Murça junto ao Arco de São Pedro de Alfama, em cuja se vê em banho amarelo a forma que o Planta Geral da Cidade dava para o sitio da Nova Igreja da Madalena, e agora em banho preto mostra a forma que deve seguir para se conservar a Igreja velha inteiramente,* MC, Ref: MC.DES.1420. Publicada em SANTOS, M. H. (2012), op. cit.



Figura 3.10 Esquema do Plano de trabalho 1 e do Plano de trabalho 2 sobre a malha de 1755.

Plano de trabalho 2

Depois de alterado o Plano de trabalho 1 para solucionar o caso particular da relocalização da Igreja da Madalena, o desenho em vigor para a área em estudo será o representado no Plano de trabalho 2. Veja-se a adjudicação em 1766 de um terreno ao Conde de Oeiras na *Rua de S. Crispim no angulo que faz frente para a Rua Nova da Sé*[97], exactamente no local onde segundo a planta anterior (Plano de trabalho 1) se implantava a nova Igreja da Madalena.

Esta nova planta aproxima-se do desenho que se observa actualmente. Traça-se a Rua Nova da Sé como é hoje. O traçado que hoje se observa a sul da Rua Nova da Sé é claramente o desenhado nesta planta. Mas o mesmo não se passa a norte daquela rua. Nesta área a planta traça ruas com orientações diferentes e abre outras que hoje não existem. Será que para aquela área esta planta foi só uma intenção que nunca chegou a ser implementada? Será que a *Planta Geral da Cidade* foi novamente alterada antes de ser implementada no terreno?

A confrontação do mapa cadastral elaborado com base nos *Termos de Adjudicação e Posse* dos novos terrenos e o mapa actual das propriedades edificadas revela que não (ver Mapa da Rua da Madalena e da Rua da Padaria, Anexos 1 e 2). O desenho representado no Plano de trabalho 2 passou de facto do papel para o terreno, ou seja, os primeiros lotes a serem adjudicados logo nos primeiros anos de 1760 foram marcados no terreno segundo esta planta, segundo a direcção e orientação das ruas ali traçadas, o que se passa a demonstrar através das descrições dos *Termos de Adjudicação* dos terrenos e análise dos Prospectos[98] dos edifícios a construir em ruas traçadas no Plano de trabalho 2 que não se chegaram a abrir ou sofreram alterações posteriores (Figura 3.11).

[97] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 208.
[98] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, Publicados em VIEGAS, Inês Morais (coord.), *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846)*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

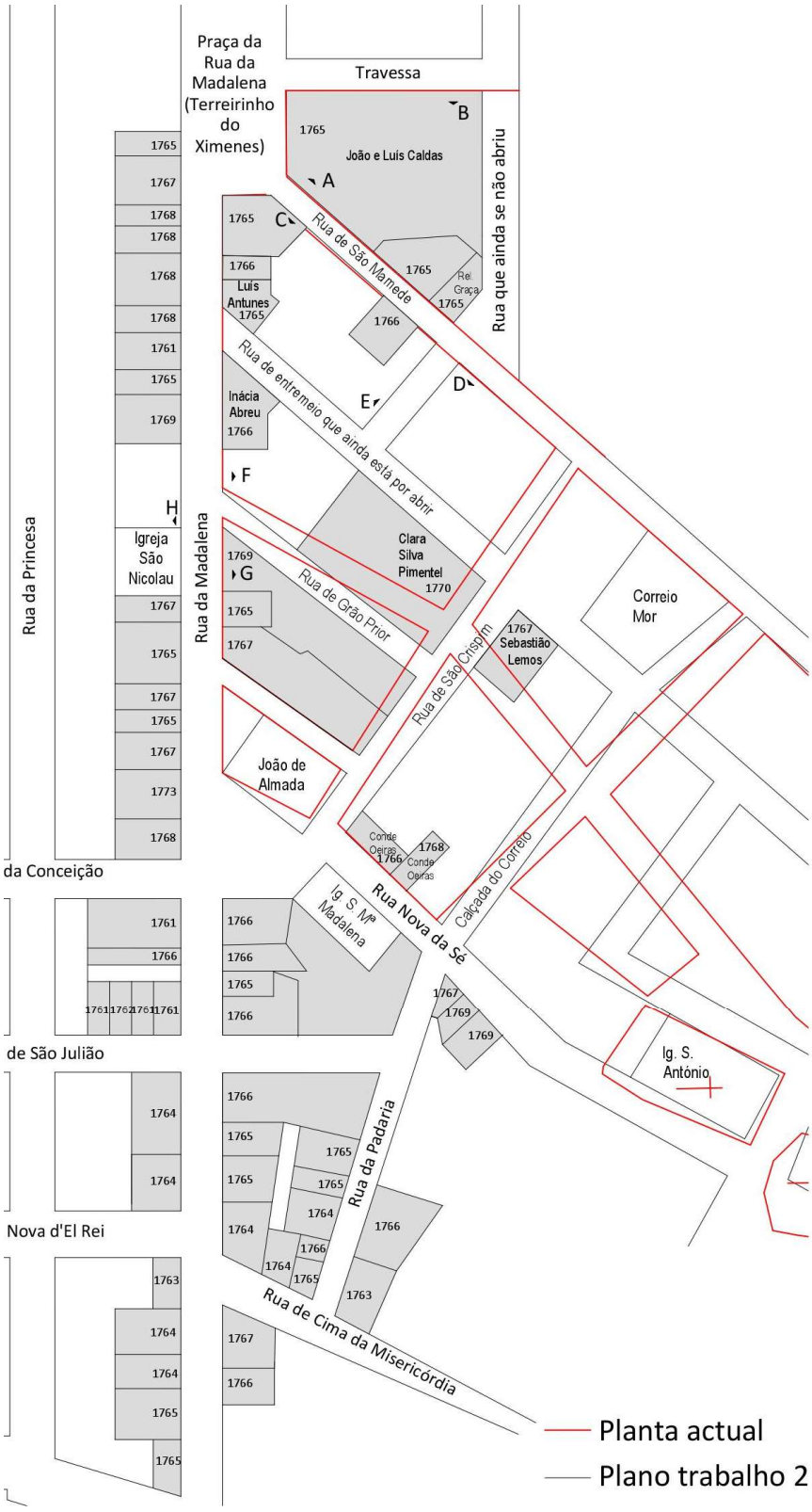


Figura 3.11 Adjudicações de terrenos feitas durante os anos 60 sobre o Plano de trabalho 2.

***Rua que ainda se não abriu* que vem de São Cristóvão para a Rua Nova de São Mamede, paralela à Rua da Madalena**

O conjunto de documentos intitulado *Projecto de Lisboa Nova*[99] guardado na Torre do Tombo descreve a 6 de Fevereiro de 1765 um terreno adjudicado a João Rodrigues Caldas de frente para a *Praça da Rua da Madalena Lado da parte do nascente* e Rua de São Mamede. A dita propriedade teria também *fundo para a nova Travessa*, que corresponde à actual Travessa do Chão do Loureiro, e haveria ainda *de fazer frente à Rua que ainda se não abriu* que o Plano de trabalho 2 traça passando por detrás do futuro Palácio de João Caldas paralela à Rua da Madalena, indo da *nova Travessa* à Rua de São Mamede e que não chegará a ser aberta.

Os prospectos antigos de dois alçados das casas de João Caldas assinados pelo Arquitecto Engenheiro Miguel Angelo Blasco e pelo Conde de Oeiras estão de acordo com o desenho representado no Plano de trabalho 2 e demonstram como a execução do projecto do edificado incluiu a abertura desta rua (Figura 3.12). O *Prospecto das casas de João Roiz Caldas pela banda da Rua que vai do Terreirinho do Ximenes para São Mamede*[100] (A) representa o alçado do lado esquerdo da Rua de São Mamede desde a Praça da Rua da Madalena, Largo do Caldas, até à rua que ainda não se tinha aberto referida na adjudicação do terreno ao Caldas. Dos 18 vãos de largura deste alçado, 10 correspondem à frente do terreno dos Caldas (131p de frente), 6 ao terreno de Paulo da Rocha[101] (82,5p de frente) e 2 ao terreno das Religiosas da Graça[102] (27,34p de frente). O *Prospecto que pertence a João Rodrigues Caldas no sítio que o divide das casas do Conde de São Vicente no Terreirinho do Ximenes*[103] (B) representa o alçado norte das casas do Caldas que corre da Rua da Madalena até à dita rua que ainda não se tinha aberto. As larguras dos dois alçados coincidem com as medidas da planta. Estes desenhos datarão do início dos anos 60, pois em 1765 o Caldas já está a edificar segundo os registos da *Décima*[104].

[99] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Projecto de Lisboa Nova,* Maço 11. Transcrição no Anexo 8.
[100] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, Publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.), *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846)*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999, Prospecto nº 58.
[101] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 17v.
[102] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Projecto de Lisboa Nova,* Maço 11.
[103] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, Publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 60.
[104] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de São Mamede, Livros de *Arruamentos* e *Prédios*.

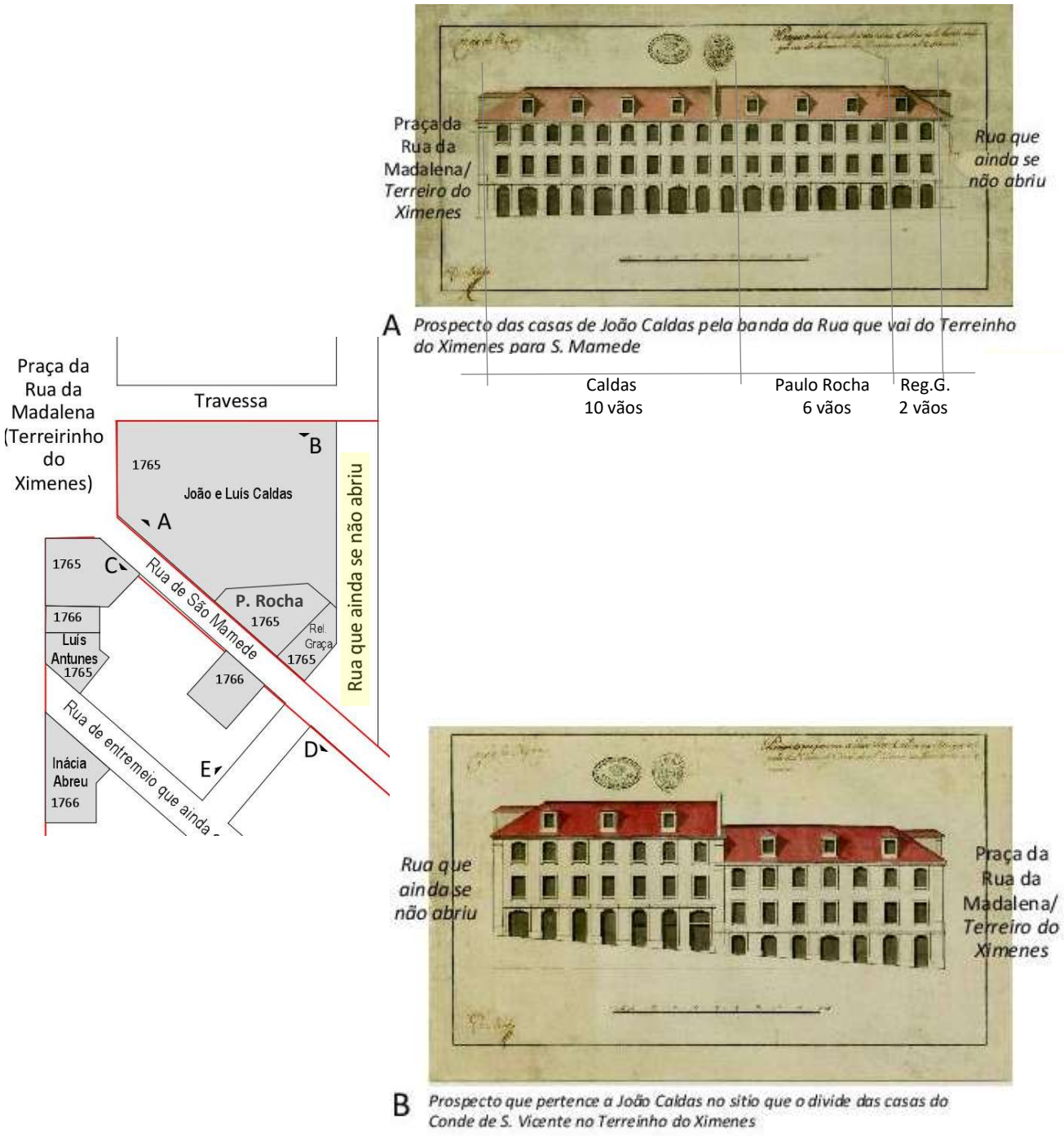


Figura 3.12 Pormenor da *Rua que ainda se não abriu* traçada no Plano de trabalho 2 e referida no terreno adjudicado a João Caldas em 1765, e prospectos das casas a edificar com frente para a mesma rua.

Rua que parte da anterior para sul perpendicular à Rua de São Mamede

Chegando às casas das Religiosas da Graça a rua descrita a cima inflectia e atravessava perpendicularmente a Rua de São Mamede seguindo até a uma travessa que partia da Rua da Madalena até ao Correio.

Os prospectos do lado sul da Rua de São Mamede confirmam o traçado desta rua desenhada no Plano de trabalho 2 (Figura 3.13). Estes prospectos traçam dois quarteirões entre o Largo dos Caldas e a Rua de São Crispim. O *Prospecto da rua que se encaminha do Largo do Ximenes para São Mamede. Lado direito*[105] (C) representa o primeiro quarteirão da Rua de São Mamede até à abertura da dita rua e o *Prospecto do 2º quarteirão da Rua que se encaminha do Largo do Ximenes para São Mamede. Lado Direito*[106] (D) o segundo quarteirão até à abertura da Rua de São Crispim. O alçado poente da dita rua está representado no *Prospecto do 1º quarteirão no topo que olha para nascente na rua que se encaminha da Praça do Ximenes para São Mamede. Lado direito*[107] (E).

[105] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, Publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit, Prospecto nº 61.
[106] *Ibidem*, Prospecto nº 57.
[107] *Ibidem,* Prospecto nº 59.

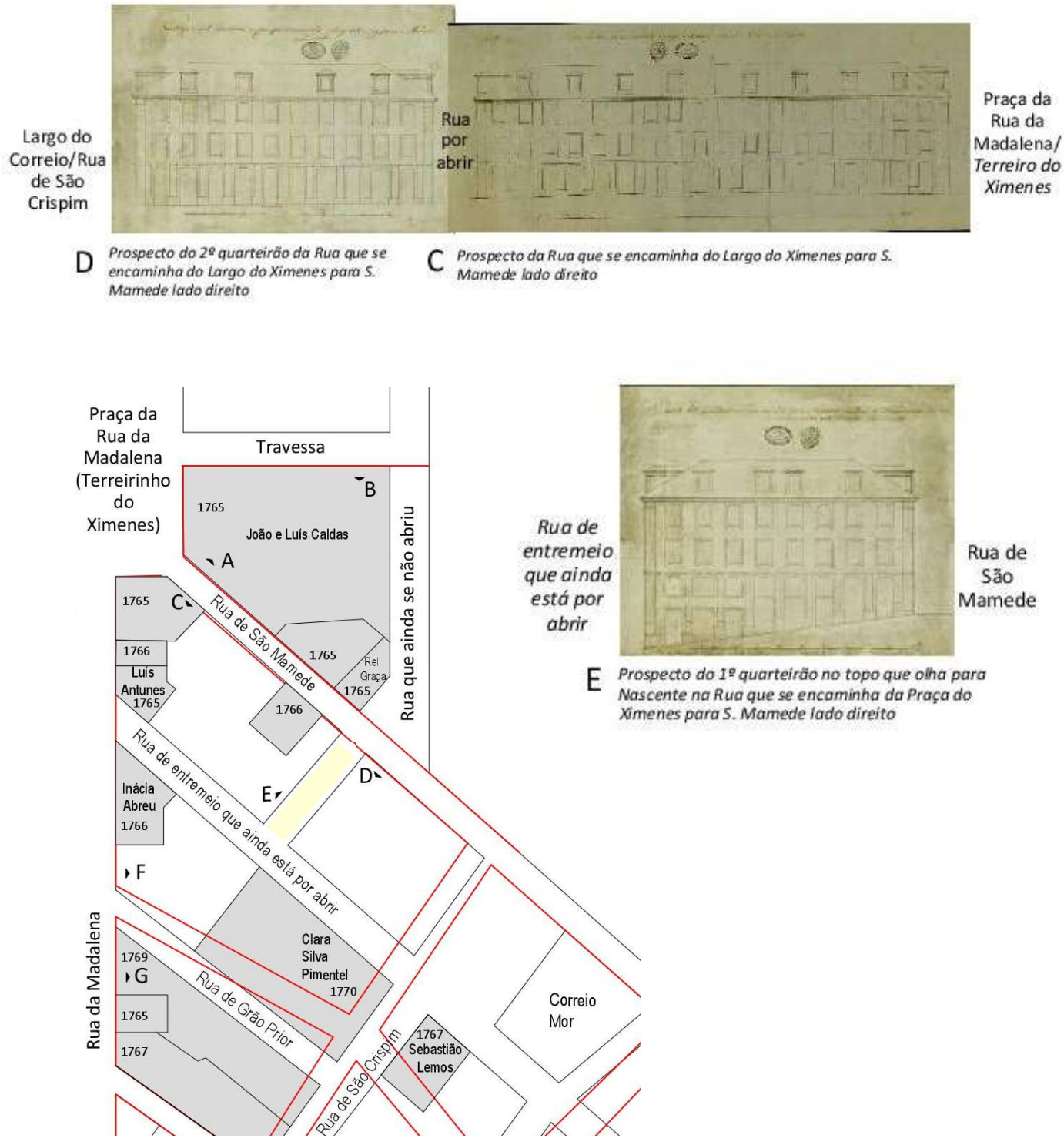
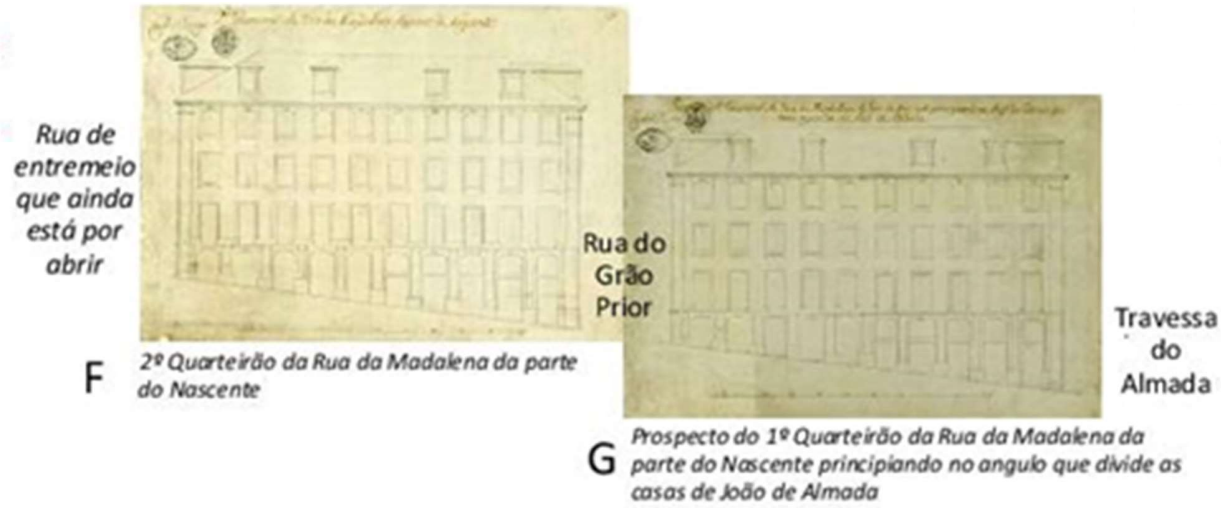


Figura 3.13 Pormenor da rua que parte da Rua de São Mamede até à *Rua de entremeio que ainda está por abrir* traçada no Plano de trabalho 2 e prospectos para a Rua de São Mamede e para a frente nascente da dita rua.

***Rua de entremeio que ainda está por abrir* a sul e paralela à Rua Nova de São Mamede**

Em 1765 é adjudicado um terreno a Luís Antunes Alves[108] no *sexto quarteirão lado direito da Rua da Madalena vindo da Rua da Misericórdia (...) que compreende pela dita Rua da Madalena 31,31 palmos e de fundo pela rua que há-de ir por entre elas para a parte nascente que se lhe fica a parte do Sul 46,50p*. No ano seguinte no mesmo quarteirão é adjudicado um terreno a Inácia Abreu[109] *que compreende pela frente da Rua da Madalena 112,33 palmos, e de fundo pela rua que há-de ir por entre a dita propriedade para a parte do nascente 87,22 palmos*. Estas descrições mostram como entre os dois terrenos seria traçada uma rua que seguiria para nascente transversal à Rua da Madalena, tal como traçada no Plano de trabalho 2. A *Planta da freguesia da Madalena*[110] elabora por Monteiro de Carvalho cerca de 1770 chama-lhe *Rua do Correio* provavelmente porque mais à frente passava à frente do Palácio do Correio. O *Prospecto do 2º quarteirão da Rua da Madalena da parte do nascente*[111] (F) confirma esta passagem traçada no Plano de trabalho 2 (Figura 3.14). Este caso é estudado em pormenor no capítulo 5.3.2.

[108] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 220v.
[109] *Ibidem*, fol. 222.
[110] ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 153, Livro das Plantas das freguesias de Lisboa*, fol. 55.
[111] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit., Prospecto n.º 9.



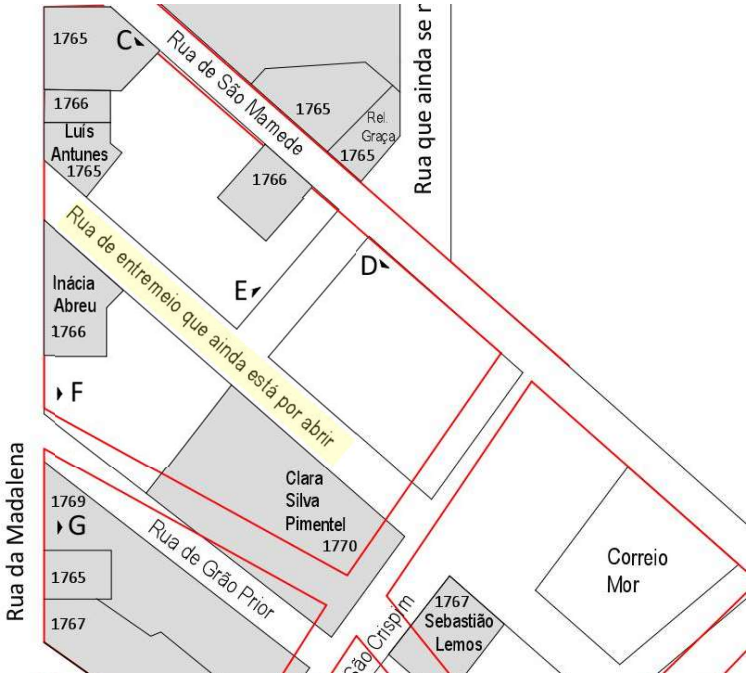


Figura 3.14 Pormenor da *Rua de entremeio que ainda está por abrir* referida na descrição dos terrenos adjudicados a Inácia de Abreu e Luís Alves em 1765 e 1766 e prospectos das casas a edificar no lado nascente da Rua da Madalena.

Orientação da Rua de Grão Prior

Em 1770 é adjudicado um terreno na Rua do Grão Prior de esquina para a Rua de São Crispim a D. Clara da Silva Pimentel[112]. Se sobrepusermos este terreno ao Plano de trabalho 2 vemos como este cabe perfeitamente no quarteirão entre aquelas duas ruas e a travessa que vai até à Madalena referida no ponto anterior. Em 1785 este terreno é arrematado pelo Correio Mor, mas as medidas do lote são completamente diferentes (são as actuais), o que sugere que a orientação daquela rua terá sido alterada (Figura 3.11).

Manutenção do Palácio e Largo do Correio Mor do Reino

Em 1767 são adjudicados a Sebastião Lemos[113] dois terrenos contíguos no lado nascente da Rua de São Crispim. Em 1782 um novo *Termo de Adjudicação*[114] dá conta de que *os ditos terrenos se adjudicaram ao Correio Mor do Reino* e que por isso se *transfere* o terreno de Sebastião Lemos para o lado poente da mesma rua. De facto, em 1774 é adjudicado ao Correio Mor[115] um grande terreno que resulta da união de vários terrenos que possuía ao tempo do terramoto e que o mesmo pede que agora sejam unidos *ao principal da sua residência*. Esta transferência de localização de terrenos sugere que inicialmente, tal como desenhado no Plano de trabalho 2, estava previsto que o Correio Mor reedificasse as suas casas sobre as antigas de 1755, mantendo-se o Largo do Correio. A sul do Correio passava a travessa que segue até à Rua da Madalena e a sul desta um grande quarteirão onde estariam entre outros os terrenos de Sebastião Lemos e dois terrenos do Conde de Oeiras (Figura 3.11).

Inexistência do Largo de Santo António

Em 1782 é adjudicado a Pedro Roiz Ferreira[116] um chão com três frentes para a *rua que vai por detrás da Igreja de St. António,* outra para a Calçada do Correio*, denominada Rua de Sto. António* e outra para a Rua Nova da Sé. As dimensões das fachadas descritas no *Termo de Adjudicação* revelam que o terreno adjudicado em 1782 não corresponde ao quarteirão edificado pelo mesmo proprietário anos mais tarde e que é o que hoje existe. Verifica-se ainda que o terreno adjudicado ocupava o actual Largo de Santo António, pois em 1787 o mesmo Pedro Ferreira pede para que se *transmutasse* o mesmo para outra rua alegando que *se lhe cortou a maior parte para ficar com mais*

[112] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 46.
[113] *Ibidem*, fols. 25 e 27.
[114] *Ibidem*, fol. 57v. Trancrição no Anexo 8.
[115] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 50v.
[116] *Ibidem*, fol. 60v.

largura a Praça de St. António[117], o que está de acordo com o traçado do Plano de trabalho 2 que não traça um largo à frente da Igreja de Sto. António. Este caso é estudado em pormenor no capítulo 5.3.1.

Reedificação da Igreja de São Nicolau entre a Rua da Madalena e Rua da Princesa de topo para a Rua de São Nicolau

Os *Termos de Adjudicação* dos terrenos do lado Poente da Rua da Madalena mostram como foi deixado um terreno destinado à construção da nova Igreja de São Nicolau tal como marcado no Plano de trabalho 2. Um dos novos terrenos adjudicados naquele lado da rua é localizado *passado a Igreja de São Nicolau*[118]. Também o prospecto das casas a edificar no lado poente da Rua da Madalena *que compreende o sítio desde a Travessa da Conceição até ao largo antigamente chamado de Ximenes na Rua da Madalena*[119] deixa um lote vazio para esta igreja (H). A *Décima* mostra ainda que este lote foi o último da rua a ser edificado em 1827 (Figura 3.15).



Figura 3.15 Pormenor do terreno do lado poente da Rua da Madalena destinado à Igreja de S. Nicolau e *Prospecto que compreende o sítio desde a Travessa da Conceição até ao largo antigamente chamado de Ximenes na Rua da Madalena* que deixa um terreno para a dita Igreja.

[117] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 76.
[118] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 75.
[119] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.) op. cit., Prospecto n.º 6.

D. Plantas das freguesias estabelecidas pela remodelação paroquial de 1770. *Planta da freguesia da Madalena* e *Planta da freguesia de S. Cristóvão*.

Em 1770 o Sargento Mor Monteiro de Carvalho elabora as plantas das freguesias da cidade[120] (Fig. 3.16). Por esta altura a freguesia de São Mamede já tinha sido absorvida em parte pela freguesia da Madalena e outra parte pela freguesia de São Cristóvão. Uma nova freguesia de São Mamede foi estabelecida perto de Santa Isabel onde a cidade está a crescer.

O desenho da freguesia da Madalena e São Cristóvão repete o desenho do Plano de trabalho 2 à excepção da área entre a Calçada do Correio e a Rua de São Crispim. A comparação do desenho com os dados da *Décima*[121] do mesmo ano demonstra que este desenho não corresponde à realidade àquela data. A *Décima* mostra que naquele ano, à excepção de alguns edifícios nas ruas da Madalena, Padaria e início da Rua de S. Mamede, a área encontra-se vazia. Esta planta não passa pois de um plano de reconstrução que retoma o desenho do Plano de trabalho 2 com pequenas alterações. A comparação destas alterações com as adjudicações de terrenos ocorridas durante o final de 1760 e anos de 1770 revela que, muito embora este levantamento não reproduza a realidade edificada, reflecte a realidade das alterações que estavam a decorrer no desenho proposto para esta área àquela época, ou seja no projecto em vigor (Plano de trabalho 2). Confrontam-se essas alterações com os *Termos de Adjudicação* dos terrenos da área de estudo (Fig. 3.17).

[120] ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 153, Livro das Plantas das freguesias de Lisboa*, fol. 55 e 58. Publicadas em SANTANA, Francisco (recolha e índices) *Lisboa na segunda metade do século XVIII (plantas e descrições das suas freguesias*), Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, *Planta da Freguesia da Magdalena* e *Planta da Freguesia de S. Cristóvão*, págs. 71 e 73.

[121] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesias de Santa Maria Madalena, S. Cristóvão e S. Mamede, Livros de *Arruamentos* e *Prédios*, 1770.

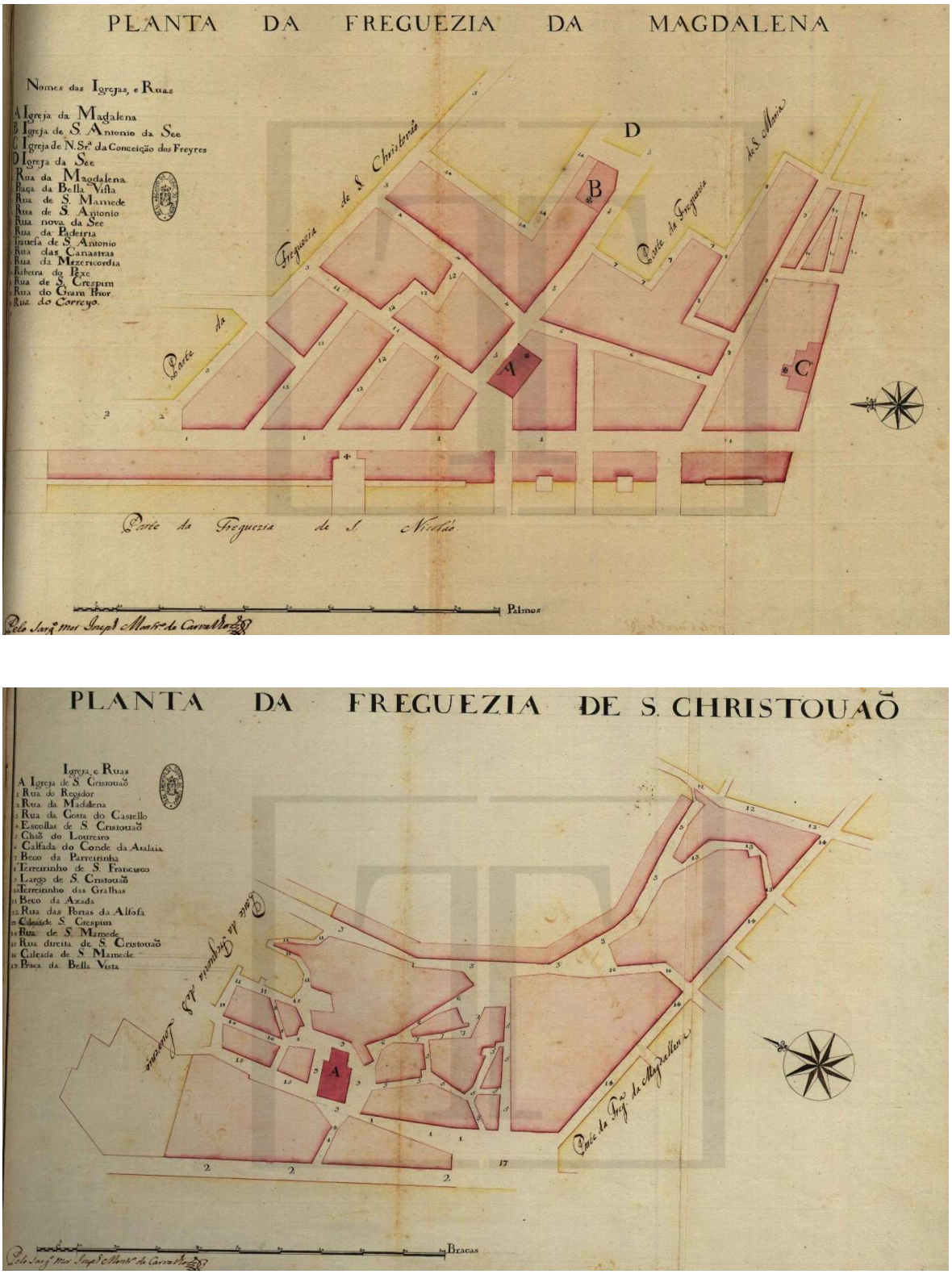


Figura 3.16 Planta da freguesia da Madalena e Planta da freguesia de São Cristóvão de cerca de 1770. ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 153, Livro das Plantas das freguesias de Lisboa,* fols. 55 e 58.

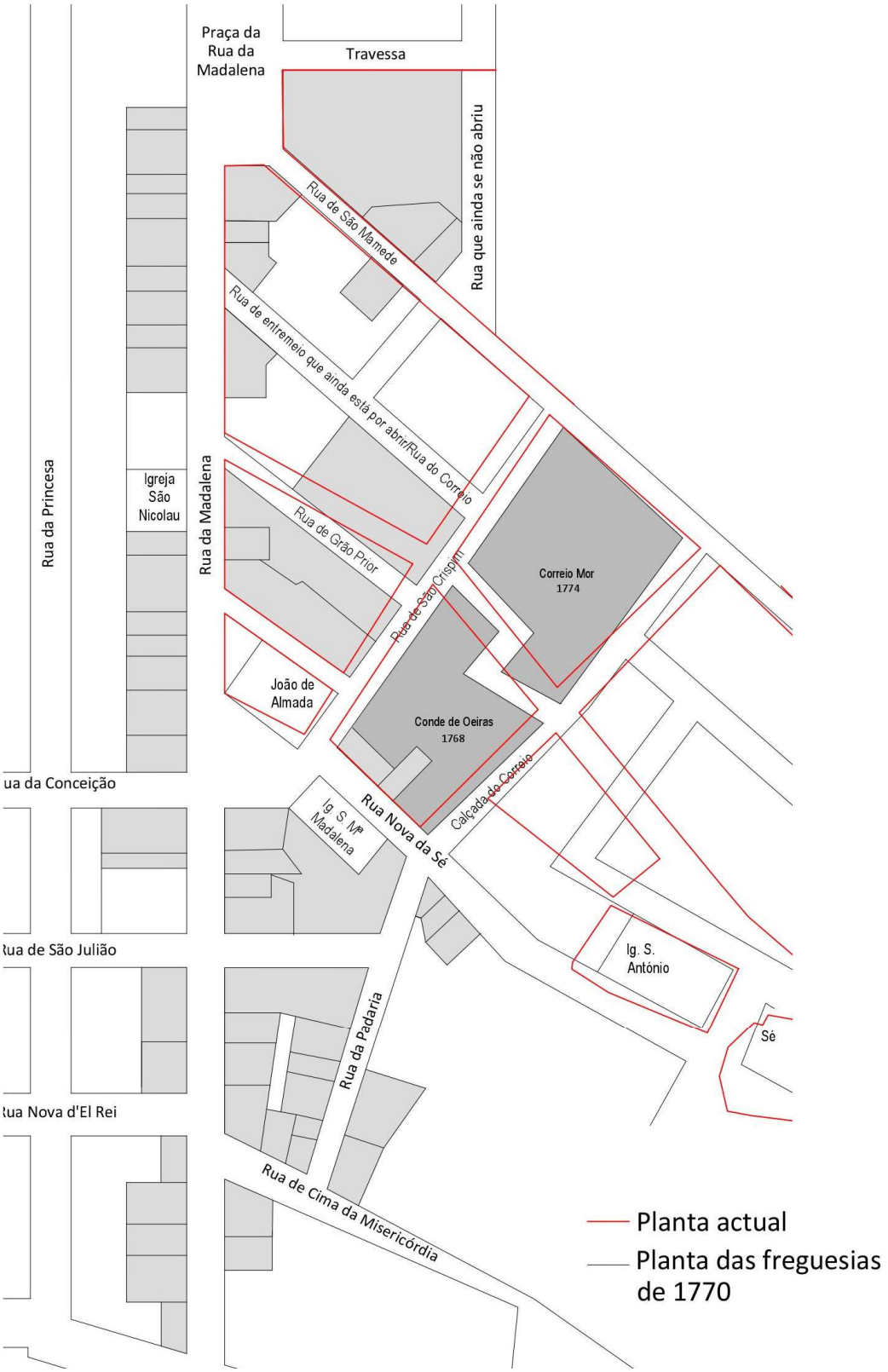


Figura 3.17 Adjudicações feitas durante os anos 70 sobre as plantas das freguesias da Madalena e de São Cristóvão de 1770.

Área entre as ruas de São Crispim e Calçada do Correio

Entre estas ruas são traçados dois quarteirões divididos pelo prolongamento da Rua de Grão Prior que neste novo troço tem um traçado irregular que parece seguir o da antiga Rua do Arco de D. Teresa. A rua que partia da Rua da Madalena paralela à Rua de São Mamede passa a acabar na Rua de São Crispim e o Palácio e Largo do Correio são absorvidos pelo novo quarteirão a norte da Rua de Grão Prior.

Como vimos, em 1774/1777 é adjudicado ao Correio Mor do Reino um chão na Rua de São Mamede, Calçada do Correio e Rua de São Crispim equivalente aos *terrenos das propriedades que antes tinha no Bairro do Limoeiro unidos todos ao terreno da sua casa principal junto à Igreja de São Mamede*[122] o que vem alterar o desenho inicialmente traçado no Plano de trabalho 2. As medidas dadas ao novo terreno atribuído ao Correio Mor configuram um quarteirão que é um polígono de seis lados, exactamente o mesmo que está representado na *Planta da freguesia da Madalena*. Tal como nesta planta o lado sul do quarteirão é irregular e parece seguir o percurso da antiga Rua do Arco de Dona Teresa. Observa-se, pois, que o terreno adjudicado ao Correio Mor é o terreno representado nesta planta.

Em 1768 o Conde de Oeiras pede que lhe seja adjudicada uma *porção de terreno* na Rua Nova da Sé, *adjacente até ao cunhal que confina pelo lado da rua Nova da Sé com a Calçada do Correio Mor e pela parte da rua de S. Crispim o que medeia entre o terreno do suplicante e o do Correio Mor*[123], junto a outra de que tinha tomado posse dois anos antes[124]. Será da união destes terrenos que resultará a propriedade para a qual no final de 60 encomenda um projecto para umas casas[125] que ocupam inteiramente um novo quarteirão, alterando o traçado inicial (Figura 3.18). A configuração da planta destas casas corresponde exactamente à forma do quarteirão que a *Planta da freguesia da Madalena* traça a sul da Rua de Grão Prior, o que revela que no início dos anos 70 a forma definida para o quarteirão entre as ruas de São Crispim, Correio, Grão Prior e Nova da Sé é a traçada na planta da freguesia. Repare-se como o lado norte da planta das casas do Marquês é irregular e parece também seguir a Rua do Arco de Dona Teresa de 1755, de tal forma que os dois quarteirões, o do Marquês e o do Correio, encaixam um no outro.

---

[122] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 50v.

[123] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 274v.

[124] *Ibidem,* fol. 208.

[125] AHMOP, Projecto de casas para o Conde Oeiras, publicado e analisado em BARREIROS, Maria Helena (2004) ""Casas em cima de casas". Apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina", *Monumentos*, n.º 21, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, págs. 88-97. Os alçados das ditas casas encontram-se no AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicados em VIEGAS, Inês Morais (coord.) op. cit., Prospectos n.º 52 a 55.

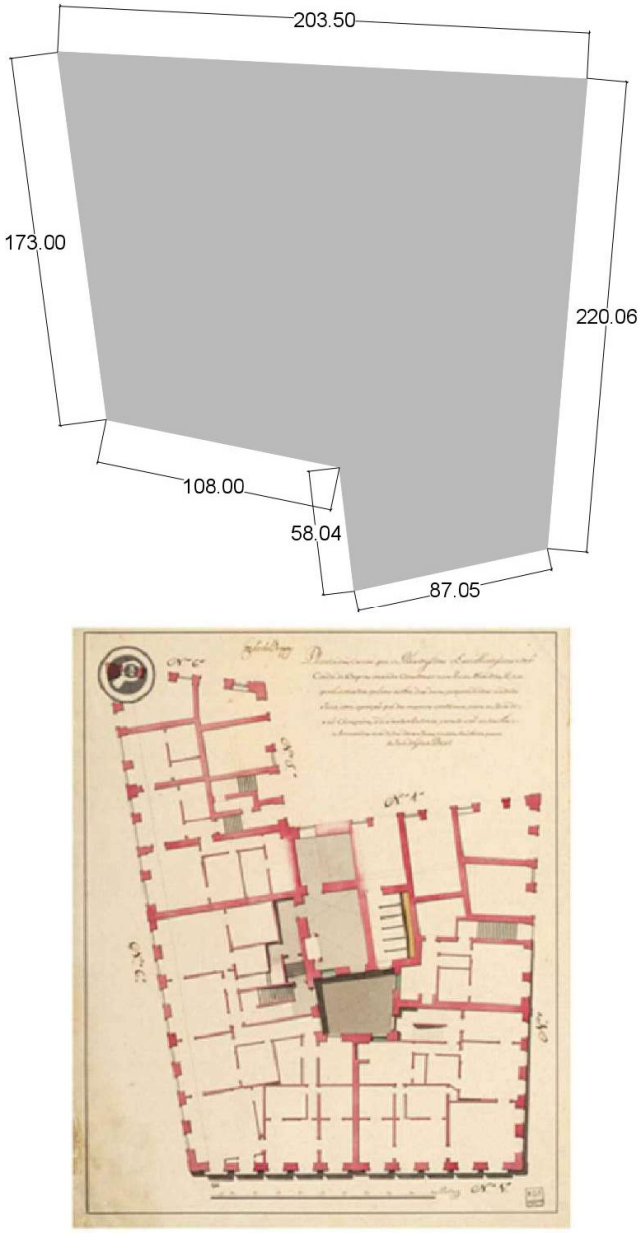


Figura 3.18 Terreno adjudicado ao Correio Mor segundo dimensões referidas no *Termo de Adjudicação*, ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 274v; e Projecto das casas do Marquês de Pombal, AHMOP, Projecto de casas para o Conde Oeiras a edificar no quarteirão com frente para a Rua Nova da Sé, Rua de São Crispim, Rua de Grão Prior e Calçada do Correio.

E. *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755*

Nesta planta[126] os quarteirões do Marquês e do Correio Mor já são representados como foram edificados em meados de 1770[127] (Fig. 3.19 e 3.20) e com alterações relativamente à planta das freguesias do ponto anterior, o que revela que o desenho é novamente alterado antes de ser edificado. O troço da Rua de Grão Prior que passa entre as duas propriedades é rectificado, já não é irregular, e esta rua é prolongada até à Sé. Este prolongamento é importante, pois repare-se na descrição do terreno a adjudicar a Pedro Roiz Ferreira em 1782[128]. O terreno deverá ter frentes para a Rua Nova da Sé, Calçada do Correio e Rua de Grão Prior. Nem no Plano de trabalho 2 nem na Planta das freguesias de 1770 é possível traçar um terreno com estas confrontações porque naqueles desenhos a Rua de Grão Prior ainda não se prolongava para lá da Calçada do Correio. Já nesta planta é perfeitamente possível traçar o terreno de Roiz Ferreira com as confrontações correctas e ainda sem a abertura do Largo de Sto. António que deverá ter ocorrido por volta de 1786/87[129].

Esta planta ainda traça a *rua de entremeio que ainda está por abrir* que o Plano de trabalho 2 e a Planta de 1770 representavam indo da Rua da Madalena para nascente segundo a qual se adjudicaram os terrenos de esquina para a Rua da Madalena de Inácia Abreu e Luís Lopes. Esta travessa fechar-se-á por volta de 1785, quando os terrenos de esquina são reconfigurados[130]. Estes dados sugerem que a planta que se está a analisar seja posterior à data de edificação dos edifícios do Marquês e do Correio, datados de 1775/77 segundo a *Décima*, e anterior a 1785 quando se desiste da abertura da *travessa de entremeio* que ligava a Rua da Madalena à Rua de Grão Prior e que ainda está representada nesta planta. Esta planta corresponderá a mais uma fase de alteração a que terá sido sujeito o Plano de trabalho 2.

---

[126] *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755,* BNE, *Fondo Antiguo*, Ref: MR/43/66.

[127] A *Décima* da Freguesia da Madalena regista pela primeira vez uma propriedade do Marquês de Pombal localizada entre o Largo de Santo António, Rua de Grão Prior, Rua de São Crispim e Calçada do Correio em 1775. A propriedade do Correio Mor é registada pela primeira vez na *Décima* de São Cristóvão/São Mamede em 1777 na Rua de São Memede.

[128] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 60. Transcrição no Anexo 8.

[129] A data de abertura deste largo é analisada detalhadamente no ponto 5.3.1.

[130] A reconfiguração dos terrenos de Inácia Abreu e Luís Lopes bem como o fecho da travessa referida são analisados no ponto 5.3.2.

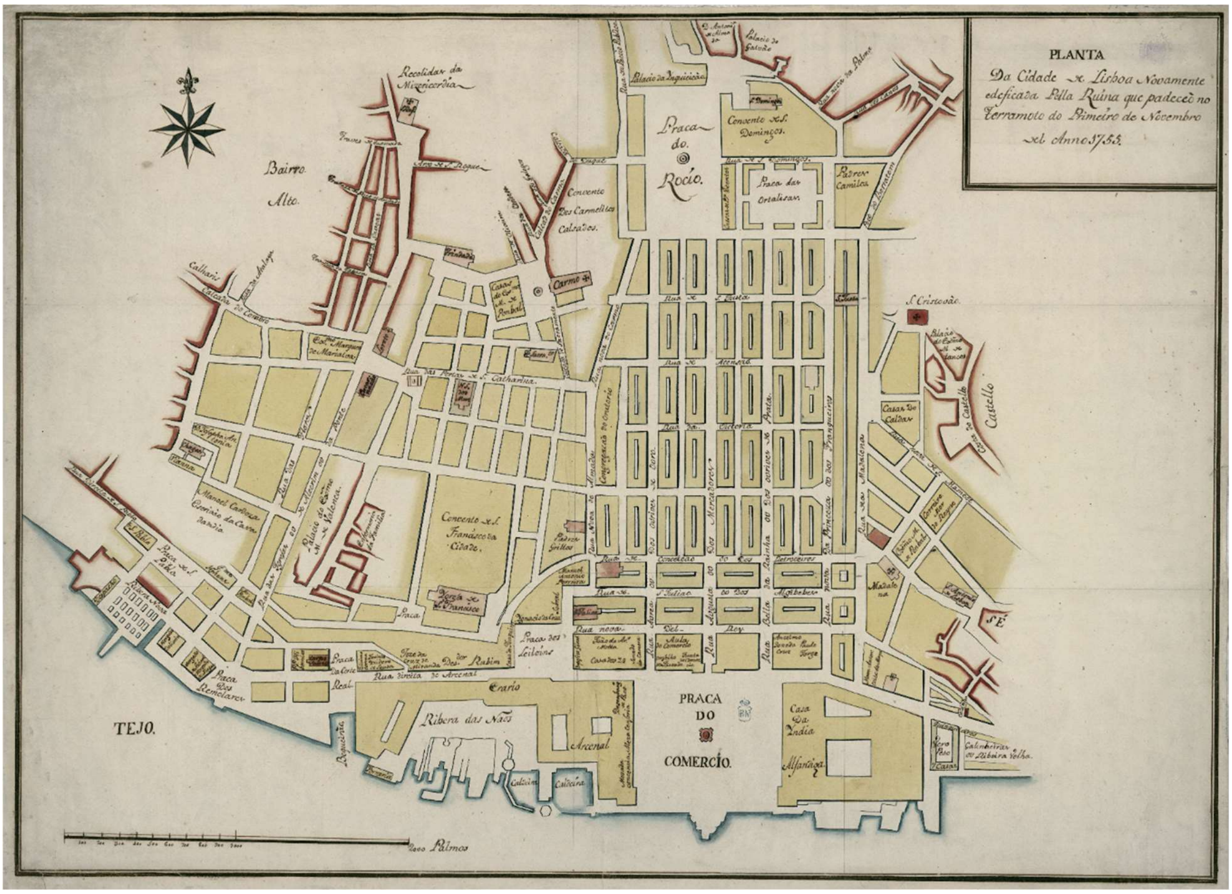


Figura 3.19 *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755,* BNE, *Fondo Antiguo*, Ref: MR/43/66.

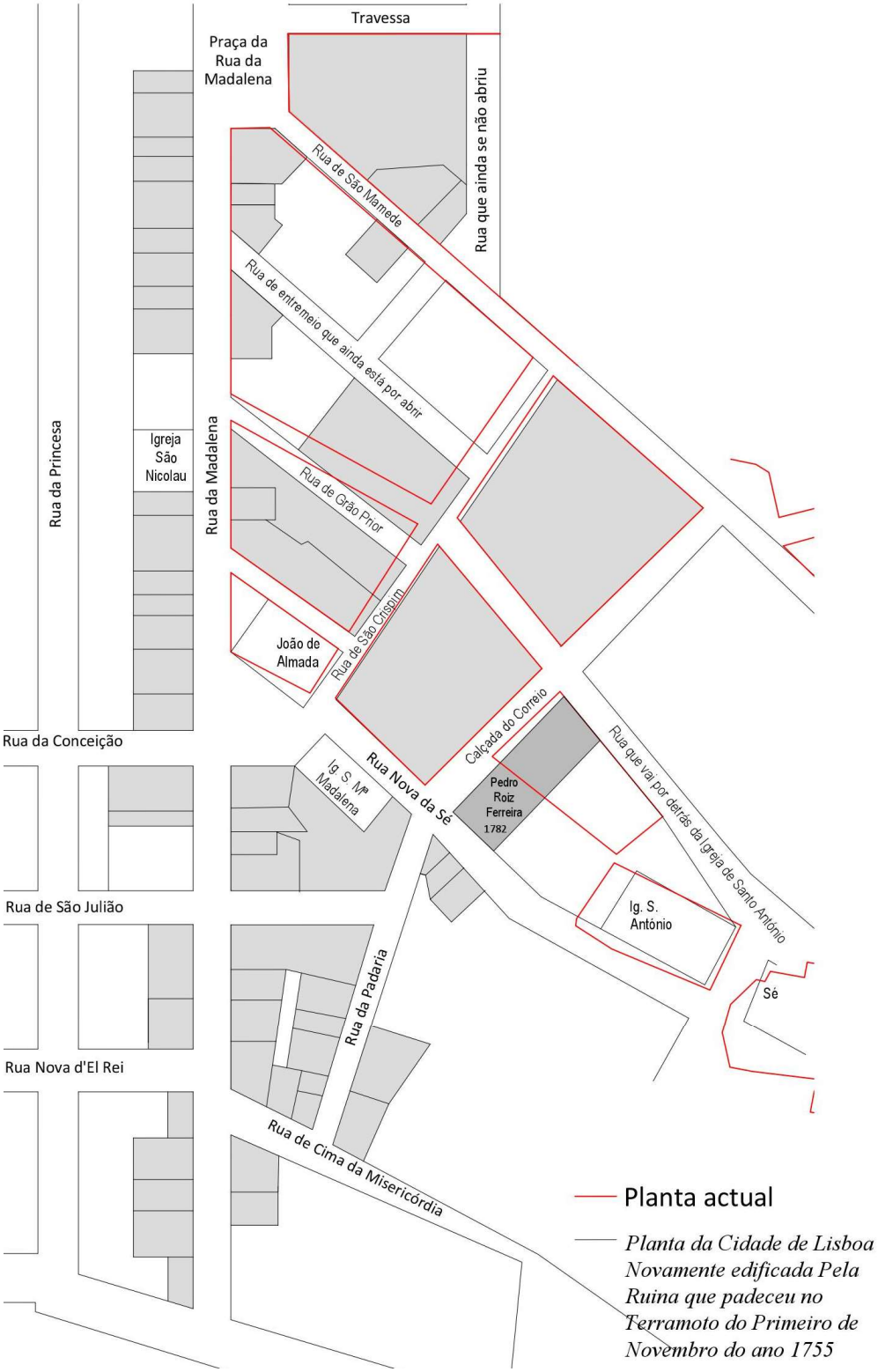


Figura 3.20 Adjudicações feitas no início de 80 sobre a *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1780.*

F. ***Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte d'Alcantara, até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio ate ao Collegio dos Religiozos/ Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pereira. Tudo debanho vermelho he o que se conserva antigo; e vermelho mais vivo denotão as Igrejas: Obanho amarelo, o Projecto do novo Plano, e o amarelo mais vivo as Igrejas novas.***



Figura 3.21 Detalhe da *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte d'Alcantara, até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio ate ao Collegio dos Religiozos/ Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pereira. Tudo debanho vermelho he o que se conserva antigo; e vermelho mais vivo denotão as Igrejas: O banho amarelo, o Projecto do novo Plano, e o amarelo mais vivo as Igrejas novas.* MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.495. Publicado em Vieira da Silva, *Plantas Topográficas de Lisboa*, CML, Lisboa, 1950, Planta nº4.

Esta planta[131] reúne e sintetiza os projetos previstos para a renovação e desenvolvimento da cidade (Figura 3.21). Representa a área em estudo praticamente como foi edificada e como se observa actualmente. Relativamente à planta analisada no ponto anterior, verifica-se que as ruas localizadas entre a Rua de Grão Prior e a Rua de São Mamede já não são desenhadas e o Largo de Santo António já é representado como é actualmente (Figura 3.22).

Em 1785, o terreno adjudicado em 1766 a Inácia Abreu[132] com frentes para Madalena e para a rua que ainda se não tinha aberto que seguia até à Rua de São Crispim, é dividido em duas partes. Uma com frente de 112.33 palmos constituirá um lote e outra com frente de 42.33 palmos vai absorver a frente da dita rua e constituir um lote de dimensões idênticas ao outro.

A rua que se pretendia abrir perpendicular a esta seguindo até à Rua de São Mamede e depois até S. Cristóvão por detrás do Palácio Caldas é fechada. Em 1785 é adjudicado um terreno a D. Maria Cláudia Meneses[133] e em 1787 são edificados dois edifícios na Rua de São Mamede sobre o que seriam as entradas desta rua na Rua de São Mamede. Isto originou um grande quarteirão entre as ruas da Madalena e São Mamede. Esta alteração terá alterado a orientação da Rua de Grão Prior que se abre na Rua da Madalena no mesmo ponto traçado no Plano de trabalho 2, mas é desviada para encontrar a divisão entre as casas do Correio e Marquês.

Em 1787 Pedro Roiz Ferreira[134] pede para que o terreno que lhe tinha sido adjudicado em 1782 mude para outro local uma vez que a abertura do largo em frente da Igreja de Santo António fazia com que ficasse com menos área para edificar, ou seja, por esta altura, ou pouco antes ter-se-á decidido abrir um largo em frente da Igreja de Santo António. Em 1790 Pedro Roiz Ferreira já edificou o quarteirão como está representado nesta planta.

Os dados descritos sugerem que esta planta represente a cidade pós 1785.

---

[131] *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte d'Alcantara, até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio ate ao Collegio dos Religiozos/ Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pereira. Tudo debanho vermelho he o que se conserva antigo; e vermelho mais vivo denotão as Igrejas: O banho amarelo, o Projecto do novo Plano, e o amarelo mais vivo as Igrejas novas.* MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.495. Publicado em Vieira da Silva, *Plantas Topográficas de Lisboa*, CML, Lisboa, 1950, Planta nº 4.

[132] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 222. A divisão deste terreno em duas partes é detalhadamente analisada no ponto 5.3.2.

[133] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 70.

[134] *Ibidem*, fol. 76. As transformações ocorridas no terreno adjudicado a Pedro R. Ferreira são analisadas detalhadamente no ponto 5.3.1. Transcrição no Anexo 8.



Figura 3.22 Adjudicações feitas depois de 1785 sobre a *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte…*

3.3 CONCLUSÕES

O processo de reconstrução do território em estudo insere-se no quadro legislativo delineado para a área abrangida pelo Plano aprovado pela Lei de 12 Maio e as Instruções de 12 de Junho de 1758, ou seja, segue a regulação estabelecida para os Bairros *abrasados e demolidos* onde se devia alinhar as ruas *com a rectidão e largura,* onde se incluía a Baixa da cidade, não se enquadrando, portanto, na situação que a mesma Lei define para as áreas exteriores ao Plano onde se prevê somente o arranjo e conserto das propriedades anteriores ao sismo e o melhoramento das ruas existentes.

Ainda que as instruções do Plano de 1758 não forneçam indicações sobre o traçado da área em estudo e não se tenham encontrado Avisos que dêem conta da distribuição de novos terrenos na área em estudo, os *Termo*s de Adjudicação dos terrenos da área revelam como a sua reconstrução se realizou através da distribuição de novos terrenos segundo uma *nova Planta da Cidade,* que é sempre referida em todos aqueles documentos.

A comparação entre a estrutura cadastral original elaborada com base na localização dos terrenos feita pelos *Termo de Adjudicação* e cada uma das plantas antigas produzidas durante o período de reconstrução da cidade revela que o novo desenho traçado para a área de estudo é o representado no Plano de trabalho 1 e que este desenho já está definido logo no início dos anos 60 quando se iniciam as adjudicações dos terrenos.

A proposta traçada desenha novos quarteirões, regulariza os eixos principais do território de 1755 segundo a nova linguagem do Plano e estabelece ligações com o resto da cidade mantendo as casas de João de Almada que resistiram ao sismo e a localização do Palácio do Correio Mor.

Se num primeiro momento não há nada que distinga na prática o processo de reconstrução da Baixa do território em estudo: os novos terrenos são distribuídos segundo um desenho previamente estabelecido, o desenrolar desse processo revela que este desenho foi alterado progressivamente até à completa edificação do território. Estas alterações são representadas nas plantas antigas analisadas.

Identificam-se quatro fases de alteração entre o desenho representado no Plano de trabalho 1 e o desenho actual. Estas etapas ocorrem gradualmente. A primeira alteração terá ocorrido pouco depois de traçado o desenho inicial e teve como objectivo possibilitar a reconstrução da Igreja da Madalena sobre a antiga de 1755. Sobre esta planta é traçada a estutura de divisão dos novos lotes a adjudicar aos proprietários de 1755. No final dos anos 60, princípio de 70, a área entre a Calçada do Correio e a Rua de São Crispim é reestruturada para acolher o novo palácio do Correio Mor do Reino e a propriedade do Conde de Oeiras. Durante os anos 70 estas propriedades são rectificadas e a Rua de Grão Prior é prolongada até à Sé. Na segunda metade de 80 abre-se o Largo de Santo António e fecham-se as travessas que iam das ruas da Madalena a São Crispim e de São Mamede à Grão Prior,

chegando-se finalmente ao desenho urbano actual. Desde o primeiro desenho traçado até à última alteração passaram-se praticamente 30 anos.

As alterações sucessivas ao desenho inicialmente proposto mostram como neste território a implementação do desenho no terreno não foi rígida, mas muito flexível. Estas alterações aparentam estar quase sempre relacionadas com o traçado de um terreno ou terrenos propriedade de figuras importantes da sociedade da época. Saltam à vista nomes como o Correio Mor do Reino, o Conde de Oeiras, futuro Marques de Pombal, os Caldas e Rodrigues Ferreira.

A relação entre a intervenção dos proprietários que se estabelecem na área e a alteração do desenho traçado parece ser inevitável. O caso dos quarteirões do Marquês de Pombal e do Correio Mor parece ser o mais flagrante. Alterando a planta inicial o Correio consegue através da união de todas as propriedades de 1755 aumentar substancialmente o seu palácio. Também o Conde de Oeiras vai a pouco e pouco comprando pequenos pedaços de terreno até por fim ser proprietário de todo um quarteirão. Os dois proprietários acabam por dividir entre si o espaço compreendido entre as ruas de São Crispim, Nova da Sé, Correio e São Mamede e constituir duas propriedades muitíssimo desafogadas. Como vimos, a alteração do desenho daqueles dois quarteirões redefine o desenho da área entre a ruas de São Mamede e Nova da Sé. O mesmo se terá passado no Largo de Santo António com Pedro R. Ferreira e a Igreja de Santo António. Veja-se como Pedro R. Ferreira acaba por ficar em muito melhor situação do que inicialmente, com um quarteirão independente com quatro frentes, uma delas para um largo, que também beneficia a localização da própria Igreja de Santo António. Também o traçado do novo largo sobre o antigo do Conde de São Vicente parece ter resultado de um compromisso entre o traçado do palácio de João Caldas, que a dada altura reivindicava mais área, e a abertura do novo largo.

Estes casos sugerem a interferência dos proprietários na definição do desenho urbano para seu próprio benefício. Note-se como este tipo de concessão já tinha ocorrido no traçado do desenho inicial (Plano trabalho 1 e 2) aquando da manutenção das casas de João de Almada, que condicionou desde logo o novo desenho da área e a sua ligação a poente de forma evidente. Segundo Ribeiro de Guimarães em o *Sumário de Vária História*[135] a inclusão do edifício de João de Almada na nova cidade estará relacionada com o facto daquele proprietário ser primo direito do Marquês de Pombal, o que lhe teria conferido influência na reconstrução daquela área. Lenda ou realidade, o facto é que a localização daquele edifício condicionou indubitavelmente o desenho do Largo da Madalena.

[135] *cit in* MACEDO, L. Pastor de, *A Rua das Pedras Negras*, pág. 41.

Também a relocalização da Igreja da Madalena condiciona o desenho finalmente edificado em detrimento de um desenho regular do Largo que a envolve.

Não se deve deixar de referir a possibilidade de a própria topografia do terreno também ter tido influência nas alterações ao desenho planificado. A implantação do desenho num terreno de declive muito acentuado poderá ter levado a ajustamentos dos quais poderão ter resultado o fecho e alteração da orientação de ruas inicialmente projectadas.

IV A ADJUDICAÇÃO DOS TERRENOS

4.1 PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DOS TERRENOS

4.1.1 **Sistema de equivalências e regularização de terrenos**

Aos proprietários dos terrenos de 1755 foram adjudicados terrenos correspondentes aos que tinham antes do sismo na nova planta da cidade. O Aviso de 30 de Junho de 1759[136] dita:

(…) *que as sobreditas adjudicações de Terrenos se façam de sorte que, entregando-se a cada um dos donos deles o mesmo número de palmos superficiais que antes tinha em figura deforme, em outra figura regular de Quadrado ou Paralelogramo, se fique assim conseguindo o comum benefício de todos os sobreditos interessados; e o regular prospecto, e a boa serventia das Ruas da cidade*…

Como referido nos *Termos de Adjudicação* dos terrenos da área em estudo é-lhes adjudicado um *terreno equivalente ao que antes possuíam*, com a mesma área e características. Há uma equivalência entre a parcela antiga e a parcela nova. Entende-se que os terrenos são os mesmos, mas a área é *regulada e acomodada à nova planta*. Por exemplo, a Filipe Mascarenhas em 1764[137] é-lhe adjudicado na Rua da Madalena *o vão do seu terreno pela melhoria do sítio em que antecedentemente estava estabelecido*. Isto é, o terreno era o mesmo, mas agora melhorado pela nova planta.

A correspondência entre parcela antiga e parcela nova é conseguida através da criação de um sistema de equivalência entre a área da propriedade que o proprietário possuía em 1755 e uma medida de frente de lote a que o mesmo proprietário tem direito na nova planta. Esta medida de frente resulta da divisão da área do terreno de 1755 pela profundidade do novo lote. A frente resultante é depois ajustada a um sistema modular de lotes que é estabelecido para a nova planta, em que o módulo base (1M) tem mais ou menos 13 palmos de frente (2,86m). As frentes das novas parcelas equivalentes são acertadas a um mínimo de dois módulos ou a múltiplos do módulo base (2M=26p, 3M=39p, 4M=52p).

Por exemplo, a António Borges, dono de uma propriedade na Rua da Pedras Negras de 1755 é atribuido em 1765 *na forma da nova regulação* um terreno na Rua da Madalena[138] (Figura 4.1). A propriedade antiga tinha 1852,62 palmos superficiais (ps) e *sai com frente* de 33,68p resultado da divisão da área de 1755 pela profundidade do novo lote que se adjudica na Rua da Madalena com 55p de fundo. É-lhe adjudicado um lote com frente de 40,50p, o que corresponde a uma fachada com três vãos (13,5p x 3M).

Para *completar o terreno* ou *preencher a adjudicação que se lhe faz na nova planta da cidade* o proprietário teria de comprar a diferença de áreas entre o lote antigo e o lote adjudicado, que neste

---

[136] FREITAS, Joaquim Inácio de (comp). *Colecção Cronológica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, Publicadas em 1603. Tomo II. Que compreende o Reinado Senhor D. José I até o ano de 1761 inclusivamente*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819, pág. 120.

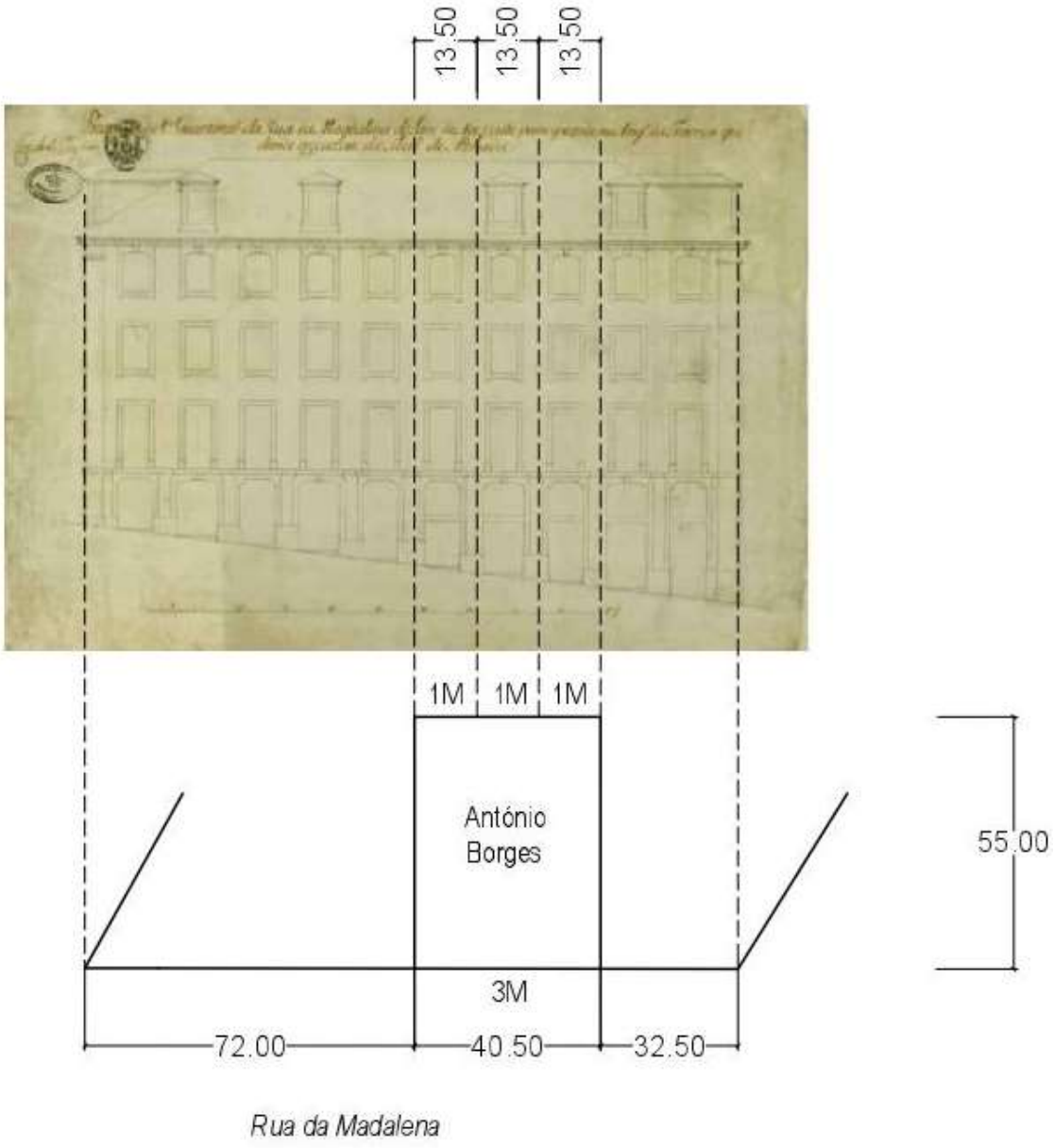
[137] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 164v.

[138] *Ibidem*, fol. 47.

caso são 375,10ps que correspondem a 6,82 palmos lineares na Rua da Madalena (375,10ps/55p). No caso em que o ajustamento da parcela resultante do sistema modular de divisão dos quarteirões não permitisse que toda a área de 1755 fosse adjudicada, a área restante devia ser vendida, como é informada D. Clara Joaquina da Silva Pimentel[139], que *deve vender por sobejar da dita área que tinha por se lhe não poder adjudicar toda pelo não permitir a nova regulação*. Se a área adjudicada fosse igual à antiga então não havia que vender ou comprar. O acerto da área dos lotes era sempre feito pela largura da frente/fachada, assim como quanto se devia pagar ou receber. O processo de compra e venda da área que faltava ou sobejava ao terreno adjudicado era *o último meio para se poder conseguir a regularidade das propriedades as quais hão-se edificar debaixo das condições e Reais ordens de sua Majestade ordenadas em comum benefício e decoro da Capital destes Reinos.*[140]

[139] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 46.

[140] Discurso sobre a avaliação dos terrenos, que devem comprar, ou vender os proprietários das Casas que foram inteiramente demolidas pelo terramoto do primeiro de Novembro de mil setecentos e cinquenta e cinco, e incêndio a ele sucessivo. *ANTT*, *Feitos Findos, Juízo da Inspecção dos Bairros,* Livro de *Avaliações*, Bairro do Rossio, fls. 1 a 2v.



Área da propriedade antiga = 1852,62ps

Área da propriedade antiga : profundidade da nova parcela = 1852,62ps : 55p = 33,68p

Ajuste ao sistema modular de fachadas = 3 x 13,50p = 40,50p

Borges compra 6,82p de frente (40,50p – 33,60p)

Figura 4.1 Adjudicação de terreno na Rua da Madalena a António Borges segundo o *Termo de Adjudicação Obrigação e Posse*, ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 47. *Prospecto do 1º Quarteirão da Rua da Madalena do Lado do Nascente principiando no Ang.º da Travessa que divide as casas de João de Almada,* AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit., Prospecto n.º 8.

Área sobrante

A área sobrante de uma adjudicação podia também ser adjudicada num segundo lote. Veja-se o caso do terreno adjudicado à Condessa de Óbidos[141]. Dos 17157,95ps que tinha em 1755 adjudicou-se *o que coube* na Rua da Madalena no lado sul da Rua de São Julião que eram 10663,21ps, dos quais sobraram 6949,74ps que a mesma pediu que lhe fossem adjudicados noutras ruas *por não caber no lado do dito quarteirão*. Pede ainda que nesta adjudicação seja compensada de 33,77p de frente que devia comprar de outras adjudicações que lhe tinham sido feitas na Rua Áurea, Nova d'El Rei e Bela da Rainha correspondentes a 2071,81ps, ou seja, dos 6494,74ps foram subtraídos 2071,81ps do que resultou 4422,93ps que lhe foram adjudicados na Rua da Madalena no lado norte da Rua de São Julião. Como *pela regularidade do terreno* se lhe adjudicaram 4668,43ps, devia comprar 245,50ps. Este exemplo mostra como o ajuste era por vezes sucessivo.

Saguões

Em determinados casos acrescia à área adjudicada a área do saguão. Por exemplo, Simão Nunes Rangel a quem é adjudicado um terreno na Rua de São Julião em 1762, devia *comprar mais para o saguão comum para onde há-de desaguar 234,37 palmos superficiais*[142]. Custódio Barbosa de Araújo no lado nascente da Rua da Madalena em 1765 devia *comprar mais no fundo do dito chão 10 palmos para nele fazer o seu saguão*[143]. No caso da Irmandade do Sant. Sacramento da Freguesia de Sta. Justa e Luís Lopes Silva na Rua da Padaria em 1764 é dito que *por não estar ainda determinado o saguão geral, se para este lhe for preciso algum terreno interior também o deve comprar*[144].

Cálculo da área de 1755

A área de 1755 a ter em conta para o cálculo da nova parcela é a registada no *Tombo* de 1755. São medidas as frentes e fundos até meio da grossura das paredes divisórias entre propriedades confinantes. As varandas, sacadas ou alpendres não eram tidos em conta por ficarem sobre domínio público. Caso da propriedade de Maurício José de Campos situada na antiga Rua do Arco de Nossa Sra. da Consolação, onde se mediram palmos da sacada, mas *se não atendeu a eles por ser a dita sacada sobre chão do público*[145]. João Oliveira Pinto reclama não terem sido contados 9 palmos da varanda sobre *alpendorada*, ao que a Inspecção responde *que não pertenciam ao suplicante por serem*

[141] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 206v. Transcrição no Anexo 8. Ver ainda Anexos 1 e 2.
[142] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 82v.
[143] *Ibidem*, fol. 34.
[144] *Ibidem*, fol. 155.
[145] *Ibidem*, fol. 283.

de área superior a outra que pertencia ao público conforme se tinha praticado em casos semelhantes[146]. De uma propriedade na Rua do Arco de Nª Sª Conceição foi contada a área do terreno *menos a área que ficava por cima do Arco da Consolação que se não atendia por ficar em cima da muralha da cidade.* Também na Rua do Príncipe na medição da casa de J. C. Almada são contados da parte do nascente como do poente 41 palmos *descontado já o grosso da muralha*[147].

Cabe aos engenheiros certificarem-se que a área está correcta, das características do terreno e propriedade. No *Termo de Adjudicação* de Maurício José de Campos refere-se: *feita a conta a toda a área do dito chão pelos Engenheiros*[148]. Às vezes há equívocos relativamente aos proprietários e os donos apresentam escrituras declarando que são eles de facto os donos. Às vezes a área é recontada e rectificada, o que implica que os engenheiros vão ao terreno verificar. Caso do requerimento feito pela Irmandade St.º freguesia de Stª Mª Madalena onde alega que o seu terreno tinha determinadas características *como poderia informar o Capitão José Monteiro que fora ao dito sitio examinar o referido*[149]. Também o Correio Mor pede que seja tida em conta a área do quintal da sua propriedade que não tinha sido medida no *Tombo*[150]. Os erros do *Tombo* sofreram correcções posteriormente. Veja-se o caso de João Caldas que pede a revisão da área do terreno comprado a Rodrigo Ximenes no antigo Largo do Conde S. Vicente e onde pretende edificar as suas casas dizendo que:

(...) ficava com grave prejuízo se lhe fizesse a sua adjudicação pela medição que consta do Tombo a qual estava muito diminuta por causa da confusão e falta de notícia ao tempo em que se fez e que este dano se não podia evitar depois de consentido o terreno na sobredita Praça[151].

Frente mínima e compra de largura de frente

O Alvará de 15 Junho de 1759[152] determina que só teriam direito a uma propriedade correspondente na nova planta os proprietários dos terrenos de 1755 cuja frente resultante da equivalência entre terreno antigo e novo fosse maior ou igual a 26 palmos (5,72m):

(...) Nas Ruas principais, que pelo novo alinhamento tiverem na sua largura cinquenta palmos e daí para cima, se não devem atender para conservação do Domínio dos seus antigos Donos aquelas propriedades que constar pelos Tombos que não têm pelo menos vinte e seis palmos completos nas suas frente [5,72m]: Antes pelo contrário, aqueles Terrenos, que tiverem menos que da referida frente, serão adjudicados pelo seu justo valor a qualquer dos dois vizinhos confrontantes, na conformidade dos Parágrafos segundo e terceiro da

---

146 ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 56.
147 *Ibidem*, fol. 194.
148 *Ibidem*, fol. 283.
149 *Ibidem*, fol. 215.
150 ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 50.
151 ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Projecto de Lisboa Nova, Maço 11.*
152 SILVA, António Delgado (comp). *Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Legislação de 1750 a 1762*, Lisboa: Tipografia Maigrense, 1830, págs. 663-665.

sobredita Lei de 12 de Maio de 1758: O que porém cessará se no caso de comprarem os referidos Donos dos referidos Terrenos alguma porção de outro imediato, para assim se alargarem e conformarem com a planta da Rua do que se tratar, sem ofensa do prospecto da mesma Rua que para o decoro da referida Cidade se faz indispensável.

O *Termo de Adjudicação*[153] de um terreno na Rua da Padaria atribuído a Silvestre de Almeida em 1764 revela como se processava a compra de largura de frente nos casos em que o proprietário queria edificar, mas não tinha a frente mínima necessária. Silvestre de Almeida, proprietário de um terreno com 973,125ps na antiga Rua da Padaria, ao que correspondia uma frente inferior a 26p na nova regulação, faz uma petição ao Regedor das Justiças invocando a Lei de 15 de Junho de 1759 para pedir:

(…) que um recanto que hoje pertencia a uma Victória de Jesus viúva e não excedia 12 palmos (…) se adjudicasse ao suplicante na sua frente por ser menor pela avaliação que a mesma Lei e a de 12 de Maio de 1758 declara no parágrafo segundo e terceiro para o suplicante poder edificar a sua propriedade pois se estava na actual abertura daquela Rua e o suplicante pretendia logo edificar na forma da Lei a sua propriedade com as mais circunstancias ordenadas, e avaliada que fosse a dita frente que se pretendia poria o suplicante logo em juízo o produto em que fora avaliado. O Engenheiro D. Miguel Ângelo de Blasco informa-o que *o acréscimo competente para reedificar não devia ser o que o suplicante declarava de Vitória de Jesus, mas sim aquele que lhe for necessário para complemento da superfície em que devia contruir a sua nova propriedade e pago pela avaliação daquela rua e pelo Juízo da Inspecção, porém se o suplicante quisesse comprar algum terreno para fazer maior a sua propriedade o podia livremente fazer como se tinha praticado em outras ruas ajustando-se com o dono do sobredito terreno que lhe fizesse maior utilidade.*

Se Silvestre de Almeida quisesse ficar com a propriedade que pretendia para conseguir a frente mínima para edificar teria de a comprar a Vitória de Jesus entendendo-se com a própria. Outra hipótese seria comprar os palmos necessários até perfazer a largura de frente exigida pagando o preço por palmo estabelecido para aquela rua, que é o que vai acontecer. É-lhe adjudicado um terreno com 26 palmos de frente na nova Rua da Padaria, e Almeida paga a diferença entre a largura de frente que tinha em 1755 e a largura de frente que lhe é adjudicada na nova planta (26p – 16.50p = 9,5p) a 11 mil e 200 réis o palmo.

Na mesma rua um pouco mais a baixo António Themudo pede em 1766 que lhe seja adjudicado um chão na Rua da Padaria. Diz o *Termo de Adjudicação*[154] que Themudo era:

(…) *possuidor de 2 chãos unidos na frente da rua da Misericórdia em que andava edificando casas e um deles fazia também frente para a rua Nova da Padaria, e como para esta rua confrontava um chão com um fundo muito diminuto que se não podia edificar só sim unido a outro, e como ele suplicante era vizinho*

[153] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 74.
[154] *Ibidem*, fol. 112v.

confrontante e não havia outro que o pudesse preferir pedia lhe fizesse mandar que o Dez.or Inspector do Bairro lhe desse posse do dito chão ...as circunstâncias que alegava e ter a seu favor a Lei de 12/5/1758. É-lhe dito em resposta que *se da planta constasse o que o suplicante alegava podia ser de atenção o seu requerimento pelo bocado de chão que dizia não fazer a acomodação noutro (...) se devia dar posse do dito terreno ao suplicante por ser diminuto ao da regulação e não ser capaz de se adjudicar para uma só propriedade e ser o vizinho confrontante e pedir o dito terreno para melhor ampliar a dita propriedade que andava edificando*.

Prospectos das fachadas – imagem exterior/interior

A largura mínima de 26 palmos (5,72m) dos novos lotes determinada pelo Alvará de 15 de Junho de 1759 está directamente relacionada com a modelação do desenho das fachadas, ou seja, corresponde a uma fachada com dois vãos de largura – 2 Módulos.

A relação entre a largura do lote e a fachada do edifício implicava que ao mesmo tempo que se estabeleciam os lotes definiam-se as fachadas dos edifícios. Tratava-se de um processo simultâneo. A comparação dos prospectos dos edifícios a edificar na área de estudo, datados dos anos de 1760, com o mapa cadastral dos terrenos adjudicados, elaborado com base nos *Termos de Adjudicação,* mostra como os limites dos lotes coincidem com o número de vãos das fachadas. Esta comparação revela ainda como a fachada de um edifício, ou seja, de um volume entre pilastras, pode não corresponder a um só lote de terreno, mas a dois ou mais, o que quer dizer que a imagem exterior de cada edifício desenhado poderia corresponder a um ou mais edifícios no interior (Anexo 1).

Veja-se o caso do terreno atribuído a Diogo Cogominho em 1765 no lado poente da Rua da Madalena. No *Termo de Adjudicação*[155] o terreno em causa é localizado *no lado da parte do poente na 2ª morada do 2º corpo passado a Igreja de São Nicolau* remetendo claramente para o *Prospecto que compreende o sítio desde a Travessa da Conceição até ao largo antigamente chamado de Ximenes na Rua da Madalena*[156]. O *corpo* parece corresponder a cada um dos volumes ou fachadas desenhadas entre pilastras e as *moradas* aos edifícios correspondentes a cada terreno adjudicado. Cada *corpo* acolheria vários lotes, ou seja, várias *moradas.* Os *corpos* encobriam a verdadeira estrutura cadastral, muito diminuta em relação à monumentalidade das fachadas. Os *corpos* são também chamados de *divisões*.

Foram realizados prospectos por toda a área de estudo. Os que chegaram aos dias de hoje representam as fachadas de vários edifícios da Rua da Madalena de ambos os lados de sul até ao Largo dos Caldas, da Rua de São Mamede lado norte e sul, Rua Nova da Sé lado norte e Praça de Santo António, Rua de São Crispim e Calçada do Correio.

---

[155] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 75.

[156] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.) Ob. Cit., Prospecto nº 6.

União de propriedades de 1755

Os *Termos de Adjudicação* mostram que era muito frequente os proprietários de várias propriedades antigas correspondentes a terrenos com menos de 26 palmos na nova planta pedirem à Inspecção a união daquelas propriedades para conseguirem perfazer os palmos necessários de frente necessários à adjudicação de um terreno na nova planta. Tal é o caso dos Padres Cónegos da Basílica de Stª Maria, donos de dois pequenos terrenos em 1755, a quem a Inspecção adjudica em 1769 *os ditos dois terrenos unidos em um* na Rua Nova da Sé[157]. Também Manuel Oliveira pede em 1764 que lhe adjudiquem juntas duas propriedades na Rua da Madalena *por ser prejudicial faze-las desunidas,* pois nem uma nem outra saíam com a frente mínima, mas juntas já correspondiam a uma frente de 38p com 75p de fundo[158]. Esta medida está bem explicita na resposta que o Engenheiro Marechal D. Miguel Ângelo de Blasco dá ao pedido de D. Tomás da Silveira para que lhe adjudiquem os seus terrenos unidos, adjudicados na Rua da Madalena em 1763. O Engenheiro informa:

(...) que não podia haver embaraço na entrega e adjudicação dos chãos referidos em sítio que lhe pudesse corresponder o seu valor, e como cada um deles separado era diminuto para reedificar se podiam unir em um só terreno para compreender maior área superficial como se tinha praticado[159].

Os *Termos de Adjudicação* dos terrenos da área em estudo mostram que esta medida foi de facto muito praticada, observando-se que das 69 propriedades novas do território em estudo, 27 resultam da união de duas ou mais propriedades de 1755 o que corresponde a 39% dos terrenos adjudicados. A união de propriedades era também frequente mesmo nos casos em que cada uma das propriedades antigas correspondia a uma frente maior ou igual a 26p segundo a nova regulação, porque deste modo os proprietários conseguiam obter áreas correspondentes maiores na nova planta. Em vez de vários terrenos pequenos espalhados pela cidade, preferem um só, mas maior.

Ocorre inclusivamente a junção de terrenos com proprietários diferentes com o objectivo de vender o terreno uma vez adjudicado, de que é exemplo a adjudicação de um terreno à Irmandade do Santíssimo da freguesia de Stª Justa e a Luís Lopes em 1764 na Rua da Padaria. Diz o *Termo de Adjudicação* que cada um destes proprietários era dono de um terreno *que não chegava a um vão* [e] *juntos podiam fazer vão e meio unindo-se ambos tinham os suplicantes quem os comprasse para logo edificarem*[160], o que é aceite. Eram lotes com 880ps (43m^2) e 1134ps (55m^2) que após a conversão para a nova planta saíam com 18,41p e 18,37p de frente respectivamente. Juntos saem com frente de 36,79p com fundo médio de 62,02p.

---

[157] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 42v.
[158] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 132.
[159] *Ibidem*, fol. 126v.
[160] *Ibidem*, fol. 155.

Também a Condessa de Óbidos tem em vista a venda dos terrenos que lhe forem adjudicados, correspondentes à união de oito propriedades que possuía em 1755 nas ruas das Carneçarias e de D. Julianes, como mostra o pedido que faz à Inspecção: (…) *e pela Exma. suplicante pretender reedificar as ditas propriedades ou aforar os chãos delas a quem fizesse as ditas reedificações requereu por uma petição ao Exmo. Arc. Regedor Justiça lhe mandasse adjudicar os ditos chãos*…[161], o que foi aprovado, tendo-lhe sido adjudicado terreno em 1766.

Lotes irregulares

Na parte do território em que a malha urbana não é ortogonal, nomeadamente no lado nascente da Rua da Madalena, onde os novos lotes não têm a forma de *quadrado ou paralelogramo* prevista pelo Plano e os *lados formam uma figura irregular*, como é caracterizado o terreno adjudicado a Filipe de Moura em 1764[162], o processo de equivalência entre a área de 1755 e a frente do novo lote é adaptado e varia de caso para caso. No caso do terreno adjudicado a D. José de Menezes em 1765 a frente do lote adjudicado resulta da divisão da área do terreno de 1755 pela média dos fundos do novo lote. Os 2255ps da propriedade de 1755 são divididos pelo *fundo comum* de 64,50p *pela irregularidade do terreno adjudicado*[163], saindo o novo lote com 35,12p de frente no lado nascente da Rua da Madalena. Adjudicam-se 37,50p de frente, fundo da parte do norte 67p, fundo da parte do sul 62p, lado oposto à frente 38p. O fundo comum de 64,50p resulta da média entre os dois fundos de 67 e 62 palmos.

Noutros casos o *Termo de Adjudicação* do novo terreno refere a utilização de um *fundo arbitrário* como referido no *Termo* do terreno adjudicado a Custódio de Araújo em 1765[164].

Propriedades *devassadas*

Os terrenos sem correspondência na nova planta são denominados de terrenos *devassados*. São terrenos perdidos, ocupados por outros ou para outros fins tais como ruas. A adjudicação feita a Francisco Monção em 1765 na Rua da Madalena refere relativamente aos chãos junto à sua propriedade como *alguns deles diminutos na sua frente e como tais incluídos para serem devassados na forma das reais ordens*[165]. Os Livros das *Avaliações* registam vários terrenos devassados por não terem *área suficiente para uma propriedade da nova regulação*, *por não ter capacidade para edificar*, *por não ter o dito terreno área precisa para ser edificado*.[166]

---

[161] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 206v.
[162] *Ibidem*, fol. 180.
[163] *Ibidem*, fol. 64v.
[164] *Ibidem*, fol. 34.
[165] *Ibidem*, fol. 32v.
[166] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova e Bairro do Limoeiro,* Livros de *Avaliações*.

Devassados são também os terrenos com vários proprietários, que, ou são vendidos à Inspecção e o valor dividido pelos vários donos, ou então um dos proprietários compra a parte que lhe falta e torna-se único dono. Para a primeira situação veja-se o caso da Irmandade S. Luís Rei de França em 1765, que pretende que a adjudicação na nova planta tenha em conta dois terrenos, um com 24p na Rua dos Armazéns e outro com 12p na Rua dos Ourives da Prata comum a outro dono. A Inspecção informa o suplicante que não se lhe podia ser entregue:

(...) o chão da Rua dos Ourives da Prata que se acha devassado por ser de dois donos (…) *e só sim a parte que no seu valor se liquidar*. Acrescenta ainda que *sendo necessário comprar palmos para complemento da sua área se lhe levaria em conta o produto do chão devassado*[167].

Da segunda situação é exemplificativo o caso de Monção em 1765 a quem não é logo adjudicado terreno porque o chão que possuía em 1755 era comum a outro dono. Segundo o *Termo de Adjudicação*[168], tratava-se de um edifício com *uma sobreloja e três andares que eram do dito Francisco Pires Monção e os dois andares últimos com água-furtada com sua loja do dito Manuel Vieira*. Depois de comprar a parte de Vieira, Monção faz nova petição alegando que era agora *senhor in solidum do referido terreno como constava da dita escritura que juntava*, ao que a Inspecção informou que agora sim se lhe podia adjudicar terreno *pois mostrava ser senhor in solidum de todo o terreno o que até agora não constava*.

Estes exemplos vêm de encontro ao que é referido nas Instruções de 12 de Junho de 1758, que referem que se deve preferir para serem devassados, no caso de faltar algum espaço para o alinhamento das ruas, os chãos que não tinham proprietários certos e os chãos comuns com mais de um proprietário, avaliando-se estes terrenos pelo que rendiam antes do terramoto, o que mostra a flexibilidade e viabilidade com que o processo é pensado desde o início.

Haveria também o caso de chãos sem correspondência na nova planta por já não haver espaço para os adjudicar. Por exemplo, no Livro das *Avaliações* do Bairro do Limoeiro em 1785 a propriedade de João Homem da Cunha Leça no antigo Largo do Conde de São Vicente é referida como devassada nos seguintes termos: (…) *requerendo a sua adjudicação informou o dito arquitecto que devia devassar por não haver terreno por todos estarem rematados*[169], sendo que a propriedade é vendida à Inspecção a 8 mil réis o palmo.

---

[167] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 73.
[168] *Ibidem*, fol. 32v.
[169] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Avaliações*, fol. 28.

4.1.2 Localização dos novos lotes e correspondência entre ruas antigas e novas

As instruções do Plano de 1758 referem que devem ficar *nas Ruas Direitas e de maior passagem, e mais distantes ou mais perto do mar, as casas que antes estavam situadas nesta conformidade*. Esta instrução segue o referido por Manuel da Maia na segunda parte da Dissertação relativamente às compensações que se deveriam fazer aos proprietários, devendo-se sempre atender:

(...) à qualidade dos sítios, recompensando o sítio de cada acredor com outro sítio semelhante: ao que fosse mais próximo ao mar, com sítio mais próximo ao mar, e ao que fosse mais próximo ao Rossio, com sito mais próximo ao Rossio.[170]

Os Editais que dão início à entrega dos chãos na Rua Augusta e Rua Nova d'El Rei[171] especificam as ruas de 1755 que devem ser incluídas naquelas ruas novas e informam que as propriedades devem ser adjudicadas pela mesma ordem dos lugares em que se encontravam em 1755.

No território em estudo não se encontrou legislação que estabeleça uma correspondência especifica entre uma determinada rua de 1755 e uma determinada rua nova. Os *Termos de Adjudicação* mostram que na Rua da Madalena são adjudicados terrenos de pelo menos vinte e seis ruas anteriores ao sismo e na Rua da Padaria e Rua de São Mamede estão incluídos, em cada uma, chãos provenientes de oito ruas antigas. No entanto, estas ruas antigas são as ruas sobre as quais estão traçados os novos quarteirões da área em estudo e é possível perceber-se um padrão de distribuição das propriedades destas ruas pelas novas. No geral, os quarteirões a sul da nova Rua da Conceição correspondem aos chãos das ruas antigas existentes a sul da Travessa da Conceição Velha e Rua do Arco da Conceição. Os chãos localizados no Largo do Pelourinho e Portagem são adjudicados nos dois primeiros quarteirões mais a sul da Rua da Madalena. Os chãos localizados entre a Rua da Fancaria e a Rua do Arco da Consolação e entre as ruas Ourives da Prata e da Padaria vão ser adjudicados nos dois quarteirões seguintes da Rua da Madalena e Rua da Padaria tendo em conta a distância ao Terreiro do Paço/mar (a posição norte/sul). A norte da nova Rua da Conceição adjudica-se os chãos de 1755 localizados a norte das ruas da Correaria e Arco da Conceição, sobretudo localizados na Rua da Correaria e subindo as Pedras Negras. No topo norte da Rua da Padaria nova adjudicam-se lotes da Rua do Arco da Consolação. Na Rua de São Mamede são adjudicados chãos das antigas ruas da Lista, Sete Cotovelos, Costa, calçadas do Correio e de São Crispim. Os lotes novos do actual Largo do Caldas correspondem a propriedades antigas com frente para o Largo de São Vicente.

As propriedades adjudicadas na área em estudo eram localizadas em 1755 no território limitado a sul pela Rua do Príncipe, a poente pela Rua Ourives da Prata, excluindo esta rua, seguindo

[170] SANTOS, M. H. R, *Proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVII,* Vol. II, 2012.
[171] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 2, 2v e 16.

pela Rua da Correaria junto às casas de João de Almada, Rua das Pedras Negras, Largo de S. Vicente, Rua da Costa, Calçada do Correio, Rua da Padaria e Rua da Portagem (Figura 4.2). Destaca-se, no entanto, o lado poente da Rua da Madalena a sul da Rua da Conceição onde são adjudicados chãos das antigas Rua Nova, Rua da Confeitaria, Rua dos Ourives da Prata e Travessa da Conceição, ruas mais nobres da cidade de 1755. Note-se como este troço da Rua da Madalena faz parte da malha ortogonal da Baixa, toca na Rua Nova d'El Rei, Rua de S. Julião e Rua da Conceição para onde os novos chãos têm a frente principal. Observa-se que os chãos mais nobres e por isso de maior valor terão sido distribuídos no que seria a parte mais cara da Rua da Madalena, ainda dentro da Baixa, próximos da Rua Nova d'El Rei e do Terreiro do Paço. É importante notar que a área em estudo vai receber os chãos de 1755 que ficam para nascente da Rua dos Ourives da Prata excluindo os chãos desta rua, antiga rua principal da freguesia da Madalena. Para esta rua fazia frente em 1755 a Igreja da Madalena, e por isso se esperaria que pudesse equivaler à Rua da Madalena. No entanto, os chãos da antiga Rua dos Ourives da Prata vão ser distribuídos pela Rua Bela da Rainha, actual Rua da Prata, tal como refere um Edital de 30 de Dezembro de 1760 que estabelece quais os chãos que se hão-de adjudicar na Rua de São Julião e Rua Bela da Rainha:

(...) Em cumprimento das reais ordens expedidas no Edital próximo Exm. e Rev. Senhor Arcebispo Regedor de 19 do corrente mês de Dezembro [de 1760] se há-de fazer a adjudicação e demarcação na Rua denominada de São Julião dos chãos das propriedades que antes existiam na Rua chamada da Confeitaria e Beco do Jardim, e juntamente se há-de fazer também adjudicação na Rua Bela da Rainha dos chãos das propriedades que havia na Praça do Pelourinho, e na Rua chamada dos Ourives da Prata pelo que se anuncia pelo presente Edital…[172]

Este Edital remete para o Edital de 19 de Dezembro[173] do mesmo ano, em que El Rei ordenava que os terrenos entre a Praça do Comércio, Rossio, Rua Nova do Almada e Rua Nova da Princesa fossem distribuídos para serem edificados.

Aquela que seria a rua de maior valor da freguesia da Madalena não encontra correspondência em nenhuma das ruas novas do mesmo território, mas em uma das ruas principais da Baixa.

Proximidade entre antigo e novo

Na maior parte dos casos os novos lotes são localizados muito próximos dos antigos. Quando isso não acontece é porque o lote novo resulta da união de duas ou mais propriedades dispersas em vários locais, e geralmente é colocado junto da propriedade antiga mais bem localizada. Esta equivalência relativamente à localização dos lotes e à *qualidade dos sítios* de que falava Manuel da Maia está muito bem expressa nos *Termos de Adjudicação* dos terrenos. Estes documentos revelam

[172] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 61.
[173] *Ibidem*, fol. 60v.

como a localização em rua mais ou menos nobre, mais ou menos reputada, de esquina ou não foi preponderante na localização dos terrenos e como era importante para os proprietários ficarem o mais próximo do sítio onde estavam situados em 1755. Verifica-se que também na área em estudo se aplicou a lei e que os proprietários pedem que esta se cumpra o melhor possível favorecendo-os. Por exemplo, João Correia de Almada em 1766 pede que lhe seja adjudicado junto ao Pelourinho *por lhe pertencer aquele sítio junto do Pelourinho onde era sito o dito chão*[174]. Filipe Mascarenhas em 1764 pede para que lhe adjudiquem as suas casas *no mesmo sítio também com esquina como eram.*[175] A José de Menezes é-lhe adjudicado em 1765 um terreno no *princípio da rua da Madalena no mesmo lado em que antes se achava o chão da rua das Carneçarias unindo-se a ele o do Beco de Gaspar das Naus que era também estimável por ser perto do antigo Terreiro do Paço*[176]. Francisco Monção dono de um chão na Rua da Fancaria, *o qual era nobre tanto pela sua situação como também pela sua frente e fundo,* alegava em 1765 que devia ser compensado *no mesmo sítio onde antes o possuía por ser o mais estimável e ficar junto à Misericórdia*[177].

Há mesmo casos de proprietários que depois de lhes ser adjudicado determinado terreno e insatisfeitos com o mesmo, pedem para mudar para sítio mais próximo ao que tinham em 1755. Veja-se o caso do Desembargador José Pereira de Moura a quem tinha sido adjudicado um terreno logo em 1761 na Rua Bela da Rainha:

(…) porque se não havia alinhado a dita rua com presteza e lhe adjudicou em lugar daquele sitio outro de igual medição (…) porém como a sobredita rua antigamente dos Ourives da Prata se achava ao presente [1766] *alinhada para nela se edificarem as casas pretendia o suplicante edificar no seu antigo solo o qual se não achava ainda dado a outrem desistindo para esse efeito do q se lhe adjudicara na Rua Bela da Rainha como se tinha praticado em semelhantes circunstâncias*[178].

O Desembargador Inspector decidiu *que se lhe adjudicasse outro equivalente na Rua da Madalena no lugar mais próximo ao antigo solo das casas do suplicante.* Também Dom Tomás da Silveira Albuquerque Mexia pretende ser adjudicado na Rua da Madalena em 1763 em vez de na Rua da Princesa porque:

(…) as casas da Fancaria não só tinham frente para ela mas também para a Portagem como se via do Termo de medição, e a Rua Bela da Princesa era metida para dentro sendo o antigo sitio pelas ditas ruas confrontadas de melhor reputação ficando de outra forma o Morgado prejudicado[179].

---

[174] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fols. 194 e 246.
[175] *Ibidem*, fols. 164v e 180.
[176] *Ibidem*, fol. 64v.
[177] *Ibidem*, fol. 32v.
[178] *Ibidem*, fol. 186v.
[179] *Ibidem*, fol. 126v.

Matias Lourenço de Araújo pede em 1767 que lhe sejam adjudicados os seus chãos na Rua da Madalena *defronte de Domingos Vilas Boas por só naquele sítio poder edificar para seu comodo*[180]. Os Herdeiros de Domingos dos Santos pedem em 1764 que o terreno que tinha sido adjudicado ao falecido tio na Rua de S. Julião, mas que não reedificou em vida, seja adjudicado noutro local uma vez que aquele sítio era pequeno e o tio tinha outro terreno na Rua dos Capuceiros. Pedem que:

(…) se lhe adjudiquem juntos em outra rua competente por ser um e outro sítio de boa reputação e próximos ao terreiro do Paço para entrarem logo a reedificar as ditas casas na forma das reais ordens de sua Majestade[181].

Também o Senado da Câmara pede em 1765 para mudar o terreno inicialmente adjudicado *para o sítio em que antigamente era que hoje é fronteiro à nova Alfândega que se anda fazendo*[182].

[180] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 22v.
[181] *Ibidem*, fol. 132.
[182] *Ibidem*, fol. 181v.

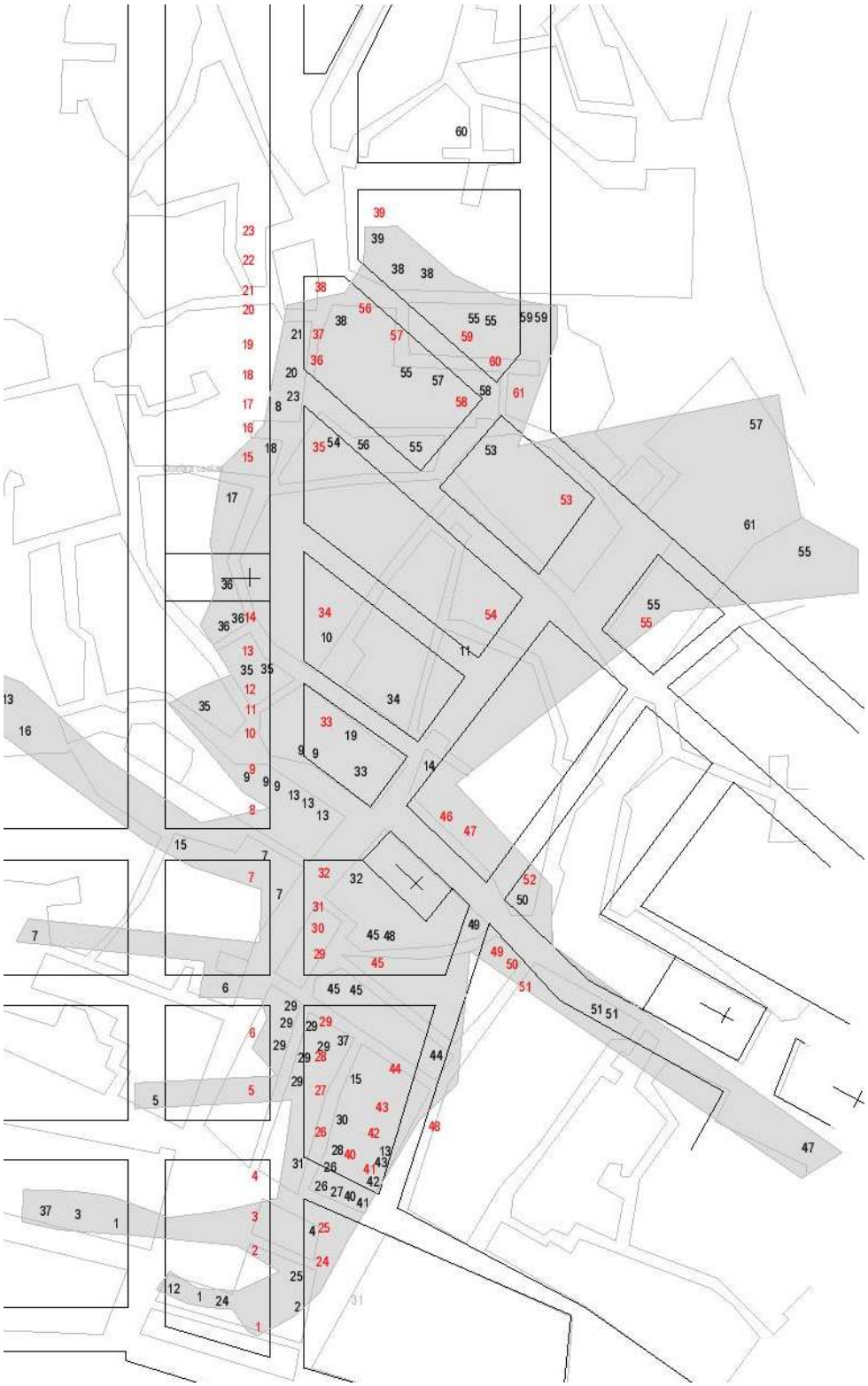


Figura 4.2 Localização das propriedades antigas e novas. A vermelho as novas e a preto as de 1755. A mancha a cinza marca sensivelmente a área onde se localizavam as propriedades antigas equivalentes aos novos terrenos da área de estudo.

Ordem de lugar dos terrenos

O Editais que dão início às adjudicações na Rua Augusta e Rua Nova d'El Rei[183] referem que as propriedades atribuídas devem ter não só a mesma área que tinham em 1755 como também devem ser adjudicadas *pela mesma ordem de lugares em que as mesmas Propriedades estavam situadas no primeiro dia de Novembro de 1755.* No território em estudo isto verifica-se só em determinados troços. As propriedades de 1755 que ficavam no lado norte da Fancaria entre a Padaria e as Carneçarias vão ocupar o quarteirão entre as novas ruas da Padaria e Madalena. Os proprietários que ocupavam estas ruas, Irmandade de Sta. Justa, Mesquitela, C. Pilar Mendonça, F. Monção, F. Mascarenhas, e J. Menezes são adjudicados pela mesma ordem, com lotes confrontantes entre si entre a nova Rua da Padaria e a Rua da Madalena, tal como acontecia em 1755 (Figura 4.3). O mesmo se observa em São Mamede relativamente às propriedades que em 1755 se situavam no Largo de S. Vicente. Estes exemplos mostram como a determinação imposta pelo Plano se cumpria na área de estudo sempre que era possível. Claro que aqui seria mais difícil de cumprir porque não há uma relação entre uma só rua antiga e uma só rua nova, mas entre uma rua nova e várias ruas antigas.

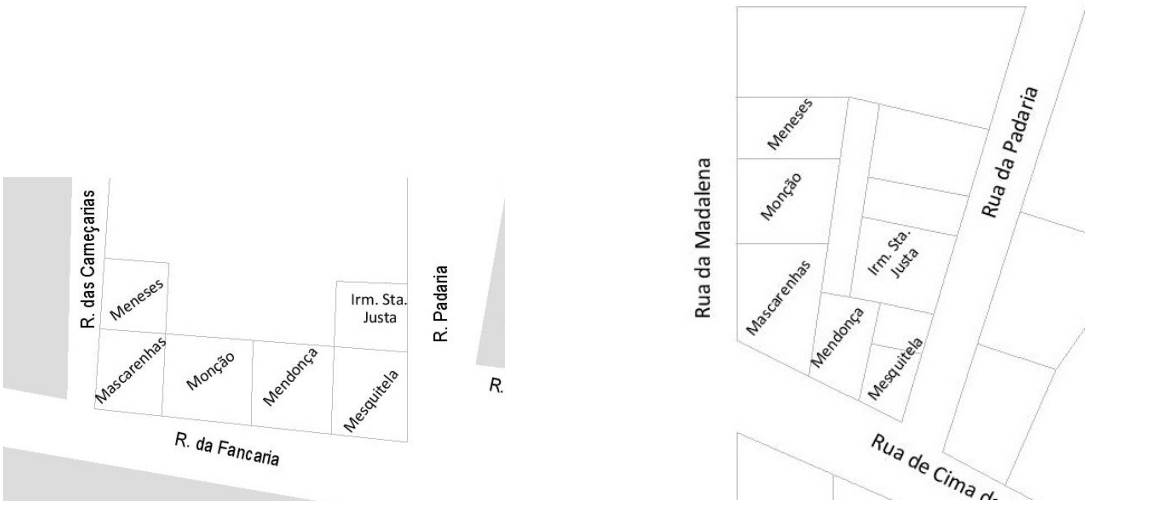


Figura 4.3 Esquema da localização de propriedades de 1755 na Rua da Fancaria entre a Rua da Padaria e a Rua das Carneçarias. Depois do sismo os mesmos proprietários são adjudicados no segundo quarteirão da Rua da Madalena lado nascente entre a Rua da Padaria e a Rua da Madalena, praticamente no mesmo local e pela mesma ordem de lugar de 1755.

[183] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 2, 2v e 16.

4.1.3 Valores das ruas

As regras sobre as avaliações e valores que devem ser utilizados nas compensações dos terrenos a adjudicar elaboradas pelo Engenheiro Alexandre José Montanha[184] atribuem à Rua da Madalena o valor de 8$500 por palmo com 58 palmos de fundo na metade da rua mais próxima da Praça do Comércio e 7$500 na metade mais afastada.

Os Livros das *Avaliações* mostram quais os valores que de facto se praticavam na área de estudo o que permite estabelecer uma hierarquia entre as ruas. A área mais cara era, como determinado por Montanha, a mais próxima à Praça do Comércio e ao rio. Esta determinação estava relacionada com o facto de o rendimento das propriedades variar conforme esta localização, como refere a avaliação da área sobrante da adjudicação feita a D. Tomás da Silveira na Rua Nova d'El Rei de esquina para a Rua da Madalena. Os 1,96p de frente por 58p fundo que Silveira devia vender são avaliados a 10 mil réis o palmo *atendendo ao dito sítio ser do princípio da cidade em que as propriedades têm bom rendimento*[185].

Um pouco mais a sul o valor por palmo é ainda mais alto, como mostra a adjudicação feita a João Oliveira Pinto em 1764[186]. Os 18,50p de frente que Oliveira Pinto devia comprar para preencher o terreno adjudicado são avaliados a 14 mil réis o palmo, com um fundo de 75p. Apesar de neste caso o fundo ser maior, o que por si já aumentaria o valor do palmo de frente, o aumento não é proporcional, o que mostra que de facto quanto mais a sul, mais caro o palmo. Do lado oposto da rua junto à Rua da Misericórdia o valor por palmo é sensivelmente o mesmo.

É continuando pela Rua da Misericórdia a dentro a caminho da Ribeira e junto à Rua da Padaria que se encontra o valor por palmo mais alto da área em estudo. Os terrenos contíguos adjudicados a Dona Catarina Pilar de Mendonça[187] em 1764 e ao Visconde de Mesquitela[188] em 1765 no lado norte da Rua da Misericórdia são ambos avaliados a 15 mil réis o palmo, apesar de serem terrenos com um fundo de cerca de 50p bastante diminuto comparativamente com os da Rua da Madalena, o que indica que esta era uma área importante da cidade. Esta importância estendia-se à Rua da Padaria cujos terrenos atingiam o valor praticado na parte sul da Rua da Madalena (em comparação com o de Oliveira Pinto). Veja-se a avaliação relativa ao terreno adjudicado à Irmandade da freguesia de Santa Justa em 1764 avaliado a 11 mil réis o palmo para um fundo médio de 60p *atendendo-se a ser o dito terreno de compra livre e isento de foro e ao bom sítio da dita rua que fica*

[184] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros*, Bairro do Rossio, Livro de *Avaliações*, fol. 1-5v.
[185] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Avaliações*, fol. 135v.
[186] *Ibidem,* fol. 132v.
[187] *Ibidem*, fol. 131v.
[188] *Ibidem*, fol. 150v.

perto da Ribeira e da Praça do Comércio as quais propriedades têm boa reputação[189]. Conforme se vai andado para norte o valor do palmo vai baixando, sem, no entanto, se deixar de referir a boa localização da Rua da Padaria. Veja-se a avaliação do terreno adjacente a norte adjudicado a Silvestre de Almeida no mesmo ano com 70p de fundo médio. Atende-se ao *bom sítio da dita rua por ficar perto da Marinha em que as casas têm boa estimação* e atendendo às razões referidas avalia-se *cada palmo de frente com o dito fundo por ser maior do que o do vizinho antecedente a 11 mil e 200 réis*[190]. Note-se como o valor por palmo varia consoante o fundo do terreno e a sua localização. Neste caso este terreno tem mais fundo, mas também está mais a norte do que o da Irmandade da freguesia de Santa Justa. O terreno adjacente a norte adjudicado ao Conde de Povolide com 60p fundo vale ainda 10 mil réis o palmo.

Os valores baixam drasticamente chegando à Rua Nova da Sé e vão descendo mais assim que se entra na Rua de São Crispim e Rua de Grão Prior. Em 1768 o Conde Oeiras compra na Rua Nova da Sé 12,68p com um fundo de 70.20p a 8 mil réis o palmo[191]. No mesmo ano compra ainda mais 17,10p por 67,50p de fundo contíguos aos primeiros a 7 mil réis o palmo atendendo *a ser a frente da dita propriedade pela Rua de São Crispim que é das mais inferiores suposto ter o fundo pela tem Rua Nova da Sé*[192]. Na Rua de Grão Prior João de Almada compra 260p de frente com fundo de 60p a 5 mil réis o palmo por ser a *dita nova rua inferior e de pouco concurso e o pequeno fundo do dito chão*[193].

No lado poente da Rua da Madalena encontraram-se vários terrenos avaliados a 10 mil réis o palmo, todos com um fundo de 75p, desde o terreno adjudicado à Congregação do Oratório de S. Filipe Néri[194] de esquina para a Rua da Conceição, até ao terreno de Matias Lourenço de Araújo de frente para o Palácio dos Caldas, atendendo *à bondade da dita rua e bom fundo.*

Do lado oposto da rua, tendo em conta o fundo dos terrenos registados os terrenos valem ligeiramente mais. O terreno de Vilas Boas de esquina para a Rua de São Mamede, o de Inácia Abreu e o de António Borges são avaliados a 8 mil réis o palmo com um fundo de 55p *atendendo ao bom sítio da rua*[195].

No início da Rua de São Mamede os valores são idênticos. Os terrenos adjudicados a Paulo da Rocha e a Francisco Rodarte no lado norte da rua junto ao Palácio dos Caldas valiam ambos 8 mil

---

[189] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Avaliações*, fol. 130v.
[190] *Ibidem*, fol. 130v.
[191] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Avaliações*, fol. 2v.
[192] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Avaliações*, fol. 179v.
[193] *Ibidem*, fol. 185v.
[194] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Avaliações*, fol. 6.
[195] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Avaliações*, fol. 163v.

réis o palmo com cerca de 55p fundo[196]. Já o terreno de Barros Mesquita no lado sul da rua valia só 7 mil réis o palmo apesar de ter um fundo maior com 62,5p[197].

A comparação entre os valores atribuídos a cada rua ou ruas da área de estudo é apresentada num esquema que permite distinguir por cores os valores das ruas (Figura 4.4). Esta gradação de valores foi feita relativamente às propriedades para as quais se encontraram os valores por palmo registados nos *Termos de Adjudicação* ou nos *Autos de Avaliação*. Dividindo o fundo do terreno pelo valor por palmo de frente obtem-se um valor. Quanto menor este valor, resultante da divisão, mais caro é o palmo de frente.

[196] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Avaliações*, fol. 3 e 7v.
[197] *Ibidem*, fol. 1v.

Proprietário	Localização	Fundo terreno (p)	Valor por palmo (reis)	fundo /valor palmo	arred.
C. Pilar Mendonça	Rua Misericórdia	50	15$000	3,3	3
Viconde Mesquitela	Rua Misericórdia	50	15$000	3,3	3
F. Monção	Rua Madalena Nascente	59,5	14$000	4,25	4
F. Mascarenhas	Rua Madalena Nascente	50	10$000	5	5
J. O. Pinto	Rua Madalena Poente	75	14$000	5,3	5
Irm. Sta. Justa	Rua Padaria	60	11$000	5,4	5
Tomás Silveira M.	Rua Madalena Poente	58	10$000	5,8	6
Silvestre Almeida	Rua Padaria	70	11$200	6,25	6
Conde Povolide	Rua Padaria	60	10$000	6	6
Barbosa Araújo	Rua Madalena Nascente	60	9$000	6,6	7
A. Borges	Rua Madalena Nascente	55	8$000	6,87	7
Inácia Abreu	Rua Madalena Nascente	55	8$000	6,87	7
Vilas Boas	Rua Madalena Nascente/S. Mamede	55	8$000	6,87	7
Paulo Rocha	Rua S. Mamede	55	8$000	6,87	7
F. Rodarte	Rua S. Mamede	55	8$000	6,87	7
Cong. O. F. Néri	Rua Madalena Poente	75	10$000	7,5	8
Irm. Luis Rei França	Rua Madalena Poente	75	10$000	7,5	8
Diogo Cogominho	Rua Madalena Poente	75	10$000	7,5	8
Juizo Tombo b. confis.	Rua Madalena Poente	75	10$000	7,5	8
Damião Mascarenhas	Rua Madalena Poente	75	10$000	7,5	8
M. Lourenço Araújo	Rua Madalena Poente	75	10$000	7,5	8
Conde Soure	Rua Madalena Poente	56,25	7$000	8,03	8
Conde Oeiras	Rua Nova Sé	70,2	8$000	8,76	9
Barros Mesquita	Rua São Mamede Sul	62,5	7$000	8,9	9
Conde Oeiras	Rua São Crispim	67,5	7$000	9,64	10
João Almada	Rua Grão Prior	60	5$000	12	12

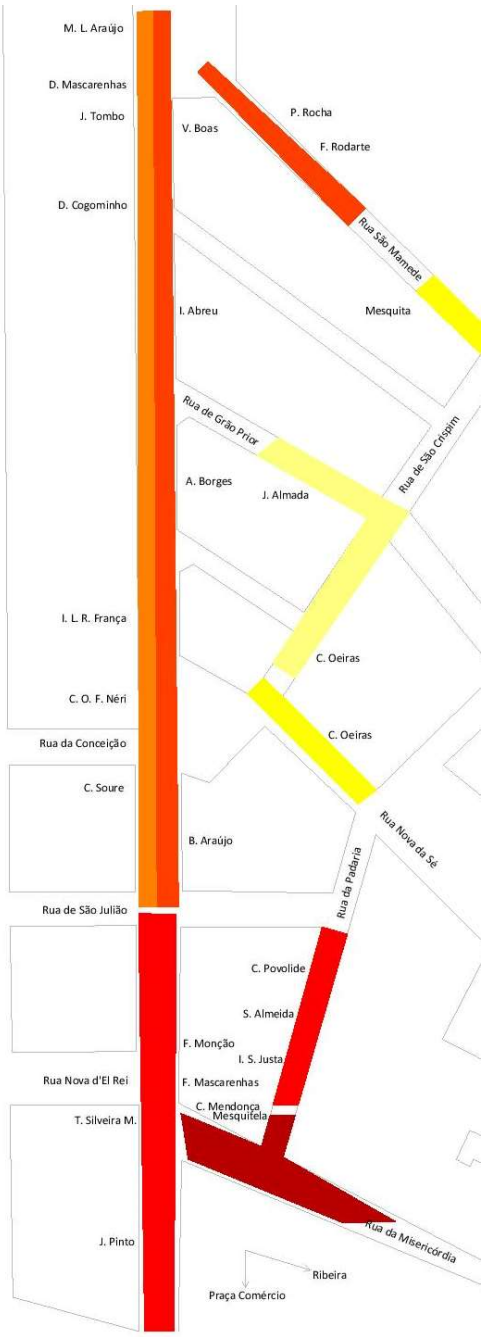


Figura 4.4 Quadro de valores por palmo de frente de terrenos adjudicados na área de estudo e esquema de gradação por cores. A cor mais escura corresponde ao valor por palmo de frente mais alto e a cor mais clara ao valor mais baixo.

Melhoramentos

No caso em que o terreno adjudicado ficasse mais bem localizado do que o de 1755, o proprietário tinha de pagar esse *melhoramento* como referem os *Termos de Adjudicação* dos terrenos. Por exemplo, da adjudicação do terreno atribuído a Bento Tavares na Rua de São Mamede em 1785 equivalente à propriedade que tinha na Rua dos Cónegos em 1755, não era necessário *comprar nem vender* [palmos], *somente pagar a melhoria do valor dos ditos palmos de frente por ser a dita rua de maior estimação do que a antiga em que o dito chão existia*[198]. O Livro de *Avaliações* do Bairro do Limoeiro regista a *avaliação da melhoria* do dito terreno com 95,11p de frente por 121p de fundo, avaliando *cada palmo de frente com o dito fundo de melhoria a 1500 réis o palmo*[199] (95,11p x 1500 réis). Bento Tavares paga 142$000 pela melhoria do terreno.

Veja-se Manuel de Oliveira a quem é adjudicado na Rua da Madalena em 1764 terreno equivalente às propriedades da Rua da Confeitaria e Rua dos Carapuceiros. Como o último terreno tinha menos valor do que o que se lhe adjudicava na Rua da Madalena,

(...) o referido Inspector determinou verbalmente que se fizesse a referida adjudicação com declaração de se avaliar o melhoramento que o dito suplicante comprador recebe no sitio em que se lhe faz referente ao em que eram os ditos chãos para com o dito valor se compensar aos mais interessados a que se não der chãos pela pequenez das suas frentes, e da mesma sorte os que compra[200].

Também a Tomás da Silveira é entregue em 1763 um terreno na Rua da Madalena resultado da união de dois terrenos de 1755, um na Rua da Fancaria e outro no Beco do Tronco. Como o terreno do Beco do Tronco era de menor valor do que o da Rua da Madalena dever-se-ia fazer:

(...) declaração e união dos palmos que pertencem à propriedade que estava no dito sitio [Fancaria] *e dos que pertencem à propriedade do Beco Tronco, e quanto a este se avaliasse o valor do melhoramento que recebe em vir para o dito sitio para com o dito valor que o suplicante pagar se compensar aos interessados por não ser justo que o suplicante se utilize em prejuízo deles com a dita melhoria de sitio que não tinha*[201].

Em 1769 quando o terreno é arrematado por Manuel de Oliveira *por não ter edificado nele D. Tomás da Silveira*, Oliveira deve pagar ao todo 640$000, resultante de 32p de frente x 20$000 p/palmo, dos quais 531$005 devia pagar ao Tomás Silveira e o resto 108$950 à Inspecção pelo melhoramento do chão do Beco do Tronco. Pelos vistos Tomás da Silveira não tinha pago o melhoramento à Inspecção.

O dinheiro que a Inspecção ganhava com o pagamento do dito melhoramento por parte dos proprietários era o que depois pagava aos proprietários que não tinham frente mínima para edificar e

---

[198] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 68.
[199] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Avaliações*, fol. 33.
[200] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 132.
[201] *Ibidem*, fol. 126v.

tinham de vender à Inspecção. Esta medida mostra bem o princípio em que se baseava todo o processo de adjudicação, ou seja, o direito que os proprietários tinham de lhes ser adjudicado na nova planta exactamente o mesmo terreno que tinham em 1755, a mesma área e o mesmo local ou próximo. Se assim não fosse deveriam ser compensados ou compensar a Inspecção.

4.1.4 Proprietários

O princípio base do Plano é que os novos terrenos sejam adjudicados aos mesmos proprietários daqueles terrenos em 1755. Na maior parte do território em estudo é isto que acontece. Das 71 adjudicações de terrenos analisadas, 82% destas são feitas aos mesmos proprietários dos terrenos de 1755. Portanto, na sua maioria, os proprietários do território de 1755 são os mesmos da nova área. Neste número incluem-se dois lotes equivalentes a propriedades de 1755 arrematadas pelo senhor às quais eram foreiras. Caso da adjudicação feita a Luís de Albuquerque em 1773[202] na Rua da Madalena relativa a várias propriedades que lhe eram foreiras, sendo que os proprietários desistiram dos prazos das ditas propriedades a favor directo do senhorio. Observam-se ainda duas adjudicações relativas a terrenos dos quais aparentemente não se conhecia o dono, e por isso passaram para a fazenda real, adjudicadas ao Juízo do Tombo dos Bens dos Ausentes Confiscados[203] na Rua da Madalena.

Entre os proprietários que continuam na área depois do sismo destaca-se a Igreja da Madalena ocupando praticamente todo o quarteirão da Igreja. Também o Correio Mor vai acabar por ocupar inteiramente um quarteirão. Ao palácio que possuía em 1755 vai juntar a área de outras cinco propriedades antigas que possuía espalhadas pela área de estudo, o que resultará na ampliação daquela propriedade. João de Almada, proprietário do único edifício que terá sobrevivido ao sismo, compra mais área para ampliar a sua propriedade pedindo em 1769:

(...) se lhe adjudicasse pelo seu justo valor os mais terrenos que lhe não pertencem acima a parte da Rua da Madalena em que se acham umas casas feitas de diferente dono [são as casas de António Borges], *e a parte da nova rua que se anda abrindo chamada de Grão Prior sem embaraço das ditas casas que essas poderia haver por compra, para assim ficar com um plano regular sobre si por todos os lados daquelas ruas*[204].

Este pedido é revelador do desejo de Almada, e provavelmente de outros proprietários, de possuir uma propriedade que ocupe um único quarteirão com frentes para todos os lados, de tal modo que chega a referir comprar o edifício já de pé de António Borges, a única parte do quarteirão que não possuia.

Novos proprietários

Apesar de a maior parte dos proprietários que são adjudicados na área serem os mesmos de 1755, os *Termos de Adjudicação* mostram que alguns proprietários do território de 1755 vendem o seu terreno logo após o sismo, e o comprador, que irá ser o novo proprietário, vai ser aquele que terá

[202] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 275.
[203] *Ibidem*, fol. 298 e *Bairro do Limoeiro*, Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 36.
[204] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 280.

direito a que lhe seja adjudicado um novo terreno. Esta situação corresponde a 15% das adjudicações consultadas. Por exemplo Dona Catarina Pilar de Mendonça compra em 1757 uma propriedade antiga *conforme escritura apresentada* na *Rua da Fancaria*[205] que virá a ser adjudicada em 1764 segundo a nova planta na Rua de Cima da Misericórdia, no quarteirão que está entre a Rua da Madalena e o sítio da antiga Padaria.

Veja-se o caso complexo de Domingos Santos a quem tinha sido adjudicado um terreno na Rua S. Julião. Após a sua morte os seus herdeiros pedem para que o terreno seja transferido para a Rua da Madalena e assinam o *Termo* de desistência de 26 Novembro de 1763. A 9 de Dezembro do mesmo ano vendem os terrenos antigos a Manuel de Oliveira, sendo que a escritura declarava que os novos chãos seriam na Rua da Madalena. Manuel de Oliveira requere depois por petição, mostrando a escritura, que lhe dessem posse dos ditos chãos transferidos, ao que o ministro mandou informar *que os ditos herdeiros venderam o que não tinham na Rua da Madalena por não terem ainda nela tomado posse e adjudicação e que deviam fazer emenda nos lugares onde os ditos chãos eram sitos*[206]. Apesar da confusão Manuel Oliveira acabou por tomar posse do terreno na Rua da Madalena em 1764.

Destaca-se a compra de vários terrenos de 1755 junto ao actual Largo do Caldas por um conjunto de proprietários com características particulares, negociantes da praça de lisboa, muitos do tabaco, que se destacam na reconstrução da cidade pós sismo e que irão ter um papel importante na reedificação daquela área, construindo vários prédios de rendimento, bem como habitações próprias. João Caldas compra a propriedade nobre incendiada de Rodrigo Ximenes no Largo do Conde de São Vicente onde edificará mais tarde o seu palácio. Domingos Vilas Boas compra três propriedades contíguas a Ximenes e à sua na Rua da Costa e Largo de São Vicente que irão equivaler ao terreno de esquina para as ruas da Madalena e São Mamede. Matias Lourenço de Araújo compra duas propriedades contíguas na Rua dos Mercadores aos herdeiros de Manuel Teixeira de Carvalho e pede lhe sejam adjudicados os dois chãos unidos na Rua da Madalena defronte do João Caldas. Compra ainda uma propriedade na Rua das Pedras Negras a Luís da Motta Feio Torres no ano anterior a ser adjudicada na Rua da Madalena. Pedro Roiz Ferreira é outro dos negociantes que vem de fora da área estudo. Pede que a sua propriedade de 1755 na Rua dos Cónegos junto ao Castelo seja adjudicada na Calçada do Correio e compra ainda mais terreno para além daquele que tinha direito chegando a ocupar inteiramente um quarteirão.

Quem também compra um terreno na área é o então Conde Oeiras, futuro Marquês de Pombal. Não se trata de um chão de 1755, mas de um terreno novo que ainda não tinha sido entregue

[205] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 163v.
[206] *Ibidem*, fol. 132.

a ninguém e que o Conde pede que lhe seja atribuído em 1768 junto a outros que lhe tinham sido adjudicados anteriormente. Diz o Conde que:

(...) tendo tomado posse de um terreno que faz frente para as Ruas de São Crispim e Nova da Sé se lhe fazia preciso para haver de edificar nele uma propriedade de casas com as acomodações necessárias outra porção de terreno adjacente até ao cunhal que confina pelo lado da Rua Nova da Sé com a Calçada do Correio Mor e pela parte da Rua de S. Crispim o que medeia entre o terreno do suplicante e o do Correio Mor e porque até ao presente não houvera pessoa alguma que requeresse adjudicação das ditas porções de terreno que ao suplicante lhe faziam precisas e era passado o Termo que a lei de 12 de Maio de 1758 determinou aos proprietários para edificarem pedia a sua Ex. lhe fizesse mercê mandar fazer a avaliação das porções e as juntasse ao anteriormente adjudicado[207].

Os terrenos do Marquês irão configurar mais tarde o grande quarteirão entre as ruas Nova da Sé, São Crispim, Grão Prior e Calçada do Correio.

[207] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 274v.



Figura 4.5 Quarteirões da área de estudo ocupados inteiramente, ou quase, por um único proprietário.

4.1.5 Preenchimento da *nova Planta da Cidade*

Como referido nos *Termos de Adjudicação* dos terrenos, os proprietários vão sendo acomodados *para complemento da nova Planta da Cidade* e os quarteirões vão-se preenchendo. O discurso de alguns *Termos de Adjudicação* mostra como houve um estudo prévio com a divisão dos quarteirões em lotes, previamente marcados e até reservados antes de se fazer a sua adjudicação tendo em conta as características das propriedades antigas. Ao pedir que lhe fosse atribuído um chão, Monção é informado pela Inspecção:

(…) que o Visconde de Mesquitela não tomara posse de um que directamente lhe pertence que fazia esquina para a Padaria e estava reservado na Regulação para se lhe entregar por o que no mesmo sítio antigamente fazia esquina à referida rua da Padaria[208].

Também as esquinas do primeiro quarteirão do lado poente da Rua da Madalena estavam reservadas, uma *pertencia directamente a D. Tomás Silveira por ter a sua propriedade também cunhal na Rua Direita e outro da parte da Pr. Comércio que pertencia a quem se adjudicasse aquele terreno*[209]. À Irmandade Stª Justa é adjudicado um terreno na rua que *corresponde à da Padaria no lado da parte do poente indo da Rua da Misericórdia para a Calçada do Correio no primeiro terreno que se segue ao que fica com frente na dita rua da Misericórdia*[210], sendo que o dito terreno que dava para a Misericórdia só é adjudicado em 1766.

Em muitos outros casos, os *Termos de Adjudicação* mostram que a definição e propriedade das novas parcelas é feita no momento da adjudicação por ordem de chegada sempre tendo em consideração as características dos terrenos de 1755. Note-se que os diversos Avisos que davam conta do início das adjudicações de terrenos de cada rua nova referiam que os proprietários dos terrenos antigos deviam deslocar-se à casa do Desembargador Inspector do Bairro determinado para se iniciar o processo de distribuição dos terrenos novos. Referia-se ainda um prazo de 10 dias para quem se achasse dentro da cidade de Lisboa e 30 para quem estivesse fora. Os *Termos de Adjudicação* mostram como quem chegava mais cedo teria mais possibilidades de escolha e de expor o seu próprio caso. Veja-se o exemplo da Congregação da Nossa S.ª Doutrina que não estando satisfeita com dois terrenos separados que lhe tinham tido atribuídos um na Rua Nova d'El Rei e outro na Rua Bela da Rainha pede em 1764 que aqueles se lhe mandem adjudicar juntos e unidos no fim da Rua da Princesa:

(…) por se não poderem já adjudicar em nenhuma das ditas ruas por já estar tudo adjudicado e os suplicantes não terem notícia das ditas adjudicações se não quando os chamaram para a posse e por isso não poderem requerer as ditas uniões por serem dados em diversos tempos[211].

---

[208] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 32v.
[209] *Ibidem*, fol. 134.
[210] *Ibidem*, fol. 155.
[211] *Ibidem*, fol. 145v.

Veja-se ainda o caso de Monção, que quando finalmente é o único dono do terreno de 1755 e requer que se lhe o adjudique em 1765, o local que lhe cabia já não está disponível pois:

(...) se achava inteiramente completo o quarteirão onde o suplicante pretendia ser acomodado e já as posses dadas com Termos assinados, e nesta forma sem embargo das razões que alegava se lhe podia adjudicar em o princípio da rua da Madalena que pouco desmerecia ao pretendido terreno[212].

Também Tomás da Silveira pede para edificar, em 1763, ao que é respondido que o terreno onde tinha a suas propriedades ainda não estava alinhado, pelo que *se fazia preciso que o Coronel Carlos Mardel ou em seu lugar o Tenente Alexandre José Montanha em cujo poder parava os prospectos da cidade (...) lhe assinasse terreno para edificar*[213]. Cabia aos arquitectos e engenheiros decidirem, à medida que os proprietários de 1755 se apresentavam, onde colocar determinado terreno. Havia até possibilidade de escolha *pode ser acomodado na Rua da Princesa ou na da Madalena onde melhor se puder acomodar*[214]. A Correia de Almada deveria ser atribuído terreno *onde havia chão desimpedido*[215], e a José Alvares de Mira não se fez logo adjudicação *por não se poder ajustar a planta com o dito terreno mais cedo pelos ditos engenheiros*[216]. A Gerardo Teixeira não foi possível adjudicar terreno na Rua Bela Rainha *por não haver terreno para isto e por essa razão se lhe fez na dita rua da Madalena*[217]. O mesmo se passou com Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia Stª Mª Madalena, a quem tinha sido inicialmente mandado adjudicar um terreno na Travessa da Conceição, mas que afinal não pôde ser *por não haver chão para isso*[218].

Havia que coordenar as características dos terrenos de 1755 com o desenho da nova planta da cidade. Era necessário hierarquizar o valor dos terrenos de 1755 por forma a distribui-los pela planta de forma justa, tendo em conta as condicionantes que o novo desenho impunha. O exemplo da adjudicação feita a João Oliveira Pinto em 1764 na Rua da Madalena é paradigmático deste processo. O proprietário pede que se atenda ao facto da sua propriedade fazer *angulo de cunhal* ao que a Inspecção responde que*:*

(...) naquela divisão não havia mais que dois ângulos, um pertencia directamente a D. Tomás Silveira por ter a sua propriedade também cunhal na rua Direita e outro da parte da Pr. Comércio que pertencia a quem se adjudicasse aquele terreno, sendo que na mesma extensão havia antigamente outros cunhais, e agora se lhe não podiam formar mais que dois e estes pertenciam àqueles proprietários de melhor situação e não ao

[212] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 32v.
[213] *Ibidem*, fol. 126v.
[214] *Ibidem*, fol. 75.
[215] *Ibidem*, fol. 194.
[216] *Ibidem*, fol. 254.
[217] *Ibidem*, fol. 251.
[218] *Ibidem*, fol. 218.

suplicante pois o cunhal que formava a sua propriedade era para um Bequinho sem saída e indigno por ser muito imundo[219].

Os *Termos de Adjudicação* sugerem que a definição e distribuição das parcelas terá sido um processo que se foi fazendo e definindo a pouco e pouco à medida que os proprietários demonstravam interesse e os terrenos iam sendo limpos, como se se tratasse de um puzzle em que as peças não estão previamente definidas. Não se sabia quem de facto estava interessado em que se lhe adjudicasse o seu chão na nova planta, ou por outro vender à Inspecção. Note-se que as adjudicações não são todas feitas no mesmo momento, o que parece indicar que não há um parcelamento integral da planta feito num único momento. O parcelamento vai sendo feito progressivamente.

[219] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 134.

4.2 DATAÇÃO DAS ADJUDICAÇÕES DE TERRENOS E ALINHAMENTO DAS RUAS

Não se encontrou um Aviso que informe especificamente do alinhamento das ruas ou distribuição de terrenos na área em estudo. Toda a informação sobre a datação do alinhamento das ruas é deduzida dos *Termos de Adjudicação* dos terrenos e dos registos dos Livros da *Décima da Cidade* dos edifícios mais tarde contruídos.

De seguida passam-se a enunciar os terrenos adjudicados que permitem estabelecer a linha cronológica do alinhamento das ruas da área em estudo:

1761 – Rua da Madalena

Irmãos da Misericórdia de Lisboa na Rua de São Julião

A 10 de Abril de 1761 é adjudicado aos Irmãos da Misericórdia de Lisboa[220] um terreno equivalente ao que tinham na antiga Rua da Confeitaria, na quinta e *última morada* do quinto quarteirão da Rua de São Julião lado esquerdo vindo da Rua Nova do Almada com 31,25p de frente para a dita rua e fundo de 56,25p, cumprindo o Edital de 30 de Dezembro de 1760 que ditava que se haveria de *fazer a adjudicação e demarcação na Rua denominada de São Julião dos chãos das propriedades que antes existiam na Rua chamada da Confeitaria e Beco do Jardim*[221]. Este é o quarteirão que fica entre a Rua da Princesa e a Rua da Madalena e o somatório das larguras das frentes das cinco moradas ou lotes adjudicados naquele ano perfaz a medida de 150p que é o total da frente daquele quarteirão para a Rua de São Julião, o que quer dizer que o lote adjudicado à Irmandade fazia também frente para a Rua da Madalena, apesar desta rua não ser referida na descrição do terreno.

Esta adjudicação assinada por Carlos Mardel, é a primeira adjudicação encontrada de um terreno no território em estudo e é também o primeiro indício da marcação no terreno do alinhamento da Rua da Madalena.

Conde de Soure na Rua da Conceição

A 24 de Outubro de 1761 é assinado por Carlos Mardel o *Termo de Adjudicação*[222] de um terreno ao Conde de Soure *na segunda morada do quinto quarteirão do lado direito da dita Rua da Conceição vindo da parte do poente e Rua Nova do Almada* com 106,25p de frente e 56,25p de fundo, equivalente a um que tinha na Travessa da Conceição Velha que é dos Freires da Ordem de Cristo em 1755. Não é referida mais nenhuma rua nova em todo o documento, mas numa nota de 1766 o proprietário pede que lhe sejam atribuídos mais palmos na Rua da Madalena *para onde também fazia*

[220] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 83v.
[221] *Ibidem*, fol. 61.
[222] *Ibidem*, fol. 106.

frente. Trata-se do terreno do lado sul da Rua da Conceição de esquina para a Rua da Madalena. A adjudicação deste terreno vem seguir o Edital de 29 de Abril de 1761[223] que ordenava que as propriedades antigas que se situassem na Rua Travessa de Nossa Sª da Conceição dos Freires da Ordem de Cristo, tal como a do Conde de Soure, deveriam ser adjudicadas na *Rua Nova denominada da Conceição.*

Esta adjudicação surge precisamente no limite nascente do eixo que liga a colina de São Francisco à colina do Castelo, já muito próximo da Igreja da Madalena, que como vimos no capítulo 3.1 tinha sido objecto de nivelamento logo numa das primeiras medidas tomadas após o sismo em Dezembro de 1755.

Ainda que parte do alinhamento da Rua da Madalena já estivesse implantado em 1761, o resto da Rua da Madalena não estaria exactamente no mesmo estado, pois só passados dois anos é que se assiste a novas adjudicações.

1762 – José da Silva Soares na Rua da Padaria e Rua da Misericórdia

No final de 1762 José da Silva Soares[224], *homem de negócios da corte*, pede ao Exmo. Regedor das Justiças Inspector Geral da Reedificação da Cidade que lhe seja adjudicado um *pedaço de solo que fora da Ermida do glorioso Mártir São Sebastião* confrontante a nascente com uma propriedade sua que estava a reedificar *na conformidade do novo Plano Regular da Cidade* na Rua da parte de cima da Misericórdia *contígua a outra propriedade já reedificada com a regularidade e simetria do mesmo novo plano*. Soares da Silva refere que do referido solo da antiga igreja:

(...) se devassava muita parte para o público da rua e havia notícia de que a dita Ermida passava a reedificar-se em outro lugar para se não alterar o regular prospecto da mesma rua, e acrescenta que por *essa razão necessariamente se hão-de edificar casas no dito pedaço de solo que partia de uma banda com a dita propriedade do suplicante e da outra com a dita rua chamada da Padaria*.

No entanto, o terreno restante não ficaria com a frente mínima de 26 palmos necessários para se reedificar quando se desse ao *destorcimento* da dita Rua da Padaria, ou à construção de um *portal que no princípio dela parecia se faria*. Nestes termos o suplicante invoca o parágrafo segundo do Alvará de 12 de Maio de 1758 e pede que:

(...) se lhe adjudicasse o dito pedaço de solo visto ser o único vizinho confrontante e poder logo ir edificando nele ao mesmo tempo que vai erigindo a dita sua propriedade contígua com o que ficará completa e aformoseada uma grande parte da dita rua. O pedido é atendido por Carlos Mardel que refere que *naquele sítio não podia ser a Ermida de S.S.P. pela pouca capacidade que tinha para a sua largura por se encontrar com a muralha da cidade, e por deturpar o prospecto da cidade e o solo ter diferentes donos* (...) *e*

[223] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 107.
[224] *Ibidem*, fol. 122v. Transcrição no Anexo 8.

devia ser devassada pelos vizinhos confrontantes, e o seu confrontante era o dito suplicante e devia-se-lhe adjudicar o dito chão da Ermida por ser um dos que tem edificado uma grande parte na Rua por detrás da Misericórdia.

O Exmo. Arcebispo Regedor defere o pedido por portaria de 13 de Dezembro de 1762. É realizada uma vistoria ao terreno da antiga Igreja para se determinar a sua dimensão para se proceder à respectiva avaliação que ditará um valor que deverá ser pago pelo Silva Soares, uma vez que este terreno não equivale a nenhum outro que o proprietário possuísse antes do sismo. O *Termo de Adjudicação e posse* do terreno com frente de 42,16p para a Rua da Misericórdia e 70,50p para a *Rua chamada da Padaria*, é assinado a 9 de Março de 1763 pelos *Oficiais Carlos Mardel Coronel da Infantaria com exercício de Engenheiro e Francisco António Ferreira discípulo da Academia Militar das Fortificações desta Corte Ajudante nesta Inspecção do dito Coronel*.

Em 1765 o Livro da *Décima* da freguesia da Madalena dá conta desta propriedade já edificada como a primeira propriedade da *Rua Nova d'El Rei lado direito indo da Conceição Velha* composta por lojas, três andares e águas-furtadas, com os *três sobrados devolutos por andar ainda acabando*[225]. O edifício confrontante a nascente, que o mesmo proprietário diz já estar a reedificar na petição que faz ao Regedor da Justiça em 1762, está registado no Livro da *Décima* da freguesia de Santa Maria logo em 1762, a seguir a um outro de João Roiz Caldas que Silva Soares refere como já concluído, ambos registados no arruamento das *Frontarias do Cais de Santarém* de frente para a Ribeira, que começa com as casas que foram dos Duques de Aveiro junto ao Arco de Jesus e acaba nas casas de Silva Soares que antecedem o terreno da Ermida de São Sebastião.

O *Termo de Adjudicação* do terreno de Soares da Silva que fica sobre a Ermida de São Sebastião mostra como já antes de 1762 existia um *prospecto regular* em conformidade com o *novo Plano Regular da Cidade* dos edifícios a edificar no lado norte da Rua de Misericórdia já a chegar à Rua da Padaria. O discurso de Soares da Silva sugere ainda que em 1762 parte do terreno da ermida teria sido já devassado para espaço público *para não se alterar o regular prospecto da mesma rua*, ou seja, para permitir a rectificação do alinhamento da Rua da Misericórdia. Relativamente à Rua da Padaria, Soares da Silva tem conhecimento que irá ocorrer um *destorcimento*, mas não tem bem a certeza de como será. Note-se que o traçado da nova Rua da Padaria resulta da rotação para nascente da antiga Rua da Padaria. Aparentemente àquela data a Rua da Padaria ainda estaria em grande parte entulhada e sem sinais de um novo traçado. Quando se procede à medição da ermida para calcular a avaliação do terreno a comprar por Soares da Silva é dito não constarem medidas das lojas que existiam debaixo da ermida por *disformidade do sítio por estar impercetível com o entulho*.

[225] ANTT, *Décima da Cidade,* Freguesia de Santa Maria Madalena, Livros de *Arruamentos* e *Prédios*, 1765.

A adjudicação do terreno da antiga Ermida de São Sebastião a Soares da Silva marca no terreno o alinhamento da nova Rua da Padaria e da Rua da Misericórdia em direcção à Rua Nova d'El Rei. No ano seguinte à adjudicação de Silva Soares iniciam-se as adjudicações na rua *que corresponde à antiga da Padaria (...) indo da Rua da Misericórdia para a Calçada do Correio*[226].

O discurso de Soares da Silva refere que a Rua da Padaria e a da Misericórdia são rectificadas. Note-se como a Legislação dizia que para áreas para lá dos limites do Plano se retificariam as ruas. Por outro lado, os *Termos de Adjudicação* destas ruas referem sempre o *Plano Regular da Cidade* a cargo do Arquitecto Carlos Mardel.

1763/64- Ligação entre a Rua da Misericórdia e a Rua Nova d'El Rei

Aparentemente em 1763 a continuação para poente da nova Rua da Misericórdia até à Rua da Madalena ainda não estaria aberta, como sugere o *Termo de Adjudicação* de um terreno a Dom Tomás da Silveira[227] em 1763. O proprietário pede que lhe seja dado um chão que tinha no lado sul da Rua da Fancaria de esquina para a Rua da Portagem para reedificar a sua propriedade e é informado que aquela rua não estava alinhada *nem os seus terrenos adjudicados.* Aparentemente o lote correspondente situar-se-ia na Rua da Misericórdia de frente para a Madalena, uma vez que o terreno antigo também era de esquina, mas como parece que aquele troço da rua ainda não estaria aberto, depois de consultados os Engenheiros foi-lhe atribuído um no lado oposto da Rua da Madalena de esquina para a Rua Nova d'El Rei na *última morada do 5º quarteirão lado direito da rua Nova d'El Rei vindo do poente e Largo da antiga Patriarcal e faz duas frentes uma para a dita rua e outra para a da Madalena* com frentes de 32p na Rua Nova d'El Rei e 58p na Rua da Madalena. O canto que lhe corresponderia só é adjudicado em 1767. É curioso como o terreno atribuído a Silveira é também localizado no texto do *Termo de Adjudicação* na Rua Nova d'El Rei *em que há algum tempo foi Fancaria*. Note-se como a continuação da Misericórdia à Madalena resulta do alargamento da Rua da Fancaria.

Um ano depois, a adjudicação do terreno a D. Catarina Pilar de Mendonça na Rua da Misericórdia, entre a Padaria e a Madalena, mostra como a ligação entre a Rua da Misericórdia e a Rua da Madalena já estaria aberta. A proprietária de um terreno na antiga Rua da Fancaria pede que lhe seja ali adjudicado terreno, alegando que *para aquele sítio da Fancaria já se achava aberta a linha da Rua na forma do novo Plano da cidade*[228]. Parece que no período de um ano, que se passou desde a adjudicação a Silveira, se terá aberto a ligação entre a Misericórdia de Cima e a Nova d'El Rei.

---

[226] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 155.
[227] *Ibidem*, fol. 126v.
[228] *Ibidem*, fol. 163v.

Em 1764 são adjudicados os dois terrenos na Rua da Madalena de esquina e a norte das ruas Nova d'El Rei e da Misericórdia. O primeiro aos herdeiros de Domingos da Costa *terceira morada e última do 5º quarteirão do lado esquerdo da dita rua Nova d'El Rei entrando nela pela parte do poente* (…) *com angulo*[229] para a Rua da Madalena, e o segundo a Filipe Alarcão Mascarenhas *na rua que vai da nova d'El Rei para a praça da Ribeira pela parte de cima da Misericórdia (...) no 1º terreno na divisão ou quarteirão intermédia às ruas da Madalena e antiga da Padaria*[230]. No mesmo ano são adjudicados os dois terrenos imediatamente a sul de Silveira, a Manuel Oliveira e a João Oliveira Pinto *na Rua chamada da Madalena que vai pelo sítio da Portagem Velha* (…) *no 1º quarteirão do lado esquerdo vindo de baixo da Misericórdia para o Poço do Borratem*[231].

1764 – João Rodrigues Caldas na Praça da Rua da Madalena e Rua de São Mamede

De 1764 data ainda a adjudicação de um terreno a João Rodrigues Caldas na Praça da Rua da Madalen[232] da parte do nascente com frente também para a nova Rua de São Mamede, correspondente *à propriedade incendiada no Largo do Conde de São Vicente que era Nobre e ao pé de outras que lhe pertenciam, todas de Rodrigo Ximenes*, que o Caldas já andava edificando em Fevereiro de 1765. O mesmo documento mostra que pela mesma altura em que se define o novo terreno do Caldas se desenha também a Praça, futuro Largo do Caldas: *(...) ao tempo em que se estava formando a Nova Praça da Madalena*.

Esta adjudicação vem indicar a marcação do alinhamento da nova Rua de São Mamede.

1766/1768 - Rua de São Crispim, Rua Nova da Sé, Calçada do Correio, Rua de Grão Prior

A partir de 1765 são feitas adjudicações por toda a área em estudo. Na Rua da Madalena, de ambos os lados da *Nova Alfândega* à *Praça da Rua da Madalena*, e nas novas ruas de São Mamede e da Padaria. A partir de 1766 as adjudicações estendem-se à Rua de São Crispim (actual Travessa do Almada), Rua Nova da Sé e Calçada do Correio, como prova a adjudicação feita ao Conde de Oeiras em 1766 de um terreno *na rua novamente chamada de S. Crispim que é indo da igreja de Sta. Mª Madalena para o sítio em que se achava a antiga de São Mamede* (…) *no angulo que faz frente para a Rua Nova da Sé*[233]. Em 1768 a adjudicação ao mesmo Conde de um terreno contiguo faz ainda referência à Calçada do Correio Mor[234].

---

[229] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 31v.
[230] *Ibidem*, fol. 164v.
[231] *Ibidem*, fol. 132.
[232] ANTT, *Feitos Findos, Projecto de Lisboa Nova,* Maço 11.
[233] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 208.
[234] *Ibidem*, fol. 274v.

No ano de 1769 surge a primeira referência à abertura da Rua de Grão Prior (actual Rua das Pedras Negras), na adjudicação de um terreno a João de Almada, a norte das suas casas que resistiram ao sismo, com uma das frentes *na rua que se anda abrindo chamada do Grão Prior*[235]. A adjudicação datada de 1770 de um terreno a D. Clara Joaquina da Silva viúva de Luís Francisco Pimentel na mesma rua especifica bem o trajecto desta artéria: *rua do Dom Prior que é uma Travessa à rua da Madalena que corre para a parte da Calçada antiga do Correio*[236]. Os terrenos atribuídos a João de Almada a norte das suas casas fazem ainda referência a uma *Travessa do Almada* que corre entre as casas de João de Almada que resistiram ao sismo e o novo terreno adjudicado (actual Travessa das Pedras Negras). Na descrição do último refere-se as medidas de uma *frente oposta às suas casas* [as que resistiram ao sismo] *que é pela travessa aquela que há entre elas e o dito terreno*[237].

No final dos anos 60 existem terrenos adjudicados em todas as ruas da área em estudo o que indica que o alinhamento das ruas do território estava estabelecido.

Anos 70 e 80

Durante os anos setenta são adjudicados dois terrenos na Rua da Madalena, em 1771 a Gregório da Silva Azevedo e em 1773 a José Melo e Castro, ambos preenchendo espaços vagos entre lotes adjudicados na década anterior. Em 1774 é feita a adjudicação do terreno do futuro Palácio do Correio Mor equivalente à união dos vários terrenos que o Correio tinha em 1755, incluindo o do Palácio da sua residência de 1755.

Na década de 80 são adjudicados ao todo seis terrenos. Um chão da Igreja, que lhe tinha sobrado de uma adjudicação na Rua da Padaria vai ocupar em 1784 um pedaço de chão com 21,50p de frente entre dois lotes na Rua de São Julião, um terreno na Rua Nova da Sé propriedade de Pedro Roiz Ferreira adjudicado em 1782, e mais quatro terrenos na Rua de São Mamede atribuídos entre 1782 e 1785.

[235] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 280.
[236] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 46.
[237] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 235.

4.2.1 **Alinhamento das ruas no contexto do Plano de 1758**

Verifica-se que as adjudicações dos terrenos do território em estudo iniciam-se a partir de 1761 a sul da Rua Nova da Conceição nos pontos de contacto do território em estudo com as áreas exteriores a nascente e poente.

A poente, nos pontos de intersecção com as ruas da quadrícula da Baixa, nas ruas Nova d'El Rei, S. Julião e Conceição, ruas cujas adjudicações de terrenos foram lançadas pelos respectivos Editais de 1759, 1760 e 1761. Note-se como as adjudicações dos terrenos de esquina para as ruas da Conceição e São Julião, os dois primeiros a serem adjudicados, não fazem referência à Rua da Madalena, só registam a largura da frente para uma daquelas ruas com determinado fundo sem referir que aquele fundo é de facto uma frente para a Rua da Madalena. Os lotes de esquina para a Rua Nova d'El Rei são adjudicados nesta rua *com fundo* para a Rua da Madalena, indicando que aquela não era a frente principal. Note-se como em 1763/64 quando se dão as adjudicações dos lotes da Rua da Madalena de esquina para a Rua nova d'El Rei, os terrenos desta rua já se encontram praticamente todos adjudicados. A primeira adjudicação na Rua Nova d'El Rei data de 24 de Janeiro de 1760 e só nesse ano são adjudicados mais de 20 edifícios[238].

Os primeiros lotes a serem adjudicados na área em estudo são os lotes de esquina. A localização dos primeiros terrenos a serem adjudicados na Rua da Madalena, bem como a data de adjudicação e discurso dos respectivos *Termos de Adjudicação* parecem sugerir que o estabelecimento do alinhamento da Rua da Madalena terá acontecido no seguimento das adjudicações dos terrenos das ruas da Baixa que lhe eram adjacentes e aquando da necessidade de completar as adjudicações dos terrenos dos lotes de esquina daquelas ruas para a Rua da Madalena.

A nascente, os primeiros lotes a serem adjudicados vão definir a ligação da Rua Nova d'El Rei até à Ribeira, através da rectificação da Rua da Misericórdia que abre espaço pelos antigos Largo do Pelourinho e Rua da Fancaria. Descrições desta rua nos *Termos de Adjudicação* mostram como uma era confundida com a outra: *rua que vai da nova d'El Rei para a praça da Ribeira pela parte de cima da Misericórdia*, ou *rua d'El Rei também chamada de rua de Cima da Misericórdia*. Continuando para nascente encontram-se as *Frontarias do Cais de Santarém* de frente para a Ribeira, registadas na *Décima* da freguesia de Santa Maria de 1762 como totalmente edificadas e ocupadas. Esta frente terá sido muito pouco afectada pelo sismo, alguns edifícios terão mesmo resistido, como a Casa dos Bicos ou a Casa das Varandas e as reedificações terão ocorrido sobre os lotes de 1755, o que terá agilizado a sua reedificação. Note-se como o limite poente desta frente toca na área em estudo, junto à Rua da Padaria. Esta proximidade a uma área cujo processo de reconstrução estaria

[238] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*.

mais avançado ou mesmo concluído, poderá ter promovido e acelerado a adjudicação e reedificação dos terrenos imediatamente contíguos já dentro do território em estudo, bem como a marcação do novo alinhamento da frente da Ribeira até à Rua Nova d'El Rei e da Rua da Padaria. O mesmo parece ter acontecido no Largo do Caldas, uma das primeiras áreas a ser definida como prova a adjudicação do terreno a João Caldas anterior a 1765. Veja-se como esta área contacta também com uma área edificada consolidada, a freguesia de São Cristóvão, totalmente de pé em 1762.

Os documentos analisados sugerem que o alinhamento e a distribuição dos terrenos da área em estudo começaram depois de se terem iniciado as adjudicações na Baixa. Veja-se o exemplo de um proprietário na antiga Rua dos Ourives da Prata a quem é adjudicado em 1761 terreno equivalente na Rua Bela da Rainha e que em Janeiro de 1765 vem pedir para que lhe adjudiquem na Rua da Madalena, num local mais próximo ao antigo solo. O proprietário alega que lhe tinha sido adjudicado na Rua Bela Rainha porque:

(...) se não havia alinhado a dita rua [Rua dos Ourives da Prata] *com presteza e lhe adjudicou em lugar daquele sitio outro de igual medição em a Rua Bela da Rainha (...) porém como a sobredita rua antigamente dos Ourives da Prata se achava ao presente alinhada para nela se edificarem as casas pretendia o suplicante edificar no seu antigo solo o qual se não achava ainda dado a outrem desistindo para esse efeito do que se lhe adjudicara na Rua Bela da Rainha como se tinha praticado em semelhantes circunstâncias*. Foi-lhe concedido pelo Desembargador Inspector *que se lhe adjudicasse outro* [terreno] *equivalente na Rua da Madalena no lugar mais próximo ao antigo solo das casas do suplicante (...) na 2ª morada do 2º quarteirão do lado esquerdo da R. Madalena entrando nela pela parte da nova Alfândega que se anda fazendo*[239].

Este *Termo de Adjudicação* revela claramente como os terrenos da Rua Bela da Rainha foram distribuídos primeiramente e só mais tarde se deu a distribuição dos terrenos do território da Rua da Madalena.

No entanto, uma leitura geral do Livro de *Adjudicações* do Bairro da Rua Nova mostra que entre 1761, quando se inicia a distribuição dos terrenos do território em estudo e o final da mesma década, que é o período durante o qual ocorre o maior número de adjudicações na área em estudo, estão ao mesmo tempo a ocorrer adjudicações de terrenos por toda a Baixa, à excepção da Rua Augusta e da Rua Nova d'El Rei cujos terrenos estão praticamente todos adjudicadas no início de 60. Apesar de as adjudicações de terrenos no território em estudo terem começado ligeiramente mais tarde, são contemporâneas de uma grande parte das adjudicações que ocorreram nas ruas Bela da Rainha, da Princesa, nas Travessas dos Douradores, Correeiros e Sapateiros. O *Termo de Adjudicação* do terreno a Diogo Cogominho em 1765 reflecte bem esta contemporaneidade, quando, na escolha

[239] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fols. 98 e 196v.

de um local para o lote a adjudicar é referido que o proprietário pode *ser acomodado na Rua da Princesa ou na da Madalena onde melhor se puder acomodar*[240].

Vontade de contruir

A 19 de Setembro de 1763 é publicado um Aviso[241] que refere que vários particulares haviam solicitado que se limpassem terrenos para que se pudesse iniciar as obras, o que foi concedido. Deveriam ser abertas e niveladas as travessas entre a Rua do Ouro e a Rua Augusta e entre a Rua da Prata porque os proprietários querem edificar ali. A área designada é muito explicita, não sendo nomeada nenhuma rua da área em estudo, mas dada a coincidência entre as datas, é por volta de 1763 que se iniciam as adjudicações de terrenos da área em estudo, põe-se a hipótese de o mesmo tipo de manifestação ter ocorrido pela mesma altura relativamente ao nosso território. Note-se como os *Termos de Adjudicação* consultados apresentam muitas vezes pedidos bem marcados dos proprietários para que se lhes adjudique o seu terreno referindo que o tempo que está a demorar a reconstruir a cidade tem afectado os seus rendimentos. Dona Catarina Pilar de Mendonça pede em 1764 para que lhe seja atribuído um terreno uma vez que *queria entrar logo a edificar no dito seu chão que sendo de Morgado com alguns encargos estava sem produzir para satisfação deles rendimento algum há perto de 9 anos*[242]. Diogo Xavier de Melo Cogominho pede em 1765 que *lhe mande fazer adjudicação em uma das Novas Ruas para poder reedificar as ditas casas em benefício e subsistência do seu morgado a que são vinculadas*[243]. Também o Visconde de Mesquitela pede em 1765 que lhe seja dada posse do seu *chão para reedificar as ditas casas por serem de vínculo para estabelecimento*[244].

A pressa de reedificar é também expressa por parte dos que coordenam a reedificação da cidade. Quando Dom Tomás da Silveira[245] pede em 1763 que *lhe assinasse lugar em que se lhe desse os ditos chãos em que pudesse fazer a reedificação das ditas propriedades*, o Marechal D. Miguel Ângelo de Blasco informa *que não podia haver embaraço na entrega e adjudicação dos chãos referidos em sitio que lhe pudesse corresponder o seu valor* e o Inspector difere o pedido justificando a atribuição de um terreno *muito principalmente querendo* [o dito proprietário] *reedificar em que tanto se interessava o público*. A António Themudo é atribuído um pedaço de terreno adjacente a outro que já possuía na Rua da Padaria em 1766 porque *andava principiando a edificar e fazia sua boa propriedade e com ela fechava o quarteirão*[246].

---

[240] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 75.
[241] *ANTT, Junta do Comércio, Livro 6º de registo*, L. 109 fol. 148-149, transcrito em OLIVEIRA, Mª Leonor Ferrão, *Eugénio dos Santos…*, Vol. II, págs. 141-142.
[242] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 163v.
[243] *Ibidem*, fol. 75.
[244] *Ibidem*, fol. 40v.
[245] *Ibidem*, fol. 126v.
[246] *Ibidem*, fol. 212v.

É do interesse público que a cidade se reedifique o mais rápido possível e para isso há que beneficiar aqueles que contribuem para isso, como dá a entender Carlos Mardel na justificação que dá para a atribuição do terreno da ermida a Soares da Silva em 1763, dizendo que Silva é *um dos que tem edificado uma grande parte na Rua por detrás da Misericórdia*[247].

[247] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 122v.

4.3 CONCLUSÕES

As disposições estabelecidas para a distribuição dos terrenos foram exactamente as mesmas que foram aplicadas para a área abrangida pelo Plano, ou seja, para a quadrícula da Baixa da cidade. Os novos terrenos são distribuídos segundo um desenho previamente estabelecido aos proprietários de 1755; de acordo o sistema de equivalência entre terreno antigo e novo; os novos terrenos são localizados tendo em conta as características dos terrenos antigos; aplica-se o sistema de compensação de compra e venda de área conforme o valor das ruas; a reedificação deverá seguir os prospectos dados e as Instruções do Plano de 12 de Junho de 1758 e não ultrapassar o prazo de cinco anos.

Como referem os *Termos de Adjudicação e posse* dos terrenos, as adjudicações são feitas segundo o *Plano Regular da Cidade* ou a *nova Planta da Cidade* a cargo do Arquitecto ou Engenheiro que naquele momento coordena a reconstrução da cidade. As primeiras adjudicações são assinadas por Carlos Mardel. É importante notar como um dos principais arquitectos da reconstrução da cidade tem claramente um papel activo no alinhamento das ruas da Misericórdia e da Padaria, ruas periféricas à área de intervenção estabelecida no Plano de 12 de Junho. Depois da morte de Carlos Mardel em 1763, as adjudicações passam a ser realizadas pelos Engenheiros Arquitectos Miguel Ângelo Blasco, José Monteiro de Carvalho ou Alexandre José Montanha. Todos estes intervinham nas adjudicações na área definida pelos limites do Plano de 1758. Esta sucessão de Engenheiros que vão intervindo ao longo do tempo na reconstrução da cidade é mencionada no *Termo de Adjudicação* de Tomás da Silveira: (…) à *vista da dita informação mandou o Ex. Arcb. informar com seu parecer o dito Coronel Carlos Mardel e por falecer e suceder em seu lugar o dito Marechal D. Miguel Angelo de Blasco*[248].

A distribuição e adjudicação dos terrenos da área em estudo inicia-se no geral de forma homogénea por todo o território no início dos anos de 1760, estando na sua maior parte finalizada no fim da mesma década. Quando se dá início ao alinhamento e entrega dos terrenos na Rua da Madalena dá-se início também ao alinhamento e entrega dos terrenos da Rua da Padaria, Rua da Misericórdia e Rua de São Mamede. Há desde logo uma abordagem global da reconstrução da área em estudo. No contexto geral da reconstrução da cidade, o alinhamento das ruas e as adjudicações dos terrenos da área em estudo ocorrem depois do alinhamento das ruas principais do Plano de 1758.

[248] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 126v.

V A EDIFICAÇÃO DOS TERRENOS

5.1 DA ADJUDICAÇÃO À EDIFICAÇÃO

O período que vai desde a adjudicação dos terrenos até à sua edificação foi palco de um processo complexo de correcções e alterações dos lotes inicialmente adjudicados que alterou a estrutura de divisão dos quarteirões antes de ser edificada.

5.1.1 Correcções nos lotes adjudicados

O carácter sucessivo do processo de definição dos lotes terá levado a que alguns terrenos adjudicados tivessem de ser ajustados e corrigidos pelos engenheiros e arquitectos que definiam e asseguravam o cumprimento da planta da cidade, não só para corrigir erros e ajustar os limites dos lotes entre si como para permitir a edificação conforme os prospectos que iam sendo estabelecidos. As correccções, alterações e acrescentos são registados em notas laterais nos *Termos de Adjudicação* daqueles terrenos. Em alguns casos é feito um novo *Termo de Adjudicação*.

Acrescento de palmos para a *execução da planta*

Aos 25p de frente do terreno adjudicado a Custódio Barbosa de Araújo em Agosto de 1765 na Rua da Madalena são acrescentados 4 palmos em Outubro do mesmo ano *por declaração do Capitão Eng. Alexandre José Montanha por ordem que teve do Marechal de Campo Arquitecto Mor por ser preciso para a execução da planta* bem como *para observar o projecto de duas janelas em o dito quarteirão ao pé da pilastra*[249]. Neste caso, para se conseguir uma fachada com a largura mínima permitida correspondente a duas janelas era necessária uma frente com 29p de largura, provavelmente por causa da dita pilastra na fachada que não teria sido considerada aquando da constituição do terreno para adjudicação.

Acrescento de palmos para *fazer mais uma janela na forma do prospecto*

No quarteirão entre a Rua da Conceição e a Rua de São Julião com 150p de frente para a Rua da Madalena tinham sido adjudicados em 1761 dois terrenos, um de esquina para a Rua da Conceição ao Conde de Soure[250] e outro de esquina para a Rua de São Julião aos Irmãos da Misericórdia[251] de Lisboa, ambos com 56,25p de frente para a Rua da Madalena, sobrando entre os dois lotes adjudicados um terreno com 38,50p de frente para a Rua de Madalena com um fundo de 106,25p (Figura 5.2). Em 1766 o Conde de Soure[252] pede que lhe sejam atribuídos mais palmos de frente na Rua da Madalena:

(...) por lhe ser preciso na forma da regulação ter mais fundo na dita rua (...) *e porque pedindo os prospectos para a reedificação do dito terreno a este se lhe fazia preciso maior número de palmos na dita Rua da Madalena para onde o suplicante também faz frente e requerendo ao dito Marechal* [Miguel Blasco] *a*

[249] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 34.
[250] *Ibidem*, fol. 106.
[251] *Ibidem*, fol. 83v.
[252] *Ibidem*, fol. 111.

adjudicação que lhe faltava o mandara ao Capitão Alexandre José Montanha o qual fizera a regulação que juntava inclusa. O Cap. Montanha informava na dita regulação que se juntava à petição que era *preciso comprar mais terreno na dita frente da R. Madalena para fazer mais uma janela na forma do prospecto mandado observar, o qual terreno era para chegar até à Pilastra a onde morria o pavimento e Livel do corpo desde a Travessa até à dita Pilastra e assim devia comprar na frente da dita Rua da Madalena 19,25p* (…) *ficando a frente para a R. Madalena com 75p que era o comprimento até à Pilastra não se podendo adjudicar os ditos 19,25p a outro algum proprietário por fazer só uma janela*.

O Conde de Soure junta assim em 1766, ao que lhe tinha sido adjudicado em 1761, metade do lote que se encontrava entre o lote que lhe tinha sido adjudicado e o lote atribuído aos Irmãos da Misericórdia (metade de 38,50p), adjudicada por um novo *Termo de Adjudicação* datado de 1766 e intitulado *Termo de Adjudicação Obrigação e Posse de 19 palmos e 25/100 que assinou por seu procurador o Exmo. Conde de Soure que mais se lhe adjudicaram na Rua da Madalena para ficar por ela com mais fundo a propriedade que se lhe está adjudicada no Termo da folha 106 deste livro*[253].

A sequência dos acontecimentos relatados revela que só depois de lhe ser adjudicado um terreno é que o Conde de Soure vai pedir os prospectos do edifício para iniciar a sua construção, mas os prospectos que lhe são dados não se adequam ao terreno que lhe tinha sido atribuído. O prospecto que lhe é dado parece corresponder ao desenho do *Prospecto da Rua da Madalena no quarteirão que medeia entre a Rua de São Julião e a dita da Conceição*[254]. Este desenho divide a frente do quarteirão para a Rua da Madalena com uma pilastra com cinco vãos de largura para cada lado (5+5). Esta pilastra parece ser a pilastra de que fala Montanha e até à qual se deveria estender a propriedade do Conde de Soure. Enquanto que a divisão dos lotes para a sua adjudicação dividiu o dito quarteirão em três lotes 56,25+38,50+56,25, o prospecto da fachada a edificar vai dividir o quarteirão em apenas dois lotes 75,5+75,5. O facto de a pilastra estar desenhada precisamente a meio da fachada do quarteirão indica que não estava previsto um lote ao meio dos outros dois, provavelmente porque este lote apesar de ter uma largura razoável 38,50p correspondente a duas/três janelas tem uma profundidade muito grande relativamente à frente o que inviabilizaria a sua edificação por questões de salubridade. Repare-se também como as coberturas dos dois volumes de 5 vãos são desniveladas por causa da inclinação da rua. Não seria possível ter ali um edifício com parte da cobertura abaixo e outra acima. Teria de haver uma fragmentação do volume do quarteirão devido ao desnível da rua.

Para que a configuração dos lotes se adequasse ao prospecto desenhado, os 38,50p entre os dois terrenos são divididos e é atribuído a cada um dos lotes adjacentes uma parte de 19,25p. Apesar de não ser encontrado registo da adjudicação da parte que vai caber aos Irmãos da Misericórdia, o

[253] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 111.
[254] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.) Ob. Cit., Prospecto n.º 7.

edifício ali construído em 1793 por Domingos Gonçalves Chaves, segundo a *Décima da Cidade* vai incluir aquele pedaço.

Lotes irregulares de canto na Rua da Misericórdia

No contexto das correcções de lotes ocorridas após a adjudicação destacam-se os dois lotes de canto de configuração irregular de frentes para a Rua da Madalena e Rua da Misericórdia. O do lado norte da Rua da Misericórdia, adjudicado a Filipe de Moura Alarcão Mascarenhas Bernardes em 1764, é corrigido um ano depois *por não poder edificar na figura que lhe fora marcada por se não acomodar com a planta da cidade pela irregularidade do terreno por se equivocar*[255]. A alteração no terreno do lado sul, em 1772, cinco anos depois de adjudicado a Gerardo Teixeira, é justificada pelo Sargento Mor Eng.º que achou *com irregularidades o dito terreno para se edificar nele pelo prospecto e nova regulação*[256]. Apesar de depois de corrigido o dito terreno ter ficado com mais área do que determinado na adjudicação inicial o proprietário não teria de pagar o excesso de área *por fazer maior despesa nele do que se fosse regular como declara o dito Sarg. Mor Eng.º José Monteiro de Carvalho na sua declaração que está junta aos autos*. O proprietário era assim compensado pela irregularidade do terreno e pela maior despesa que teria em edificá-lo.

Imediatamente a nascente ao chão atribuído a Mascarenhas, o terreno de D. Catarina Pilar, adjudicado em 1764 de frente para a Rua da Misericórdia, é emendado por ordem do Marechal Eng.º Arq.º nove meses depois de a proprietária ter tomado posse *por não poder reedificar no terreno adjudicado, assim na figura como por não poder também obter uso do prospecto que sua majestade manda observar e se fez nova conta*[257], e em vez dos 1800,75ps adjudicados inicialmente, adjudicaram-se 1262ps. Também aqui se registariam divergências entre o prospecto desenhado e o terreno adjudicado.

O traçado da configuração destes lotes irregulares, resultantes do traçado oblíquo da Rua da Misericórdia, terá sido um processo complexo. A adaptação do modelo retangular de lote do Plano de reconstrução a uma área não ortogonal terá exigido mais atenção, correcções e ajustamentos. A edificação de um lote deste tipo implicava um maior investimento por parte do proprietário o que é tido em consideração pela coordenação da reconstrução da cidade.

Despesa versus rendimento na Rua de São Mamede

A relação entre a despesa que cada um dos proprietários teria na edificação dos lotes versus o rendimento que futuramente resultaria do prédio construído é o que alega João de Barros Mesquita

[255] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 180.
[256] *Ibidem*, fol. 251.
[257] *Ibidem*, fol. 163v.

em 1766, ao pedir que lhe sejam atribuídos mais 5p de frente na Rua de São Mamede a juntar aos 48,47p que lhe tinham sido atribuídos poucos meses antes. Mesquita invoca que:

(...) a ser lhe tirada e precisado a vender a mencionada porção de terreno [pela adjudicação anterior tinha ficado de vender 8,27 palmos] *se lhe dificultava a construção de casas com acomodações cujo rendimento correspondesse à despesa que nelas havia de fazer, motivo porque não devia ser obrigado a dita venda, antes permitir-se-lhe a compra de mais 5 palmos que com os do auto que lhe pertenciam faziam 13, que unido ao vão que lhe havia sido adjudicado, reduzia a propriedade a melhor regularidade*[258].

É muito clara a referência ao número de acomodações e a sua relação com a tipologia que possibilitaria obter um rendimento capaz de pagar o investido na construção.

União de terrenos por aforamento

Observa-se a união lotes contíguos através do recurso ao aforamento, como é o caso de António Pereira Themudo que em Fevereiro de 1766 aforou o chão adjudicado em 1765 ao Visconde de Mesquitela com 29,5p (2M) de frente para a Rua da Misericórdia e 44,13p (3M) de frente para Rua da Padaria[259], em Abril do mesmo ano o terreno contiguo a poente atribuído em 1764 a Dona Catarina Pilar de Mendonça com 27p (2M) de largura[260], e em Outubro pede que lhe seja atribuído um chão de frente para a Rua da Padaria, contiguo ao de Mesquitela, com 25,59p de frente e fundo de 28p, *diminuto ao da regulação*[261] e incapaz de se adjudicar para uma só propriedade. Da união de três terrenos, de frentes e áreas muito pequenas, resultou um lote considerável que Themudo edifica em 1767, nesse ano ainda por acabar[262] (ver Mapa da Rua da Padaria, Anexo 2).

[258] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 22.
[259] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 40v.
[260] *Ibidem*, fol. 163v.
[261] *Ibidem*, fol. 212v.
[262] Segundo a *Décima da Cidade*, freguesia da Madalena no ano de 1767, ATC.

5.1.2 Mudança de localização de lotes

Outra das alterações observadas é a alteração da localização de lotes previamente adjudicados descritas nos *Termos de Adjudicação* como *transferências* ou *transmutações*. É o caso dos dois terrenos adjudicados a Sebastião Lemos em 1767 no lado nascente da Rua de São Crispim que são *transferidos* em 1782 por novo *Termo de Adjudicação* para o lado oposto daquela rua porque *os ditos terrenos se adjudicaram ao Correio Mor do Reino*[263]. De facto, em 1774 é adjudicado ao Correio Mor um grande terreno no lado nascente da Rua de São Crispim resultante da união de vários terrenos que possuía ao tempo do terramoto e que o mesmo pede que agora sejam unidos *ao principal da residência*[264], o seu Palácio de 1755.

Em 1787 Pedro Roiz Ferreira, negociante da Praça de Lisboa, pede que o terreno que lhe tinha sido inicialmente adjudicado na Rua Nova da Sé seja *transmutado* para a Rua de São Mamede porque a abertura do Largo de Santo António lhe roubava área ao seu terreno[265]. Este caso é abordado detalhadamente no capítulo 5.3.1.

Estas *transferências* ou *transmutações* de terrenos indicam que estão a decorrer, durante os anos 70 e 80, alterações ao loteamento inicialmente definido, como abordado no capítulo 3.2.

[263] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 57v. Transcrição do *Termo de Adjudicação* no Anexo 8.
[264] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 50v.
[265] *Ibidem*, fol. 76.

5.1.3 Vendas de terrenos em hastas públicas

Como os proprietários dos terrenos adjudicados tardavam em construir, a 6 de Março de 1769[266] é lançado um decreto que estabelece o início das vendas em hasta pública dos terrenos por edificar da Rua Augusta e outras ruas incendiadas. Este decreto determina que findo o prazo de 5 anos que os proprietários tinham para edificar determinado pela Lei de 12 Maio de 1758 a contar da data de posse, os terrenos vazios podiam ser arrematados por quem neles quisesse edificar e por eles desse mais, ficando livres sem encargo algum.

Nesta data a maior parte dos lotes da área ainda estão por edificar, pelo que a maioria dos terrenos irão ser arrematados, alguns mais do que uma vez até serem finalmente edificados. As arrematações de terrenos irão estender-se até ao início do século XIX.

Autos de Arrematação

As arrematações eram registadas pelos *Autos de Arrematação*. Os *Termos de Adjudicação* iniciais registam também quase sempre as arrematações a que os mesmos terrenos foram sujeitos em notas laterais ao texto principal. É anotado quem arremata, quantos palmos do terreno em causa são arrematados, se o todo ou só uma parte, e o valor pago por palmo de frente e pelos materiais que no terreno se achassem. Por exemplo, o *Termo de Adjudicação* do terreno adjudicado em 1785 a Bento de Faro Tavares na Rua de São Mamede apresenta uma nota datada de Junho de 1796 que refere que 52p de frente por 121p de fundo do mesmo terreno foram arrematados *livres e sem encargo algum* por Ignacio Miz. Chaves por 6$500 réis e uma *pedra de cantaria* existente por 60$000[267].

[266] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 353-353v.
[267] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 68.



Figura 5.1 Terrenos arrematados após o Decreto de 6 Março de 1769 segundo os *Termos de Adjudicação* dos terrenos.

Alterações nos lotes

A análise da informação relativa às arrematações dos lotes mostra que durante o processo de arrematação a estrutura de divisão do território em parcelas de terrenos foi alterada, ou seja, os lotes previamente adjudicados foram alterados, alguns consecutivamente à medida que iam sendo arrematados.

Identificam-se três tipos de alterações: a união de dois ou mais terrenos para constituir um lote com maior área superficial e aí edificar um edifício; a divisão de lotes de grandes dimensões para obter vários lotes e edificar vários edifícios; e por último, o processo combinado de união e divisão, ou seja o reparcelamento: a união de vários lotes e subsequente divisão do terreno resultante dessa união em novos lotes conforme for mais vantajoso; e a união de partes de lotes, isto é, a divisão de lotes cujas partes são posteriormente unidas a outras partes de lotes ou a lotes inteiros para constituir novos.

Passam-se a enunciar exemplos que caracterizam cada uma destas situações:

União de lotes

Manuel Oliveira na Rua da Madalena

Poucos meses depois de lançado o Decreto Lei que inicia a venda dos terrenos em hasta pública, a 13 de Agosto de 1769, Manuel de Oliveira arremata a propriedade de Dom Tomás da Silveira com frentes para as ruas Nova d'El Rei e da Madalena confrontante a sul com uma propriedade que lhe tinha sido adjudicada e que tem edificada em 1765. O terreno é arrematado por 20$000 o palmo *por não ter edificado nele D. Tomás da Silveira*[268]. Do valor total de 640$000 (32p frente na Rua Nova d'El Rei x 20$000/palmo) deveria pagar 538$056 a Tomás Silveira e o resto 101$950 à Inspecção pelo melhoramento de um dos chãos de 1755 ao qual o terreno correspondia e que não teriam sido pagos por Silveira. No mesmo dia arremata também o chão confrontante a poente com 37,50p de frente na Rua Nova d'El Rei por 620$600[269]. Terá ainda tomado posse de mais um lote confrontante a poente daquele com 25p de frente do qual não se encontrou registo. A união dos três terrenos arrematados com frentes de 32p+37,5p+25p (2M+2M+2M) para a Rua Nova d'El Rei vai constituir um único lote com 6 vãos de largura para a aquela rua, mais 4 vãos para a Rua da Madalena, que Manuel Oliveira tem já edificado em 1770[270] (ver Mapa da Rua da Madalena, Anexo 1).

[268] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 126v.
[269] *Ibidem*, fol. 87.
[270] Segundo a *Décima da Cidade*, Freguesia Santa Mª Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1770, ATC.

Manuel Francisco Remualdo na Rua da Madalena

No quarteirão a norte da Rua Nova d'El Rei observa-se o mesmo tipo de procedimento (ver Mapa da Rua da Madalena, Anexo 1). Ambos os lotes de esquina são arrematados e unidos aos lotes confrontantes a poente, resultando dois lotes com frentes mais largas nas ruas de São Julião e Nova d'El Rei. Manuel Francisco Remualdo arremata em 1779 o terreno do Desembargador José Pereira de Moura a 10 mil réis o palmo com uma frente 56,25p para a Rua de São Julião e o terreno a poente deste com 37,50p de frente para a mesma rua[271], resultando um terreno com uma frente de 56,25p+37,5p (4M+2M) para a Rua de São Julião e 93,75p (7M) na Rua da Madalena. O mesmo ter-se-á passado com o terreno de Domingos da Costa, apesar de não se terem encontrado registos, uma vez que em 1770 é construído um edifício por Luís Caldas[272], que ocupa aquele lote e o confrontante a poente, com 56,25p+34,2p (4M+2M) de frente na Rua Nova d'El Rei e 56,25p (4M) na Rua da Madalena.

Domingos Gonçalves Chaves na Rua da Madalena

A norte da Rua de São Julião observa-se a arrematação conjunta de quatro lotes (Figura 5.2). Em 1785 João Roiz Belo arremata o lote adjudicado aos Irmãos da Misericórdia em 1761 com 56,25p (4M) de frente na Rua da Madalena e 31,25p (2M) de frente para a Rua de São Julião juntamente com os dois que se seguem naquela rua com 25p+25p (2M+2M) de largura[273]. Em 1789 os três lotes são arrematados por Domingos Gonçalves Chaves *por não ter edificado João Roiz Belo no Termo legal*[274]. Ainda que não se tenham encontrado registos, um dos dois proprietários terá ainda tomado posse de um quarto lote contiguo na Rua de São Julião com 25p de frente (2M), bem como de mais 19,25p na Rua da Madalena resultantes da divisão do lote de entremeio de 38,50p entre os Irmãos da misericórdia e o Conde de Soure referidos no 5.1.1. Ao todo o edifício construído por Chaves registado na *Décima* em 1793 está edificado sobre um lote resultante da união de 4 lotes e meio, 19,25+56,25 (1,5M+4M) na Rua da Madalena por 31,25+25+25+25 (2M+2M+2M+2M) na Rua de São Julião.

O desenho da fachada da Rua de São Julião corresponde ao *Prospecto do quarteirão que medeia entre a Rua Nova da Princesa e a Rua da Madalena na Travessa de São Julião lado Sul*[275] e o da Rua da Madalena ao *Prospecto da Rua da Madalena no quarteirão que medeia entre a Rua de São Julião e a dita da Conceição*[276].

---

[271] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 186v.
[272] Segundo a *Décima da Cidade*, Freguesia Santa Mª Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1770, ATC.
[273] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 82v,83,83v.
[274] *Ibidem*, fol. 82v,83,83v.
[275] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.) op. cit., Prospecto n.º 16.
[276] *Ibidem*, Prospecto n.º 7.

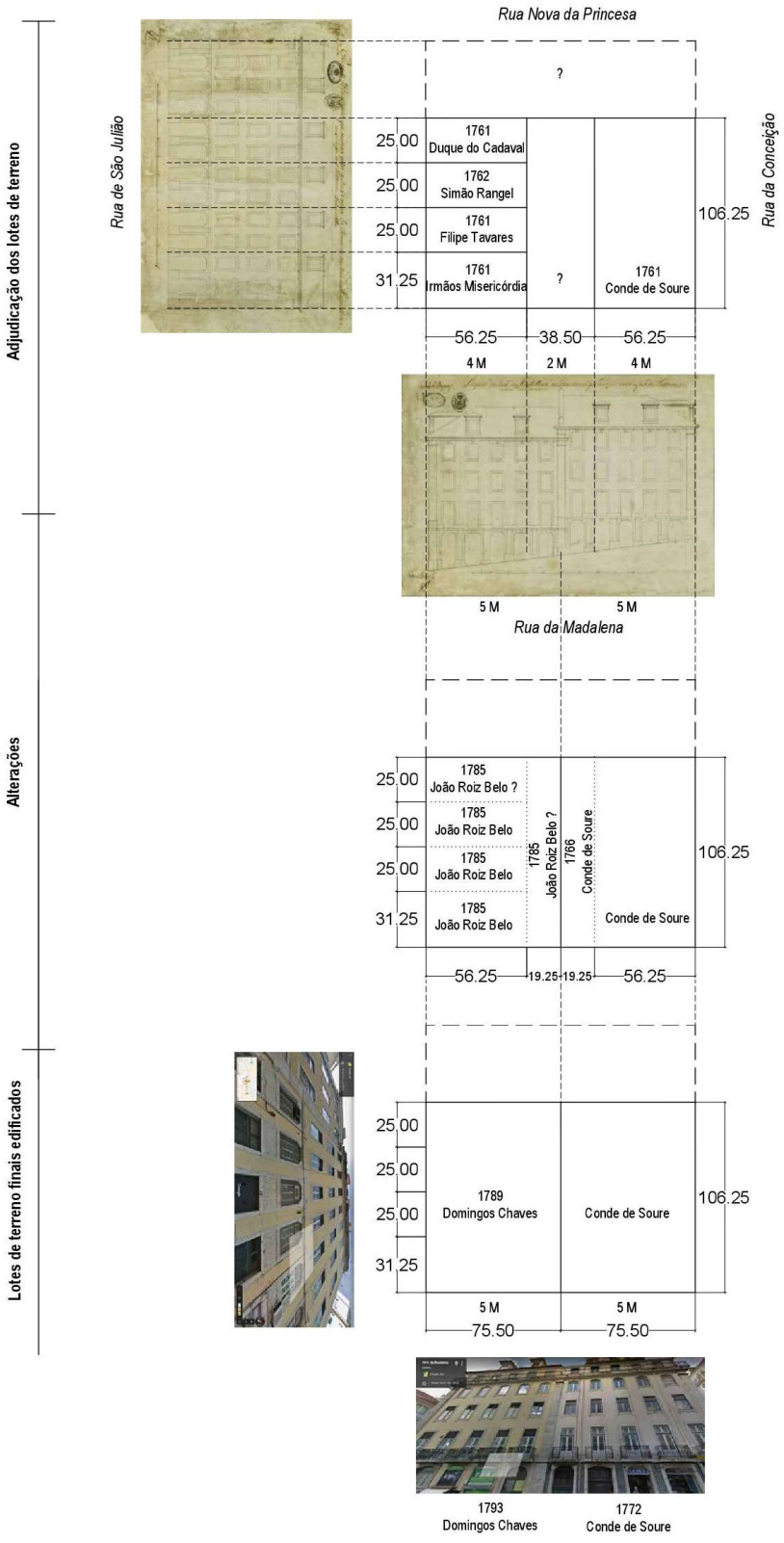


Figura 5.2 Alterações da estrutura de divisão em lotes do quarteirão da Rua da Madalena entre a Rua de São Julião e a Rua da Conceição desde a adjudicação até à edificação dos terrenos.

Divisão de lotes

Condessa de Óbidos na Rua da Madalena e Rua da Padaria

O terreno adjudicado em 1766 à Condessa de Óbidos com três frentes, 168,90p para a Rua de S. Julião, 56,25p para a Rua da Madalena e 77,55p na Rua da Padaria é dividido em dois lotes, um com frente para a Rua da Madalena e outro com frente para a Rua da Padaria[277]. Em 1779 Miguel Roiz e Sousa arremata os 56p na Rua da Madalena que *se acharam por nova medição menos o quarto* e 82p na Rua de S. Julião a 10 mil réis o palmo que vem a vender ao seu irmão Cosme José Roiz em 1780 que o edifica em 1781. No mesmo ano Cosme Roiz arremata os 86,90p que restavam na frente da Rua de São Julião e 58p de frente na Rua da Padaria a 8 mil réis o palmo ficando *ainda de resto 19,50p da dita frente.* Estes palmos que ficam de fora mostram como o lote foi corrigido para ser mais regular. O lado sul passa a ser perpendicular à Rua da Madalena e os 19,50p de frente são incluídos no terreno confrontante a sul na Rua da Padaria. O lote arrematado por Cosme Roiz vem a ser edificado em 1802 por Isidoro Maia.

Do chão adjudicado à Condessa de Óbidos em 1766 fazia ainda parte um terreno do lado norte da Rua de São Julião por não ter cabido no lado sul, arrematado por Joaquim José da Costa juntamente com o lote confrontante a norte[278], resultando um lote com 45,25p+29,02p (3M+2M) de frente para a Rua da Madalena que o mesmo edifica em 1786. Da área total adjudicada à Condessa de Óbidos em 1766, parte é dividida em dois lotes e outra parte é unida a um lote adjacente (ver Mapas da Rua da Madalena e da Rua da Padaria, Anexos 1 e 2, e transcrição do *Termo de Adjudicação,* Anexo 8).

Reparcelamento

Domingos Gonçalves Vaz na Rua da Padaria

Em 1781 Domingos Gonçalves Vaz arremata dois lotes seguidos na Rua da Padaria, adjudicados ao Conde de Povolide e a Silvestre de Almeida em 1765 e 1764 respectivamente, com frentes de 42p e 26p[279]. Os registos da *Décima* sugerem que terá também arrematado o lote imediatamente a sul, propriedade adjudicada em 1764 à Irmandade do Santíssimo da Freguesia de Santa Justa e a Luís Lopes com 50,50p de largura que em 1773 fica sem efeito pelos mesmos terem desistido dela[280], bem como os 19,50p de frente que tinham restado da propriedade da Condessa de Óbidos, pois em 1783 e 1793 são registados na *Décima* dois edifícios propriedade de Gonçalves Vaz

[277] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 206v.
[278] *Ibidem*, fols. 34 e 206v.
[279] *Ibidem*, fols. 46 e 166.
[280] *Ibidem*, fol. 155.

que ocupam o terreno referente ao somatório das frentes dos quatro lotes 50,50p+26p+42p+19,50p. Gonçalves Vaz divide a frente de 138p, resultante da união de três lotes e uma parte de lote, rigorosamente ao meio e ali edifica dois edifícios com larguras iguais de cerca de 70p com cinco vãos cada (ver Mapa da Rua da Padaria, Anexo 2).

João Roque Jorge e o Barão de Quintela na Rua da Madalena

Em 1793 António José da Silva Freire arremata dois lotes contíguos no lado poente da Rua da Madalena com frentes de 28,50p+42p= 2M+3M. A 23 de Julho de 1798 João Roque Jorge arremata aqueles chãos *pela 1ª arrematação não ter edificado* a 8 mil réis o palmo[281], juntamente com o chão que se seguia a sul com 56p de largura[282]. Terá ainda comprado mais duas partes de lotes das quais não se encontraram registo, a norte cerca de 10p do lote de Juízo do Tombo e a sul cerca de 20p de um outro terreno, do que resulta um terreno com frente de cerca de 157p (20+56+28,50+42+11 = 12M) na Rua da Madalena. No mesmo momento arremata também os mesmos palmos de frente na Rua dos Fanqueiros, ficando com um grande lote com frente para as duas ruas, para o qual chega a traçar o projecto de quatro edifícios, dois com frente para a Madalena e dois com frente para os Fanqueiros com comunicação entre si[283]. A *Décima* de S. Nicolau regista em 1799 um dos edifícios na Rua dos Fanqueiros como incompleto. Em 1804 é proprietário de todo o terreno Joaquim Pedro Quintela que redesenha completamente o projecto de Roque Jorge através do arquitecto Vicenzo Mazzoneschi que conclui não poder aproveitar o projecto feito porque por se tratar de *Casas de próprio uso e não de aluguer*[284]. Também este projecto não chega a ser concretizado. O Barão de Quintela edifica o que hoje se observa, registado na *Décima* em1817.

Da união de 3 lotes e duas partes de outros dois resultaram 2 lotes com 5 vãos de largura (ver Mapa da Rua da Madalena, Anexo 1).

Manuel Cardoso de Castro e Rafael José Lopes na Rua da Madalena

Dos 59,37p de frente adjudicados em 1768 ao Juízo do Tombo no lado poente da Rua da Madalena, 18,86p são arrematados em 1784 por Manuel Cardoso de Castro que os une aos dois terrenos que se seguem a norte, adjudicados em 1768 a Damião Mascarenhas e a Matias Lourenço de Araújo com frentes de 24p+31,14p e arrematados no mesmo dia[285]. Dali resulta um lote com 74p de

---

[281] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fols. 75 e 296v.
[282] *Ibidem*, fol. 156v.
[283] Em Isabel Mendonça "Um Projecto de Vicenzo Mazzoneschi", *Monumentos*, nº 21, Lisboa: DGEMN, 2004, págs. 98-107. Segundo a autora "uma rampa ligava o piso térreo da Rua da Madalena ao piso nobre do lado da Rua dos Fanqueiros".
[284] *Idem ibidem.*
[285] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 298, *Bairro do Limoeiro*, Livro de *Adjudicações e Posses*, fols. 28v e 32.

frente na Rua da Madalena onde Cardoso de Castro constrói a sua residência registada na *Décima* em 1787. Os restantes 40.51p de frente do lote do Juízo do Tombo são arrematados em Abril de 1785 por Rafael José Lopes que os une aos 18.49p que arrematou do terreno confinante a sul também do Juízo do Tombo no mesmo dia[286], ficando com um lote com 59p onde constrói a sua habitação registada na *Décima* em 1787. Note-se como o terreno originalmente adjudicado ao Juízo do Tombo a sul de Matias Lourenço de Araújo se desintegra totalmente, uma parte é integrada no lote de Cardoso de Castro a norte e a outra no de Rafael José Lopes a sul. O lote de Rafael Castro resulta da união de duas partes de terrenos diferentes. Este Rafael é ainda proprietário de um lote na Rua dos Fanqueiros, exactamente nas costas do da Rua da Madalena (ver Mapa da Rua da Madalena, Anexo 1).

Irmãos Pedreira na Rua da Madalena

Em 1773 José São Paio Melo e Castro pede que lhe atribuam o último chão por adjudicar na Rua da Madalena com 56,25p (4M) de frente *unido ao chão (...) comprado* [no mesmo ano] *aos Padres da Congregação do Oratório que faz esquina à Travessa da Conceição* com 46p (3M) de frente na Rua da Madalena *para edificar uma propriedade nobre na forma da regulação*[287]. A propriedade que desejava edificar teria então 102,25p (7M) de frente para a Rua da Madalena e 75p na Rua da Conceição. Os prospectos para este terreno correspondem ao *Prospecto do quarteirão que medeia entre a Rua Nova da Princesa e a Rua da Madalena na Travessa da Conceição. Lado norte* e ao *Prospecto que compreende o sítio desde a Travessa da Conceição até ao largo antigamente chamado do Ximenes*[288]. Nunca a chegou a edificar e passados dez anos os dois terrenos são arrematados por Anselmo da Cruz Sobral juntamente com os três lotes consecutivos para norte[289], ficando com 102,25p+42,25p+26p+29,50p (7M+3M+2M+2M). Sobral fica com um terreno com 200p de frente. No princípio do século XIX o terreno terá sido dividido em três partes iguais onde terão sido edificados os três edifícios que actualmente se observam, registados na *Décima* em 1804, propriedade dos Irmãos Pedreira. Observa-se que cinco lotes com larguras muitos díspares se transformam em três lotes iguais (Figura 5.3).

[286] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 298, *Bairro do Limoeiro*, Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 36.
[287] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 275.
[288] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.) op. cit., Prospecto n.º 6 e 17.
[289] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fols. 29v, 73, 193, 275,

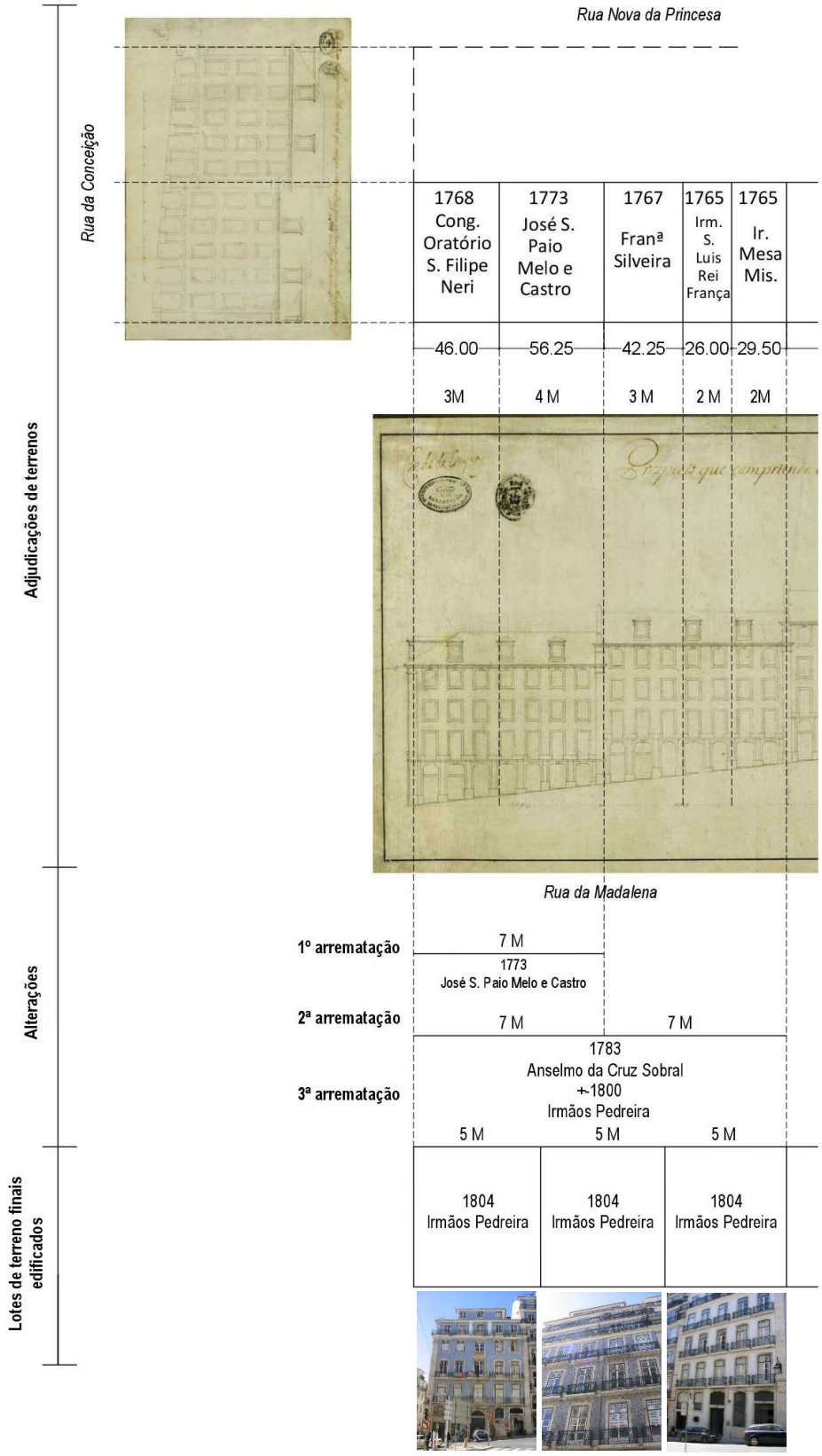


Figura 5.3 Alterações da estrutura de divisão em lotes da Rua da Madalena a norte da Rua da Conceição.

Aumento da área dos lotes e uma nova elite económica

A comparação da largura de frente dos lotes antes e depois do processo de arrematações revela que as alterações ocorridas na estrutura de divisão dos quarteirões em lotes foram feitas com o objectivo de aumentar a área dos lotes para edificar edifícios com maior área superficial. Observa-se que antes das arrematações terem ocorrido, dos 53 lotes adjudicados na Rua da Madalena e na Rua da Padaria, 17 lotes tinham uma largura de frente com 2 módulos (2M) e 13 lotes tinham uma frente de 3 módulos (3M), ou seja, mais de metade dos lotes tinham 2 ou 3 módulos de largura de frente. Depois do processo de arrematações os lotes com 2 módulos de frente desaparecem e sobram apenas 3 com 3M. O número de lotes com 4M é praticamente o mesmo antes e depois das vendas em hasta pública, mas as parcelas com 5M de frente aumentam de 4 para 16. Isto significa que as parcelas de 3 e 2 módulos se fundem em parcelas de 5M, o que faz com que a média de largura das parcelas suba de 3M para 4M.

Observa-se ainda que os lotes de terreno são arrematados por uma nova elite económica favorecida depois do terramoto pelo Marquês de Pombal e que vem a ocupar um lugar importante na sociedade da época. É esta elite que vai alterar a divisão dos lotes no sentido de obter lotes maiores, o que sugere que as parcelas de terreno inicialmente adjudicadas seriam pequenas e não adequadas aos seus padrões de vida, daí a necessidade de reorganizar a estrutura de divisão dos quarteirões em lotes.

A estrutura cadastral resultante destas alterações vai ser a que vai ser edificada e, portanto, é a que se observa nos dias de hoje, pelo que se pode dizer que a estrutura cadastral que se observa hoje é resultado da intervenção de um grupo de pessoas que a dada altura se envolveu na reconstrução da cidade e teve o poder de alterar a estrutura de divisão do território em seu beneficio. Ou seja, o Decreto de 6 de Março de 1769 revelou-se uma oportunidade para quem tinha meios para investir e reedificar pudesse pegar na reconstrução da cidade reconfigurando os lotes estabelecidos pelo Plano de reconstrução de acordo com os seus padrões habitacionais.

Note-se que a dimensão das parcelas originalmente adjudicadas está directamente relacionada com o princípio base de implantação do Plano de 1758: a nova cidade devia ser reconstruída pelos proprietários de 1755 com base num sistema de equivalência entre as propriedades antigas e os terrenos novos. Para que a reconstrução da cidade acontecesse a maioria dos proprietários da cidade antiga teria que ter a oportunidade de ser adjudicada um terreno na nova planta. Tendo em conta que muitas das propriedades de 1755 eram pequenas, o lote mínimo equivalente na nova planta teria de ser suficientemente grande para se edificar de acordo com os padrões de habitabilidade e salubridade

que se pretendia para a nova cidade, mas também suficientemente pequeno para poder corresponder ao maior número de chãos de 1755. Esta relação mostra que a parcela mínima estabelecida pelo Plano era de facto muito próxima da maioria dos lotes de 1755.

Isto revela que a estrutura de divisão dos quarteirões em lotes estabelecida para a nova cidade, apesar das suas características de ortogonalidade e regularidade, estava estreitamente interligada pela dimensão dos lotes à estrutura orgânica e irregular de divisão do território de 1755. Vai ser com o processo de arrematações que o lote vai crescer e a estrutura cadastral transformar-se naquela que vai ser edificada.

Repare-se que como do mesmo modo que aquando da adjudicação dos terrenos os proprietários de 1755 tinham pedido a união das suas propriedades antigas espalhadas pela cidade para que aquelas pudessem equivaler a um terreno com área maior na nova planta, os sujeitos que arrematam estes terrenos a partir de 1769 vão também recorrer à união de terrenos e/ou partes de terrenos para obter áreas ainda maiores. Há um aumento progressivo da área dos lotes desde o momento em que são adjudicados até serem edificados.

Com o processo de arrematações dos terrenos a estrutura de divisão dos quarteirões em lotes deixa de reflectir de imediato o método de conversão dos terrenos antigos nos terrenos novos que esteve na sua origem, isto é, os proprietários dos novos lotes já não são os proprietários das propriedades destruídas de 1755, mas sim aqueles que têm de facto meios para edificar, e os novos terrenos deixam de corresponder directamente às propriedades antigas.

Apesar destas alterações, o número total de módulos de cada lado das duas ruas é sensivelmente o mesmo antes e depois das alterações, o que indica que os módulos são trocados de terreno para terreno conforme a necessidade dos proprietários que arrematam os ditos terrenos, sempre segundo o sistema modular de fachadas estabelecido pelo Plano de 1758.

5.2 EDIFICAÇÃO

5.2.1 Proprietários e ocupantes

Só uma pequena parte dos terrenos é que vai ser edificada pelos proprietários de 1755. A maioria dos lotes vai ser edificada ou por aqueles que tinham comprado propriedades de 1755 tendo em vista a adjudicação de um terreno ou de um terreno maior na nova cidade ou por quem os arrematou e redimensionou através do Decreto de 1769. Em ambos os casos os novos proprietários fazem parte da nova elite financeira e mercantil da época, *negociantes da Praça de Lisboa*[290], que importam produtos do Brasil, África e Europa para a capital. Estes *negociantes* começam a edificar logo na década de 60, mas é sobretudo a partir de 1780 que chegam à área de estudo através da arrematação dos terrenos que ainda estavam vazios, começando a edificá-los logo a partir dessa década e até ao início de 1800.

Habitação própria

Estes proprietários edificam os novos terrenos não só tendo em vista o investimento em prédios de rendimento, mas principalmente com o objectivo de construir as suas próprias habitações, edifícios inteiramente ocupados por si e pela sua família, onde associam na maior parte das vezes o local onde desenvolvem a sua actividade profissional (Figura 5.4). Mesmo quando edificam com o propósito de arrendar, o edifício é todo ocupado por um só inquilino, *homem de negócios*[291], muitas vezes estrangeiro. Por vezes metade do edifício é ocupada pelo proprietário e a outra metade alugada a um *homem de negócios*. O inquilino ou proprietário ocupa o edifício juntamente com um número alargado de criados. Este tipo de ocupação afasta-se do conceito de prédio de rendimento mais frequente da Baixa, que prevê a optimização do rendimento através da ocupação do edifício com dois fogos por piso (esquerdo/direito). Estes *homens de negócios* não edificam com o propósito de rentabilizar a área. A área, através da construção de grandes casas, por vezes descritas nos Livros da *Décima* de "nobres", é antes uma forma de afirmar o seu estatuto socioeconómico. As construções que edificam revelam um determinado nível de exigência correspondente aos padrões habitacionais que começam a emergir no final de setecentos, princípio de oitocentos.

Os edifícios construídos são habitualmente compostos no piso térreo por cocheiras e cavalariças ondem estavam os animais e as seges. No interior dos pisos térreos é ainda hoje muitas vezes possível identificar uma entrada para as carroças e animais separada da entrada para as pessoas. Por vezes têm lojas ou armazéns ocupados por quem ocupa os pisos superiores, onde estava instalado

[290] Expressão frequentemente utilizada para caracterizar os proprietários dos terrenos da área de estudo, ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova e Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*.

[291] Expressão frequentemente utilizada para caracterizar os proprietários e inquilinos dos edifícios da área de estudo, ATC, *Décima da Cidade,* Freguesias da Madalena, São Cristóvão e São Mamede.

o negócio do inquilino ou proprietário. Alguns edifícios possuem subcaves aproveitando o grande desnível até ao nível das fundações, principalmente no lado poente da Rua da Madalena e nos quarteirões entre a Rua Nova da Sé e a Rua das Pedras Negras. Nos andares superiores a habitação ou habitações e em cima as águas-furtadas, possivelmente ocupadas pelos criados.



Figura 5.4 Mapa de ocupação dos edifícios da área de estudo segundo o primeiro registo na *Décima da Cidade.*

O Almanaque para o ano de 1788[292] mostra bem como naquele ano a área em estudo estava repleta de *Negociantes da Praça de Lisboa.* Estavam ali instalados João Rodrigues Caldas às Pedras Negras, Pedro Rodrigues Ferreira no Largo de Santo António, João Gillardi na Rua da Madalena, João Roiz Belo na Rua Nova d'El Rei (no edifício de esquina para a Rua da Madalena), José Domingues às Pedras Negras, Manuel José Cardoso às Pedras Negras, Matias Lourenço de Araújo às Pedras Negras, Policarpo José Machado às Pedras Negras.

De seguida descrevem-se alguns dos proprietários e ocupantes da área e o modo como ocupam os edifícios.

Década de 60

João e Luiz Roiz Caldas

Os primeiros a instalarem-se são os irmãos João e Luís Roiz Caldas. Naturais de Monção, eram ambos negociantes da praça de Lisboa e importantes contratadores de tabaco. João Caldas foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo e accionista da Companhia. Luís Caldas foi familiar do Santo Ofício, fidalgo de cota de armas, cavaleiro da Ordem de Cristo e comissário da fazenda da carreira do Rio de Janeiro. Em 1755 possuíam vários edifícios em Lisboa, mas é depois do sismo que se impõem como um dos maiores proprietários na área das freguesias de Santa Maria Madalena, S. Cristóvão e de S. Mamede, onde escolheram instalar o seu palácio.

Depois de comprarem as propriedades antigas de Rodrigues Ximenes situadas no antigo *Largo do Ximenes*, mais tarde *Largo do Conde São Vicente*, é-lhes adjudicado terreno equivalente com frente para a Praça da Rua da Madalena, Rua de São Mamede, uma *nova Travessa* que é o actual Chão do Loureiro e *rua que ainda se não abriu,* referente *à propriedade incendiada no Largo do Conde de São Vicente que era Nobre e ao pé de outras que lhe pertenciam, todas de Rodrigo Ximenes*[293].

Logo em 1765 a *Décima da Cidade* regista *uma propriedade de casas nobres incompleta de João e Luís Rodrigues Caldas que presentemente não tem rendimento algum*[294] foreira a Rodrigo Ximenes (o foro ainda é pago em 1805) na *Rua do Largo do Conde São Vicente*. As *casas nobres* dos Caldas eram compostas por lojas, dois quartos baixos e um andar por cima. Em 1768 o Livro da *Décima* refere lojas e três quartos (habitações): uma loja e um quarto ocupados pelos senhorios com três criados (boleeiro, criada e moço) avaliado em 300$00 réis; outro quarto e loja onde mora Jacome Raton *homem de negócios da Nação Francesa* que paga 400$00 réis de renda, com 5 criados

[292] *Almanaque de Lisboa para o ano de 1788*, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1788.
[293] ANTT, *Feitos Findos, Projecto de Lisboa Nova,* Maço 11.
[294] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de São Cristóvão e São Mamede.

(boleeiro, criado, boleiro, cozinheiro e criada); e outro quarto onde mora José Baptista *homem de negócios da Nação Holandesa*, com cozinheiro e criado.

Industrial francês, Jacome Raton, importante negociante da praça de Lisboa, deputado do tribunal supremo da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, fidalgo cavaleiro da Casa Real e cavaleiro da ordem de Cristo descreve nas suas memorias:

(...) mudei em 1766 para outras [casas] *sitas às Pedras Negras pertencentes a João e Luiz Rodrigues Caldas, onde nascerão meus filhos Henrique José, Luiz e D. Sophia, a qual e seu irmão Henrique José foram batizados na Igreja do Colégio de S. Patrício que então servia de igreja de S. Mamede vindo Luiz a ser batizado em S. Cristóvão por se ter mudado para lá S. Mamede*[295].

As casas dos Caldas incluíam uma ermida situada do lado do Chão do Loureiro adjacente ao palácio, onde se deu a primeira missa em 1766. Em 2 de Dezembro de 1766 o Cardeal Patriarca refere:

Fazemos saber, que João Rodrigues Caldas nos representou por sua petição, que na paróquia de São Cristóvão desta cidade edificou umas casas nobres, nas quais mandou erigir uma Ermida publica com porta para a Rua com seu campanário cuja Ermida é dedicada a nossa Senhora da Conceição[296].

A 7 de Dezembro do mesmo ano o prior da freguesia reza a primeira missa na ermida *perfeitamente acabada e ornada*. A única menção que o Livro da *Décima* faz a esta ermida acontece só em 1810, quando é registado um edifício propriedade de João Pereira Caldas, dizendo que este se localiza *ao pé da ermida*.

No início de oitocentos o edifício era inteiramente ocupado pelos seus proprietários, o Desembargador António Rodrigues Caldas, filho de Luís Caldas e por sua tia Gertrudes Rodrigues Pereira Caldas e seus filhos, com oito criados, uma parelha de machos de sege, uma parelha de cavalos e um macho de servir a casa. Nesta data o edifício estava avaliado em 800$000 réis. Segundo Ferreira de Andrade[297], em 1945 ainda viviam no palácio Caldas três senhoras solteiras descendentes da família. Nessa data ainda se celebrava todos os dias a missa na capela do palácio pelo prior de S. Cristóvão.

A notabilidade e importância dos Caldas na sociedade da época reflectiu-se na toponímia. Após o terramoto, a praça defronte das suas casas é nomeada de Praça da Bela Vista, conforme consta das plantas elaboradas em 1770 por José António Monteiro de Carvalho. Também nos *Livros de Notas*[298] num contracto celebrado por João Caldas no final de setecentos é referido que o tabelião bem como os intervenientes no dito contrato se encontravam reunidos *nas casas de João Caldas na Praça Bela Vista*. No entanto nos Livros da *Décima* este largo nunca é assim registado. Até 1807 é

[295] ANDRADE, F., *A freguesia de São Cristóvão*, pág. 81.
[296] cit. in ANDRADE, F, op. cit, pág. 80.
[297] *Idem, ibidem.*
[298] ANTT, *Registos Notariais, Livros de notas*, caixa 118, L540, fol. 81.

sempre nomeado de *Largo do Conde* ou *Condes de São Vicente*, tal como era antes do sismo, e a partir de 1808 surge a denominação de *Largo do Caldas*, nome pelo qual ainda hoje é conhecido.

Luís Caldas morreu nas suas casas em 1787 e o seu irmão em 1799. A riqueza da família perdurou e cresceu muito ao longo do século XIX, principalmente na figura de João Pereira Caldas filho de Luís Rodrigues Caldas que acabou por herdar grande parte da fortuna da família. O crescimento daquela fortuna deveu-se não só à vasta gama de negócios em que João Pereira Caldas estava envolvido, que se estendia muito para lá do tabaco, mas também aos laços estreitos que mantinha com outras famílias de importantes negociantes da época como os Jorge (João Pereira Caldas era casado com D. Catarina Rita Jorge) e os Machado com as quais os Caldas formaram uma densa malha de alianças matrimoniais. Depois do sismo, ambas estas famílias residiam na nova Rua Nova da Madalena em frente do "palácio" dos Caldas.

Paulo da Rocha

Em 1766 Paulo da Rocha e Sousa edifica o lote que lhe tinha sido adjudicado em 1765 adjacente às casas dos Caldas no lado norte da Rua de São Mamede, em compensação de duas propriedades na antiga *Rua da Costa,* uma sua e outra que compra depois do sismo[299]. O novo edifício é registado na *Décima da Cidade* constando de duas lojas e dois andares, ocupadas pelo Doutor Silvério Luís Serra, *homem de negócios* colectado na Junta do Comércio, com uma criada, dois criados, boleeiro e caixeiro, pagando de renda 300$000 réis[300].

Religiosas da Graça

Imediatamente a nascente de Paulo da Rocha o Livro da *Décima* dá conta em 1770 de uma propriedade das Religiosas da Graça na Rua de S. Mamede implantada sobre terreno que lhe tinha sido adjudicado em 1765[301] em compensação de uma propriedade que tinha no Chão do Loureiro e composta por loja, dois andares e águas-furtadas, integralmente arrendada a um *homem de negócios da nação inglesa* por 160$000 réis[302].

Domingos Vilas Boas

Em 1768 Domingos Vilas Boas accionista da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão edifica o lote com frente para a Rua da Madalena, Largo do Caldas e Rua de São Mamede que lhe tinha sido adjudicado em 1765 em compensação de três propriedades na antiga *Rua da Costa* compradas logo depois do sismo[303]. A nova propriedade é registada na *Décima da Cidade* com quatro

[299] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro*, Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 17v.
[300] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1766.
[301] ANTT, *Projecto de Lisboa Nova*, Maço 11.
[302] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1770.
[303] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro*, Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 18v.

lojas, dois andares e águas-furtadas ainda incompletas. Nesse ano o senhorio ocupa o primeiro andar avaliado em 110$000 réis e no segundo andar mora *homem de negócios da nação inglesa* com cinco criados, que paga de renda 240$000 réis. Em 1797 o edifício é propriedade de José Pereira de Sousa Caldas que o ocupa totalmente com 9 criados, 2 parelhas de machos, 1 cavalo e 1 macho de serviço[304].

José Joaquim Barros

Em 1768, José Joaquim de Barros, contratador de tabaco é proprietário de um edifício no lado sul da Rua de S. Mamede, composto por loja, dois andares e águas-furtadas e ocupado por *homem de negócios da nação inglesa* que paga 260$000 réis de renda, com cozinheiro e aguadeiro[305]. O terreno desta propriedade tinha sido adjudicado a seu pai João Lucas de Barros e Mesquita dois anos antes por compensação de umas casas que compra depois do sismo na antiga *Rua da Costa de Cima*[306].

Policarpo José Machado

Policarpo José Machado, contratador de tabaco riquíssimo, foi provedor da junta do comércio, tendo edificado a sua casa defronte dos Caldas entre 1768 e 1770[307]. O seu filho casou-se com uma irmã de João Pereira Caldas e o filho destes de seu nome também Policarpo José Machado, casou-se com uma prima direita filha de João Pereira Caldas. Este Policarpo José Machado foi grande proprietário, capitalista e negociante da praça de Lisboa, deputado e governador Civil de Lisboa, e comandou o regimento de Voluntários Reais do Comércio em várias fases.

O edifício de Policarpo José Machado de frente para as casas dos Caldas na Rua da Madalena é registado no Livro da *Décima* em 1772 com *dois quartos nobres*, num quarto o senhorio com três criados, e no outro *homem de negócios da nação inglesa*, com 5 criados. Em 1805 é descrito com duas coxeiras, 2 andares e águas-furtadas. Referem-se dois quartos, no primeiro (1º andar) o senhorio com 11 criados, 3 machos, um cavalo de cavalariça, no segundo (2º andar) um homem de negócios com seis criados, 3 machos de sege e um cavalo de cavalariça. As águas-furtadas e as coxeiras dividiam-se entre os dois[308].

Matias Lourenço de Araújo

Também de frente para as casas dos Caldas está em 1768 Matias Lourenço de Araújo, accionista da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O seu edifício é composto por lojas, sobrelojas, dois andares e águas-furtadas. O mesmo ocupa uma

[304] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1768 e 1797.
[305] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1768.
[306] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro*, Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 22.
[307] MACEDO, L. Pastor de, *Tempos que passaram*, Lisboa, 1940, p. 117. No Livro da *Décima* o primeiro registo desta propriedade é de 1772.
[308] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1772 e 1805.

loja, sobreloja, primeiro andar e metade das águas-furtadas, com 2 caixeiros e 1 boleeiro, avaliados em 100$000 réis. No piso superior e outra metade das águas-furtadas mora um *homem de negócios* com dois criados, que paga 80$00 réis de renda. Em 1805 todo o edifício é ocupado pelo senhorio avaliado em 250$000 réis, com uma parelha de machos de sege, um cavalo e 4 criados[309]. O lote que edificou era resultado da equivalência de um terreno de 1755 na antiga *Rua das Pedras Negras* que Araújo tinha comprado ainda antes das adjudicações ocorrerem ao proprietário de 1755.

José Domingues

Na mesma rua, um pouco mais a norte, é registado também em 1768 no Livro da *Décima* da freguesia de Santa Justa, uma propriedade de José Domingues que o mesmo ocupa com loja, coxeira, dois andares e águas-furtadas[310]. Esta propriedade é referida na legenda da planta da freguesia de Santa Maria Madalena elaborada em 1770 por José António Monteiro de Carvalho como um dos limites daquela freguesia: *Começará o distrito desta Paroquia no largo da Igreja (...) até a Praça da Bela Vista nas Casas de Joseph Domingues*.

A partir de 1780

Manuel José Cardoso de Castro

Em 1787, Manuel José Cardoso, *homem de negóciso*, director e deputado das Águas Livres reside com dois criados no seu edifício de frente para as casas dos Caldas na Rua da Madalena, composto por loja de serventia, coxeira, dois andares e águas-furtadas, e avaliado em 260$000 réis[311].

Rafael José Lopes

No mesmo ano Rafael José Lopes, *homem de negócios* é proprietário e habita o edifício adjacente com dois criados, constituído por loja de serventia, dois andares e águas-furtadas, e avaliado em 210$000 réis[312].

João Gillardi

Ainda em 1787 regista-se a propriedade nova de João Gillardi na Rua da Madalena lado nascente, no início de 1788 ainda incompleta. Em 1789 o proprietário ocupa o primeiro e segundo andares e parte das águas-furtadas avaliados em 260$000 réis. O restante rende 180$000 réis[313].

---

309 ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1768 e 1805.
310 ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de Santa Justa, Livro de *Arruamentos*, 1768.
311 ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1787.
312 *Ibidem.*
313 *Ibidem*, 1787 e 1789.

João Baptista

Em 1787 regista-se a propriedade de João Baptista *que está incompleta ainda sem rendimento* na Rua de São Mamede. Em 1789 é composta por loja de serventia, dois armazéns e águas-furtadas, e ocupada na totalidade pelo senhorio *com loja de mercearia e confeitaria fora da freguesia*, avaliada em 300$000 réis[314].

Silvestre Luís Dias

Imediatamente a seguir a propriedade de Silvestre Luís Dias *ainda sem rendimento algum*. Em 1789 consta de loja de serventia, armazém e águas-furtadas, tudo ocupado pelo senhorio e avaliado em 280$000 réis[315].

João Roiz Caldas

No mesmo ano, a *propriedade nova* de João Rodrigues Caldas composta por loja, dois andares e águas-furtadas *sem rendimento no 1º semestre,* na Rua de São Mamede quase a chegar à Rua da Madalena. No segundo semestre é totalmente arrendada a *homem de negócios inglês* e avaliada em 480$000 réis[316].

Em 1791 João Caldas edifica mais uma *propriedade nova* na Rua da Madalena de esquina para a Rua das Pedras Negras, composta por quatro lojas, três andares e águas-furtadas. Todo o edifício é ocupado por António da Silva com *fábrica de chitas fora da freguesia*, rendendo 707$600 réis[317].

No início do século XIX

Paulo Jorge

Na Rua da Madalena, em 1803, a *Décima* regista o edifico de Paulo Jorge, *negociante da Praça de Lisboa*, composto por 3 lojas, a do meio de serventia e 3 andares e águas-furtadas, onde residia com a sua mãe, avaliado em 350$000 réis. Em 1806 já o edifico é propriedade do Barão de Quintela e todo alugado a Guilherme Kempe negociante Inglês que paga 1050$000 réis de renda[318].

Barão de Quintela

Adjacente a norte o edifico do Barão de Quintela em 1817 ocupado inteiramente por Daniel Nunes que paga 533$000 réis de renda[319].

---

[314] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1787.
[315] *Ibidem*, 1787 e 1789.
[316] *Ibidem*, 1787.
[317] *Ibidem*, 1791.
[318] *Ibidem*, 1803 e 1806.
[319] *Ibidem*, 1817.

Irmãos Pedreira

A sul a *Décima* regista três edifícios contíguos dos irmãos Pedreira em 1804. Dois deles são ocupados por cada um dos proprietários. Um o proprietário ocupa a loja, sobreloja e 1º e 2º andares, o outro a loja e o 1º andar. No terceiro, o mesmo inquilino ocupa uma loja, sobreloja e 1º andar e outro inquilino ocupa o 2º e 3º andares[320].

[320] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de Santa Mª Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1804.

5.2.2 Prospectos e hierarquia das ruas

Os lotes de terrenos começam por ser edificados seguindo os prospectos desenhados para as ruas da área. Estes prospectos desenham edifícios conforme a arquitectura estabelecida para a reconstrução da cidade, quarteirões com fachadas uniformes compostas por piso térreo, dois ou três andares intermédios e águas-furtadas. A descrição que Carl Israel Ruders faz da cidade quando a visita entre 1798 e 1802 ilustra bem esta uniformidade, ao dizer que *as casas em cada quarteirão são tão unidas e tão semelhantes que no conjunto parecem um só palácio*[321]. Variava apenas o tipo de vão no 1º andar, de peito ou sacada e o recorte das cantarias das molduras dos vãos consoante a importância da rua em que os edifícios se encontravam. Esta importância estaria directamente relacionada com o valor da rua, ou seja, com o valor dado aos terrenos aquando da sua adjudicação abordado no capítulo 4.1.3.

O *Prospecto que compreende o sítio desde a Travessa da Conceição até ao largo antigamente chamado do Ximenes, na Rua da Madalena*[322] (Figura 5.5) mostra que o modelo de fachada previsto para a Rua da Madalena era idêntico ao que estava estabelecido para a Rua da Princesa, composto por piso térreo, três andares, o primeiro com janela de sacada, e águas-furtadas, à excepção do recorte das cantarias dos vãos do piso térreo, que no caso da Rua da Madalena é alternado. Este é também o desenho que se observa na Rua da Padaria, mais uma vez diferindo apenas no recorte das cantarias das molduras das portas do rés-do-chão.

Numa posição superior a estas duas ruas estariam a Rua da Misericórdia e a Rua Nova da Sé, com vãos emoldurados por cantarias recortadas tal como as das Ruas Principais da Baixa, apesar de nas Ruas Principais da Baixa os vãos do rés-do-chão terem sempre a mesma largura e desenho o que não é aqui o caso. Veja-se o *Prospecto das casas do Mmo. e Excell.mo. Snr Marquês de Pombal manda edificar na Rua Nova da Sé*[323] (Figura 5.6). A Rua da Misericórdia e a Rua Nova da Sé seriam as ruas mais notáveis da área em estudo. A primeira seguia até à Sé e a segunda era um prolongamento da Rua Nova d'El Rei até à Ribeira. A atribuição deste estatuto à Rua Nova da Sé contraria o sugerido pelos valores atribuídos aos terrenos durante o processo de compensação ocorrido durante as adjudicações dos terrenos abordado no capítulo 4.1.3 (Figura 4.4).

Também as fachadas da Rua da Madalena defronte do Largo do Caldas apresentam o mesmo tipo de desenho das cantarias das ruas da Misericórdia e Nova da Sé, o que faz com que este espaço se destaque. Num lugar intermédio estariam as ruas da Madalena e Padaria, idênticas à Rua da

[321] Em *Viagem em Portugal, 1798-1802*, Lisboa: Biblioteca Nacional («Série Portugal e os Estrangeiros»), 1981.
[322] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.) op. cit., Prospecto n.º 6.
[323] *Ibidem*, Prospecto n.º 52.

Princesa, e em último a Rua de São Mamede e aquelas que corriam entre esta e a Nova da Sé, com vãos de peito em todos os andares superiores (Figura 5.7).

A afirmação do estatuto das ruas através do desenho da fachada é muito clara nos edifícios construídos pelo Marquês de Pombal e por Pedro Roiz Ferreira com frente principal para a Rua Nova da Sé e Largo de Santo António respectivamente e de esquina para a Rua de São Crispim, Calçada do Correio e Rua do Grão Prior. Enquanto que as fachadas principais têm varandas de sacada e molduras recortadas, as fachadas laterais têm janelas de peito e molduras muito simplificadas. Compare-se por exemplo a fachada principal para a Rua Nova da Sé das casas do Marquês representada no *Prospecto das casas do M.mo e Excell.mo Snr Marquês de Pombal manda edificar na Rua Nova da Sé*[324] (Figura 5.6) com o deseho da fachada lateral para a Rua de São Crispim, o *Prospecto das casas do M.mo e Excell.mo Snr Marquês de Pombal na Rua de São Crispim*[325] (Figura 5.7). O mesmo tipo de diferenciação acontece nos edifícios de Vilas Boas e dos Caldas, cuja frente para o Largo do Caldas e Rua da Madalena apresenta vãos de sacada e a frente para a Rua de São Mamede só tem vãos de peito, como desenhado no *Prospecto das casas de João Roiz Caldas pela banda da Rua que vai do Terreirinho do Ximenes para São Mamede* [326] (Figura 5.8).

Modelo de edifício: Rés-do-chão + dois andares + águas-furtadas

No *Prospecto que compreende o sítio desde a Travessa da Conceição até ao largo antigamente chamado do Ximenes, na Rua da Madalena* (Figura 5.5) observa-se que o último volume já a chegar ao Largo do Caldas é constituído por dois pisos intermédios e não por três. Este tipo de fachada composta por piso térreo, dois pisos e águas-furtadas é o modelo de fachada representado nos prospectos das ruas de São Mamede, São Crispim, Correio, Grão Prior e Nova da Sé. Este desenho encontra-se nos prospectos de outras áreas periféricas à Baixa como o Bairro Alto, Rato, Rua da Esperança e Alcântara. A utilização deste modelo no lado poente da Rua da Madalena no edifício de frente para o Largo do Caldas, como mostra o prospecto, ter-se-á justificado pela unificação do desenho daquela praça, uma vez que o edifício principal da praça, as casas dos Caldas seguiam este modelo. No entanto, observa-se que a utilização deste modelo se estendeu para lá do que estava previsto no dito prospecto da Rua da Madalena, e foi utilizado nos edifícios construídos de ambos os lados da rua até ao cruzamento com a Rua das Pedras Negras. Os edifícios que se encontram neste troço da rua eram localizados na *Décima da Cidade*, durante o século XVIII e XIX, *às Pedras Negras*.

[324] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.) op. cit., Prospecto n.º 52.
[325] *Ibidem*, Prospecto n.º 53.
[326] *Ibidem*, Prospecto n.º 58.

No prospecto do lado poente da Rua da Madalena (Figura 5.5) é muito explícito o uso das pilastras que ladeiam os volumes e os desníveis com quebras nos enfiamentos das fachadas por causa da inclinação acentuada da rua.

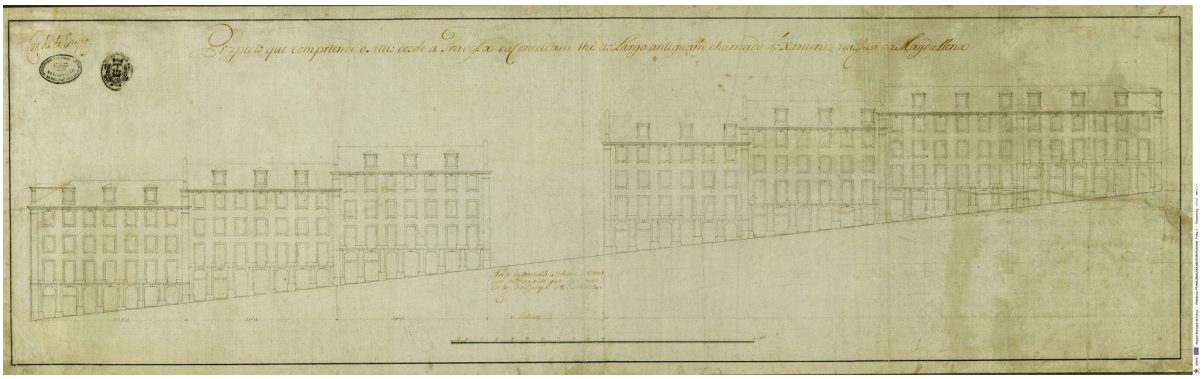


Figura 5.5 *Prospecto que compreende o sítio desde a Travessa da Conceição até ao Largo antigamente chamado de Ximenes na Rua da Madalena.*
Modelo rés-do-chão + 3 andares + águas-furtadas, com janelas de sacada no 1º andar. O último volume a chegar ao Largo do Caldas com modelo rés-do-chão + 2 andares + águas-furtadas.



Figura 5.6 *Prospecto das casas do M.mo e Excell.mo Snr Marquês de Pombal manda edificar na Rua Nova da Sé.*
Modelo rés-do-chão + 2 andares + águas-furtadas, com vãos de sacada no primeiro andar e molduras dos vãos recortadas. Os vãos dos pisos superiores são iguais aos das Ruas Principais da Baixa.

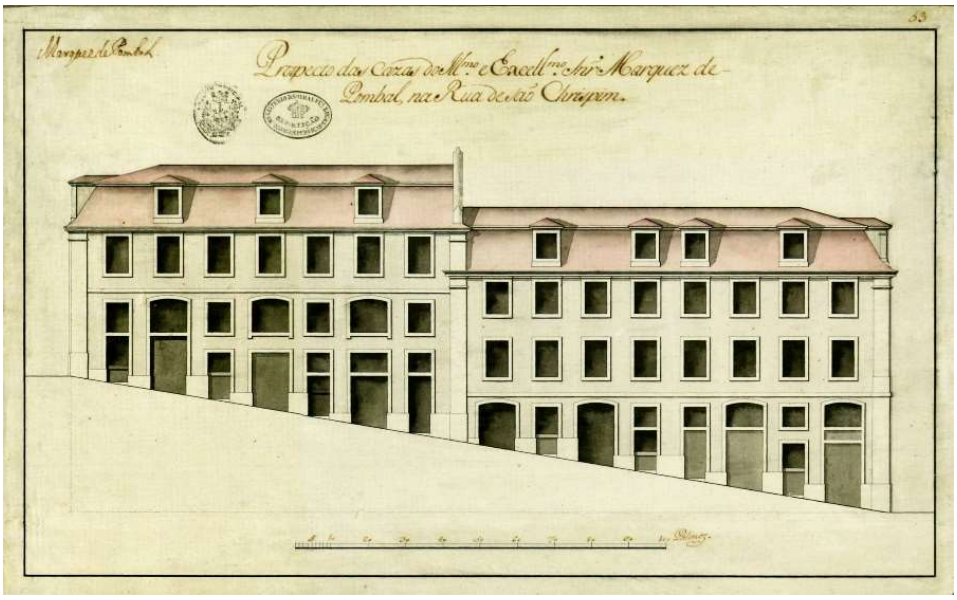


Figura 5.7 *Prospecto das casas do M^mo^. e Excell.^mo^. Snr Marquês de Pombal, na Rua de São Crispim.*
Modelo rés-do-chão + 2 andares + águas-furtadas, com janelas de peito com moldura simples em todos os pisos superiores, modelo das Travessas da Baixa e das ruas de S. Crispim, Grão Prior e Nova da Sé.
Destaca-se o andar de sobrelojas a vencer o grande desnível do terreno.

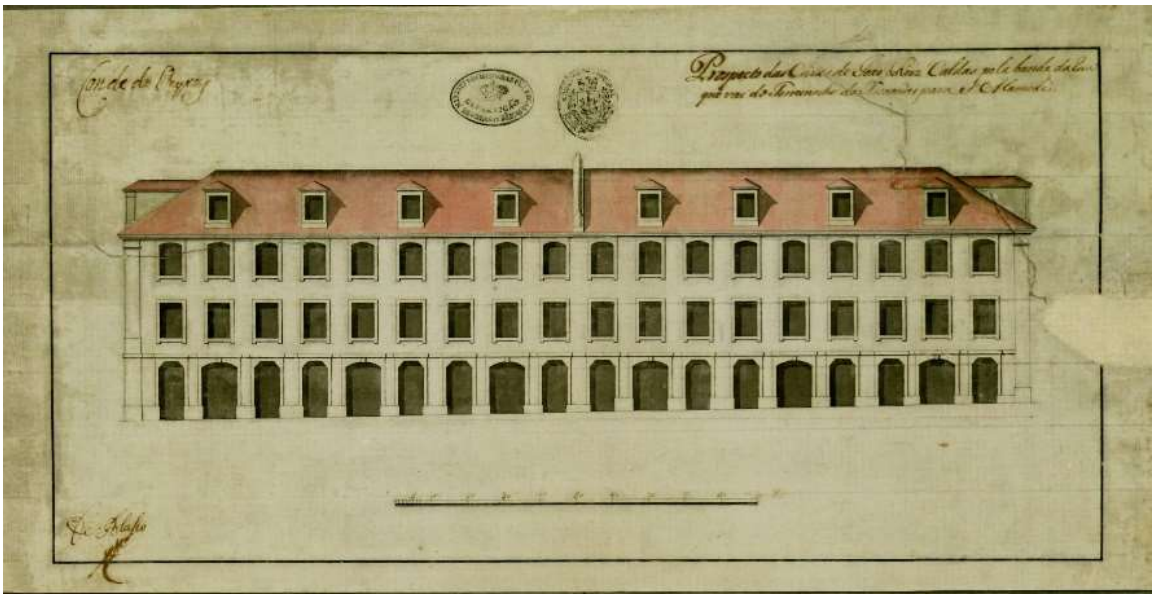


Figura 5.8 *Prospecto das casas de João Roiz Caldas que pela banda da Rua que vai do Terreirinho do Ximenes para S. Mamede.*
Modelo rés-do-chão + 2 andares + águas-furtadas, com janelas de peito em todos os pisos superiores, modelo da Rua de São Mamede.

Sobrelojas

Para além do modelo de edifício um outro aspecto que caracteriza a arquitectura da área em estudo é o piso de sobreloja (Figura 5.6). O declive acentuado da área vai fazer com que os edifícios possuam mais um piso entre o piso térreo e o primeiro andar. Este piso em sobreloja está presente nos prospectos antigos propostos para a rua. Assim que a inclinação se acentua e até ao ponto mais alto da rua, o desnível do terreno é vencido pela introdução do piso de sobreloja, que muitas vezes só existe de um lado do edifício, ou numa das fachadas do edifício, no caso de edifícios de esquina. A presença deste piso marca a leitura do plano das fachadas e imagem das ruas, distinguindo-as do modelo mais frequente na quadrícula da Baixa. Verifica-se que o desenho dos vãos e molduras do piso térreo permanece o mesmo, a sobreloja é integrada no piso térreo. Para que isto aconteça, as cantarias prolongam-se até este piso, compondo vãos de pé direito elevado, com bandeiras que não são mais do que os vãos de janela do piso da sobreloja. Acima desta, surge o primeiro andar com sacadas. Esta perfeita integração proporciona uma harmonia entre os edifícios contíguos, com e sem sobreloja.

Alterações aos prospectos

Observa-se que os edifícios construídos durante os anos 60 e 70 seguem o desenho de fachada projectado. A partir dos anos 80 notam-se algumas alterações. Na Rua de São Mamede os edifícios contruídos durante os anos 60 e 70 seguem manifestamente os prospectos desenhados, ou seja, não apresentam vãos de sacada, já os construídos depois disso alteram o vão de peito pré-definido no 1º andar e transformam-no numa janela de sacada.

Também é a partir dos anos 80 que se começam a edificar edifícios com mais um piso acima do nível da cornija em varanda corrida encimado por águas-furtadas com o objectivo de tornar os prédios mais rentáveis. Domingos Vilas Boas edifica uma *propriedade nova* em 1791 na Rua da Madalena composta por duas lojas, sobreloja, dois andares, *varandas e águas-furtadas que ainda se estão por acabar*[327] (Figura 5.9). Este novo piso e as águas-furtadas eram também registados de *primeiras e segundas águas-furtadas*, como na descrição do edifício de Manuel Neves na Rua da Padaria, registado logo em 1781, com duas lojas, sobreloja, três andares e *primeiras e segundas águas-furtadas*[328]. Na Rua da Padaria registam-se seis edifícios contruídos durante os anos de 1780 com este tipo de descrição.

Deverá ter sido também a partir do final de setecentos que se começam a fazer alterações a edifícios contruídos nos anos anteriores, nomeadamente a acrescentar um piso ou mais. Veja-se o

[327] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1791.
[328] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de Santa Mª Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1781.

caso de outro edifício de Vilas Boas com frente para as ruas da Madalena e São Mamede contruído em 1768 com piso térreo, dois andares e águas-furtadas, que em 1796, passados quase vinte anos da construção original, está *todo devoluto por se andar edificando de novo* [329] (Figura 5.9). Provavelmente datará desta altura o piso de varanda corrida que se observa actualmente.

Os edifícios construídos no início do século XIX pelos irmãos Pedreira, Paulo Jorge e Barão de Quintela evidenciam uma liberdade compositiva conjugada com a introdução de novos elementos decorativos e a repetição dos pisos com vãos de sacada. Assiste-se à tentativa de conferir às fachadas um caracter nobre, introduzindo-se um portal de entrada com cantarias trabalhadas, normalmente encimado por uma varanda de bacia saliente, definindo um eixo central vertical que se destaca (Figura 5.10).



Figura 5.9 Duas propriedades edificadas por Vilas Boas na Rua da Madalena lado nascente junto ao Largo do Caldas. A mais à esquerda em 1768 com lojas, sobrelojas, dois andares e águas-furtadas, acrescentada com mais um piso em varandas em 1796, a seguinte *propriedade nova* em 1791 constituída naquele ano por duas lojas, sobrelojas, dois andares, *varandas e águas-furtadas que ainda se estão por acabar*.

[329] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de S. Cristóvão e S. Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1768 e 1796.




MEDICINA
DENTARIA
NOVA
LINHA





Figura 5.10 Edifícios dos Pedreiras, Pereira, Paulo Jorge e Barão de Quintela edificados no início do século XIX.

5.2.3 Datação e ritmos de construção

A datação dos edificado da área em estudo foi feita com base nos registos da *Décima da Cidade* da freguesia da Madalena e da freguesia de São Cristóvão que inclui a freguesia de São Mamede, a partir de 1762 até 1834 (Figura 5.12).

A edificação dos lotes inicia-se em 1765 distribuída por todo o território desde a Rua da Madalena, Rua da Padaria até à Rua de São Mamede, e estende-se pelo início do século XIX.

Segundo os Livros da *Décima da Cidade* a área em estudo era em 1762 um amontoado de ruínas, com áreas totalmente vazias e provavelmente arrasadas, ocupadas por construções precárias que preenchiam as ruas de 1755. Estas construções abarracadas, a maior parte ocupadas por lojas do Senado são descritas nas antigas *Rua da Portagem*, *Largo do Pelourinho*, *Arco de Nossa Senhora da Consolação, Rua da Prata* ou *Pedras Negras*, reportando-nos para o território anterior ao terramoto. A única evidência da implementação de um novo plano é o registo no livro da Rua Bela da Rainha.

1765

É em 1765 que se registam os primeiros edifícios novos. São quatro e localizam-se nas actuais ruas da Madalena, Padaria, Misericórdia e São Mamede. Na rua *que foi da Prata lado direito vindo das Pedras Negras* a seguir à casa de João de Almada registam-se dois edifícios novos propriedades de Manuel de Oliveira e João de Oliveira Pinto implantados sobre os terrenos que lhes tinham sido adjudicados no ano anterior sobre o antigo Largo do Pelourinho. Na rua *que principia na Misericórdia e finda ao Arco da Consolação lado direito* (em 1766 registada de *rua que foi da Padaria*) é registado o edifício de José da Silva Soares com três lojas, a primeira loja *da parte da Misericórdia*, e três sobrados devolutos ainda por acabar, que o mesmo edificou no terreno que se lhe tinha adjudicado sobre a antiga Ermida de São Sebastião e contíguo a nascente ao edifício que já tinha edificado em 1762 na freguesia de Santa Maria.

Na freguesia de São Mamede, na *rua do largo do Conde de São Vicente*, actual largo do Caldas e de esquina para a rua de São Mamede, é registada *uma propriedade de casas nobres incompleta de João e Luís Rodrigues Caldas que presentemente não tem rendimento algum.*

Comparativamente com 1762 (Figura 2.6 e 5.11), em 1765 já não se registam lojas abarracadas de ambos os lados da antiga Rua dos Ourives da Prata, da Igreja da Madalena até ao Pelourinho, o que poderá sugerir que o que restava da antiga rua teria sido demolido para dar lugar à Rua da Madalena. Na Rua da Portagem e o que restaria do Largo do Pelourinho, em direcção ao Terreiro do Paço registam-se várias construções precárias e lojas do Senado que provavelmente ocupavam ainda ruínas da cidade antiga. À excepção de algumas construções precárias junto ao edifício de João de Almada que resistiu ao sismo e ao que restava da Igreja da Madalena, a norte da

linha estabelecida pelas antigas ruas Nova e Fancaria a área em estudo encontrava-se praticamente vazia.

Note-se como apesar do registo de quatro edifícios novos que vêm marcar o alinhamento das novas ruas da Madalena, Padaria e São Mamede, a localização destes edifícios é realizada com referência às ruas de 1755 sem nunca se fazer referência às ruas novas do território em estudo. A Rua da Madalena ainda é a *rua que foi da Prata*, e a nova Rua da Padaria a *rua de que foi da Padaria*. As casas dos Caldas ficam no *Largo do Conde de São Vicente* e o edifício de José da Silva Soares é localizado na rua que *principia na Misericórdia e finda ao Arco da Consolação* de esquina para a Misericórdia, em vez de ser registado na Rua nova da Padaria. Repare-se ainda na descrição da *rua que foi da Prata*. Do lado direito da rua é descrito o edifício de João de Almada às Pedras Negras e o de Francisco Nogueira, seguindo-se os novos edifícios de João e Manuel de Oliveira, que na realidade se localizam em lados opostos da futura rua nova da Madalena. Ou seja, a descrição da rua é feita pelo percurso da antiga Rua dos Ourives da Prata e não pelo percurso da nova Rua da Madalena. A única rua nova continua a ser a Rua Bela da Rainha totalmente ocupada por lugares do Senado.

A descrição que os Livros da *Décima* fazem das freguesias da área de estudo em 1765 revela que quem está a percorrer as ruas da cidade e a registar as propriedades uma a uma com o intuito de receber o imposto da *Décima* o faz ainda seguindo a estrutura espacial de 1755, apesar de se ter dado início à implementação do Plano e de passados 10 anos do sismo. Há ainda sinais evidentes dos espaços da cidade antiga agora ocupados por lugares do senado, lojas e acomodações abarracadas, no meio do grande estaleiro de construção que seria a cidade (Figura 5.11).

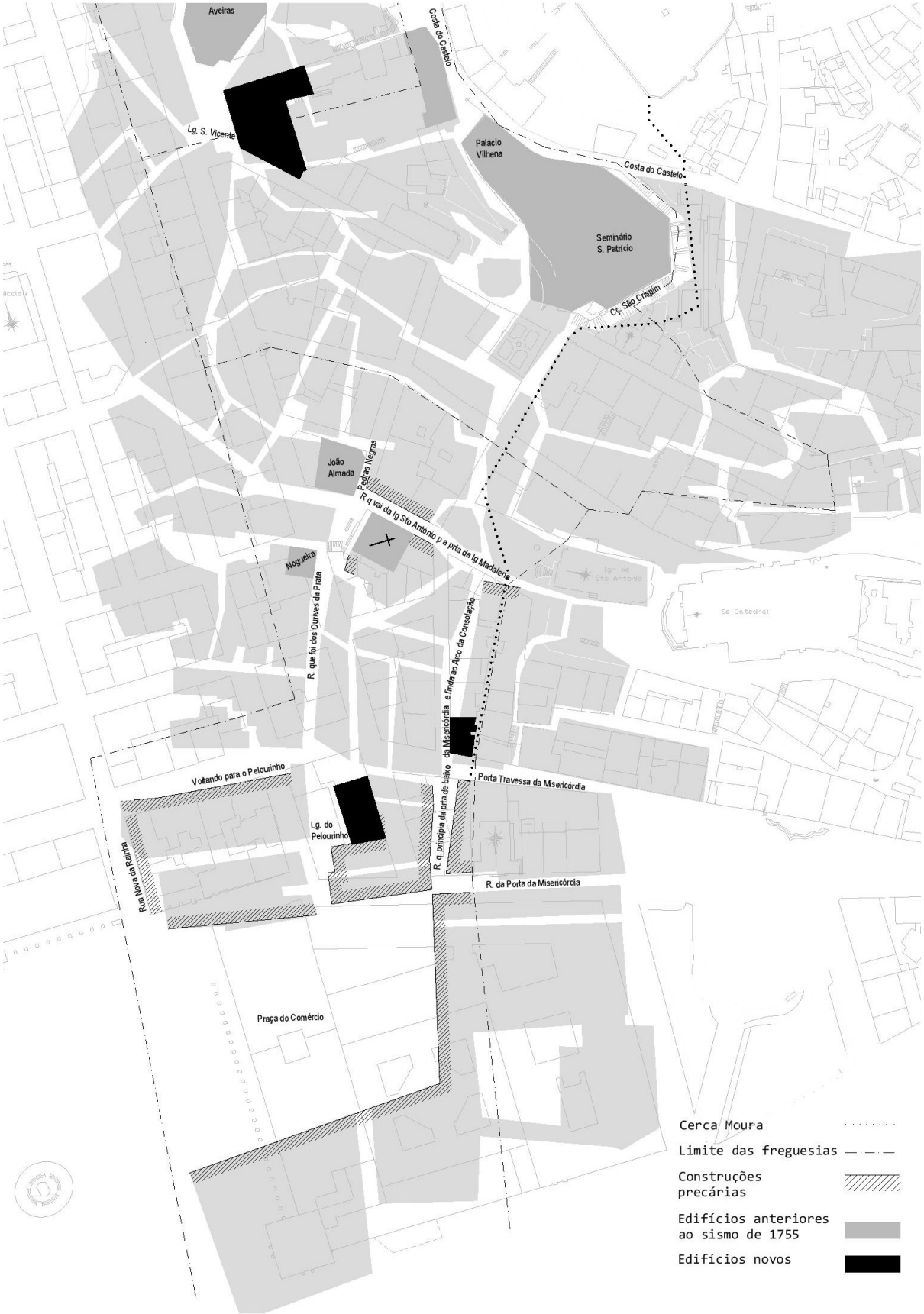


Figura 5.11 Ruas e propriedades das freguesias da Madalena, S. Mamede e parte de S. Cristóvão segundo a *Décima* de 1765.

O topónimo 'Rua da Madalena' é registado na *Décima* pela primeira vez em 1766. Na *Rua Nova da Madalena vindo da porta da Igreja pelo lado esquerdo* regista-se um edifício novo propriedade de João Roiz Belo com *sete lojas, três desta parte em que entra a serventia da escada, quatro da parte da Rua Nova d'El Rei (...) os andares ainda devolutos por se estar acabando*[330], no terreno que o mesmo tinha aforado a Mascarenhas no mesmo ano. Neste ano já não é mencionado o Largo do Pelourinho e surge registada a Rua Nova da Princesa.

No ano seguinte regista-se a Rua da Padaria onde António Themudo edifica o seu terreno confrontante com Roiz Belo de frente para as ruas da Padaria e Misericórdia, ainda por acabar nesse ano. Ainda confrontante com Roiz Belo, na Rua da Madalena, são edificados os dois terrenos que se seguem para norte. O terreno inicialmente adjudicado a Monção em 1769 edificado por João da Silva, e o terreno inicialmente adjudicado a José de Menezes pelo próprio em 1767 *por acabar* ainda só com uma loja. No mesmo ano, mais a norte António Borges edifica o seu terreno, bem como a Congregação da Doutrina mesmo defronte.

No Largo do Caldas, em 1768, de lados opostos da Rua da Madalena regista-se Vilas Boas e Matias Lourenço de Araújo. A norte do último um edifício registado no Livro da *Décima* da freguesia de Santa Justa, propriedade de José Domingues. Esta propriedade é referida na legenda da planta da freguesia de Santa Maria Madalena levantada em 1770 por José António Monteiro de Carvalho como um dos limites daquela freguesia: *Começará o distrito desta Paróquia no largo da Igreja (...) até à Praça da Bela Vista* [actual Largo do Caldas] *nas Casas de Joseph Domingues.*

Na Rua de São Mamede em 1766 edifica Paulo da Rocha contiguo às casas dos Caldas e do lado oposto Barros Mesquita em 1768 sobre terrenos a si adjudicados.

No final da década de 60 o território em estudo tem ao todo 14 lotes edificados. Grande parte das ruas novas estão registadas na *Décima*. Para além dos edifícios novos estas ruas encontram-se ocupadas por lugares do Senado e praticamente já não se registam referências a espaços anteriores ao sismo. A Alfândega é agora mencionada de *Alfândega Velha* e a antiga Casa do Tesouro é ocupa por um *Xicolateiro*. A única artéria da cidade de 1755 mencionada é a *Rua da Portagem* ainda ocupada com 22 propriedades abarracadas das quais 17 são lugares do Senado.

Anos 70

Na década de 70 registam-se 13 edifícios novos, cuja maior parte tinha sido começada a construir na década anterior. Registam-se também alguns edifícios já implantados sobre terrenos arrematados por novos proprietários de acordo com o Decreto de 6 de Março de 1769, que dá início à compra e venda dos terrenos não edificados em hasta pública.

[330] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de Santa Maria Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1766.

Entre 70 e 73 completa-se o primeiro quarteirão da Rua da Madalena lado poente com a edificação do lote que Manuel Oliveira arremata em 1769 de canto para a Rua Nova d'El Rei. O Conde de Oeiras edifica o lote que tinha sido inicialmente adjudicado ao Senado da Câmara em 1765, com quatro edifícios de frentes para as ruas da Madalena, Misericórdia da Parte de Baixo e Rua da Princesa.

No quarteirão do lado oposto da Rua da Madalena edificam-se cinco edifícios o que vai levar ao fecho da antiga *Rua da Portagem*, que já não é registada neste ano. De esquina para a Misericórdia da parte de baixo João da Costa Maia, seguem-se Manuel António do Couto, Feliciano Correia *ainda por acabar* em 1770, João Correia de Almada no terreno que se lhe adjudicou em 1765 e António José da Cunha no terreno que arrematou em 1772. As três barracas da Misericórdia registadas no ano anterior na *Rua da Portagem* passam agora para a Rua da Misericórdia onde se registam 3 lojas e onde alguns anos mais tarde será edificado um edifício.

Nos quarteirões entre as ruas Nova d'El Rei, São Julião e Conceição edificam Luís Roiz Caldas em 1770 no lote inicialmente adjudicado a Domingos da Costa, e o Conde Soure no terreno que se lhe adjudicou logo em 1761 é dono de uma propriedade *ainda incompleta* em 1772. Relativamente ao terreno do Conde de Soure é dito que *entra por parte do chão que na mesma rua está ocupando Pedro Francisco Nogueira com casas que fez depois do terramoto*[331]. Este Francisco Nogueira há-de ser o registado na *Décima* desde 1762, *Ourives da Prata*, naquele ano proprietário de um edifício de *4 lojas, um armazém e 5 quartos de sobrado por cima todos em um pavimento*[332] totalmente ocupado, onde provavelmente tinha instalada a sua loja de ourives. O registo desta propriedade desaparece do Livro da *Décima* em 1771, um ano antes do edifício do Conde Soure ser registado pela primeira vez. Aparentemente tratava-se de uma propriedade reconstruída depois do terramoto, provavelmente sobre a propriedade destruída do mesmo Nogueira. Ora, a legislação tinha proibido a reconstrução das propriedades…

A norte da Rua da Conceição, de frente para o actual Largo do Caldas, entre os edifícios de Matias Lourenço de Araújo e José Domingues de frente para o Largo do Caldas é registado em 1772 a propriedade de Policarpo José Machado. Na Rua de São Mamede as Religiosas da Graça edificam o terreno que se lhes tinha adjudicado em 1766.

Na segunda metade dos anos 70 regista-se no Largo de Santo António a propriedade do Marquês de Pombal ocupando todo quarteirão entre as ruas Nova da Sé, São Crispim, Grão Prior e Calçada do Correio Mor, e a norte desta com frente para a Rua de São Mamede a *propriedade nobre do Correio Mor Régio com seu pátio e acomodações que todo ocupa o senhorio menos uma loja*.

---

331 ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 111.
332 ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de Santa Maria Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1772.

Anos 80 e 90

Durante estas décadas são edificados muitos dos lotes arrematados durante os anos 80. A parte sul da área de estudo fica praticamente edificada. Na Rua da Madalena edificam-se os lotes de esquina para a Rua de São Julião de ambos os lados da rua. Cosme José Roiz em 1781 em parte do terreno arrematado à Condessa de Óbidos, em 1784 Manuel Remualdo o lote arrematado ao Desembargador José Pereira de Moura, em 1786 Joaquim José da Costa em outra parte do terreno adjudicado à Condessa de Óbidos e Domingos Chaves em 1793 no terreno arrematado aos Irmãos da Mesa da Misericórdia. Na Rua da Padaria são edificados 8 lotes sobre terrenos previamente arrematados.

O quarteirão de Pedro Roiz Ferreira de frente para o Largo de Santo António é edificado entre 1786 e 1790.

A norte, edificam-se os terrenos do lado nascente da Rua da Madalena entre a Rua de São Mamede e a Rua de Grão Prior todos eles previamente arrematados. Os Caldas edificam dois edifícios em 1789 e 1791, João Gillardi em 1787, e Vilas Boas também em 1791. De frente do outro lado da rua dois edifícios novos em 1787 de Rafael José Lopes e Manuel Cardoso de Castro.

Na Rua de São Mamede são edificados 6 edifícios. Em 1795 na Rua de São Crispim é registado um edifício de Francisco da Silva Braga implantado sobre parte do terreno adjudicado a João de Almada, a quem Braga paga um foro de 38$400 réis.

Século XIX

No início do século edificam-se os lotes dos Irmãos Pedreira, Quintela e Paulo Jorge do lado poente da Rua da Madalena a norte da Rua da Conceição. Em 1827 é registado o edifício de Joaquim Pereira que fica sobre o lote que estava inicialmente destinado à Igreja de São Nicolau. Na Rua de São Mamede são edificados sete lotes e na de Grão Prior, agora Rua das Pedras Negras, edifica-se um terreno em 1826.

Quarteirão da Igreja da Madalena

No final de setecentos o quarteirão da Igreja da Madalena é constituído por várias construções abarracadas ou inacabadas propriedade da igreja que aí existiam desde o sismo. Adjacente à igreja, de frente para a Rua da Madalena três barracas, de frente para a Rua da Padaria uma propriedade com três lojas, e de frente para a Rua de São Julião uma propriedade com armazém e sobreloja com vinhos. Estes três lotes vão ser edificados logo no início de 1800. O de frente para a Rua da Madalena é registado na *Décima* de 1802 composto por duas lojas, três andares, e *primeiras e segundas águas-furtadas*. No mesmo ano no lote de frente para a Padaria são registados, para além das três lojas descritas no ano anterior, mais três andares. Os inquilinos das três lojas são os mesmo dos anos

anteriores, o que sugere que talvez o piso térreo do edifício já estivesse construído há alguns anos, mas os andares por acabar. Em 1805 é registado o edifício de frente para a Rua de São Julião com arrecadação, sobreloja e cinco andares.

Terreno de João de Almada

O quarteirão a norte das casas de João de Almada, entre as actuais Travessa e Rua das Pedras Negras, continua quase todo por edificar, sendo ocupado por várias barracas localizadas entre os edifícios de António Borges e Silva Braga. Em 1812 registam-se com frente para a Travessa das Pedras Negras e Rua das Pedras Negras as barracas da Viscondessa de Vila Nova de Sotto d'el Rei, descendente de João de Almada, com 5 lojas alugadas. Uma desta barracas é descrita como um conjunto de casas que aforou à Viscondessa José Luís Ferreira, *carpinteiro de casas*, por si ocupada, de frente para a Rua das Pedras Negras. Em 1834 estava aí instalada uma fábrica de velas de sebo. Logo a seguir, de esquina para a Rua da Madalena uma barraca de Francisco Roiz Camarate com uma loja e andar, foreira a João de Almada. Este lote virá a ser edificado em 1845 por José da Silva Carqueijo.

A norte do último são registados em 1817 duas propriedades novas contíguas de Gregório Bento Migueis. Uma de esquina para a Rua das Pedras Negras, em 1818 ainda em obras, composta por armazém com vinhos do senhorio, sobreloja e quatro andares alugados. Este prédio foi demolido e construiu-se o que lá está hoje. Adjacente a este na Rua das Pedras Negras Bento Miguéis construiu um edifício *com quatro portas e um andar*, tudo ocupado pelo proprietário com fornos públicos que o mesmo ocupava há 7 anos. Em 1861 é aprovado pela câmara o pedido de acrescento de um andar. Também Bento Miguéis pagava foro à Viscondessa pelas duas propriedades. Este quarteirão era todo da Viscondessa, uma das herdeiras de João de Almada. O último lote a ser construído terá sido edificado depois de 1856 de frente para a Rua das Pedras Negras, uma vez que ainda aparece vazio na planta de Filipe Folque (Figura 5.14) de 1856, mas já aparece representado na planta de Francisco Goullard 1879-1905 (Figura 5.15). Contiguo às casas de João de Almada, o lote com frente para a Rua da Madalena que ocupa o espaço que vai do edifício até ao alinhamento da rua era ocupado no início de oitocentos por uma barraca de pedra e cal. Em 1818 era uma barraca do senado com um banco de ferrador e em 1867 servia de depósito de enxofre que terá durado até ao século XX[333].

São Mamede

Em 1834, data do último Livro da *Décima*, ainda existem alguns lotes vazios na área de S. Mamede e Largo do Caldas. Em 1812 a *Décima* refere que defronte do Palácio do Correio Mor onde tinha sido a antiga Igreja de S. Mamede *há uns entulhos onde trabalha Alexandre da Silva mestre*

[333] MACEDO, Luís Pastor de, *A Rua das Pedras Negras*, Lisboa: Miscelânea, 1931, pág. 45.

archoteiro. Subindo a Calçada de S. Crispim registam-se também várias barracas no início de oitocentos chamadas de Barracas do entulho do Correio Velho ou ainda de Barracas de S. Mamede.

A planta de Eduardo Fava datada de 1807 e a de Filipe Folque de 1856/58 (Figuras 5.13 e 5.14) representam bem este vazio onde estariam implantadas as várias barracas no lado norte da Rua de S. Mamede. Desde a propriedade de Maria Angélica Caldas até aos últimos edifícios da rua já com frente para a Rua da Saudade a única construção representada é a Ermida de S. Crispim. O mesmo é representado na planta de Folque. Só em 1861 se dá início ao arranjo que hoje se observa. Nessa data a Câmara Municipal oficia o Ministro das obras públicas solicitando que todo o terreno que ficasse paralelo à rua nova de S. Mamede e fronteiro ao Palácio da Condessa de Penafiel fosse arborizado. Em 1865 a planta e o projecto para o local foram apresentados e as obras concluem-se em 1868. O edifício a nascente do de D. Maria Angélica Caldas, de esquina para o Largo do Correio, actual Largo do Conde de Penafiel só é edificado em 1945.

Na Rua de S. Mamede lado sul em 1811 regista-se um prédio rústico de D. Joaquina da Câmara onde está instalada uma estância de madeira de Joaquim José de Carvalho. No ano seguinte já o mesmo Joaquim comprou o prédio e ali *armou hum barracão em que se fazem caixotes para as garrafas d'água de Inglaterra* arrendado em 38$400 réis. Segundo o levantamento de Filipe Folque em 1858 este lote está ainda por edificar. Na Rua da Madalena em 1812 um dos lotes do Barão de Quintela edificado em 1819 era descrito como um prédio rústico arrendado ao mesmo Joaquim de Carvalho *com estância de madeira*.

Também no Largo do Caldas em 1817 o Livro da *Décima* regista várias construções precárias junto às traseiras do palácio Aveiras. Em 1818 no pátio da Exma. Marquesa de Vagos, descendente dos condes de Aveiras, dentro da propriedade do antigo Palácio Aveiras existiam sete barracas. No mesmo local e da mesma proprietária são registadas duas pequenas propriedades arrendadas de loja e sobrado. Os registos da *Décima* concordam com as informações fornecidas por Ferreira de Andrade baseadas nos registos paroquias. Segundo o autor o palácio ficou ao abandono depois do sismo e terá sido invadido por gente humilde da freguesia que ficara sem abrigo e que sobre os escombros constrói barracas e pequenas divisões. Ao logo do século XIX as ruínas e as diversas barracas vão sofrendo várias ocupações e reparos. Em 1828 registam-se *benfeitorias de umas barracas somente consistentes em madeira telha e ferro do interior das mesmas barracas e não de frente as quais têm os números 17 e 18 com escada para um sótão aonde a cinco casas formadas em terreno do Palácio incendiado pertencente a casa do Excelentíssimo Márquez de Vagos*. Em 1835 a Câmara *intíma as donas das diversas barracas na rua do Regedor, Beco da Atafona e Largo do Chão do Loureiro, para procederem à demolição, atento o estado de*

ruina[334]. Em 29 de Fevereiro de 1864 o palácio é vendido em hasta pública ao comerciante Columbano Teixeira Leomil que inicia as obras de reconstrução tomando o aspecto que tem actualmente.

[334] ANDRADE F, *A freguesia de São Cristóvão* Vol. II, Lisboa: CML, 1944.



Figura 5.12 Datação e propriedade do edificado da área de estudo segundo a *Décima da Cidade.*



Figura 5.13 Fragmento da Carta Topográfica da Cidade de Lisboa. Planta de Duarte Fava, 1807, Biblioteca Nacional.



Figura 5.14 Fragmento da Planta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque 1856. ALMEIDA, I., RAMALHO, M. T. *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa. Sob a direcção de Filipe Folque: 1856 – 1858.*

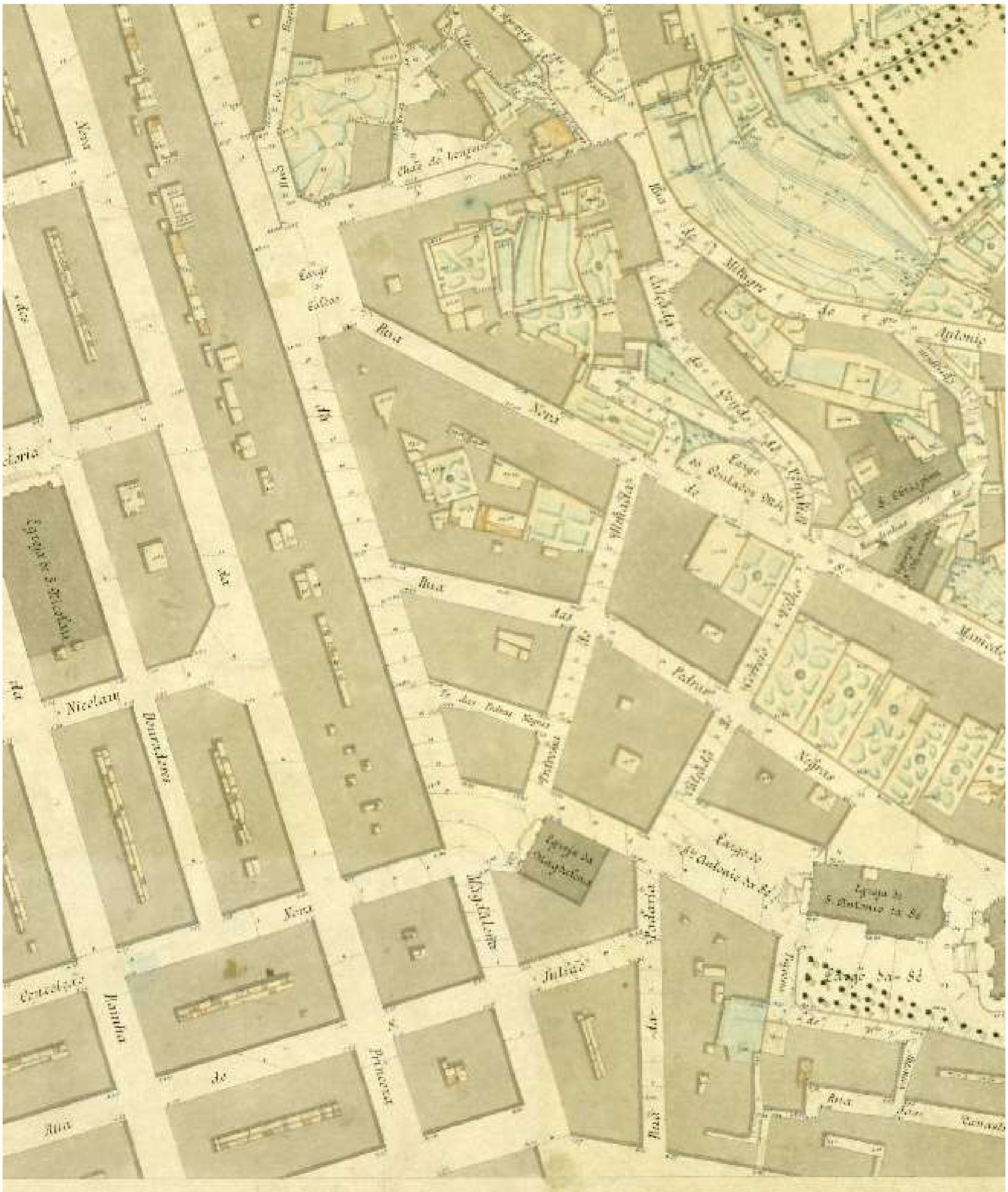


Figura 5.15 Planta de Goulart 1879-1905. *Levantamento topográfico de Francisco e César Goullard*: planta n.º 57. Arquivo Municipal.

5.3 ESTUDO DE CASOS

5.3.1 **Pedro Roiz Ferreira e a abertura do Largo de Santo António**

A 23 de Julho de 1782 António Rodrigues Ferreira assina como procurador de seu pai Pedro Rodrigues Ferreira, ambos *negociantes da Praça de Lisboa*, na presença do Inspector do Bairro do Limoeiro, o Desembargador da Casa da Suplicação Joaquim António de Carvalho Santa Marta e o ajudante Arquitecto Francisco António Ferreira *encarregado da execução da nova Planta da Cidade*, o *Termo de Adjudicação Obrigação e Posse* de um terreno *na Rua de Santo António lado nascente* [Calçada do Correio] *com fundo para a Rua do Grão Prior*[335].

Segundo aquele documento o novo terreno equivalia a umas casas incendiadas que o mesmo possuía ao tempo do sismo de 1755 descritas no *Tombo:*

(...) no lado esquerdo da antiga Rua dos Cónegos que era a sétima, a qual tinha de frente para a dita rua 133 palmos e para o Beco do Leão sessenta e cinco palmos mediava pelo Norte com a propriedade dos herdeiros de João Barbosa de Almeida em comprimento de 63 palmos e mais dezasseis em que parte com ... alfugera, pelo nascente em 22,50, pelo norte 33, e pelo nascente em 52,50, que todos os três lado somados faziam 107,50 palmos, terminando com casas de Manuel Hilário, e tinha lojas e dois sobrados.

A *alfugera*, hoje alfurja, seria uma espécie de saguão, rua estreita entre casas, onde se lançavam os despejos.

Pedro Roiz Ferreira pede que se lhe mande adjudicar o dito chão, com uma área total de 7572,5ps, na:

(...) Rua que vai por detrás da Igreja de Sto. António onde faz angulo para a Calçada do Correio, denominada Rua de Sto. António, para aí reedificar a dita propriedade para sua acomodação a que queria logo dar princípio na conformidade das Ordens Régias.

A planta da freguesia da Madalena de Monteiro de Carvalho também chama Rua de Santo António à actual Calçada do Correio.

Adjudicam-lhe na nova planta *na Rua de Santo António lado nascente com o fundo para a Rua do Grão Prior* 9537,93ps que compreendiam *pela frente da rua de Santo António 150,50p, com 77,5p de frente para a Rua Nova da Sé, e de fundo pela Rua de Grão Prior 59p, e no lado oposto à frente da Rua de Santo António 129p*. Pedro R. Ferreira devia comprar a diferença de área entre o terreno antigo e o novo, igual a 1965,43ps, que divididos por 68,20p que era *o comum dos dois fundos,* resultava uma frente de 28,79p que devia comprar. Obrigava-se ainda a construir no prazo de um ano e *a conformar-se no prospecto, e na construção delas com a Instruções e Decreto de 12 de Junho do mesmo ano de 58* e mais providências de sua Majestade e a pagar os palmos.

---

[335] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 60v. *Termo de Adjudicação* transcrito no Anexo 8.



Figura 5.16 Marcação a cinzento do terreno adjudicado a Pedro Rodrigues Ferreira em 1782. A vermelho a planta edificada.

A 5 de Novembro do mesmo ano assina-se o *Termo de Avaliação*[336] dos 28,79p que Roiz Ferreira devia comprar *no lado nascente da Rua de Santo António para inteirar a adjudicação que se lhe fez na Rua de Grão Prior e Nova da Sé para os quais hão-de fazer frente a propriedade que há-de reedificar*. Avaliou-se cada palmo a 4 mil réis que multiplicados por 28,79p resultaram em 115$160 réis que foram pagos por Pedro R. Ferreira.

O Livro da *Décima da Cidade* da freguesia da Madalena do ano de 1786 regista na Rua Nova da Sé um edifício de Pedro Roiz Ferreira *com serventia pela Rua de Grão Prior*[337].

A 25 de Maio de 1787 Pedro Rodrigues Ferreira assina um novo *Termo de Avaliação*[338] de uma área de 3950,50ps *que demais se achou no terreno que arrematou* (…) *no lado norte da Praça de Santo António em que está edificando*. São 3950ps que correspondem a 34,50p lineares que deve comprar a 7 mil réis o palmo, e que são pagos em 1792 pelos seus herdeiros. Pedro R. Ferreira ficava com uma área total de 13488,43ps na Praça de Santo António que já tinha começado a edificar.

[336] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Avaliações*, fol. 25.
[337] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de Santa Maria Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1786.
[338] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Avaliações*, fol. 36.



Figura 5.17 Marcação do edifício de Pedro Roiz Ferreira com entrada pela Rua de Grão prior registado na *Décima* em 1786.



Figura 5.18 Marcação da área acrescentada em Maio de 1787.



Figura 5.19 Marcação do terreno adjudicado a Pedro Roiz Ferreira em fragmento da *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755.* BNE, *Fondo Antiguo*, Ref: MR/43/66.

Note-se como a configuração do terreno resultante das dimensões descritas no *Termo de Adjudicação* datado de 1782 e no *Termo de Avaliação* de Maio de 1787 o colocam na *Planta da Cidade de Lisboa Novamente edificada Pela Ruína que padeceu no Terramoto do Primeiro de Novembro do ano 1755,* abordada no capítulo III, 3.2 Planta E (Figura 5.19). Esta planta traça já o prolongamento da Rua de Grão Prior até à Sé, ao contrário do Plano de trabalho 1 e 2 (3.2 Planta C (Figuras 3.5 e 3.6), mas ainda não traça o futuro Largo de Santo António defronte da Igreja com o mesmo nome traçado na *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte…* abordada no mesmo ponto 3.2 Planta F (Figura 5.22).

A 25 de Junho de 1787 Pedro Roiz Ferreira pede que o terreno adjudicado em 1782 seja transferido de local uma vez que a abertura do largo em frente da Igreja de Santo António lhe retirava parte da área adjudicada:

(…) por constar deste livro f.60 ter-se-lhe adjudicado pelo Termo aí lavrado o chão de suas casas incendiadas nele declarado no lado poente da Rua de St. António, e como dele se lhe cortou a maior parte para

ficar com mais largura a Praça de St. António requereu se lhe transmutasse para outra rua para edificar na conformidade das ordens Régias[339].

Transferem-se para o lado sul da Rua de São Mamede os 7572,50ps relativos à área do terreno de 1755 sem comprar nem vender, com uma frente de 74p e fundo de 117p, confrontante pelo poente com o terreno de José Baptista mestre confeiteiro. Note-se que são transferidos apenas 7572,50ps dos 13488,43ps que lhe tinham sido adjudicados. Aparentemente Pedro R. Ferreira fica ainda com 5915,93ps na Rua Nova da Sé que parecem corresponder ao edifício ou a parte do edifício que já tem edificado em 1786 segundo a *Décima da Cidade*.

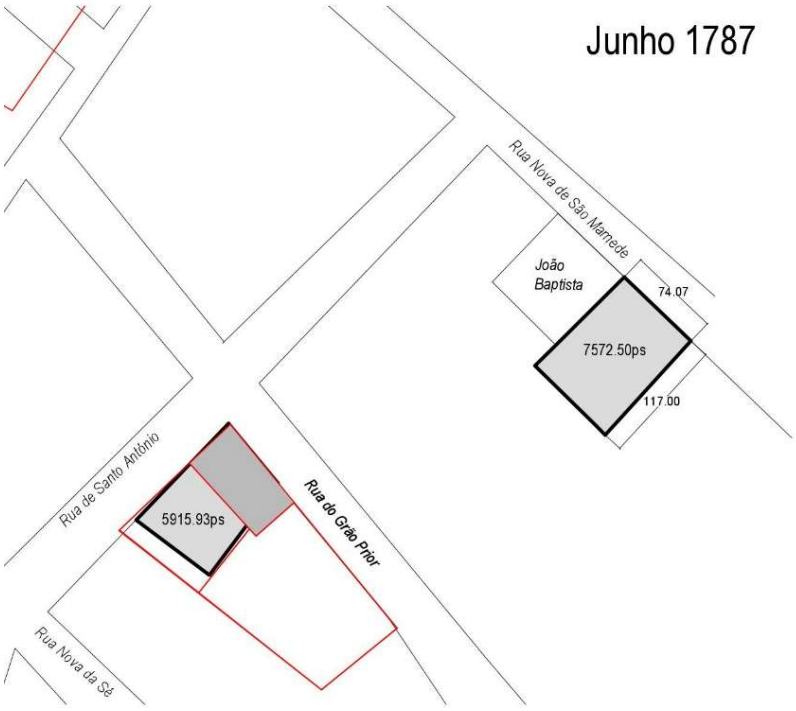


Figura 5.20 Terreno adjudicado na Rua de São Mamede em Junho de 1787 e área que sobrou da adjudicação na Rua Nova da Sé.

[339] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Limoeiro,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 76. *Termo de Adjudicação* transcrito no Anexo 8.

A *Décima* nunca chega a registar nenhuma propriedade de Pedro R. Ferreira na Rua de São Mamede. O *Termo de Adjudicação* do terreno de São Mamede tem uma nota de 1798 que refere que se mandou pagar a Sebastião Roiz Ferreira e Pedro Roiz Ferreira o valor de 271$000 réis correspondente ao valor daquele chão o que revela que o terreno terá sido vendido. Segundo a *Décima* este terreno é edificado em 1812 por Dona Tomásia Joaquina de Lima, viúva de Manuel Francisco Remualdo, registado nesse ano como *propriedade nova que se vai concluir, não tem ainda rendimento*[340]. Aparentemente Pedro Roiz Ferreira terá voltado para a Rua Nova da Sé de onde provavelmente nunca chegou a sair.

Pelo São João de 1788 a *Décima* informa que a propriedade de Pedro R. Ferreira registada em 1786 tem agora mais uma serventia pela Calçada do Correio com escada de acesso a três andares superiores, e *pelo S. João de 1790* regista ainda outra serventia pela Rua de Grão Prior com escada de acesso a mais três andares superiores. Ou seja, em 1790, Pedro Roiz Ferreira possui três edifícios contíguos que vão constiuir e completar o quarteirão que actualmente se observa a norte do Largo de Santo António, entre a Rua das Pedras Negras e a Calçada do Correio. Em 1796 estes três edifícios são registados na *Décima* como três propriedades independentes[341].

[340] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de Santa Maria Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1812.
[341] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de Santa Maria Madalena, Livro de *Arruamentos*, 1788, 1790 e 1796.



Figura 5.21 Os três terrenos edificados por Pedro Roiz Ferreira e como são actualmente no Largo de Santo António.



Figura 5.22 Fragmento de *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte…,* MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.495, observando-se o quarteirão de Pedro R. Ferreira tal como foi edificado.

O desenho da fachada para o Largo de Santo António dos edifícios construídos segue o prospecto dos alçados desenhados especificamente para as casas de Pedro Roiz Ferreira no *Prospecto para as casas que edifica Pedro Rodrigues na frente da Praça de Sto António, fazendo fundo até à Rua do Gran Prior*[342] (Figura 5.23).

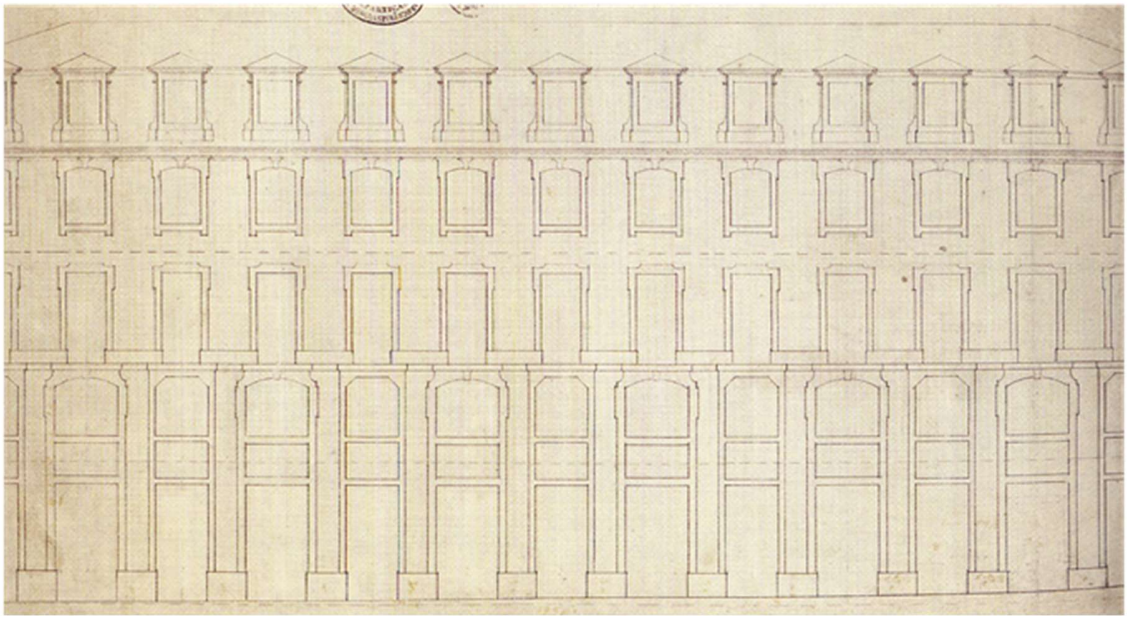


Figura 5.23 *Prospecto para as casas que edifica Pedro Rodrigues na frente da Praça de Sto António, fazendo fundo até à Rua do Gran Prior.*



Figura 5.24 Fachada do quarteirão edificado por Pedro R. Ferreira de frente para o Largo de Santo António nos dias de hoje.

[342] AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.) op. cit., Prospecto n.º 56.

A cronologia dos acontecimentos relatada mostra que quando é atribuido um terreno a Pedro Rodrigues Ferreira a abertura do Largo de Santo António ainda não consta do traçado da planta segundo a qual os terrenos estão naquele momento a ser adjudicados. A sequência de acontecimentos sugere ainda que quando se dá a abertura do Largo, Pedro Roiz Ferreira já tinha começado a edificar parte do terreno adjudicado. A abertura do Largo leva-o a pedir a alteração da localização da parte do terreno que o largo viria a ocupar para a Rua de São Mamede. Apesar da tranferencia da localização se ter consumado por novo *Termo de Adjudicação*, os documentos revelam que Pedro Roiz Ferreira não chega a edificar na Rua de São Mamede, edifica sim junto ao Largo de Santo António mais dois edifícios em 1788 e 1790 contíguos ao edifício que tinha construído em 1786. Mas não edifica sobre o terreno que lhe tinha sido adjudicado inicialmente, mas antes sobre um terreno reconfigurado em torno do novo largo, ou seja, o terreno inicialmente adjudicado sofre uma rotação de forma a acomodar-se à abertura do Largo em frente da Igreja.

O processo de adjudicação do terreno a Pedro Roiz Ferreira na nova planta da cidade dá conta das alterações que foram ocorrendo no desenho da área em estudo. Primeiro assiste-se à abertura do Largo de Sto. António que não estava prevista inicialmente, quem sabe por intervenção da Igreja. Posteriormente, algures entre o momento em que parte do terreno inicialmente atribuído a Pedro Roiz Ferreira é transferido para a Rua de São Mamede, em 1787, e a data de edificação dos dois edifícios em 1788/90 que configuram o quarteirão como é actualmente, o desenho da área envolvente ao Largo de Santo António é repensado e reconfigurado para acomodar todo o terreno de Pedro Roiz Ferreira, quem sabe por intervenção e pressão do próprio, que sem dúvida lucraria com a reunião de todos os seus terrenos numa só localização. Veja-se como no final de todo este processo Pedro Roiz Ferreira acaba por ficar com um quarteirão só para si com frente principal desafogada para uma nova praça da cidade.

O processo de adjudicação do terreno a Pedro Roiz Ferreira revela como o procedimento de adjudicação dos terrenos na área de estudo foi um processo complexo e dinâmico com alterações sucessivas que se vão ajustando às variações que o desenho urbano vai sofrendo relacionadas com as pressões dos proprietários.

Segundo o Livro da *Décima* da freguesia da Madalena, em 1790 os três edifícios de Pedro Rodrigues Ferreira eram parcialmente ocupados pelos proprietários e de rendimento. Passa-se a descrever a ocupação de cada um dos edifícios bem como o valor de renda pago por cada inquilino naquele ano:

O edifício com entrada pela Rua Grão Prior era constituído por 3 lojas e 4 andares. Nas lojas o senhorio, um armazém de vinhos (144$000), e um armazém de trigos (144$000). No 1º andar um *Homem de Negócios* (240$000), no 2º andar o senhorio também com um criado (fogo avaliado em 120$000, o criado paga 12$000) e o 3º andar com ambas as partes ocupadas por um *Homem de Negócios Italiano* (280$000*)*. Numa das partes do 4º andar um antigo *corregedor do cível da cidade* (96$000), na outra parte um inquilino que *embarca para fora* (70$000);

No segundo edifício com entrada pela Calçada do Correio Velho registavam-se uma loja com um *oficial de barbeiro* (18$000*)*, e duas lojas, sobrelojas e 1º andar, tudo ocupado por um negociante de vinhos (200$000). No 2º andar um Cónego (65$000) e no 3º um Padre (48$000);

O último edifício a ser construído, com serventia pela Rua de Grão Prior, era ocupado nas lojas com um negócio de fazendas (?$000) e nos restantes 3 andares por José da Costa e Sá *Professor de Gramática* (120$000).

Ao todo os três edifícios tinham um rendimento de cerca de 1281$000 (mil réis).

Este tipo de ocupação é característico dos edifícios da área de estudo. Cada um dos edifícios regista pelo menos um caso em que o mesmo inquilino ou proprietário ocupa mais do que uma fracção. Dois destes casos referem-se à ocupação de lojas e andares superiores, o que sugere a acumulação da actividade profissional e habitação no mesmo local. Veja-se o caso do próprio proprietário. Pedro Rodrigues Ferreira, negociante da Praça de Lisboa e proprietário da companhia *Pedro Rodrigues Ferreira e Filhos,* que importava bens do estrangeiro, entre os quais *manteiga e carnes*[343], ocupava armazéns e o 2º andar de um dos seus edifícios.

No geral os andares superiores mais baixos são compostos por um fogo por piso, enquanto que os últimos andares são divididos em duas partes ou fogos. Observa-se ainda que os últimos andares valem menos, o que se deveria ao facto de o acesso ser mais difícil, mas também porque provavelmente se tratariam de pisos em águas-furtadas.

Os edifícios são ocupados por lojas, armazéns, escritórios de negociantes portugueses e estrangeiros demonstrativos da variedade de ocupações e actividades que caracterizavam a área de estudo à época.

[343] Em *Correio Mercantil e Económico de Portugal que contém toda a qualidade de anúncios* de 28 de Janeiro de 1794, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, nº 4, pág. 30.

5.3.2 Roiz Caldas e Gillardi na Rua da Madalena

Em 1765 é adjudicado um terreno no *sexto quarteirão lado direito da Rua da Madalena vindo da Rua da Misericórdia* a Luís Antunes Alves[344], por portaria de 23 de Janeiro de 1765, equivalente à propriedade que o seu padrasto José Pacheco possuía ao tempo do terramoto com frente para o Beco de Nª Sª da Conceição à Correaria entrando nele pela parte da mesma rua e com frente para a Rua das Pedras Negras, foreira à Comenda de São Braz de Malta, com 12 varas (1 vara = 5 palmos) e 3 palmos pela Rua das Pedras Negras. Ao todo a propriedade tinha uma área de 2667ps. De acordo com a nova planta da cidade são adjudicados 2602,92ps que correspondem a 31,31p na frente da Rua da Madalena, *de fundo pela rua que há-de ir por entre elas para a parte nascente que se lhe fica a parte Sul* 46,50p, pela parte norte 39p, no lado oposto à frente da dita Rua da Madalena 49p e no lado oposto *à dita Rua de entremeio que ainda está por abrir* 34p. Luís Alves deveria vender 64,08ps que resultavam da diferença entre a área nova e a área antiga. Devia ainda comprar para o saguão que havia de ter a dita propriedade 150ps que devia compreender 25p de comprido por 6p de largo.

A descrição deste terreno coloca-o no quarteirão a sul da nova Rua de São Mamede de esquina para a travessa paralela a esta rua que seguia da Rua da Madalena para nascente.

Em 1766 é adjudicado um terreno a Inácia Maria Caetano de Abreu[345] no sexto quarteirão no lado da parte do nascente da Rua da Madalena vindo da Rua Nova da Misericórdia equivalente à união de três terrenos que o seu marido José Pacheco possuía em 1755. Um no lado direito do Beco de Nª Sª da Conceição entrando nela pela Rua da Correaria, *na frente de trás que entestava com o Beco do João das Armas para onde tinham também serventia*, outro no lado esquerdo da Rua das Pedras Negras vindo da dos Ourives da Prata que eram conjuntas com as casas do dito Beco acima referido, as quais tinham um padrão que dizia "Alcobaça" (foreiras ao Mosteiro de Alcobaça); e o terceiro no *lado direito da Travessa dos Latoeiros entrando nela pela Rua da Correaria (...) e faziam um lado da dita Travessa*, foreira à Basílica de Sta. Mª. Ao todo os três terrenos perfaziam uma área de 4461,81ps. Tendo em conta a nova planta da cidade adjudicam-se 5075,05ps: 112p na frente da Rua da Madalena, no *fundo pela rua que há-de ir por entre a dita propriedade para a parte do nascente que ainda está por abrir* 87,22p, no lado sul 50p, no lado oposto à Rua da Madalena 40,50p, e devia ter mais 20p *no dito lado por formar um angulo reentrante*. Devia comprar a diferença entre a área antiga e a que se lhe adjudicava que eram 713,24ps.

[344] ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro do Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 220v.
[345] *Ibidem*, fol. 222. *Termo de Adjudicação* transcrito no Anexo 8.

A descrição deste terreno coloca-o no quarteirão a norte da actual Rua das Pedras Negras de frente para o terreno de Luís Antunes Alves, ou seja, de esquina para a travessa que devia correr da Rua da Madalena para nascente e que à data da adjudicação ainda estava por abrir.

A configuração destes dois terrenos prova que estava prevista a abertura de uma travessa entre o terreno de Luís Alves e o de Inácia Abreu, entre a Rua de São Mamede e Rua de Grão Prior (actual Rua das Pedras Negras) tal como traçado no Plano de trabalho 1 e 2 (Figura 5.25). Estava de tal modo planeada esta Travessa que se chega a traçar o prospecto da fachada da Rua da Madalena do edifício a construir no lote de Inácia Abreu (Figura 5.26).



Figura 5.25 Fragmento do Plano de trabalho 2 (IGP, Sem título, Ref: CA 355) com a marcação dos dois lotes de terreno adjudicados a Inácia Abreu e a Luís Alves, de frente para a Rua da Madalena e para a rua que estava previsto abrir-se.

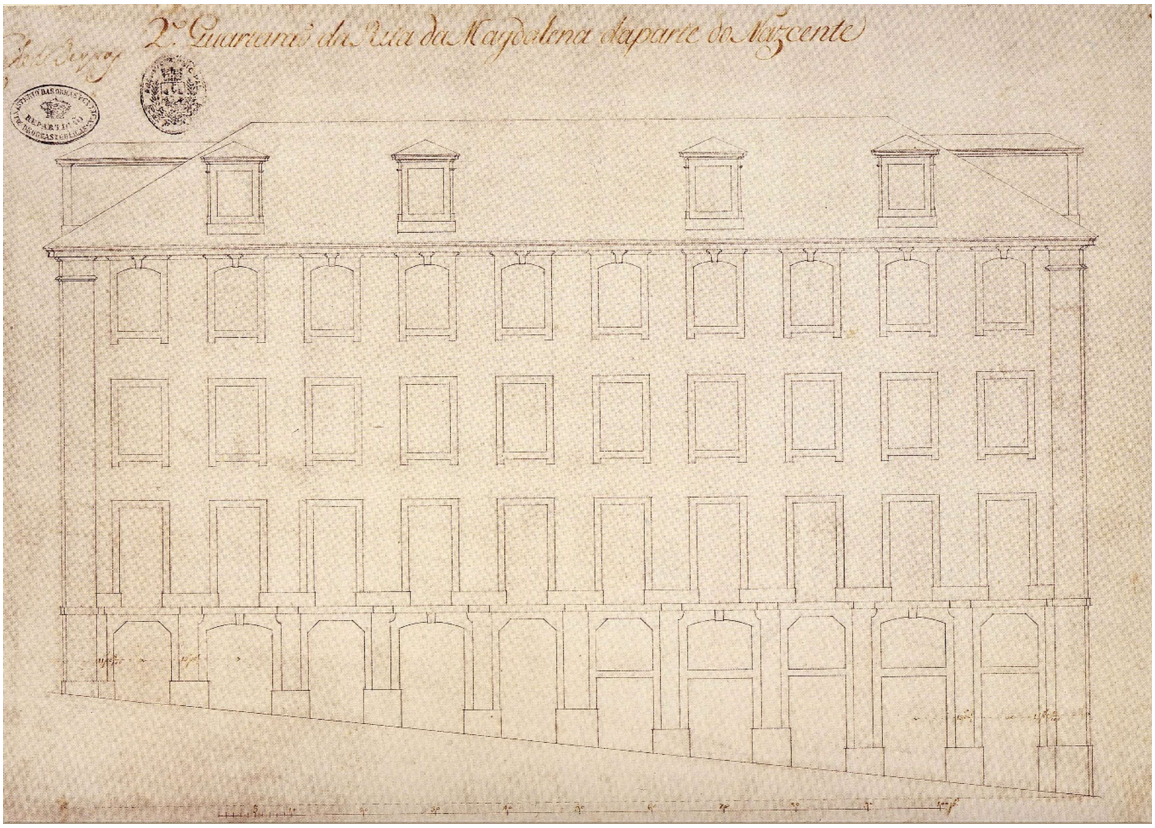


Figura 5.26 Prospecto do *2º Quarteirão da Rua da Madalena da parte do nascente.* AML, *Chancelaria Régia*, *Cartulário Pombalino*, publicado em VIEGAS, Inês Morais (coord.), op. cit., Prospecto n.º 9. O terreno de Inácia Abreu corresponderia aos primeiros 8 vãos (112p de frente na Rua da Madalena). A norte deste quarteirão ficava a Travessa que ainda se não tinha aberto e a sul a Rua de Grão Prior.

A 6 de Março de 1769 é lançado o decreto que estabelece o início das vendas em hastas públicas dos terrenos por edificar da Rua Augusta e outras ruas incendiadas. Este decreto determina que findo o prazo de 5 anos que os proprietários tinham para edificar determinado pela Lei de 12 Maio de 1758 a contar da data de posse, os terrenos vazios deviam ser arrematados por quem neles quisesse edificar e por eles desse mais, ficando livres sem encargo algum.

Na sequência da Lei de 6 de Março de 1769, João Gillardi, negociante estrangeiro, arremata em 1785,70p de frente correspondentes a 5 módulos de fachada *com o seu fundo* do terreno adjudicado a Inácia Abreu em 1766[346]. Em 1787 a *Décima* da freguesia de São Cristóvão regista *uma propriedade nova* de João Gillardi, em 1788 ainda *incompleta* [347]. Os restantes 42,33p, correspondentes a 3 módulos, que sobravam da frente do terreno de Inácia Abreu são arrematados em 1788 por João Rodrigues Caldas *com o seu fundo*[348].

Em 1788 é registada na *Décima* a *propriedade nova sem rendimento algum* de João Roiz Caldas, ainda por acabar em 1790[349]. Este edifício é construído sobre o terreno cuja frente resulta da soma dos 42,33p de frente arrematados por João Caldas em 1788 com a largura da frente da Travessa que estava previsto abrir e que agora se fechava.

Repare-se como a reconfiguração dos lotes é feita sempre segundo o sistema modular definido pelo Plano. A largura da Travessa, equivalente a dois módulos, é anexada aos três módulos que João Caldas arremata, constituindo uma largura de frente de fachada de cinco módulos (2M+3M=5M).

O fecho da Travessa vai afectar ainda o terreno de esquina de Luís Antunes, que perdendo a frente que daria para a Travessa e ficando bem mais pequeno vai ser unido ao imediatamente a norte, propriedade da Mesa da Irmandade S. S. Madalena, resultando um lote com frente de 4 módulos para a Rua da Madalena (2M+2M). Ambos os terrenos serão arrematados por Domingos Vilas Boas que ali constroi um edifício registado na *Décima* como *propriedade nova* em 1791[350].

---

346 ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 222. *Termo de Adjudicação* transcrito no Anexo 8.

347 ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de São Cristóvão e São Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1788

348 ANTT, *Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Bairro da Rua Nova,* Livro de *Adjudicações e Posses*, fol. 222. *Termo de Adjudicação* transcrito no Anexo 8.

349 ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de São Cristóvão e São Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1790.

350 *Ibidem*, 1791.

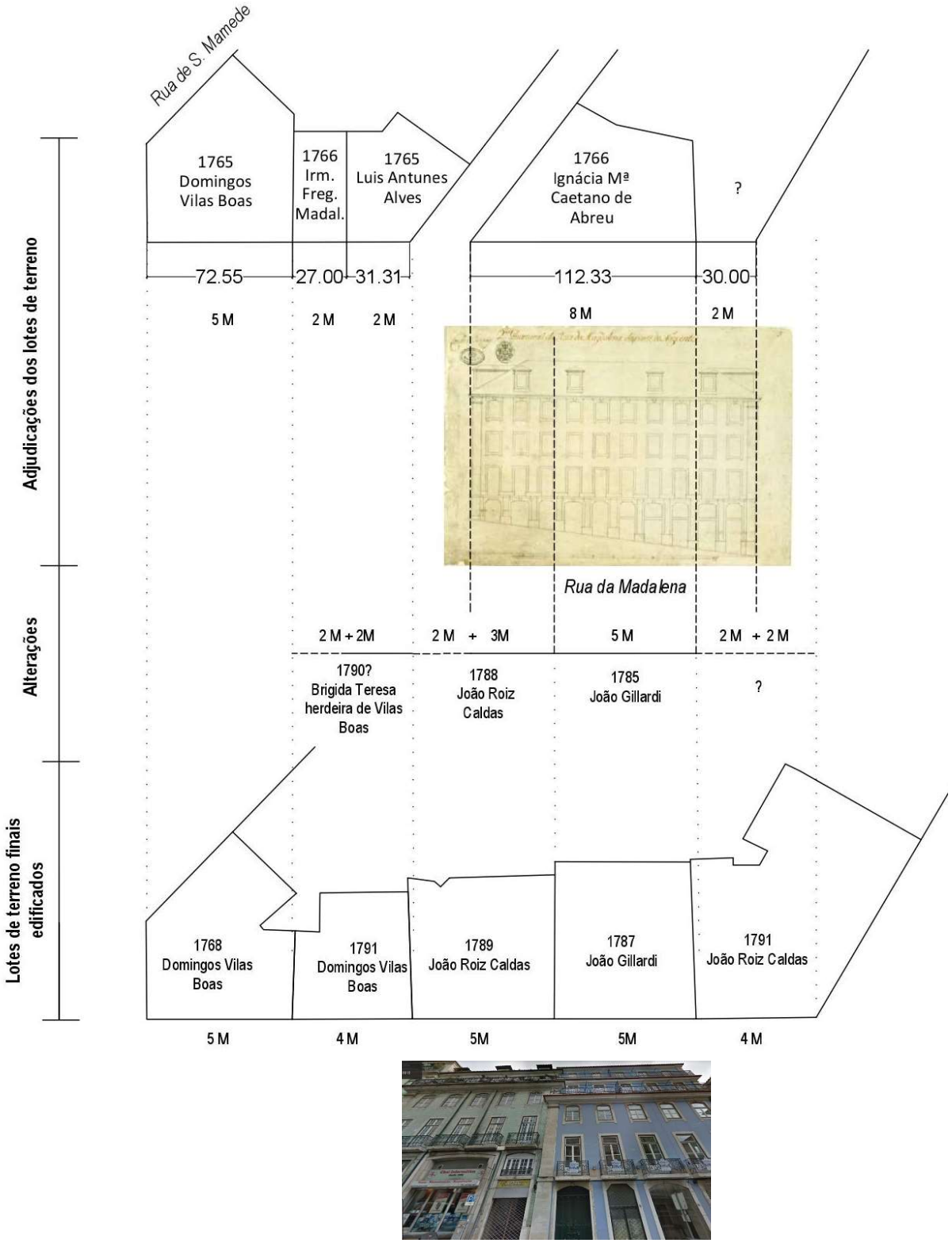


Figura 5.27 Adjudicação dos terrenos na rua que se previa abrir segundo o Plano de trabalho 1 e 2 e alterações posteriores até à edificação do quarteirão tal como se observa actualmente. Os edificios de Caldas e Gillardi na actualidade.

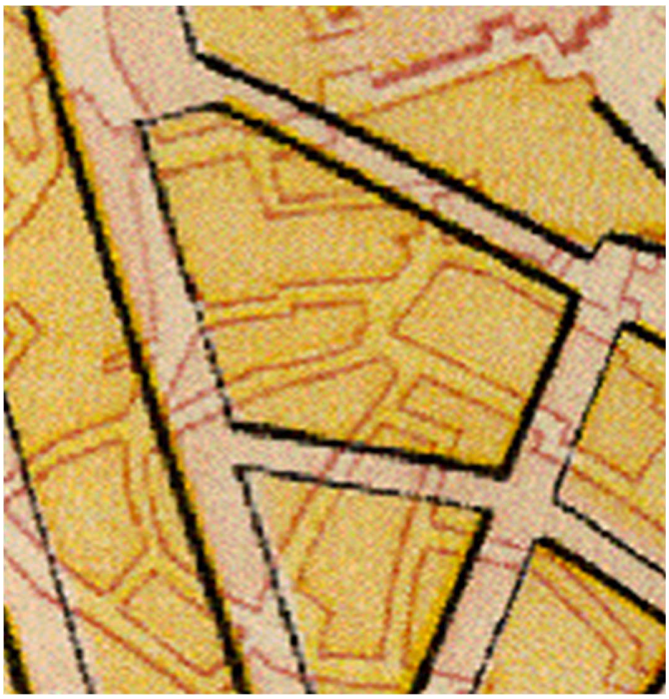


Figura 5.28 Fragmento de *Planta Topographica da cidade de Lisboa, comprehendo na sua extenção abeira Mar da Ponte…,* MC, Colecção Cartografia, Ref: MC.GRA.495. Observa-se que a Travessa que se previa abrir já não é representada.

A sequência de acontecimentos descrita vem revelar que em 1785, data em que o lote de Inácia Abreu é dividido e arrematado por partes, resolve-se não seguir o desenho proposto inicialmente e não abrir a Travessa que estava prevista correr da Rua da Madalena para nascente entre o terreno de Inácia Abreu e o de Luís Antunes.

Observa-se que a decisão de fechar aquela Travessa vai reconfigurar os lotes em seu redor, ou seja, os lotes são redesenhados para fechar a travessa que já não se ia abrir, ou será que foi o próprio processo de venda de terrenos em hasta pública e os proprietários que arrematam os terrenos que promoveram esta alteração na estrutura de divisão dos lotes capaz de alterar o desenho urbano inicialmente proposto? Não se conseguiu responder a esta questão. No entanto, este caso é demonstrativo da relação que àquela época existiu entre a alteração do desenho inicialmente marcado no terreno através das adjudicações de terrenos iniciais e o processo de arrematações que vem permitir o reparcelamento daqueles lotes, o que vem reforçar o carácter dinâmico do processo de desenho e reconstrução da área em estudo.

Os edifícios construídos por Gillardi, Roiz Caldas e Vilas Boas, negociantes da Praça de Lisboa de frente para a Rua da Madalena no novo quarteirão entre a Rua de São Mamede e a Rua das Pedras Negras, são característicos dos edifícios construídos a partir dos anos de 1780 na área em estudo. Constituídos por piso térreo, sobrelojas que vencem o declive da Rua da Madalena, dois andares a baixo da cornija, um andar a cima do nível da cornija, muito provavelmente em varanda corrida e águas-furtadas. A descrição na *Décima* de um dos edifícios de Vilas Boas edificado em 1791 refere que o mesmo é constituido por duas lojas, sobrelojas, *varandas* e águas-furtadas[351].

No geral caracterizam-se por ser ocupados em parte pelo proprietário ou por *Homem de Negócios* que ocupa mais do que uma fracção do edifício. Por exemplo, o edifício de João Gillardi, negociante italiano, é em 1789, dois anos depois de registado na *Décima*, ocupado na primeira loja e a sobreloja com *casa do povo* (81$000), na segunda loja por *contratador de sola* (67$200), a terceira loja ainda desocupada, os 1º e 2º andares e parte das águas-furtadas são ocupados pelo proprietário (avaliados em 260 mil réis), e o 3º andar e restante parte das águas-furtadas são ocupados por um *negociante inglês* (180$000)[352].

Em 1812 só o 3º andar é ocupado pelo senhorio, Ignacia Gillardi. O 1º andar é ocupado por um *negociante* e o 2º andar pelo ilustre médico da época Bernardino António Gomes. Cada um dos inquilinos ocupa uma loja, onde muito provavelmente exerciam as suas actividades profissionais. Neste ano é registado que todos os ocupantes possuíam cavalos e *bestas de sela*: a proprietária um cavalo, o *negociante* um cavalo e uma *besta de sela*, e o médico dois cavalos de sela e dois cavalos[353].

A 10 de Abril de 1818 o edifício é colocado à venda por anúncio publicado na secção dos Avisos da *Gazeta de Lisboa*:

Vende-se huma propriedade de casas nobres com três andares, e águas-furtadas, de cinco janelas de frente, muito bem edificadas, com seu quintal e poço, sitas na calçada das Pedras Negras, N. 98, pertencentes às Herdeiras de João Gilardi: no terceiro andar das mesmas se acharão as informações necessárias. [354]

Este anúncio retrata de forma clara a composição da propriedade, um edifício com um desenho de fachada uniforme constituído por cinco módulos. Da descrição destaca-se a atribuição do estatuto de *casas nobres*. Esta expressão utilizada por vezes nas descrições que a *Décima* faz dos edifícios da área em estudo, caracteriza o desejo dos proprietários que investiram e edificaram a área, de construir casas para aí se instalarem com exigências programáticas que vão para além do prédio de rendimento.

[351] Ver capítulo 5.2.2 Figura 5.9.
[352] ATC, *Décima da Cidade*, Freguesia de São Cristóvão e São Mamede, Livro de *Arruamentos*, 1789.
[353] *Ibidem*, 1812.
[354] *Gazeta de Lisboa*, Lisboa: Impressão Régia, nº 84, 1818.

5.4 CONCLUSÕES

Depois dos terrenos adjudicados ocorreram alterações que modificaram quer o desenho urbano inicialmente definido para a área, como abordado no capítulo 3.2, quer a estrutura de divisão dos quarteirões em lotes, em ambos os casos com o propósito de aumentar a área dos lotes.

As alterações ao desenho inicialmente definido ocorreram durante os anos de 1770 e 1780 por intermédio da alteração da localização e/ou configuração de lotes previamente adjudicados, de que é exemplo a mudança de localização de um terreno de um lado para o outro da Rua de São Crispim para que o Correio Mor do Reino possa aumentar a área do seu palácio de 1755 ou a compra gradual de terrenos por parte do Conde Oeiras junto à Rua Nova da Sé, ambos os casos configurando dois novos quarteirões.

Destacam-se os dois casos estudados, o processo de alteração sucessivo do terreno atribuído a Pedro Roiz Ferreira por causa da abertura do Largo de Sto. António, acabando este proprietário por ver o terreno inicialmente adjudicado beneficiado com o desenho de um novo quarteirão; e o fecho da Travessa que se previa abrir entre a Rua da Madalena e a Rua de São Crispim, dando lugar aos lotes de Gillardi e Caldas. Este último caso representativo não só da alteração da planta inicialmente proposta como também da alteração da estrutura de divisão dos quarteirões que daí advém. Estes casos são paradigmáticos das alterações sucessivas e complexas que a planta de reconstrução inicialmente definida para a área de estudo foi sofrendo desde as primeiras adjudicações até edificação completa da área.

A alteração da estrutura cadastral definida aquando das adjudicações acontece durante o processo de vendas dos terrenos em hastas públicas. Os terrenos são arrematados por uma nova elite económica que pretende instalar-se na área de estudo. Estes indivíduos reorganizam e redimensionam os lotes com o objectivo de construir edifícios com exigências programáticas associadas a um determinado estatuto social e a uma tipologia de ocupação particular – uma família por edifício.

Com a chegada de novos proprietários e a alteração da estrutura cadastral inicialmente estabelecida, a equivalência entre as propriedades de 1755 e os terrenos novos que tinha servido de base à implementação do Plano de 1758 deixa de ser evidente na planta. Observa-se que o processo urbano não parou ali, ou seja, partiu daquela base evoluindo no tempo.

As alterações ocorridas na estrutura de divisão dos quarteirões ocorreram de acordo com o sistema modular de fachadas estabelecido pelo Plano, o que mostra por um lado a rigidez e autoridade do Plano e por outro a sua flexibilidade para acomodar várias soluções de divisão dos quarteirões em lotes sem comprometer o objectivo final, a uniformidade e unidade das fachadas.

A reorganização da estrutura de divisão dos quarteirões em parcelas de terrenos não afectou de forma nenhuma os princípios nem a unidade do Plano. É como se o Plano, mais concretamente o sistema de modular de fachadas responsável pelo traçado dos lotes, tivesse já sido traçado com o potencial de acomodar e dar lugar às novas tipologias habitacionais que começam a emergir no final de setecentos. Repare-se como com o redimensionamento dos lotes a imagem exterior dos quarteirões e edifícios se aproxima do que se passa no interior, ou seja, se inicialmente as fachadas dos vários volumes, que compunham os quarteirões, e aparentavam ser um edifício escondiam vários lotes pequeninos, agora a grandiosidade exterior vai corresponder à dimensão dos lotes no interior.

A própria edificação dos lotes redimensionados vem comprovar a eficiência e autoridade do Plano. Os lotes são edificados de acordo com os princípios de composição do Plano e seguem os prospectos desenhados. As alterações como o acrescento de mais um piso ou o piso em varandas que se observam a partir de 1780 não passam de pequenas variações e repetições dos elementos arquitectónicos do Plano feitos dentro da sua lógica compositiva e que não comprometem de nenhuma forma a unidade urbana. Mesmo as composições de fachada do início do século XIX, seguem a composição e proporções tradicionais, apenas introduzem elementos decorativos. Repare-se como a introdução do portal de entrada era já um elemento considerado por Manuel da Maia para distinguir as casas nobres dos restantes prédios de rendimento, conceito que os negociantes que se instalam na Rua da Madalena vão repescar e utilizar nos seus edifícios.

A relação entre a nova cidade e a cidade antiga reflectida na estrutura cadastral original parece ter servido unicamente para assegurar a reconstrução da cidade. As directrizes do Plano parecem ter sido traçadas logo de início por forma a criar um novo desenho urbano e um método de implantação do mesmo capaz de acomodar os novos modos de habitar subjacentes à nova cidade.

VI CONCLUSÃO

Pretendeu-se estudar o processo de reconstrução da área da cidade de Lisboa limitada a poente pela Rua da Madalena, a nascente pela linha definida pela Rua da Padaria, Calçada do Correio e Escadinhas de São Crispim, a sul pela Rua da Alfândega e a norte pelo Largo do Caldas, Chão do Loureiro e Rua de São Mamede. Trata-se de uma área com características urbanas particulares, cuja malha urbana se distingue claramente, a poente, da malha ortogonal da Baixa reconstruída segundo o Plano de 1758 na sequência do sismo de 1755, e a norte e nascente da malha orgânica da cidade antiga anterior a 1755 que se conserva hoje praticamente inalterada. Estas características relacionadas com a omissão que as instruções do Plano de reconstrução da cidade fazem desta área, o desconhecimento da planta final do Plano, a diferença de tratamento estabelecida pela Lei de 12 Maio para a área abrangida pelo Plano e a área onde se previa apenas o conserto e o melhoramento das ruas, bem como a variedade de propostas desenhadas que traçam já a estrutura geral urbana da área mais tarde edificada, levantavam várias dúvidas sobre qual teria sido a solução estabelecida para a reconstrução no contexto do Plano de 1758 e como é que esta solução teria evoluído até chegar ao que foi edificado.

A investigação realizada permite concluir que o processo de reconstrução do território em estudo insere-se no quadro legislativo delineado para a área abrangida pelo Plano aprovado pela Lei de 12 Maio e as Instruções de 12 de Junho de 1758, seguindo a regulação estabelecida para os Bairros *abrasados e demolidos* onde se devia alinhar as ruas *com a rectidão e largura,* onde se incluía a Baixa da cidade, não se enquadrando, portanto, na situação que a mesma Lei define para as áreas exteriores ao Plano onde se prevê somente o arranjo e conserto das propriedades anteriores ao sismo e o melhoramento das ruas existentes.

A reconstrução da área de estudo foi um processo planeado baseado no traçado de um desenho que é implementado no terreno através da distribuição de novos lotes de terreno. A necessidade de intervir deverá estar relacionada com o nível de destruição deixado pelo sismo de 1755 e pelo incêndio que se seguiu. A *Décima* de 1762 dá conta nesse ano de uma área arruinada, ocupada por construções abarracadas onde estão instaladas lojas. O único edifício de pé é o de João de Almada junto à Igreja da Madalena.

O novo desenho traçado é o representado no Plano de trabalho 1 que deverá ter sido traçado o mais tardar no início de 1760, que é quando se inicia o processo de distribuição dos terrenos. Este desenho segue no geral o traçado das propostas entregues na última parte da Dissertação de Manuel da Maia, traça um novo sistema de quarteirões ao mesmo tempo que regulariza os eixos mais importantes da área de 1755. A manutenção das casas de João de Almada e do Palácio do Correio

Mor na nova planta evidenciam o compromisso que houve entre a conservação de alguns edifícios de 1755 e o novo traçado estabelecido para a reconstrução da área. A alteração feita a este desenho, pouco tempo depois de traçado, para que a nova Igreja da Madalena possa ser reconstruída sobre as ruínas da de 1755 vem reforçar os condicionamentos impostos pela preservação de elementos pré-sismo no novo traçado da área.

Os *Termos de Adjudicação* dos terrenos distribuídos revelam a intervenção no desenho traçado para a reconstrução da área de estudo dos sucessores de Eugénio dos Santos, que vão após a sua morte e ao longo do processo de reconstrução sendo responsáveis pela reconstrução da cidade, nomeadamente Carlos Mardel, Miguel Angelo Blasco e Monteiro de Carvalho.

Uma vez que não se conhece a planta aprovada pelo Plano de 1758, e tendo em conta que pelo menos no início de 60 existia já um novo desenho traçado para a área de estudo, torna-se legitimo pôr a hipótese de que da planta aprovada em 1758 pudesse já constar o novo traçado proposto para a área de estudo. Ainda que tal não se possa provar, uma vez que a *planta nº 5 configuração 10ª* se perdeu, era lógico que assim fosse, pois, a reconstrução final da cidade surge no seguimento das propostas elaboradas para a Dissertação de Manuel da Maia, e todas elas traçam desde logo um desenho para a área a nascente da nova Baixa até à Sé e para norte até São Mamede, provavelmente porque esta era uma área completamente destruída. Recorde-se também que o plano aprovado em 1758 estabelecia os limites este/oeste da *Rua Nova do Almada à Padaria*. Muito embora a denominação de Rua da Padaria ao tempo do terramoto se aplicasse apenas à via que ia da Misericórdia ao Arco de Nossa Senhora da Consolação, desde tempos muito antigos que o percurso entre a Misericórdia, passando pela Padaria e Calçada do Correio até à Porta da Alfofa era um só. O *Tombo* de 1573 chama-lhe *rua que vai da Padaria para as portas da Alfofa* e permitia o acesso directo da parte baixa da cidade ao Castelo, sempre adossado à muralha da cidade. Parece, pois, fazer todo o sentido que a linha da Padaria como limite do Plano se prolongasse de forma natural para norte por este percurso, que no novo Plano é materializado pela regularização da antiga Calçada do Correio, que continua a estar encostado à Muralha, e vai ao encontro da Rua Nova de São Mamede. O limite do Plano, se é que se pode estabelecer um, parece ser a linha que vai da Padaria até ao Castelo junto à Muralha. A nascente desta linha mantem-se a malha antiga praticamente inalterada.

Mas ainda que o novo desenho para a área em estudo possa não ter constado da planta aprovada em 1758, pode-se afirmar que logo no início dos anos 60 a *Planta Geral da cidade,* que traça o novo desenho da cidade a reedificar depois do sismo de 1755, inclui um desenho novo para a área em estudo, que foi implantado no terreno de acordo com as disposições definidas no Plano: os

terrenos são adjudicados aos proprietários de 1755 seguindo o sistema de equivalência entre terreno antigo e novo; tendo em conta a localização e as características dos terrenos antigos e o sistema de compensação de compra e venda de área conforme o valor das ruas; a reedificação deverá seguir os prospectos dados e as Instruções do Plano de 12 de Maio de 1758 e não ultrapassar o prazo de cinco anos.

Conclui-se que no início de 1760 o raio de acção das disposições do Plano aprovado em 1758 abrange a área de estudo.

A distribuição e adjudicação dos terrenos da área em estudo inicia-se de forma homogénea por todo o território em estudo no início dos anos de 1760. Quando se dá início ao alinhamento e entrega dos terrenos na Rua da Madalena dá-se inico também ao alinhamento e entrega dos terrenos da Rua da Padaria, Rua da Misericórdia e Rua de São Mamede. No final de 60 a maior parte das adjudicações dos terrenos estão concluídas e todas as novas ruas estão marcadas no terreno. No contexto da reconstrução da quadrícula da Baixa verifica-se que as adjudicações da área de estudo ocorrem depois da distribuição dos terrenos das Ruas Principais do Plano, mas são contemporâneas das adjudicações realizadas na Rua da Princesa e das Travessas.

Até ao final dos anos de 1760 o processo de reconstrução da área de estudo é na prática idêntico ao processo de reconstrução que está a decorrer na quadrícula da Baixa: há a implementação de um desenho previamente definido segundo um método estabelecido, mas o desenrolar do processo de reconstrução da área de estudo revela que este desenho, bem como a estrutura de divisão dos quarteirões em lotes, foram alterados progressivamente a partir dos anos de 1770 até à completa edificação do território.

As alterações ao desenho inicialmente traçado estarão relacionadas com a intervenção e poder económico dos proprietários a quem vão ser adjudicados terrenos na área em estudo equivalentes aos que possuíam em 1755. Estes proprietários, figuras importantes da sociedade da época como o Correio Mor do Reino, o Conde de Oeiras, futuro Marques de Pombal, ou mesmo negociantes como Pedro Rodrigues Ferreira e os irmãos Caldas, vão conseguir mexer na localização e configuração de terrenos já adjudicados e alterar o desenho traçado e já marcado no terreno por forma a beneficiar e/ou aumentar a área dos seus terrenos. Estas alterações são representadas pelas diversas plantas produzidas durante o período que durou a reconstrução da cidade.

A intervenção destes sujeitos vai ser responsável pelo desenho de novos quarteirões a norte da Rua de São Mamede. Cada um destes proprietários, depois de alterado o desenho inicialmente definido, acaba por ocupar inteiramente um quarteirão.

As alterações sucessivas ao desenho inicialmente proposto mostram como a implementação do desenho no terreno da área de estudo não foi rígida, mas muito flexível por forma a acolher os desejos dos proprietários dos terrenos a edificar. Mas mostram também como o desenho foi progressivamente, de alteração para alteração, ficando cada vez mais depurado, afastando-se da marcação de ruas pré-existentes e ficando cada vez mais regular, por forma a estabelecer quase que uma quadrícula à imagem da Baixa, o mais ortogonal possível tendo em conta o declive da área. Se de facto há a maleabilidade para acomodar a vontade dos proprietários, esse momento é aproveitado para redesenhar a área sempre seguindo os princípios de desenho do Plano.

As considerações elaboradas até aqui permitem dar resposta à questão levantada no início da investigação relativamente à hipótese de a solução de reconstrução para a área de estudo poder ter assentado no aproveitamento dos restos da cidade antiga e na articulação entre as práticas urbanísticas e edificatórias anteriores ao sismo e o novo Plano, ou seja, na dicotomia Tradição/Inovação. Verifica-se que, se por um lado a solução encontrada preserva as direcções dos eixos fundamentais e alguns edifícios de 1755, por outro lado, e provavelmente devido à destruição imposta pelo sismo, há a implementação de um novo desenho previamente traçado e a distribuição de novos terrenos seguindo criteriosamente as disposições do Plano de 1758. O novo desenho é de facto condicionado pelo passado, mas o processo de implantação do mesmo está indescutivelmente sob a autoridade da nova regulação e princípios do novo Plano. Note-se como até mesmo a liberdade que os proprietários tiveram para alterar a malha inicialmente traçada, o que num primeiro momento poderia sugerir um certo afastamento relativamente às imposições do Plano e uma aproximação à liberdade urbanística e edificatória pré-terramoto, foi claramente ordenada seguindo o princípio de desenho regular estabelecido para a nova cidade e aumentando o afastamento relativamente à malha antiga.

O processo de venda em hastas públicas dos terrenos ainda não edificados lançado pelo Decreto de Lei de 6 de Março de 1769 vem provocar a alteração da estrutura de divisão dos terrenos já adjudicados. Através deste processo de compra de terrenos, a estrutura de divisão dos quarteirões em lotes é reorganizada por homens de negócios que chegam à área de estudo para ali se estabelecerem a partir de 1780. A reorganização dos terrenos é realizada com o propósito de aumentar a área dos lotes tendo como objectivo a construção de edifícios com exigências programáticas associadas a um determinado estatuto social e a uma tipologia de ocupação particular – uma família por edifício.

A alteração na estrutura cadastral segue o sistema modular de fachadas estabelecido pelo Plano segundo o qual tinham sido traçados os lotes inicialmente adjudicados, o que mostra por um lado a rigidez e autoridade do Plano e por outro a sua flexibilidade para acomodar várias soluções de divisão dos quarteirões em lotes sem comprometer o objectivo final, a uniformidade e unidade das fachadas. É como se o Plano, mais concretamente o sistema de modular de fachadas responsável pelo traçado dos lotes, tivesse já sido traçado com o potencial de acomodar e dar lugar às novas tipologias habitacionais que começam a emergir no final de 1700. Com o redimensionamento dos terrenos há uma aproximação da imagem exterior dos edifícios à dimensão dos lotes. A fachada de um volume passa a corresponder a um só lote em vez de corresponder a vários lotes como era inicialmente. A correspondência entre a imagem que se quer dar da cidade, nova, uniforme e em certa medida monumental, e o que se passa por detrás das fachadas torna-se mais transparente, lotes grandes onde serão edificadas casas próprias de homens de negócio.

A relação entre a nova cidade e a cidade antiga reflectida na estrutura cadastral original parece ter servido unicamente para assegurar a reconstrução da cidade, pois as directrizes do Plano parecem ter sido traçadas logo de início por forma a criar um novo desenho urbano e um método de implementação do mesmo capaz de acomodar os novos modos de habitar que estariam subjacentes à nova cidade.

A própria edificação dos lotes redimensionados vem comprovar a eficiência e autoridade do Plano e mesmo as alterações no desenho das fachadas levadas a cabo depois de 1780 não passam de pequenas variações e repetições dos elementos arquitectónicos do Plano feitos dentro da sua lógica compositiva.

Conclui-se que o processo de reconstrução da área em estudo foi um processo complexo, dinâmico, com ajustes e alterações sucessivos, com uma forte intervenção dos proprietários dos terrenos, mas foi ao mesmo tempo um processo ordenado, onde as alterações ocorridas ao longo do tempo no desenho e na estrutura de divisão dos lotes seguiram as directrizes do Plano de 1758, o que é revelador da autoridade e eficácia do modo de fazer cidade delineado pelo Plano.

O processo de reconstrução da área de estudo põe assim em evidência a relação entre autoridade e rigidez do Plano e a flexibilidade e viabilidade do método de projecto criado para a conversão da cidade antiga em cidade nova, capaz de articular variáveis, intervenientes, exigências que ocorrem ao longo do tempo, de uma forma ordenada sem comprometer o bem comum, a unidade, uniformidade e boa forma da cidade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- **FONTES**

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 153, *Livro das Plantas das freguesias de Lisboa.* Disponivel em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909706.

Feitos Findos, Juizo da Inspecção dos Bairros, Livros do *Tombo*, Livros de *Adjudicação, Obrigação e Posse* e Livros *de Avaliações* do Bairro da Rua Nova e do Bairro do Limoeiro.

Feitos Findos, *Projecto de Lisboa Nova*.

Registos Notariais. *Livros de notas.*

BIBLIOTECA E ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Décima da Cidade, Livros de *Arruamentos* e Livros de *Prédios* da freguesia de Santa Maria Madalena e da freguesia de São Cristóvão e São Mamede.

- **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AIRES, Cristóvão (1910) *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no terramoto de 1755*, Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em http://purl.pt/848.

ALEGRIA, Joana (2008) *A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena*, Lisboa: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Almanaque de Lisboa para o ano de 1788, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1788.

ALMEIDA, Isabel, RAMALHO, Maria Teresa (2000) *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa. Sob a direcção de Filipe Folque*: 1856 - 1858, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ANDRADE, Ferreira de (1944) *A freguesia de S. Cristóvão, Subsídios para a história das suas ruas, palácios e igreja paroquial*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ANDRADE, Ferreira de (1944) *A freguesia de S. Tiago, Subsídios para a história as suas ruas, palácios e igreja paroquial*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ARAÚJO, Norberto de (1938) *Peregrinações em Lisboa*.

BARREIROS, Maria Helena (2004) ""Casas em cima de casas". Apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina", *Monumentos,* n.º 21, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, págs. 88-97.

BRITO J. Gomes de (1935) *Ruas de Lisboa*, Lisboa.

CALADO, Maria (1993) *Atlas de Lisboa. A Cidade no Espaço e no Tempo*, Lisboa: Contexto Editora.

CARITA, Helder, ARAÚJO Renata (coord.) (1998) *Universo Urbanístico Português. 1415-1822.* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses.

CARVALHO, Pinto de (1898), *Lisboa de Outros Tempos*, Lisboa.

CASTILHO, Júlio de (1889) *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, (versão consultada *Lisboa Antiga Bairros Orientais* 2ª edição, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1937).

CASTRO, João Baptista de (1763) *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, Tomo terceiro. Disponível em purl.pt/22133/3/.

CORREIA, José Eduardo Horta (1997) *Vila Real de Santo António - Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.

Correio Mercantil e Económico de Portugal que contém toda a qualidade de anúncios, 28 de Janeiro de 1794, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

COSTA, António Carvalho da (1706-1712) *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as notícias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem*…, Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, 3 vols. Disponível em http://purl.pt/434.

FRANÇA, José-Augusto (1965) *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (versão consultada *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 3ª edição revista e actualizada, Lisboa: Bertrand Editora, 1987).

FREIRE, Francisco José, (1758), *Memórias das Providências que se deram no Terramoto que padeceu a Corde de Lisboa no ano de 1755 ordenadas e oferecidas à Magestade Fidelissíma de El Rei D. José I Nosso Senhor por Amdor Patrício de Lisboa* [pseudónimo]. Disponível em http://purl.pt/6695/1/index.html#/5/html.

FREITAS, Joaquim Inácio de (comp.) (1819) *Colecção Cronológica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603. Que compreende o*

Reinado do Senhor D. José I até ao ano de 1761 inclusivamente. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.

GAGO, Catarina Wall (2007) *Habitação na Baixa Pombalina. Análise de Tipos e estudos de intervenções*, Lisboa: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

LEAL, Joana Cunha (2005) *Arquitectura Privada, Política e Factos Urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MACEDO, Luís Pastor de (1940) *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a história das vias públicas da cidade*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MACEDO, Luís Pastor de (1939) *A Rua das Canastras, Subsídios para a história das serventias públicas da freguesia da Sé de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MACEDO, Luís Pastor de (1931) *A Rua das Pedras Negras*, Lisboa: Miscelânea.

MACEDO, Luís Pastor de (1940) *Tempos que passaram um artista, uma rua e uma freguesia de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Beleza.

MACEDO, Luís Pastor de (193?) *O terremoto de 1755 na freguesia da Madalena*, Lisboa: Solução.

MASCARENHAS, Jorge (2004) *Sistemas de Construção V – O Edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa. Processo Evolutivo dos edifícios; inovações técnicas; sistema construtivo. Materiais Básicos* (3ª Parte): o vidro, Lisboa: Livros Horizonte.

MASCARENHAS, José Manuel de (2012) "O aqueduto romano de Olisipo: viabilidade ou utopia? Ensaio do traçado apoiado em modelação geográfica", *Revista Portuguesa de História,* nº 43, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, págs. 239-264.

MATOS, José Sarmento de (1994) *Uma casa na Lapa*, Lisboa: Quetzal Editores.

MENDONÇA, Joaquim José Moreira de (1758) *História Universal dos Terremotos que tem havido no mundo desde que há notícia, desde a sua criação até ao século presente*, Lisboa: António Vicente da Silva.

MENDONÇA, Isabel (2004), "Um Projecto de Vicenzo Mazzoneschi", M*onumentos,* n.º 21, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, págs. 98-107.

MOITA, Irisalva (1994) *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte.

MONTEIRO, Cláudio (2008) "Escrever direito por linhas rectas", *Lisboa 1758 O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, págs. 83-125.

MONTEIRO, Cláudio (2010) *Escrever direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanísticos na Baixa de Lisboa (1755-1833),* Lisboa: AAFDL.

MURTEIRA, Helena (1999) *Lisboa da Restauração às Luzes*, Lisboa: Editorial Presença.

OLIVEIRA, Mª Leonor Ferrão (2007) *Eugénio dos Santos e Carvalho, Arquitecto e Engenheiro Militar (1711-1760): Cultura e Prática de Arquitectura*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PEDREIRA, Jorge Miguel (1995) *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PEDREIRA, Jorge Miguel (1996) "Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)", *Análise Social,* vol. XXXI, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, págs. 355-379.

PINTO, Júlio da Silva (2005) *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

PORTUGAL, Fernando, MATOS, Alfredo de (1974) *Lisboa em 1758, Memórias Paroquias de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

RATTON, Jácome (1813) *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal durante o lapso de sessenta e três anos e meio alias de Maio de 1747 a Setembro de 1810 que residiu em Lisbo*a, (versão consultada *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa: Fenda Edições Lda., 1992).

REIS, Ana, SIMÕES, Maria, RODRIGUES, Susana. (2004) "A Décima da Cidade: contributo para a datação do edificado da Baixa", *Monumentos,* n.º 21, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, págs. 58-65.

RUDERS, Carl Israel (1805) *Portugisk Resa, beskrivfen i bref til vanner* (versão consultada *Viagem em Portugal, 1798-1802*, Lisboa, Biblioteca Nacional («Série Portugal e os Estrangeiros»), 1981).

ROSSA, Walter (1998) *Além da Baixa: Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

ROSSA, Walter (2004) "Do Plano da Baixa de 1755-1758 para a Baixa Chiado", *Monumentos*, n.º 21, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, págs. 22-43.

ROSSA, Walter (2008) "No 1º Plano", *Lisboa 1758 O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, págs. 25-82.

SANTANA, Francisco (recolha e índices*) Lisboa na segunda metade do século XVIII (plantas e descrições das suas freguesias),* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos (2000) *A Baixa Pombalina, Passado e Futuro,* Lisboa: Livros Horizonte.

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos (2012) *El Proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVIII*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Politécnica da Catalunha, Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território.

SILVA, António Delgado da (1830) *Collecção da Legislação Portguesa desde a última Compilação das Ordenações. Legislação de 1750 a 1762*, Lisboa: Tipografia Maigrense.

SILVA, Augusto Vieira da (1899) *A Cerca Moura de Lisboa*, (versão consultada *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987).

SILVA, Augusto Vieira da (1900) *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, (versão consultada *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987).

SILVA, Augusto Vieira da (1960) *Dispersos Volume II*, (versão consultada *Dispersos Volume II*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1985).

SILVA, Augusto Vieira da (1943) *As freguesias de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1950) *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal. Disponível em http://purl.pt/27804/3/#/1.

SILVA, Raquel Henriques (2008) "Lisboa Reconstruída e Ampliada (1758-1903)", *Lisboa 1758 O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, págs. 127-167.

SILVA, Raquel Henriques (1997) *Lisboa Romântica Urbanismo e Arquitectura, 1777 – 1874*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de (1914) *Ideia Geral do megassismo de 1755 em Portugal*, Lisboa: Topografia do Comércio.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de (1909) *Efeitos do terramoto de 1755 nas construções de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional.

TOSTÕES, Ana; ROSSA, Walter (coord.) (2008) *Lisboa 1758. O Plano da Baixa Hoje,* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

VIEGAS, Inês Morais (coord.) (1999) *Cartulário Pombalino. Colecção de 70 Prospectos (1758 - 1846),* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ANEXOS

ANEXO 1

Mapa da Rua da Madalena

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

Lotes adjudicados					Arrematações	Data de edificação Proprietário
Data	Proprietário	Tombo	Área antiga (p. sp)	Área nova (p. sp)		
1765	Irm. Stª Mª Egipciana	Rua das Pedras Negras	1047,42	2081,25		1772 Policarpo José Machado
1767	Matias Lourenço de Araujo	Rua dos Mercadores	3998,75	4178,25		1768 Matias L. de Araújo
1768	Damião Silva Mascarenhas	Largo Conde São Vicente	1800	1800		1787 Manuel Cardoso de Castro
1768	Matias Lourenço de Araujo	Rua das Pedras Negras	2336	2336		
1768	Juizo do Tombo dos Bens dos Ausentes Confiscados	Beco dos Namorados	5543	4452,75	1784 - Arrematado por Manoel Cardoso de Castro (18.56p+31.14p+24p)	1787 Rafael Lopes
1768	Juizo do Tombo dos Bens dos Ausentes Confiscados	Rua das Pedras Negras	1640	2315,25	1785 - Arrematado por Rafael Lopes (40.51p+18.49p)	
1771	Gregório da Silva Azevedo	Rua das Pedras Negras	2784	3150		1817 Quintela
1765	Diogo Xavier de Melo Cogominho	Rua dos Mercadores	1503	1852.50	1793 - Antº José Silva Freire / 1800 - Arrematado por João Roque Jorge	
1769	Religiosos do Carmo	Rua das Manilhas, Rua das Carneçarias, Trv. da Conceição antiga	4999,49	4200		1817 Quintela
sem dados						1803 Paulo Jorge
Sem dados. Informação retirada do *Prospecto da Rua da Madalena, entre Travessa da Conceição e antigo Largo do Ximenes* (176-) e da cartografia da cidade						1827 Joaquim Adrião Pereira
1767	Antª Francª Andradre e Mª Josefa de Barros	Rua das Pedras Negras	1617,89	2287,5		1767 Congregação N. Srª da Doutrina
1765	Congregação de Nª Sª da Doutrina cita na Igreja de São Roque	Rua da Ferraria, Rua da Padaria, Rua da Correaria, Rua dos Mercadores	3427,25	5268,75		1804 Irmãos Pedreira
1767	Irmãos Mesa da Misericórdia	Rua do Principe	1610	2212,5	1783 - Arrematado por Anselmo da Cruz Sobral	1804 Irmãos Pedreira
1765	Irm. S. Luis Rei de França	Rua dos Armazéns	1698,62	1950		
1767	Franª Mª da Silveira viúva de Frutuoso Lopes	Rua do Arco de Dona Teresa	3729,37	3168,75	1773 - José S. Palo Melo e Castro	
1773	José de São Paio Melo e Castro	Rua da Correaria	2692,50	4218,75		
1768	Cong. Oratório S. Filipe Neri	Rua das Pedras Negras	2149,87	3450		

Rua da Conceição

1761	Conde de Soure	Trav. da Conceição Velha que é dos Freires da Ordem de Cristo	5422	5976.56
1766	Conde de Soure	R. Ourives Prata, S. João P. Fotea	739.50	1082.81
1761	Irmãos da Misericórdia de Lisboa	Rua da Confeitaria	669	1757.81

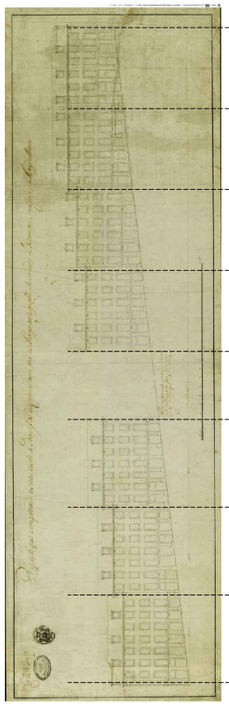
Rua de São Julião

1765	Dez. José Pª de Moura	Rua dos Ourives da Prata	5809,37	5625
1764	Herds Domingos da Costa e Josefa Maria	Rua Nova dos Ferros	3436	3164,06

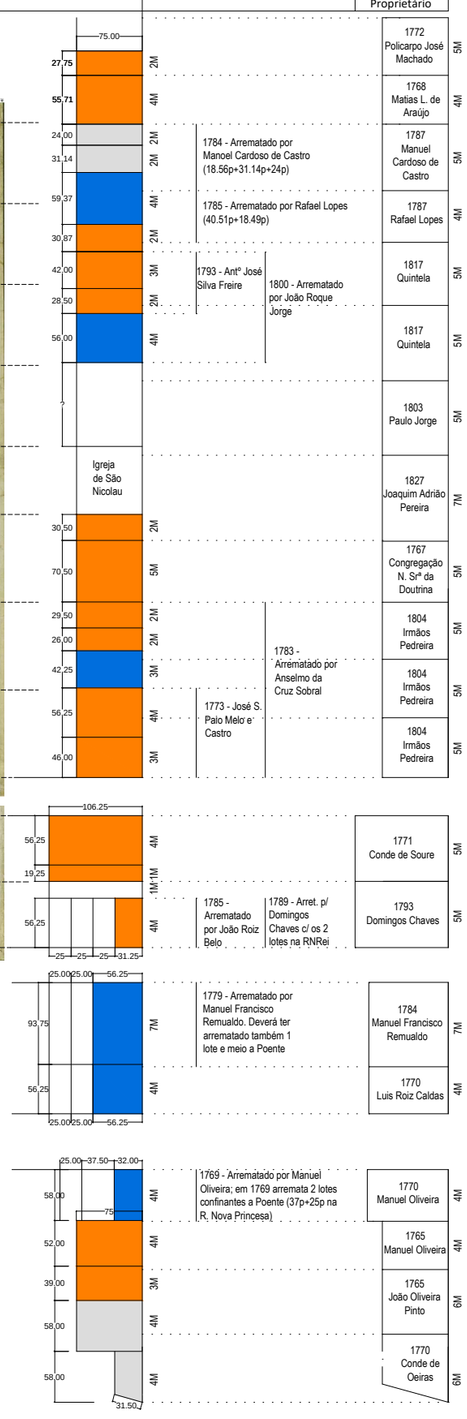
Rua Nova d'El Rei

1763	Dom Tomás da Silveira Albuquerque Mexia	Beco do Tronco, Rua da Fancaria	1970	1856
1764	Manoel de Oliveira	Rua da Confeitaria, Rua dos Carapuceiros	2957,25	3900
1764	João Oliveira Pinto	Rua da Portagem	1540	2925
1765	Senado da Câmara Esta djudicação compreende ainda terreno na Rua da Alfândega e Rua da Princesa. Não Compra nem vende porque se compensa com outros terrenos.	Rua do Principe, Rua dos Ourives da Prata, Chafariz dos Cavalos, Casa das carnes, Rua da Confeitaria	4171 7174	4350 8932

Rua Nova da Alfândega







Data de edificação Proprietário	Arrematações	Lotes adjudicados
1765 João Rodrigues Caldas		
1768 Domingos Vilas Boas		
1791 Domingos Vilas Boas	179? - Brigida Teresa herdeira de Vilas Boas	
1789 João Roiz Caldas	1788 - Arrematado por João Roiz Caldas (42.33p)	
1787 João Gillardi	1785 - Arrematado por João Gillardi (70p)	
1791 João Roiz Caldas		
1817 Gregório B. Miguéis		
1767 Antº Borges		
Carqueijo		
João de Almada		

Área nova (p. sp)	Área antiga (p. sp)	Tombo	Proprietário	Data
40059	30864.62	Largo do Conde de São Vicente	João Rodrigues Caldas	1765

Rua de São Mamede

5465,99	4989,12	Rua da Costa, Largo chamado do Conde de S. Vicente	Domingos Vilas Boas	1765
1485	1703,48	Rua da Confeitaria, Rua das Carneçarias	Mesa Irm. St. Sacr. Freg. Stª Mª Madalena	1766
2602,92	2667	Beco de Nª Sª Conceição à Correaria, Rua Pedras Negras	Luis Antunes Alves	1765

1765 - Rua de entremeio que ainda está por abrir que segue para Nascente

5075,05	4461,81	Beco de N. Sª da Conceição, Rua das Pedras Negras, Travessa dos Latoeiros	1766 - Ignácia Mª Caetano de Abreu	1766
sem dados				

Rua do Grão Prior/ Rua das Pedras Negras

7528.32 *	17145	Rua das Pedras Negras	João de Almada	1769
2227,5	1852,62	Rua das Pedras Negras	António Borges de Carvalho	1765
*Incluida na área da propriedade acima			João de Almada	1767

Travessa do Almada/Travessa das Pedras Negras

Propriedade de João de Almada que resistiu ao sismo

Largo da Igreja da Madalena

2281,12	3375	Rua dos Ourives da Prata	Irmandade do Sant. da freg. Stª Mª Madalena	1766
2753,9	2150	Rua da Portagem, Rua das Carneçarias	Irmandade do Sant. da freg. Stª Mª Madalena	1766
1741,2	896	Rua das Carneçarias	Custódio Barbosa de Araújo	1765
4668,43	4422.93	Rua D. Julianes, Rua Carneçarias; Rua D. Mafalda	Condeça de Óbidos	1766

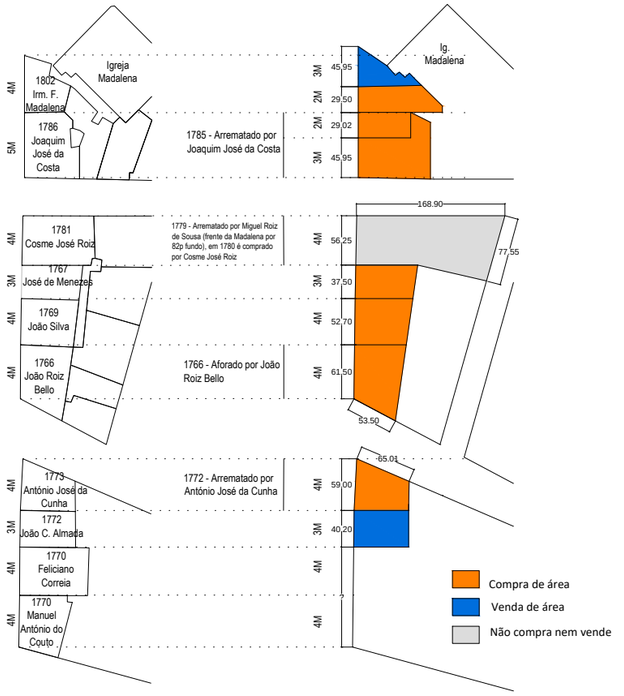
Rua de São Julião

10663,21	17157,95	Rua de D. Julianes, Rua das Carneçarias; Rua de D. Mafalda	Condeça de Óbidos (mesma adjudicação de cima)	1766
2434,87	2255	Beco do Gaspar das Naus, Rua das Carneçarias	Dom José de Menezes da Silveira e Castro	1765
3174,32	2480	Rua da Fancaria vindo da Portagem	Francisco Pires Monção	1765
3920	2350,5	Rua da Fancaria, Rua das Carneçarias	Filipe de Moura Alarcão Mascarenhas	1764

Rua Nova d'El Rei/Rua do comércio

2045,4	1722,1	Rua dos Fornos, Rua Portagem	Dez. Joaquim Gerardo Texª	1767
1708,05	2060,25	Rua do Principe	João Correia Almada	1766
sem dados				

Rua da Misericórdia da parte de Baixo/Rua Nova da Alfandega



PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

ANEXO 2

Mapa da Rua da Padaria

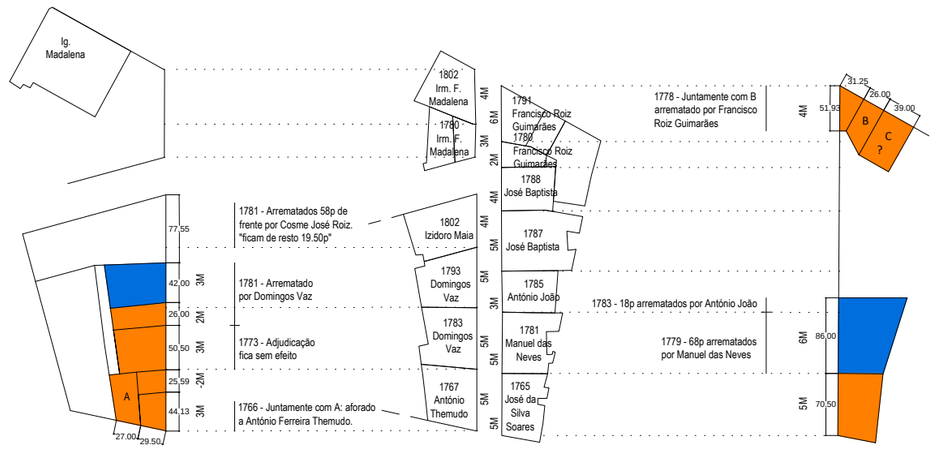
PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

Lotes adjudicados			Arrematações	Data de edificação Proprietário
		?		

Rua de São Julião

1766	Condeça de Óbidos (mesma adjudicação de cima)	Rua de D. Julianes, Rua das Carneçarias; Rua de D. Mafalda	17157,95	10663,21
1765	Conde de Povolide	Rua da Padaria	2651.25	2509.50
1764	Silvestre de Almeida	Rua da Padaria	973.125	1846.03
1764	Irm. Sant. Sacr. Freg. Sta. Justa e Luis Lopes Silva	Rua da Padaria; Rua de S. João vindo do Poço da Fotea	2261.50	3111.91
1766	António Pereira Themudo			
1765	Visconde de Mesquitela	Rua da Fancaria	1000	1176.91
A 1764	Dona Catarina Pilar de Mendonça	Rua da Fancaria	855	1800.75

Rua de Cima da Mesericórdia/Rua dos Bacalhoeiros



Data de edificação Proprietário	Arrematações	Lotes adjudicados		
C 1769	Padres Cónegos da Basilica Stª Mª	R. Arco Nª Sª Consolação; Rua q. ia da Madalena para a Basílica	1152	1508.12
B 1769	Mauricio José de Campos	Rua Arco de Nª Sª Consolação	1152	1508.12

Rua Nova da Sé

1767	José Alvares de Mira	Rua do Arco de Nª Sª Consolação	672	1622.83
?				
1766	Congregação Sr. Jesus dos Perdões da Ig.Sta. Mª Madalena	Rua de Dona Mafalda; Rua do Hospital dos Palmeiros	6390	5551.30
1763	José da Silva Soares	Rua da Padaria - Chão da antiga Igreja S. Sebastião da Padaria	3167.50	3630.50

Compra de área

Venda de área

Não compra nem vende

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

ANEXO 3

Quadro de adjudicações de terrenos na Rua da Madalena

QUADRO DE ADJUDICAÇÕES DE TERRENOS NA RUA DA MADALENA (Registos dos Livros de Adjudicação obrigação e posse do Bairro do Limoeiro e Bairro da Rua Nova)

Ficheiro	Data	Proprietário	Palmos frente	Notas	Localização Terreno novo	Cálculo da área a adjudicar	Terreno antigo	
Lado esquerdo da Rua da Madalena								
BL f.20, doc43	1765	Irmandade Stª Mª Egipciana	26		Rua da Madalena lado Poente	Chão antigo = 1047,42p sp, sai com frente de 13,96p. Adjudicam-se 27,75p por 75p fundo. Devem comprar 13,01p. Em 1800 foi pago à Irmandade o valor do terreno? Não diz por quem.	T 121v nº326, de frente para a Rua das Pedras Negras e Calçada do Corpus Cristi, a Norte João Pedro Soares	
BRN f.22v, Doc.127	6/2/1767	Matias Lourenço de Araujo	55,71		"na Rua da Madalena no lado da parte do Poente quase defronte das casas de João Rodrigues Caldas e Rua de São Mamede"	Chão antigo = 3998,75p sp, sai com frente de 53,31px75p fundo. Adjudicam-se 55,71px75p fundo. Compra 2,47px75 = 185,25p sp.	T 333 nº3 propriedade dos Herdeiros de Manoel Teixeira de Carvalho "lado direito da rua dos Mercadores indo da Conceição Velha que estava a parte do Nascente. A Nascente partiam com casas da Irmandade das Almas da Conceição Velha, a Poente com as casas dos mesmo herdeiros lançadas no Tombo 333 nº4 do mesmo lado da rua com 3 andares de sobrado (a anterior também). As duas propriedades compradas por MLA a seguir ai sismo.	MLA pede que lhe sejam adjudicados os 2 chãos unidos na rua da Madalena "defronte de Domingos Vilas Boas por só naquele sitio poder edificar para seu comodo", deram-lhe posse na "nova rua da Madalena defronte da entrada da rua de São Mamede dos 2 terrenos que antes lhe pertenciam na rua dos Mercadores".
BL f.32, doc.67	1768	D. Damião Botelho da Silva Meneses Mascarenha	28,5	11/12/1784 - Pertencem os 24 palmos de frente a Manuel José Cardoso de Castro pelos arrematar livres sem encargo algum 8$000 o palmo. Paga 24 palmos que são 192 mil reis. F. 124 livro 66. A frente adjudicada inicialmente era de 28,5p.	"na Rua nova da Madalena"	Chão antigo = 1800p sp, sai com frente de 24p por fundo de 75p. Adjudica-se 28,50. Compra 4,50p.	T 118v e 119 nº318 D. Fernando Botelho da Silva Teles proprietário de "umas casas na antiga Rua do Largo chamado do Conde de S. Vicente para as Pedras Negras lado direito. Com frente também para o "beco chamado dos namorados", ao Norte Ricardo António, a Poente Francisco Xavier Teles. Pertencem os ditos terrenos ao Damião Mascarenhas "por obito de seu irmão D. Fernando Botelho da Silva Mascarenhas por ser único herdeiro e administrador dos morgados que lhe pertencem".	
BL f.28v, doc.60	1768	Matias Lourenço de Araujo	31,14	11/12/1784 - Pertence a Manuel José Cardoso de Castro por o arrematar livre sem encargo algum 31,14 palmos a 8 mil reis palmo, total de 249 120 mil réis, f124 livro 66	na Rua Nova da Madalena	Chão antigo = 2336p sp, sai com frente de 31,14p por 75p fundo que é o que se adjudica. Não vende nem compra palmos.	T 120 nº322 propriedade de Luis da Motta Feio Torres na rua das Pedras Negras " medeando pelo Sul com a propriedade de João Pedro Luduvici, em 66 palmos por 3 lados continuados, terminado pelo Poente com parede das casas de João Pedro Soares", vendido a Matias Lourenço de Araujo no ano anterior (1767).	
BRN f.298, doc.176	25/10/1768	Juizo do Tombo dos Bens dos Ausentes Confiscados	59,37	1771 - Inspecção do Limoeiro comprou palmos para adjudicar (isto percebe-se mal). 11/12/1784: 19,14p pertencem a Manoel Cardoso de Castro com seu fundo de 75p, arrematados sem encargos a 8 mil reis o palmo, pagou com mais chãos descrito no livro 66 folha 124 . É emendado para 18,86p. 20/4/1785: Resto do terreno - 40,51 palmos, pertence a Rafael José Lopes. paga 8 mil reis o palmo importam 324,80, f.10 livro 67	lado do Poente da Rua da Madalena para cima do chão da Igreja de São Nicolau	Chão antigo = 5543p sp, sai com frente de 73,90px75p fundo. Adjudicam-se 59,37p x75fundo. Vende 14,53px75p= 1089,75p sp.	T 363 e 364 "lado esquerdo da rua das Pedras Negras entrando nela pela parte da igreja de Sta. Mª Madalena umas casas descritas debaixo do nº1 que se seguiam às de João de Almada que ficaram livres do incêndio que se seguiu ao terramoto do dito dia, e não constou quem era dono delas". Parece que tinham sido do Marquês de Rodes? e por falecimento deste ficaram para a fazenda real. "para a parte do Poente fazia um recanto por detras das casas que se seguiam", com dois andares de sobrado.	
BL f.36, doc75	1768	Juizo do Tombo dos Bens dos Ausentes Confiscados	30,87	20/4/1785 - Rafael José Lopes arremata 18,49p a 8 mil reis o palmo. Paga 147$920. f.10 L67. Não se menciona os restantes.	"3º quarteirão vindo da rua nova del Rei no lado Poente da rua da Madalena acima do terreno da Igreja de São Nicolau mistico ao outro chão que lhe foi adjudicado pela Inspecção do Bairro da Rua Nova que tinha sido do Marquês de Rodes"	Chão antigo = 1640p sp, sai com frente de 21,87px75fundo. Adjudicam-se 30,87px75p fundo. Compra 9px75p = 675p sp.	T 120 e 121 nº5? "lado direito do Beco dos Namorados freguesia de São Mamede às Pedras Negras (...) por cabeça da Vicondessa del Fresno abzente deste Reino, pelo Poente os herdeiros de João Pedro Soares, pelo Norte João Pedro Luduvici, com loja e dois sobrados	
BRN f.296v, doc.173	1771, portaria de 1766	Gregório da Silva Azevedo	42	1793 Antº José Silva Freire; Agosto de 1800 - João Roque Jorge, pelo arrematante não ter edificado; 1817 foi pago o valor deste chão 127$872 por Frac. Alb. Aze Melo? Não se percebe bem nome.	lado Poente da Rua da Madalena entrando pela Praça Comércio e nova Alfândega	Chão antigo = 2784sp, sai com frente de 37,12p x75p fundo. Adjudicam-se 42px75p. Compra 4,88px75 = 366,30sp.	T364, nº7 lado esquerdo da Rua das Pedras Negras vindo dos Ourives da Prata "com serventia para a Trv. Das Pedras Negras chamada na medição do Tombo Rua de Quebra Costas"	
BRN f.75, doc20	23/10/1765	Diogo Xavier de Melo Cogominho	28,5	1793 Antº José Silva Freire; Agosto de 1800 - Arrematado por João Roque Jorge" pela 1ª arrematação não ter edificado". Pagou vários chãos.	Rua da Madalena no lado da parte do Poente na 2ª morada do 2º corpo passado a Igreja de São Nicolau	Chão antigo = 1503p sp, sai com frente de 23,10p. Adjudicam-se 28,50p x65p fundo. Compra 5,40px65p = 351p sp. E deve comprar mais 10p no fundo x 38,50 = 286p sp.	T 336 nº13 "lado direito da Rua dos Mercadores entrando nela pela parte da Igreja da Conceição dos Freires da Ordem de Crsito que se acha a parte do Nascente"	Cogominho pede que "lhe mande fazer adjudicação em uma das Novas Ruas para poder reedificar as ditas casas em benificio e subsistencia do seu morgado a que são vinculadas com encargo de missas"; pode "ser acomodado na Rua da Princesa ou na da Madalena onde melhor se puder acomodar"
BRN f.156v, doc 67 e f.279, doc156	14/2/1769	Prior e Religiosos do Carmo	56	Agosto de 1800 João Roque Jorge	4º quarteirão da Rua da Madalena vindo da nova Alfandega no lado Poente	Chão antigo = 4999,49p sp, sai com frente de 59,99px75p fundo. Adjudicam-se 56px75p. Vende 3,99px75p = 299,25p sp.	T 48, nº1 Rua das Manilhas entrando pela Rua dos Fornos que estava a parte do Poente, a Poente casas da Rua dos Fornos, a Nascente casas dos mesno Convento; T 49,nº? Lado direito da dita rua, adjacente às casas de Pedro Troiano na Rua dos Ourives do Ouro; T 226, nº5 lado esquerdo da Rua das Carneçarias entrando pela Fancaria e Pelourinho que partiam pelo Sul com casas das Freiras de Sta Apolónia e pelo Norte com Casas do Conde de Óbidos; T 272, nº3 lado esquerdo da Trv. da Conceição antiga vindo da Rua dos Ourives da Prata de que estava a parte do Nascente, com loja e um andar do Capitão Baptista Melo e 3 andares superiores do convento. Frente para o Beco da Sardinha.	detalhes de divisão entre os dois propriatérios originais ver notas
Igreja de São Nicolau (estudos 1758, planta da freguesia de 1770 e prospecto da rua da Madalena)								
BRN f.229, doc.130	10/3/1767	Antª Francº Andrade e Mª Josefa de Barros	30,5		"se lhe adjudicam agora para complemento da nova planta da cidade na dita rua da Madalena no lado do Poente junto das casas da Congregação de Nª Sª da Doutrina a parte do Norte"	Chão antigo 31,50p frente por 51,33p fundo. Área 1617,89p sup / 75p fundo = 21,55p frente. Adjudicam-se 30,50p frente c/75p fundo Deve comprar 8,95p x 75p fundo = 671,25p sup.	T 366 nº1 João Baptista irmão de sua mulher era possuidor antes do sismo no "lado direito da rua das Pedras Negras entrando nela pela parte da Igreja da Madalena", foreiras à Basilica de Sta. Maria, com um lado de frente para a rua do Arco de Dona Teresa	

BRN f.101, doc.25	6/7/1765	Congregação de Nª Sª da Doutrina cita na Igreja de São Roque	70,25		se adjudica todas as ditas propriedades unidas em uma no 4º quarteirão no lado da parte do Poente da dita rua da Madalena vindo de baixo da rua da Misericórdia para o Borratém	Soma dos chãos antigos = 3427,25p sup / 65 "que é o que tem agora a propriedade que se adjudica", sai com frente de 52,72p. Adjudicam-se 65,50p. Deve comprar 12,28p x 65 = 798,20p sup. Deve ter mais 10p de fundo em todo o comprimento da frente para se fazer o sagão, vem 10p x 65,50 = 650p sup "que é a área de um rectangulo", "e se fez comprar algum terreno nesta adjudicação em razão de se ressarsir de algum modo a redução que se faz nos antigos terrenos passando as frentes para servirem para os fundos" (!!). A Doutrina pede ainda no mesmo termo que se lhe junte terreno da Rua da Carneçarias adjudicado na Rua da Princesa àqueles. O pedido parece aceite, mas mais à frente falam outra vez só de 6 terreno unidos e os palmos adjudicados não são emendados, por isso parece que não foi tido em conta. Nota de Outubro de 1765: É necessário comprar mais 4,75p de fente para a execução da planta com o mesmo fundo de 65. Compra ainda 10p no fundo x 4,75 = 47,50p sup.	T 96, nº3 "lado direito do Beco ou Rua da Ferraria vindo da Rua dos Fornos que ficava a parte do Norte", a Nascente partiam com casas de Miguel Pereira, a Poente Dona Mª Luisa; T 239, 4º "lado esquerdo da Rua da Padaria entrando nela pelo Sul, faziam recanto que metia por detrás das casas que se seguiam ao Dez. Agostinho Novaes Campos; T 255, nº6º "lado esquerdo da Rua da Correaria entrando pela parte da Igreja da Madalena; T 258 nº15 "lado esquerdo da dita Rua da Correaria", segundo o Tombo teria uma loja de José da Silva Pessanha "de que não pode constar a sua medição pela deformidade do sitio com o entulho"; T 266 nº12 mesmo lado esquerdo da Rua da Correaria vindo da Igreja da Madalena; T 335 nº9 "lado direito da Rua dos Mercadores entrando nela pela parte da Ig. Nª Sª Conceição dos Freires da Ordem de Cristo que estava a parte do Nascente".	
BRN f.193, doc.93	28/7/1767	Irmãos da Mesa da Misericórdia	29,5	1783 - Anselmo José da Cruz Sobral	"4º quarteirão do lado Poente da dita rua da Madalena entrando nela pela parte da Nova Alfandega (...) fica partindo pelo Norte com a Congregação de Nª S ª da Doutrina"	Chão antigo = 1610p sup, sai com frente de 21,46p. Adjudica-se 29,50p frente x 75p fundo. Deve comprar 8,04p frente x 75p = 603p sup.	T 280 nº5 lado direito da rua do Principe vindo da Misericórdia, ultima do dito lado, com frente também para o Pelourinho, na parte do Nascente confina com casas da Irm. Sant. Madalena. "e não constou os andares que tinham q eram os q pertenciam à dita Misericórdia, e que as lojas pela parte do pelourinho eram de Amaro Rodrigues e pela parte da Rua do Príncipe se disse era do Senado da Câmara, e não pode constar a medição delas pela disformidade do sitio com o entulho e depois a requerimento da Miz. declarou por um termo o dito A. Rodrigues que as lojas e 3 andares que lhe pertenciam por aforamento que tinha feito à Miz. de que desitiu a favor dela pelo mesmo termo ficando consolidado o dominio util como directo (...) pertencer o sito chão à Miz".	A loja pela prte da rua do Principe era do Senado da Câmara " e este estava compensado pelos chãos das lojas que tinha para aquele sitio, e que para se devassar por causa deles toda a propriedade ficava a Miz prejudicada, e os supl. replicaram visto estar o S. Câmara compensado se lhe desse por esmola o pequeno chão que lhe pertencia das ditas lojas por ser a Miz coisa pia"
BRN doc136	18/8/1767	Franª Mª da Silveira viúva de Frutuoso Lopes	42,25	1783 - Anselmo José da Cruz Sobral	4º quarteirão do lado Poente da Rua da Madalena vindo da Misericórdia	Chão antigo = 3729,37p sp, sai com frente de 49,72p x 75p fundo. Adjudicam-se 42,25p x 75fundo. Vende 7,47px75 = 560,25p sp.	T373, nº1 "lado direito da Rua do Arco de Dona Teresa entrando pela pelas Pedras Negras" foreira à Irm. Ig. Nª Sª Conceição Freires da Ordem de Cristo	
BRN f.73, doc18	22/6/1765	Irmandade São Luis Rei de França	26	1783 - Anselmo José da Cruz Sobral	4º quarteirão do lado Poente da Rua da Madalena vindo da Misericórdia	Chão antigo = 1698,62p sup, sai com frente de 22,64p. Adjudicam-se26px75p fundo. Compra 3,36px75 = 252p sup	T373, nº3 "lado esquerdo da Rua dos Armazéns entrando nela pela Rua Direita das Pedras Negras que estava a parte do Poente". A Poente e Nascente partiam com casas de Luis Francº Pimentel	Pede para ter em conta chão na Rua dos Ourives da Prata. Não é tido em conta por "estar devassado assim por não ter extensão necessária para nele se edificar como por ser comum a diferentes donos". No entanto se for necessário comprar palmos na frente da nova adjudicação deverá ser tido em conta o produto do chão dos Ourives da Prata.
BRN f.275, doc.152 e doc 178 f.299. A f.308v e 309f de 1780 têm assinatura do auto anterior, porque faltava.	1773	José de São Paio Melo e Castro como pai legitimo de Luis de Albuquerque M. Furtado	56,25	f. 308v e 309f onde se assina posse tem nota de 29/3/1783: Pertence este chão a Anselmo da Cruz Sobral pelo arrematar sem encargos na forma do real de deceto de Março de 1769.	"se lhe adjudicou na forma da nova regulação na frente da dita rua nova da Madalena do lado do Poente unido ao chão referido comprado aos P. Cong. Oratório que faz esquina à Travessa da Conceição"	Área antiga = 2692,50 ps, sai com frente de 35,90p, com 75p de fundo. Adjudica-se 56,25p frente com 75p fundo. Deve comprar 20,30p frente com 75p fundo, deve comprar 1421p sup. Há aqui um erro ou gralha? 20,30x75 não é 1421, mas sim 1522,50. 1421 resulta da multiplicação por 70p de fundo.	T 257 nº10 de Paulo Ferreira - lado esquerdo da antiga rua da Correaria vindo da parte da Ig. Madalena; T257 nº13 de Pedro José Gonçalves "que vendia .... a palminho"; T258 nº16 de Pedro de Almeida da Fonseca lado esquerdo damesma rua; T 263 nº1? de Josefa Maria viúva de Eusébio Nogueira no lado direito da dita rua vindo da mesma Igreja; e mais quatro propriedades que se drecrevem com Tombo e nº: Tudo foreiro a Luís de Albuquerque. Os proprietários desisitiram dos prazos das ditas propriedades a favor directo do senhorio. O suplicante pede que lhe adjudiquem aqueles terrenos "na rua da Madalena unido a outro que tinha comprado aos Padres da Cong. Oratório "para edificar uma propriedades nobre na forma da regulação".	O suplicante pede que lhe adjudiquem aqueles terrenos na rua da Madalena unido a outro q tinha comprado aos Padres da Cong. Oratório "para edificar uma propriedades nobre na forma da regulação".
BL f.29v, doc62	1768	Congregação do Oratório S. Filipe Neri	46	1772 - Todo o chão pertence a João de São Paio e Melo e Castro administrador do filho Luis de Albuquerque pelo comprar à Congregação. 1783: Pertence todo o chão a Anselmo José da Cruz por o arrematar livre e sem encargos.	rua da Madalena da parte do Poente e "de fundo pela travessa da Conceição"	Área antiga = 2149,87p sup, sai com frente de 29,26p, com fundo de 75p. Adjudica-se 46p frente na Rua da Madalena com fundo de 75p para a Trav. Conceição. Deve comprar 16,74p frente x 75p = 1255,50p sup.	T 120v propriedade do P. João Pedro Luduvici "na antiga rua das Pedras Negras com frente de 46,5p, medeando pelo norte com casas dos Herdeiros de António Feio com 73p por 3 lados continuados, e pelo poente com casas de João Pedro Soares em 27p, terminando pelo sul com a propriedades dos bens confiscados". Qdo o padre morreu foi herdado pela congregação.	
Travessa da Conceição								
BRN f. 106 doc 31	24/10/1761	Conde de Soure	56,25	Em 1966 na f.111, doc35 são acrescentados mais 19 palmos e 25 centesimos pelo fundo da Madalena "para ficar por ela com maior fundo".	"2ª morada do 5º quarteirão do lado direito a dita rua da Conceição vindo da parte do Poente e rua Nova do Almada".	Área antiga = 5422p sup, sai com frente de 96,39p. Adjudica-se 106,25p frente na Rua da Conceição com fundo de 56,25p. Deve comprar 9,86p x 56,25 = 554,62p sup.	T 271 nº 1 lado esquerdo da Trav. da Conceição Velha que é dos Freires da Ordem de Cristo entrando nela pela parte do Nascente e rua dos Ourives da Prata	assinam o Oficial Carlos Mardel Coronel de Infantaria com exercicio de Engenheiro e Alexandra José Montanha praticante de Engenheiro da Academia Militar das Fortificações
BRN f.111 doc35	30/1/1766	Conde de Soure	19,25		a juntar à adjudicação a cima	Pede mais palmos na rua da Madalena "por lhe ser preciso na forma da regulação ter mais fundo na dita rua (...) porque pedindo os prospectos para a reedificação do dito terreno a este se lhe fazia preciso maior número de palmos na dita rua da Madalena para onde o suplicante ambém faz frente". Juntava à petição uma "regulação" assinada pelo Cap. Alexandre José Montanha que dizia que era "preciso comprar mais terreno na dita frente da R. Madalena para fazer mais uma janela na forma do prospecto mandado observar, o qual terreno era para chegar até à Pilastra a onde morria o pavimento Livel do corpo desde a Travessa até à dita Pilastra". Assim deve comprar 19,25p frente x 56,25 fundo = 1082,81p sup. "ficando a frente para a R. Madalena com 75p que era o comprimento até à Pilastra não se podendo adjudicar os ditos 19,25p a outro algum proprietário por fazer só uma janela"	O acrescento do termo f.111 é feito em compensação de uma "moradinha de casas pequenas" que teve na rua dos Ourives da Prata que se acha desocupada" descritas no T253 nº9, com 260p sup / 56,25p fundo = "davam só de frente 4,62". Era também dono de umas casas na R. S. João ao Poço da Fotea "que importava só 8,52p x 56,25 fundo" descritas no T297 nº 8. Os dois terrenos eram 739,25p sp "tudo fazia 13,14p de frente os quais abatidos dos ditos 19,25p ficava somente devendo 6,11p x 56,25p = 343,68p sup que deve comprar. Frente da rua da Madalena fica com 75,50p.	Esta 2ª adjudicação "entra por parte do chão que na mesma rua está ocupando Pedro Francisco Nogueira com casas que fez depois do terramoto"

BRN f. 83v (não tenho doc)	10/4/1761	Irmãos da Misericórdia de Lisboa	31,25	30/5/1789 Pertence a Domingos Gonçalves Chaves pelo arrematar sem encargo algum por João Roiz Belo que o tinha arrematado não edificar no termo legal	é a quinta morada do quinto quarteirão do lado esquerdo da dita Rua de São Julião entrando nela pela Rua Nova do Almada e ultima do dito quarteirão. Não é referido, mas tem fundo para a Rua da Madalena	Chão antigo: 669p sup, sai com frente de 11,89p, deve ter 31,,25p de frente por 56,25p fundo, deve comprar 189p sup.	T171 n18 lado direito da Rua da Confeitaria entrando pelo Nascente e Pelourinho Vleho, pela parte do Nascente partiam com o Arco dos Barretes e pelo Poente com casas que se diz serem da Irm St. Sacramento freg. S. Julião. Tinha 22,25p frente por 29,75 fundo as lojas, os andares superiores com maior fundo pela sacada que faziam sobre colunas sobre chão do público, não se atendeu a eles.	assinam o Oficial Carlos Mardel Coronel de Infantaria com exercicio de Engenheiro e Alexandra José Montanha praticante de Engenheiro da Academia Militar das Fortificações
BRN f.83 (não tenho doc)	10/4/1761	Filipe Tavares da Congregação do Oratório	25	30/5/1789 Pertence a Domingos Gonçalves Chaves pelo arrematar sem encargo algum por João Roiz Belo que o tinha arrematado não edificar no termo legal	é a quarta morada do quinto quarteirão do lado esquerdo da dita Rua de São Julião entrando nela pela Rua Nova do Almada com duas janelas na dita frente	Chão antigo: 777p sup, sai com 13,81p, adjudica-se 25px56,25p na frente da Rua de S. Julião, compra 11,19p	T167 n6 lado direito da Rua da Confeitaria entrando pelo Nascente e pelo Pelourinho Velho, tinha 21p frente e o mesmo a parte de trás. As lojas tinham mais fundo bem como os 3 andares superiores que não se atendeu por estarem sobre chão público	assinam o Oficial Carlos Mardel Coronel de Infantaria com exercicio de Engenheiro e Alexandra José Montanha praticante de Engenheiro da Academia Militar das Fortificações
BRN f. 82v (não tenho doc)	18/5/1762	Simão Nunes Rangel	25	23/5/ 1785 Pertence a João Roiz Belo por o rematar livre sem encargos; 30/7/1789 Pertence a Domingos Gonçalves Chaves pelo rematar livre sem encargos por não ter edificado João Roiz Belo no termo legal (Com Contracto de obra na tese de Doutoramento de R. Henriques da Silva); 15/3/1788 Por precatoria foi pago a Joaquim Inacio Rangel 87$815 do valor do chão supra declarado como conta dos autos do pagamento em nome de Simão Nunes Rangel	é a terceira morada do quinto quarteirão do lado esquerdo da dita Rua de São Julião entrando nela pela parte do Poente com duas janelas na dita frente	Chão antigo: 760 ps, sai com frente de 13,51p e deve ter 25p de frente e 56,25p fundo, compra 11,49p, deve comprar mais para o saguão comum para onde há-de desaguar 234,37p sup,	T168 n10 lado direito da Rua da Confeitaria entrando nela pela parte do Nacente e largo do Pelourinho Velho tinha 20p de frente e 38p fundo à loja e suposto que os andares superiores tinham maior fundo pela sacada que faziam na frente sobre colunas, se não atende a isso por a dita sacada sobre chão público.	assina o Oficial Carlos Mardel Coronel de Infantaria com exercicio de Engenheiro
BRN f.82 (não tenho doc)	1761	Duque do Cadaval	25	Nota 10/1767: desiste do chão pois se lhe adjudicou unido a outro na Rua dos Sapateiros e ficou vago. Não é referido nada sobre o Domingos Chaves, mas este lote faz parte do terreno do edifício que edifica registado na Décima em 1793.	é a segunda morada do quinto quarteirão do lado esquerdo da dita Rua de São Julião entrando nela pela parte do Poente com duas janelas na dita frente	chão novo: 25p frente x 56,25 fundo + saguão, 2 janelas na dita frente.		
Travessa de São Julião								
BRN, 186v, doc 86	7/1/1765	Dez. José Pª de Moura	93,75	Em 1779 terreno é arrematado por Manuel Francisco Remualdo livre e s/ encargos. São arrematados 93,75p frente por 60p de fundo e não 56,25p como referido em 1765 (desta diferença resulta que não haja nada a vender) São arrematados por 10 mil reis o palmo, tendo pagado 937$500.	"2ª morada do 2º quarteirão do lado esquerdo da R. Madalena entrando nela pela parte da nova Alfandega que se anda fazendo (...) de frente e de fundo para a Trav. S-Julião".	Área antiga = 5809,375p sup. Adjudica-se 93,75p frente, 56,25p fundo Tv. S. Julião, e para o saguão geral 351,5625 p sup. Tudo dá uma área de 5625p sup a adjudicar. Sobejam 184,375p sup / 56,25p = 3,2775p lineares, que é o q vende. (não diz que sai com frente nenhuma, mas se fizermos contas dá o mesmo: sai com frente de 103,277p - frente adjudicada de 93,75 - saguão 6,25p = 3,277 que deve vender). Em 1779 terreno é arrematado por Manuel Francisco Remualdo livre e s/ encargos. São arrematados 93,75p frente por 60p de fundo e não 56,25p como referido em 1765 (desta diferença resulta que não haja nada a vender) São arrematados por 10 mil reis o palmo, tendo pagado 937$500.	T 252 nº6 lado esquerdo da R. Ourives Prata entrando nela pela parte do Sul; fundo Sul entesta com casinhas de Manoel Pereira; com vão e armazém para a rua da Gibitaria; a Norte dá com Ermida de N.ª S.ª da Assunção;	Tinha-lhe já sido adjudicado terreno em 1761 termo f. 95 na 1ª morada do 4º Q lado esquerdo R. B. Rainha entrando pela P. Comércio "porque se não havia alinhado a dita rua com presteza e lhe adjudicou em lugar daquele sitio outro de igual medição em a RB Rainha (...) porém como a sobredita rua antigamente dos Ourives da Prata se achava ao presente alinhada para nela se edificarem as casas pretendia o suplicante edificar no seu antigo solo o qual se não achava ainda dado a outrem disistindo para esse efeito do que se lhe adjudicara na R B Rainha como se tinha praticado em semelhantes circunstâncias". O Dez. Insp. decidiu "que se lhe adjudicasse outro equivalente na R Madalena no lugar mais próximo ao antigo solo das casas do suplicante".
BRN f. 31v, doc 6	18/08/1764	Herds Domingos da Costa e Josefa Maria	56,25		"terceira morada e última do 5º quarteirão do lado esquerdo da dita rua Nova del Rei entrando nela pela parte do Poente"; "com angulo"; com frente para a rua Nova del Rei e para a R. Madalena;	"e sendo regulada a área do dito chão no ano de 1760 pelo Cap. Eng. Eugénio dos Santos de Carvalho a cujo cargo estava a dita planta achou importar 3436p sup e sair com frente de 61,08p. Adjudicam-se 56,25p para a dita RNRei" e o mesmo para a Rua da Madalena. Deve vender 4,83p x 56,25 = 271,68 sup (está escrito 221,68p sup).	T157 nº20 lado esquerdo da rua Nova dos Ferros onde estava parte do Sul entrando nela pela parte Poente partindo pela parte do Poente com casas do Conde de Vila Flor e Nascente com o Beco da Chamica.	e sendo regulada a área do dito chão no ano de 1760 pelo Cap. Eng. Eugénio dos Santos de Carvalho a cujo cargo estava a dita planta"
Rua Nova d'El Rei								
BRN, 126v doc.49	24/10/1763	Dom Tomás da Silveira Albuquerque Mexia	58	13/8/1769 - Manoel de Oliveira, arrematado livre s/ encargos por "20$000 o palmo por não ter edificado nele D. Tomás da Silveira". Deve pagar ao todo 32p x 20 = 640$000, dos quais 538$0500 deve pagar ao Tomás Silveira e o resto 101$950 deve pagar à Inspecção pelo melhoramento do chão do Beco do Tronco. livro 135, f. 54 do livro 31	"última morada do 5º quarteirão lado direito da rua Nova del Rei vindo do Poente e Largo da antiga Patriarcal e faz duas frentes uma para a dita rua e outra para a da Madalena". É pedido "se lhe adjudicassem ao suplicante os ditos dois terrenos na Rua Nova d'El Rei em que há algum tempo foi Fancaria"	Área antiga dos 2 terrenos = 1970p sup, sai com frente de 33,96p. Adjudica-se 32p na RNRei e 58p na RMadalena. Sobejam 1,96p lineares x 58p = 103,68p sup que deve vender "e esta venda é do chão do Beco do Tronco".	T101 nº1 "lado esquerdo do Beco do Tronco entrando nele pela rua dos Fornos a parte do Sul que eram as segundas do dito Beco", Sul - Simão dos Santos que fazia frente para a rua dos Fornos, "lojas com 2 andares de sobrado como se via dos vestigios (...) com escada ao meio com dois moradores de cada parte"; T216 nº4 "lado direito da rua da Fancaria entrando nela pela parte do Poente e Pelourinho e faziam também frente para a rua da Portagem"	Suplicante fez petição a dizer que "pertendia se lhe assinasse lugar em que se lhe desse os ditos chãos em que pudesse fazer a reedificação das ditas propriedades", o Dez. justificou o requerimento do suplicante "muito principalmente querendo reedificar em que tanto se interessava o público, porém como nem a rua dos Fornos nem a Fancaria estavam alinhadas nem os seus terrenos adjudicados se fazia preciso que o Coronel Carlos Mardel ou em seu lugar o Ten. Alexande José Montanha em cujo poder paravam os prospectos da cidade informasse sobre o deduzido na suplica ou lhe assinasse terreno para edificar que sem esta circunstância estava o supl in...ado e à vista da dita informação mandou o Ex. Arcb. informar com seu parecer o dito Coronel Carlos Mardel e por falecer e suceder em seu lugar o dito Marechal D.Miguel Angelo de Blasco informou que não podia haver embaraço na entrega e adjudicação dos chãos referidos em sitio que lhe pudesse correponder o seu valor, e como cada um deles separado era deminuto para reedificar se podicam unir em um só terreno para compreender maior área superficial como se tinha praticado, e se podiam adjudicar em a Rua Bela Princesa a onde houver comodidade e havendo consideração em avaliação do mesmo terreno o melhoramento que recebe do sitio como manda sua Magestade na lei 12/5/1758". O Suplicante faz nova petição a pedir que lhe seja adjudicado na Rua Madadela porque "as casas da Fancaria não só tinham frente para ela mas também para a Portagem como se via do Termo de medição, e a R Bela Princesa era metida para dentro sendo o antigo sitio pelas ditas ruas confrontadas de melhor reputação ficando de outra forma o Morgado prejudicado". Foi-lhe adjudicado na Rua Madalena "uma só propriedade com declaração e união dos palmos que pertencem à propriedade que estava no dito sitio e dos que pertencem à propriedadde do Beco Tronco, e quanto a este se avaliasse o valor do melhoramento que recebe em vir para o dito sitio para com o dito valor que o supl. pagar se compensar aos interesssados por não ser justo que o supl. se utilize em prejuizo deles com a dita melhoria de sitio que não tinha".

BRN f.87, doc21	1761	Dez. António de São Paio Cogominho Vasconcelos	37,5	13/8/1769 - arrematado por Manoel de Oliveira	"5º quarteirão do lado direito da Rua Nova d'El Rei" " vindo do Poente na 1ª morada". Suplicante pede terreno "que se acha por adjudicar entre a propriedade da Doutrina e o chão que foi dado a Dom Tomás da Silveira"	Chão antigo: 1799,7ps, sai com frente de 31,03p. Adjudica-se 37,50 com 58p fundo, deve comprar 6,47p.	T212, nº4 frente no largo do Pelourinho Velho, a Nascente Beco do Espera-me rapaz, quatro andares e sobrado.	assinam o Oficial Carlos Mardel Coronel de Infantaria com exercicio de Engenheiro e Alexandra José Montanha praticante de Engenheiro da Academia Militar das Fortificações
BRN f.132, doc52	16/01/1764	Manoel de Oliveira (por comprar dois chãos que foram de Domingos Dias dos Santos)	52		"no sitio da rua novamente chamada da Madalena", "na dita rua da Madalena no 1º quarteirão do lado esquerdo vindo da rua da Misericórdia para o Poço do Borratém", "na rua da Madalena no mesmo quarteirão onde foi adjudicado o chão de Dom Tomás da Silveira"	chãos antigos: Chão Confeitaria 1013p sup, chão Carapuceiros 1844,37p sup, total 2857,37p sup, sai com frente de 38,09p. Adjudica-se 52p frente x 75 fundo = 3900p sup. Deve comprar 13,91p x 75 = 1043,25p sup. "o referido inspector determinou verbalmente que se fizesse a referida adjudicação com declaração de se avaliar o melhoramento que o dito suplicante comprador recebe no sitio em que se lhe faz referente ao em que eram os ditos chãos para com o dito valor se compensar aos mais interessados a que se não der chãos pela pequenez das suas frentes, e da mesma sorte os quecompra". Logo a seguir ao termo vem Apostila emendando a área dos chãos antigos que importa em 2957,25p sup. 3900 - 2957,25 = 942,75p sup que correspondem a 12,57p lineares que é o que deve comprar. Palmos comprados no livro de Avaliações f. 132V em 14/7/1768	T166 nº4 "lado direito da rua da Confeitaria entrando nela pela parte do Nascente e Pelourinho Velho", loja, sobreloja e supostos ... andares, foreiras a Simão Nunes Rangel, "e se lhe queimaram as ditas no incendio que se seguiu ao terramoto", a Nascente Antº de Moura Borralho, a Poente Irm. Sant. Sacr. freg. S. José; T339 nº2 ldo direito da R. dos Carapuceiros entrando nela pelo Norte e rua dos Mercadores	Trata-se se uma petição feita pelos sobrinhos de Domingos Santos dizendo que ao tio falecido tinha sido adjudicada em vida a 3ª morada do 5º quarteirão do lado esquerdo da R. S. Julião vindo da R. Nova do Almada como consta no termo deste livro 78, de que tomou posse mas não reedificou em vida. Pedem para lhe ser adjudicado noutro local uma vez que aquele sitio era pequeno e o tio tinha outro terreno na rua dos Capuceiros. Pedem que "se lhe adjudiquem juntos em outra rua competente por ser um e outro sitio de boa reputação e próximos ao terreiro do Paço para entrarem logo a reedificar as ditas casas na forma das reais ordens de sua Magestade. (...) por ser prejudicial faze-las desunidas". Assinaram termo de desistencia em 26 Nov. 1763 e "depois venderam os ditos herdeiros os ditos chãos ao dito Manoel de Oliveira" a 9/12/1763. A escritura tinha declarado que os novos chãos seriam na Rua da Madalena. O Manoel Oliveira requereu depois por petição mostrando escritura que lhe dessem posse dos ditos chãos tranferidos. O ministro mandou informar "que os ditos herdeiros venderam o que não tinham na Rua da Madalena por não terem ainda nela posse e adjudicação e que deviam fazer emenda nos lugares onde os ditos chãos eram citos, e como estava a pagar a sisa devia o procurador deles fazer na nota a declaração ao que o dito ministro mandou satisfazer, e o dito procurador satisfez fazendo uma escritura de declaração na nota do mesmo Tabelião, Rosendo Perez em 17/12/1762 declarando lhe vendia os ditos chãos nos ditos lugares onde eram citos" e foi deferido e feitas as medidas dos lugares e atribuido terreno equivalente.
BRN f. 134, doc. 56	16/01/1764	João Oliveira Pinto	39		"na rua chamada da Madalena que vai pelo sitio chamado da Portagem Velha (...) na frente da dita rua da Madalena no 1º quarteirão do lado esquerdo vindo de baixo da Misericórida para o Poço do Borratem"	Chão antigo 1940p sup, sai com frente de 25,86p por 75p fundo. Adjudica-se 39p frente. Deve comprar 13,14p x 75p = 985,50p sup. Logo a seguir vem Apostila onde suplicante requer emenda da área do chão antigo. Reclama mais 9 palmos de varanda sobre alpendorada, bem como que "se lhe atendesse a ter a sua propriedade angulo de cunhal que se lhe não seu no terreno adudicado". Não se atendeu ao pedido. Os 9 palmos "não pertenciam ao suplicante por serem de área superior a outra que pertencia ao público conforme se tinha praticado em casos semelhantes"; e ainda "não havia "naquela devisão mais que dois angulos, um pertencia directamente a D. Tomás Silveira por ter a sua propriedade ambém cunhal na rua Direita e outro da parte da Pr. Comércio que pertencia a quem se adjudicasse aquele terreno, sendo que na mesma extensão havia antigamente outros cunhais, e agora se lhe não podiam formar mais que dois e estes pertenciam àqueles proprietários de melhor situação e não ao suplicante pois o cunhal que formava a sua propriedade era para um Bequinho sem saida e indigno por ser muito imundo". Recalculou-se área: Chão antigo 1540p sup sai com frente de 20,53p e 1/3 de centesimo, deve comprar 18,46p e 2/3 de centesimo. Vai comprar mais do que inicialmente comprava, antes de recalcularem área!	T217 nº2 "lado direito da rua da Portagem entrando nela pela parte do Norte e Padaria (...) e fazia um lado do Beco do Inferno com que prtiam, e suposto que os andares superiores tinham mais 9 palmos de fundo pela alpendorada que sacavam na frente, se não atendeu a eles por ser a dita sacada sobre chão do público"	Suplicante reclama mais 9 palmos de varanda sobre alpendorada, bem como que "se lhe atendesse a ter a sua propriedade angulo de cunhal que se lhe não seu no terreno adudicado". Não se atendeu ao pedido. Os 9 palmos "não pertenciam ao suplicante por serem de área superior a outra que pertencia ao público conforme se tinha praticado em casos semelhantes"; e ainda "não havia "naquela devisão mais que dois angulos, um pertencia directamente a D. Tomás Silveira por ter a sua propriedade ambém cunhal na rua Direita e outro da parte da Pr. Comércio que pertencia a quem se adjudicasse aquele terreno, sendo que na mesma extensão havia antigamente outros cunhais, e agora se lhe não podiam formar mais que dois e estes pertenciam àqueles proprietários de melhor situação e não ao suplicante pois o cunhal que formava a sua propriedade era para um Bequinho sem saida e indigno por ser muito imundo". Recalculou-se área: Chão antigo 1540p sup sai com frente de 20,53p e 1/3 de centesimo, deve comprar 18,46p e 2/3 de centesimo. Vai comprar mais do que
BRN f.181v, doc.79	18/3/1765	Senado da Câmara	58+58		"na rua da Madalena em a frente da nova Alfandega que se anda fazendo no sitio que era das Louceiras do Terreiro do Paço hoje Praça do Comércio e na rua da Princesa", "1ª propriedade da rua da Madalena lado esquerdo", confronta com João Oliveira Pinto, "na rua da Princesa desde o fim do fundo da propriedade do cunhal que faz frente para a nova alfandega e a propriedade da Congregação de Nª Sª da Doutrina"	Chãos antigos: Chão Casa das Carnes = 1000p sup + Chão à entrada da Confeitaria = 3171p sup = 4171 / 75 fundo = 55,61p frente, adjudicam-se 58p frente na RMadalena x 75p fundo. Deve comprar 2,39p "os quais são compensados no chão do Xafariz dos Cavalos (...) e não fica desta parte devendo nada". Este terreno confronta a Norte com João Oliveira Pinto.; Chão Rua Principe = 7174p sup. Ajudicam-se 8932p sup que são 154p frente com 58p fundo divididos em 5 propriedades, a 1ª faz cunhal à RMadalena com 31,5p frente e fundo/frente 58p RMadalena "até tocar no chão acima adjudicado ao memso Senado", 2ª 26p frente, 3ª 39p frente, 4ª 26p frente, 5ª e última faz cunhal à RPrincesa com 31,5p frente, todas com fundo 58p. 8932 - 7174 = 1768p sup que são 30,48p frente que não compra porque são compensados com o chão do Xaf. Cavalos. Chão Xafariz Cavalos = 2607,50p sup / 56,25 sai com frente de 46,35p abatidos dos 2,39p e dos 30,48 sai com 13,48p q se adjudicam na R Princeza Nascente. Chão ROurives Prata = 2863p sup / 56,25p = 50,89p + 13,48p = 64,37p. Adjudica-se 102,50p na RPrincesa em 4 propriedades cada uma com 25,625p frente com fundo 56,25p. Deve comprar 102,50 - 64,37 = 38,13p, mas acaba por não comprar porque pede para que estes sejam compensados com outras propriedade dispersas que tinha mas que não constam do Tombo por que estão entulhadas. O pedido é deferido pois "estas excediam muito os 38,13p que pretendia em compensação". O Senado juntava mapa com propriedades assinaladas.	refere-se uma série de propriedades foreiras ao Senado na rua do Principe, Confeitaria, Ourives da Prata, o Chafariz dos Cavalos e casa das carnes que tinham adjudicadas equivalente na R. Bela da Rainha e São Juliao e agora são adjudicadas na rua da Madalena. Ver notas com nº tombos. Suplicante pede para "mudar o dito chão para o sitio em que antigamente era que hoje é fronteiro à nova Alfandega que se anda fazendo"	fala num mapa; pedem para "mudar o dito chão para o sitio em que antigamente era que hoje é fronteiro à nova Alfandega que se anda fazendo"
Lado direito								
BL f.18v, doc.40	1765	Domingos Vilas Boas	72,55		"na rua Nova da Madalena", com frentes para a rua da Madalena, para a "praça da mesma Rua" e para a rua de São Mamede.	Área antiga = 4989,12p sup, segundo divisão sai com área de 4849,59p sup, que compreende frente de 72,55p na rua da Madalena, frente de 48,60p na praça da mesma rua, 46,10p na rua S. Mamede, de fundo pelo lado Sul 55p, lado oposto à frente da Rua Madalena 15,50p e fundo pelo lado Poente 37p. Vende 139,50p. sp. Em 1767 termo 34 doc 71, pela portaria de Setembro de 1766, são adjudicados mais 13,40p na Rua S.Mamede parte direita x 46p fundo a 8 mil réis o palmo o que dá 104$000 L.19 Avaliações f.2 em 1767 diz 8 mil reis o palmo e faz 105$050, em nota diz "por descontar o seu por cento depositou somente 104$000. Fica com frente de 59,50p na Rua S. Mamede.	T117, nº314 propriedade de Diogo Gomes Peixoto antes do sismo e vendida a Vilas Boas pela filha do Peixoto, uma propriedade de casas na rua da Costa, partiam pelo Sul com casas de Paulo da Rocha, medeavam com casas da Madre Augustinha da Encarnação, pelo lado Norte partiam com Rodrigo Ximenes e terminavam pelo Poente com Domingos Vilas Boas; T 117, nº315 de Diogo Gomes, na mesma rua, pelo Nascente o Diogo, pelo Norte Ximenes, pelo Poente José do Prado; T122v nº 327 propriedade de Lopo de Barros forada a Vilas Boas depois do sismo, "no largo chamado do Conde de S. Vicente, com frente para a rua das Pedras Negras e para a rua da Costa, medeando pelo Nascente com casas do Morgado de Pantojas e pelo Sul com herdeiros de José do Prado	

BRN f.218, doc.120	1766	Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Stª Mª Madalena	27		"sexto quarteirão do lado Nascente da dita Rua da Madalena vindo da Rua Nova del Rei"	Área antiga = 1703,48p sup, sai com frente de 30,97p. Adjudicam-se 27p frente x 55p fundo. Deve vender 3,97p.	T 169 nº11 lado direito da rua da Confeitaria entrando pela bando do Pelourinho. A Nascente Simão Nunes Rangel e a Pooente Duque de Cadaval; T226 nº10? Lado esquerdo da rua das Carneçarias entrando pelo Pelourinho e rua da Fancaria, tinham sido declaradas no Tombo como pertencentes ao Conde de Óbidos, mas foi erro. Pelo Sul partiam com casas dos Padres do Carmo Norte Rua de Dona Mafalda "e faziam um lado dela". Não se atendeu a sacada sobre chão público nas contagens.	Tinha-lhe sido adjudicado na Trv. Da Conceição "e se não pode fazer nela por não haver chão para isso se mandou fazer na dita rua da Madalena"
BRN f.220v	1765, por portaria de 23/1/1765	Luis Antunes Alves	31,31	1797 - Pertence a Brigida Teresa como herdeira de Domingos Vilas Boas pelo arrematar livre sem encargos 1784.75p sp.	"6º quarteirão lado direito da Rua da Madalena vindo da Rua da Misericórdia (...) e no lado oposto à dita rua de entremeiro que ainda está por abrir"	Área antiga = 2667p sup, adjudicam-se 2602,92p sup, frente Rua da Madalena 31,31p, e de fundo pela rua que há-de ir por entre elas para a parte Nascente que se lhe fica a parte Sul 46,50p, pela parte Norte 39p, e no lado oposto à frente da dita Rua da Madalena 49p, e no lado oposto à dita Rua de entremeio que ainda está por abrir 34p, deve vender 64,08p sp que lhe sobejam das ditas medidas, e deve comprar para o saguão que há-de ter a dita propriedade 150p sp que compreende 25 de comprido por 6 de largo"	T301 nº2 "lado esquedo do Beco de Nª Sª Conceição à Correaria entrado nele pela parte da mesma rua; T365 nº6 "lado esquerdo da Rua direita das Pedras Negras entrando nela pela parte da Igreja da Madalena as quais tinham um brazão que dizia =São Braz= "; T364 a 365 nº5 no lado esquerdo da dita rua "que se disse serem dos herdeiros de José Pacheco (Padrasto do Luis), pelo Nascente faziam um lado do Beco de Nª Sª Conceição. Todas unidas a um prazo foreiro à Comenda de São Bráz de Malta. Continua a explicar e refere vários nomes. Pelos vistos fazia tudo parte da mesam propriedade foreira à Comenda de São Braz de Malta. Foi declarada ser só uma propriedade com 12 varas e 3 palmos pela Rua das Pedras Negras	
rua de entremeiro que ainda está por abrir								
BRN f.222, doc.122	1766	Ignácia Mª Caetano de Abreu	112,33	Em 20/9/1785 "pertence do chão contido neste termo a João Gillardi 70 palmos de frente com o seu fundo por se compreender com outros mais na arrematação que deles fez livre sem encargo algum"; Em 28/1/1788 "Pertence o resto do chão contido neste termo a João Roiz Caldas pelo arrematar livre sem encargo algum", são 42,33 palmos com seu fundo. Nota do lado esquerdo não se le bem diz em 1785 "D. Bri..."	"sexto quarteirão no lado da parte do Nascente da dita Rua da Madalena vindo da rua Nova da Misericórdia", "pela frente da dita rua da Madalena (...) e de fundo pela rua que há-de ir por entre a dita propriedade para a parte do Nascente que ainda está por abrir (...) e deve ter mais no dito lado por formar um angulo reentrante".	Área antiga = 4461,81p sp. Adjudicam-se 5075.05p sp. 112p na frente da Rua da Madalena, "fundo pela rua que há-de ir por entre a dita propriedade para a parte do Nascente que ainda está por abrir" 87,22p, lado Sul 50p, lado oposto à Rua da Madalena 40,50p, "e deve ter mais no dito lado por formar um angulo reentrante" 20p. Compra 713,24ps.	T 300 nº2 de José Pacheco (marido da Ignácia), lado direito do Beco de N. Sª da Conceição entrando nela pela rua da Correaria "na frente de tras que intestava com o Beco do João das Armas para onde tinham também serventia"; T364 nº4 "lado esquerdo da Rua das Pedras Negras vindo da dos Ourives da Prata que eram conjuntas com as casas do dito Beco acima referido, as quais tinham um padrão que dizia = Alcobaça=" (foreiras ao Mosteiro de Alcobaça); T307 nº1 "lado direito da Travessa dos Latoeiros entrando nela pela Rua da Correaria (...) e faziam um lado da dita Travessa", foreira à Basilica de Sta. Mª.	
?								
Rua de Grão Prior								
BRN f. 280, doc158	1769	João de Almada e Melo	72		Rua da Madalena	A área do chão antigo recontada tendo em conta terrenos antigos que não tinham sido tidos em conta no Tombo. São 7528,32ps. O terreno adjudicado a Sul de António Borges é o adjudicado na adjudicação de 1767 descrita abaixo f.235, são 9676,70ps-7528,32ps=2148,38ps que deve comprar mais 451,25ps para o saguão. A Norte de António Borges adjudicam-se-lhe 9617ps que deve comprar: pela frente da Rua de São Crispim 45p, pela rua que se anda abrindo chamada de Grão Prior 260p, pela Rua da Madalena 72p, e de fundo 50p como se manifestava na planta que se juntava, e foi avaliado cada palmo de frente com 50 de fundo 5000 reis o que importou 260px5000= 1 conto e 300 mil réis. Desconta-se o 1%.	T366	tinha mais terreno que se lhe não tinha incluido na dita medição [do Tombo] como se via de uma planta que apresentava e dos vestígios do dito sitio como averiguou o dito Sarg. Mor Eng. José Monteiro de Carvalho a quem mandou informar o Exmo. Arc. Regedor pedindo mais no dito requerimento se lhe adjudicasse pelo seu justo valor os mais terrenos que lhe não pertencem acima a parte da Rua da Madalena em que se acham umas casas feitas de diferente dono [são as casa do Borges], e a parte da nova rua que se anda abrindo chamada de Grão Prior sem embaraço das ditas casas que essas poderia haver por compra, para asssim ficar com um plano regular sobre si por todos os lados daquelas ruas".
BRN f. 47, doc 13	16/10/1765	António Borges de Carvalho	40,5		"quinto quarteirão do lado direito da rua da Madalena vindo da Praça do Comércio para o Poço do Borratém"	Chão antigo = 1852,62p sup. / 55p fundo sai com 33,68p frente. Adjudicam-se 40,50pm frente. Deve comprar 6,82p x 55 = 375,10p sup. Chão antigo tinha 56 de fundo.	T36 nº 7 "lado direito da rua das Pedras Negras entrando pela parte da Igreja de S. Mª Madalena (...) na segunda morada do quarteirão"	"terreno equivalente ao que antes possuiam"
BRN f. 235, doc132	1767, portaria de 19/15/1766	João de Almada e Melo	32,5	1769 Ficou sem efeito esta adjudicação por se fazer outra constante da f.280 (ver acima).	"primeira morada do quinto quarteirão do lado da parte do Nascente da dita Rua da Madalena vindo da praça do Comércio e nova Alfandega"	Chão antigo = 6904,12ps, deve-se adjudicar 9676,70ps, frente da Rua da Madalena 32,50p, fundo da parte do Norte 42,30p, de frente na Travessa do Almada 179p, fundo pela frente da Rua de São Crispim 58,75p, e no lado que corre do Nascente para Pornte oposto à diat Travessa do Almada 55p, e o outro do Norte ao Sul oposto à Rua de S. Crispim 9p, e mais 103p opostos à Tv. Almada. Deve comprar 2772,48ps e mais para o saguão 451,25sp	T 366 nº3, dois chãos contados como um no lado direito da Rua das Pedras Negras entrando nela pela parte da Igreja da Madalena, a Nascente um lado para o Arco do Carangueijo, e a Poente um lado para a Rua dos Armazéns, com quatro andares de sobrado. Casas incendiadas.	"se lhe devia adjudicar a sua área na Rua Nova da Madalena que era onde lhe pertencia"
Travessa das Pedras Negras								
	1749	Propriedade de João de Almada que resistiu ao simo						
Largo da Madalena								
BRN f.215, doc.114	19/8/1766	Meza da Irmandade do Santissimo da freguesia de Santa Mª Madalena	45,95		Tinha-lhe sido adjudicado terreno na "5ª morada do 3º quarteirão do lado direito da rua Bela da Rainha entrando pela Pr. Comécio" pelo termo 86. Neste termo 215 vêm pedir para mudar adjudicação para terreno ao pé da Igreja para serventia da Igreja. Desistiram do terreno na rua B. Rainha e tomaram posse do ao pé da Igeja "no 3º quarteirão lado direito vindo da p. Comércio e rua da Misericórdia na propriedade última do mesmo quarteirão que se ia partindo com a dita Igreja".	Chão antigo = 3375p sup. Tinha-se adjudicado na RBRainha com 65p frente e 58p de fundo. Acrescentaram-se depois 4,5p e para preencher compraram 10,5p. Tomaram posse pelo Termo 86. No termo 215 pedem para mudar para ao pé da Igreja: São adjudicados 2281,12p sup, frente de 45,95p, fundo pelo lado do Sul 78p e pelo lado do Norte por onde parte com a dita igreja 40p e no lado oposto à frente 54p, "e ficam subjando 1093,88p sup que divididos pelo fundo médio sai com frente de 18,54p, e destes abatidos 603,90p sup que se lhe adjudicam e unem ao chão contido no termo que se segue [216] na volta deste e fica partindo com esta propriedade, ficam somente vendendo 489,98p sup que dividido pelo fundo médio de ambas as propriedades unidas sai com frente de 6,46p que tanto devem somente vender e assim ficam inteiramente satisfeitos e compensados de toda a área da dita propriedade da R. Ourives do Ouro".	T250 nº15 "lado direito da rua dos Ourives da Prata vindo do Terreiro do Paço" confrontava pelo Norte com a Igreja da Madalena. O Sul com os herdeiros de Domingos da Costa.	No termo 215 fazem petição "sendo possuidores da dita propriedade de casa pegadas com a dita Igreja da qual propriedade davam serventia à dita e uma casa a onde o revendo prior e mais beneficiados faziam as suas residencias e um pátio que servia de cemitério para enterrar os pobres que morriam na dita freguesia como poderia informar o Cap. José Monteiro que fora ao dito sitio examinar o referido e como já se dera posse da dita Igreja com recomendação que logo reedificassem a dita igreja e como os suplicantes tinham já tomado posse do dito vão juntamente com outro que tinham ao Pelourinho cuja posse tomaram na certeza que a Igreja não ficava no dito sitio e como agora se mandava reedificar a Igreja se não podia pegar na obra sem lhe adjudicarem o dito vão para as ditas serventias à Igreja como dantes tinham pedindo a sua Ex. informada o referido lhe fizesse merce mandar adjudicar os ditos 2 vãos ao pé da Igreja cujo requerimento se achava em poder de sua Ex. a tempo para se reedificar a dita Igreja".

f.216, doc116	1766	Meza da Irmandade do Santissimo da freguesia de Santa Mª Madalena	29,5		"penúltima propriedade do 3º quarteirão do lado direito da rua da Madalena vindo da P. Comércio e rua da Misericórdia junto da última propriedade do mesmo quarteirão que se lhe foi adjudicado no termo retro"	Chão antigo = 2150p sup. Adjudicaram-se 2753,90psup. Frente R. Madalena 29,50p, fundo da parte do Sul 111,60p, fundo parte do Norte 78p, lado oposto à frente 44p. Deve comprar 603,90p sup / fundo médio = 6,37p frente "os quais se tiraram da propriedade constante do termo retro da maior quantia que nele vendiam, e assim compram a si mesmos e não ficam devendo nada desta adjudicação e ficam ambas as propriedades unidas com o que toca a casa uma delas".	T220 nº5 "lado direito da Rua da Portagem vindo do Terreiro do Paço (...) constavam de quatro andares de sobrado e partiam pelo Sul com casas de Ventura da Costa e outros e pelo Norte com casas da Misericórdia; 227 nº1 "lado esquerdo da rua das Carneçarias entrandp nela pela parte do Pelourinhoi e rua da Fancaria antiga (...) partiam pelo Sul com casas que foram de João Rodrigues de Moura que tinham a frente na Rua da Fancaria em que uma loja era da dita Irmandade e pelo Norte com as casas que se disse serem dos herdeiros de Domingos Vaz"	
BRN f.34, doc.10 e PLN	26/08/1765	Custódio Barbosa de Araújo	29,02	1785 - arrematado livre sem encargos por Joaquim José da Costa.	"adjudicasse e desse posse ao suplicante na dita rua da Madalena do terreno equivamente ao que antes tinha na rua das Carneçarias (...) na frente da dita rua da Madalena no 3º quarteirão da parte do Nascente principiando a contar da parte da nova Alfandega".	Chão antigo = 896p sup / 50p fundo "que foi tomado arbitrário" sai com frente de 17,92p. Adjudicam-se 25p de frente por 50p fundo, deve comprar 7,08p x 50 = 354p sup. "Deve comprar mais no fundo do dito chão 10p para nele fazer o seu saguão" 10 x 25p frente = 250p sup e "desta forma é o fundo da propriedade de 60p". Nota de Outubro 1765: "por declaração do Cap. Eng. Alexandre José Montanha por ordem que teve do Marechal de Campo Arquitecto Mor por ser preciso para a execução da planta deve ter este terreno do B. Araújo mais de frente 4,02p com 50p de fundo" compra tb mais 40,20p sup no fundo da propriedade (10p x 4,02p). Fica com frente de 29,02p por 60p fundo.	T226 nº3 "lado direito da rua das Carneçarias entrado pela rua da Fancaria que ficava a parte do Sul", intestava com Beco da Padaria , pelo Sul D.Josefa, pelo Norte Religiosas de Sta. Apolónia	Compra de 4,02p também referida no doc Projecto de Lisboa Nova da TT Maço 1 nº10, doc.215 "para observar o projecto de duas janelas em o dito quarteirão ao pé da pilastra";
BRN f.206v, doc.105	1766	Condeça de Óbidos	45,95	ver descrição abaixo				
Travessa de São Julião								
BRN f.206v, doc.105	22/5/1766	Condeça de Óbidos	56,25	9/10/1779 - Lado Sul 56p de frente para a rua da Madalena são arrematados livres e sem encargos por Miguel Roiz de Sousa com fundo de 82p, paga 10 mil reis o palmo. f.298, L55. Em 1780 é comprado por Cosme José Roiz; 1781 - Na frente para a rua da Padaria são arrematados sem encargos 58p (dos 77,50p) com 86,90p de fundo por Cosme José Roiz a 8 mil reis o palmo "e ficam ainda de resto 19,50p da dita frente, sendo equivocação dizer-se que 13p da dita frente rematada pertenciam ao Exmo Conde de Povolide" f.12 L60. 10/6/1785 lado Norte pertence a Joaquim José da Costa pelo arrematar livre sem encargos (vem em nota na adjudicação 206 e em nota na ajudicação de Custódio Araújo f. 34 doc.10).	os chãos que couberem no último quarteirão da dita rua de S. Julião que fica entre as ruas da Madalena e Padaria no lado da parte do Sul; o que couber; com frente para as ruas da Madalena, Julião e Padaria; A parte do Sul confronta com D. José de Menezes; o requerente pede ainda para lhe adjudicarem mais terreno noutras ruas "por não caber no lado do dito quarteirão". O restante foi-lhe adjudicado "no lado da parte do Norte da dita rua de S. Julião no mesmo quarteirão que medeia entre a dita rua da Madalena e rua Nova da Padaria"; "de fundo pela rua da Madalena" - ver termo adj. 34 doc.10.	Chãos antigo = 17157,95p sup, adjudicam-se 10663,21p sup frente S. Juliao 168,90p, fundo Madalena 56,25p, Padaria 77,55p, lado oposto à frente (confronta com Menezes) 150p. Sobram 6949,74p sup que pede lhe sejam adjudicados noutras ruas "por não caber no lado do dito quarteirão". Pede ainda que nesta adjudicação seja compensado de 33,77p de frente que devia comprar de outras adjudicações na Rua Aurea, Nova D'El Rei e Bela da Rainha que em dinheiro faziam 337$275, o que foi deferido. 6494,74 - (33,77p x ....) = 4422,93p sup q lhe deve ser adjudicado no lado Norte da Rua São Julião. Adjudicam-se 4668,43 "pela regularidade do terreno" que menos 4422,93 são 245,50p sup que deve comprar. Dimensões: frente S. Julião 82,44p, fundo Madalena 45,95p, no extremo deste fundo da parte do Norte em o lado oposto à Rua São Julião 57,30p, e no extremo oposto deste lado tem de fundo indo do Sul para Norte 29,05p, e no lado oposto à dita frente da Rua Sãp Julião 27,14p, e no fundo Nascente que é oposto à frente da Madalena 65p.	T222 nº1 "lado direito da rua de D. Julianes entrando pela parte do Pelourinho que estava a parte do Poente"; T223 n2 "seguiam-se às últimas"; T223 nº3 seguiam-se às últimas e e tinham também frente para a rua das Carneçarias; T223 nº4 seguem-se às últimas com "uma face da rua de D. Mafalda"; T223 nº1 lado esquerdo da rua de D. Gileanes vindo Pelourinho "na frente de traz que intestavam com as casas da rua dos Ourives da Prata"; T224 nº2 seguiam-se às últimas; T224 nº3 últimas do dito lado e partiam com a rua de D. Mafalda; T228nº5 "lado esquerdo da rua das Carneçarias entrando pelo Pelourinho que estava a parte do Poente e são as últimas do dito lado que partiam pelo Norte com a rua de D. Mafalda para onde fazem também frente"	"e pela exma suplicante pretender reedificar as ditas propriedades ou aforar os chãos delas a quem fizesse as ditas reedificações requereu por uma petição ao Exmo Arc. Regedor Justiça lhe mandasse adjudicar os ditos chãos" deferiu o arcebisto por portaria de 16/2/1764 remeter requerimento ao Dezembargador inspector para deferir a suplicante. O marechal definiu onde seriam os chãos.
BRN f.64v, doc17	1765	Dom José de Menezes da Silveira e Castro	37,5		"na segunda morada do 2º quarteirão da rua da Madalena no lado da parte do Nascente principiando a contar da Misericórdia vindo para o Nascente"	Chão antigo = 2255p sup / 64,50p fundo comum, sai com frente de 35,12p. Adjudicam-se 37,50p de frente, fundo da parte do Norte 67p, do Sul partindo com Francisco Monção 62p, lado oposto à frente 38p. Compreende estes lados 2434,87p sup. Deve comprar 179,87p sp.	T80 nº3 "lado direito do Beco do Gaspar das Naus vindo do Beco do Loureiro para a Calcetaria; T225 nº1 "lado direito da rua das Carneçarias entrando nela pelo Pelourinho que estava a parte do Poente" (doc 41?)	"em o principio da rua da Madalena no mesmo lado em que antes se achava o chão da rua das Carneçarias unindo-se a ele o do Beco de Gaspar das Naus que era também estimável por ser perto do antigo Terreiro do Paço"
BRN f. 32 v, doc 7	1765	Francisco Pires Monção	52,7		"1ª morada do 2º quarteirão da dita rua da Madalena no lado da parte do Nascente entrando pela rua Nova del Rei que vai para a Misericórdia pela parte de cima no chão que segue a Filipe Moura Alarcão Mascarenhas com quem fica partindo pelo lado do Sul"	Chão antigo = 2480p sup / 59,50 p fundo médio da dita prop sai com frente de 41,68p. Adjudicam-se 52,70 de frente na R. Madalena, fundo da parte Sul 57p, e do Norte 62p, lado oposto à fente 54p. Deve comprar 11,02p frente x 59,50 = 655, 69p sup + 28,63p sup para completar área adjudicada de 3174,32p sup. "e como o dito terreno que antes era na Fancaria antiga era de maior valor do que o presente na dita Rua da Madalena se deve atender a isso na avaliação que se fizer que por esse motivo se lhe faz comprar algum terreno como declara o dito Engenheiro na dita adjudicação que fez do sobredito terreno" (não percebo bem, estar-se-á a referir a livro das avaliações? Será que por isso só compra 28,63 e não 38,63, ou é uma gralha?)	T228 (1?)nº3 "lado direito da rua da Fancaria vindo da Portagem e da banda da Misericórdia os quais se disse serem uma loja e os 1ºs dois andares do sobredito (...) e outra loja com os últimos dois andares de Manoel Vieira foreiras à Irm. Do Sant. Sac. S. Cristóvão"; Pelo Nascente D. Fernando Tavares; Pelo Poente casas que foram de João Rodrigues de Moura e hoje são de seu filho Filipe de Moura Alarcão Mascarenhas. "depois se declarou que as ditas casas tinham uma sobreloja e 3 andares que eram do dito Fran. Pires Monção e os dois andares ultimos com águafurtada com sua loja do dito Manoel Vieira". Percebe-se que o Mascarenhas e o Vieira chegaram a acordo e o Mascarenhas ficou com o terreno todo.	Monção faz petição alegando ser possuidor do terreno na Fancaria "o qual era nobre tanto pela sua situação como tb pela sua frente e fundo e como este ainda se não fora compensado o devia ser no mesmo sitio onde antes o possuia por ser o mais estimável e ficar junto à Mizericórdia e tendo certa noticia que o dito seu chão fora adjudicado a várias pessoas que antigamente eram suas confrontantes e alguns deles deminutos na sua frente e como tais incluidos para serem devassados na forma das reias ordens e como ele supl tinha requerido a sua Exª ainda parava sem despacho a queixa que fizera do ajudante António Felix que fizera as ditas adjudicações, e ao presente era o supl senhor intolidum? (quer dizer senhor de todo o terreno, antes era dele e do Vieira) do referido terreno como constava da dita escritura que juntava pedindo se lhe adjudicasse o mencionado terreno em o sitio onde antes o possuia pois de nenhuma forma podia ficar excluido da sua acomodação". O inspector e o Marechal de campo imformou que "lhe constava se achava inteiramente completo o quarteirão onde o suplicante pretendia ser acomodado e já as posses dadas com termos assinados, e nesta forma sem embargo das razões que alegava se lhe podia adjudicar em o princípio da rua da Madalena que pouco desmericia ao pretendido terreno pois mostrava ser senhor insoludum? de todo o terreno o que até agora não constava, e ainda que o Visconde de Mesquitela não tomara posse de um q directamente lhe pertence q fazia esquina para a Padaria e estava reservado na Regulação para se lhe entregar por o que no mesmo sitio antigamente fazia esquina à referida rua da Padaria, e esta devisão era na forma das reais ordens e aquele era o seu parecer". Adjudicou-se-lhe terreno equivamente na rua da Madalena.

BRN f. 164v, doc 71, BRN f. 180, doc 76	19-10-1764	Filipe de Moura Alarcão Mascarenhas Bernardes	61,5	1766 Aforado por João Roiz Bello (era procurador do Mascarenhas); Nota 1768 O chão que pertencia à Irmandade "lhe não pertencia já o chão da loja por se lhe ter dado junto da Igreja, ficou pertencendo livremente a João Roiz Belo por depositar no depósito da corte o valor dela".	"na rua que vai da nova del Rei para a praça da Ribeira pela parte de cima da Misericórdia no quarteirão que está entre a rua da Madalena e o sitio da antiga Padaria"	Área antiga = 1500p sp (nº4) + 850p sp (nº5) = 2350p sp / 50p fundo (nº4) = sai com 47 palmos frente. Adjudicam-se 3283,75p sp com 46,75p de frente, "e o lado que com ele forma angulo obtuso que é o fundo para a rua da Madalena tem 61,50p fazendo c/ ele tb frente p esta nova propriedade que se há-de edificar, e o lado oposto a este 63,50p e o lado oposto à frente 62p. Deve comprar 8,50p. "deve comprar mais no lado da rua da Madalena 11,50p [61,50 - 50] x 60,50p fundo do comum que lhe corresponde pela irregularidade do terreno adj, lhe resulta uma superficie de 693,75p sp e deve comprar mais 238p sup que inteirão o total complemento q demais se lhe adjudicou para completar o terreno". 3283,75-2350=933,75; 11,5x60,5=695,75; 695,75+238=933,75. Fala-se na loja e refere.se "Deve comprar 8,50p de frente na rua da Madalena que é o que pertencia à dita Irmandade pelo terrenoq q ocupava a referida loja em cujo valor se devia abater o q pertencia ao dominio dos andares superiores q todos eram do dito supl [8,50p x 50 = 425p sup], mas mais à frente diz q irmandade não pode vender por ser de capela? A verdade é que os 425p sup não são incluidos na área a comprar.) O termo f.180 doc 76 de 27/7/1765 emenda área "por não poder edificar na figura q lhe fora marcada por se não acomodar c/ a planta da cidade pela irregularidade do terreno por se equivocar "	T221 nº 4 "lado direito da rua da Fancaria virando para ela da rua da Portagem que partiam pelo Nascente com casas de Francisco Pires Monção e Manoel Vieira e pelo Poente com a rua das Carneçarias que faziam um lado delas"; T222 nº 5 na rua da Fancaria lado direito "uma lojas delas era da Irm. Sant. freg. Madalena". Termo 180 doc77 emenda área: Deve ter 53,50 na frente da rua da Mizericórdia, 61,5 na rua da Madalena, 57p no lado oposto à R. Miz. e 86,5p no lado oposto à R. Madalena "cujos lados formam uma figura irregular". Área adjudicada = 3920p sup. 3920 - 2350 p sup área dos achãos antigos = 1570 (85/100?) que deve comprar. Como já tinha comprado 933p sup na 1ª adjudicação, falta comprar 637,85p sup. Deve comprar 6,50p frente na rua Miz. que faltam para fazer 53,50p. 6,50x50fundo = 526,25p sup. Ficam a faltar 75,60p sup "que deve comprar no fundo da propriedade". (É dito que loja ocupa 4,25p frente na rua Miz. por 50 fundo. Pelo que Mascarenhas tem "liquido" 42,75p x 50.)	1º Adjudicação: "determinou o arcebispo ... que o Sr Marechal de campo Blasco destinaria ao suplicante o vão do seu terreno regulando-se pela melhoria do sitio em que antecedentemente estava estabelecido". O suplicante pede "fizesse ao suplicante a dita adjudicação no mesmo sitio também com esquina como eram em atenção ao que alegava", continuaria com uma loja para Irmandade; Alega parágrafo 44 das providências do Plano; Foi lhe dado "o vão do seu terreno pela melhoria do sitio em que antecedentemente estava estabelecido (...) e se lhe adjudicaram na dita rua da Mizericórdia no lado da parte do Norte indo da rua da rua Nova de El Rei para a Pr. Ribeira no 1º terreno na devisão ou quarteirão intermédia às ruas da Madalena e antiga da Padaria".
Rua Nova d'El Rei / Rua da Misericórdia								
BRN f.251, doc.142	1767	Dez. Joaquim Gerardo Texª	59,5	5 Fevereiro de 1772 refere que terreno da Rua dos Fornos é por herança de António José da cunha irmão de Joaquim Teixeira. Nota de 20 Fevereiro de 1772 o mesmo António José da Cunha arremata o terreno do seu irmão na Rua da Portagem (área=750p sp, sai com frente de 12,50) compra "também os 5,39p que era obrigado a comprar seu irmão". Ao todo são 17,89p a 10$000 o palmo de frente que importou 178$000 de que pertence à Inspecção 53$000 e ao seu irmão 125$000.	"1º quarteirão do lado Nascente da rua da Madalena vindo de baixo da parte do Sul e rua da Misericórdia"; "(...) e pela rua del Rei também chamda de rua de Cima da Misericórdia para onde a propriedade há-de fazer também frente por ser a última do dito quarteirão"	Área chão antigo = 1722,1p sp, saiu com frente de 28,70p, fundo de 60p. Adjudica-se 34,09p com 60 de fundo para a Rua Nova del Rei. Deve comprar 5,39px60p = 323,40p superficiais. Em Agosto de 1772 o Sargento Mor Eng. Achou "com irregularidades o dito terreno para se edificar nele pelo prospecto e nova regulação o mediu novamente e achou que devia ter de frente pela R. Madalena 59p e de fundo pela parte do Sul 59,50p e pelo lado Nascente 33,25p, e pelo Norte ou R. Misericórdia 65,01p, e ainda que este terreno excede as da dita adjudicação que estava feita pela irregularidade dele e não deve pagar coleta alguma deles o Dez. Ant. José da Cunha contido na verba antecedente por fazer maior despesa nele do que se fosse regular como declara o dito Sarg. Mor Eng José Mont. Carv. na sua declaração que está junta aos autos. (a área da nova adjudicação ronda os 2159 contados por mim)	T74 nº1 propridade do Dr. Manuel Duarte que foi da Câmara Real (pai do Joaquim Teixeira) "lado direito da rua dos Fornos entrando nela pela rua Nova do Almada", a Norte partia com casas de P. José de Azevedo, fazia frente para o Beco do Gaspar das Naus "com janelas para ele"; T216 e 217 nº1 propriedade de Joaquim Teixeira "lado direito da rua da Portagem vindo da Padaria", fazia um lado para o Beco Espera-me Rapaz, lojas e 3 andares de sobrado o último de Manoel Alves.	Parece que lhe tinha sido atribuido terreno na rua Bela da Rainha, mas não pode "ser na dita rua por não haver terreno para isto e por essa razão se lhe fez na dita rua da Madalena"
BRN f. 194, doc 95 e BRN f. 246, doc 134	1766	João Filipe Correia Almada	40,2		"3ª propriedade do 3º quarteirão da rua Bela da Rainha" - da qual não tomou posse. "requereu depois mudar para a rua Nova da Pricesa junto ao Pelourinho por lhe pertencer aquele sitio (...) de que tomou posse (...) e não teve efeito por se dar aquele chão ao Senado da Câmara de que resultou o sobredito fazer nova petição (...) pedindo que visto o dito impedimento lhe mandar dar o dito chão na rua da Madalena em atenção ao sitio em que era". Foi-lhe adjudicado a "2ª morada do 3º quarteirão do lado Poente da dita rua da Madalena entrando pela Praça do Comércio(...) terreno equivalente ao que antes possuia na Pr. Pelourinho" MAS "não teve efeito esta adjudicação neste sitio por estar dado parte deste chão à Misericórdia e por isto desistiu JFCA desta e se lhe adjudicou novamente no lado direito da mesma rua da Madalena vindo de baixo pelo termo 246" no "1º quarteirão do lado direito da mesma vindo da P. Comércio e onde havia chão desimpedido (...) no sitio onde se achavam umas barracas e se andava bulindo no chão para fazer outra"	Área chão antigo = 2060,25p sp, saiu com frente de 34,33p com fundo de 60p. Adjudicou-se 40,20p de frente. "Deve comprar para preencher a dita adjudicação" 5,87p com 60 de fundo = 352,20p sup que deve comprar.	T209 nº3 "lado direito da rua do Principe vindo da Misericórdia com frente para o Pelourinho (...) tinham 3 andares (...) metiam com costas das casas de Ant.º de Mour Borralho , e de fundo tanto a parte do Nascente como do Poente 41 palmos descontado já o grosso da muralha". A parte do Sul dava para a rua do Principe.	

ANEXO 4

Quadro de adjudicações de terrenos na Rua da Padaria, Rua Nova da Sé e Rua de São Crispim

QUADRO DE ADJUDICAÇÕES DE TERRENOS NA RUA DA PADARIA, RUA NOVA DA SÉ E RUA DE SÃO CRISPIM (Registos dos Livros de Adjudicação obrigação e posse do Bairro do Limoeiro e Bairro da Rua Nova)								
Ficheiro	Data	Proprietário	Palmos frente	Notas	Localização Terreno novo	Cálculo da área a adjudicar	Terreno antigo	
Lado esquerdo da Rua da Padaria continuando pela Calçada do Correio lado esquerdo								
BRN f.163v, doc.69	17/10/1764	Dona Catarina Pilar de Mendonça	27	28/4/1766 aforado por António Pereira Themudo por escritura no tabelião João Manuel Xavier de Pontes Cabral	"na rua que vem da Riberia por cima da Misericórdia para a rua nova del Rei no quarteirão que está entre a rua da Madalena e o sitio da antiga Padaria". "na rua da Misericórdia no lado da parte Norte indo da rua nova del Rei para a Praça da Ribeira na divisão intermédia as ruas da Madalena e a que corresponde à antiga Padaria no terreno segundo"; "e o lado comum ao terreno de Filipe de Moura (...) e o lado oposto a este comum ao do Visconde de Mesquitela"	Área antiga = 855p sup. Adjudica-se 1800,75p sup, frente de 27p, lado comum a Filipe de Moura 63,50p, lado oposto a este e comum ao Visconde Mesquitela 66p, lado oposto à frente 28,75p. Porque antigo terreno tinha 19p de frente deve comprar 8p lineares multiplicados por fundo comum de 64,75p = 518p sup. Deve ainda comprar mais 427,75p sup "que é todo o excesso que de mais se lhe adjudicou para complemento do dito terreno adjudicado em que se há-de edificar a nova propriedade". Nota 30/7/1765: foi emendada a área por ordem do Marechal Eng Arq. "por não poder reedificar no terreno adj. assim na figura como por não poder tb obter .... prospecto que sua magestade manda observar e se fez nova conta por onde consta ser a área do chão das casas que teve na Fancaria construidas neste terreno 855p sup os quais divididos pelo fundo arbitrário de 50p saiu com frente de 17p, e deve ter 24p de frente", fundo Nascente 61p, Poente 52,50p, oposto frente 24p, resulta nova área 1262p. "deve comprar 7p frente x 50fundo = 350p sup e deve comprar mais 57p sup.	221 nº2 proprietário D. Fernando Tavares Gago de Sousa da Silva e comprado por Dona Pilar em 1757 conforme escritura no "lado direito da rua da Fancaria vindo da parte da Ribeira por cima da Misericórdia (...) partia pelo Nascente com casas do Conde de Mesquitela e pelo Poente com casas de Fran.º Pires Monção e Manoel Oliveira".	pediu a suplicante "para lhe darem o sobredito chão na conformidade das respectivas ordens de S. Mag. Fidelissima porque para aquele sitio da Fancaria já se achava aberta a linha da Rua na forma do novo Plano da cidade e a sup. queria entrar logo a edificar no dito seu chão que sendo de Morgado com alguns encargos estava sem produzir para satisfação deles rendimento algum há perto de 9 anos"; 1766 arrematado por António Pereira Themudo; na Décima até 1801 1ª prop. da R. Nova del rei lado dto hindo da C. Velha. Até 1811 2º R. Confeiteiros I esq a seguir ao Caldas. Em 1813 1ª da Rua da Padaria.
BRN f.40v Doc. 11	23/10/1765	Visconde Mesquitela	29,5	7/2/ 1766 é aforado a António Ferreira Themudo pelo Tabelião Manuel Inácio da Silva Pimenta	"rua da Misericórdia da parte de cima no quarteirão que está entre as ruas da Madalena e da antiga Padaria", "na dita rua da Misericórdia de cima vindo da Ribera na 1ª propriedade daquele quarteirão com esquina para a nova rua que se acha aberta junto do lugar onde era a da antiga Padaria" da parte Poente confronta com Dona Pilar de Mendonça;	Área antiga = 1000p. Adjudica-se 29,50p frente R. Mizericórdia, lado fundo R. Padaria 44,13p lado Poente conf. c/ Pilar Mendonça 35p, lado Norte oposto à frente 30p. Do que resulta área sup nova de 1176,91p. Deve comprar "para complemento da planta" 176,91p sup.	220 nº1 "lado direito da rua da Fancaria vindo da Misericórcdia da parte de cima virando da Portagem", com frente para o largo da Portagem e Padaria	pede para "lhe dar posse do dito chão para reedificar as ditas casas por serem de vinculo para estabelecimento"; "adjudicou-lhe a propriedade na esquina da rua que fica em lugar da antiga da Padaria do terreno equivalente ao que antes possuia na rua da Fancaria".
BRN f.212v, doc. 112	14/10/1766	António Pereira Themudo	25,59		"com frente para a Padaria " a parte do Sul parte com chão que o suplicante aforou ao Visconde Mesquitela", a Norte "parte com o chão que está adjudicado à Irm. San. Sacr. Freg. Sta. Justa"	Frente terreno = 25,59p, fundo da parte do Sul (confronta com terreno aforado ao Visconde Mesquitela) 28,50p, fundo da parte do Norte (confronta com terreno adjudicado a Irm . Sant. Fre. Sta. Justa) 31p e lado oposto à frente 26p. "e foi avaliado cada palmo de frente com os ditos fundos desiguais a 5$000 que importaram 132$905".	Themudo era "possuidor de 2 chãos unidos na frente da rua da Misericórdia em que andava edificando casas e um deles fazia também frente para a rua Nova da Padaria, e como para esta rua confrontava um chão com um fundo muito diminuto que se não podia edificar só sim unido a outro, e como ele suplicante era vizinho confrontante e não havia outro que o pudesse preferir pedia lhe fizesse mandar que o Dez... lhe desse posse do dito chão ...as as circunstâncias que alegava ter a seu favor a Lei de 12/5/1758". Em resposta: "... em que andava principiando a edificar e fazia sua boa propriedade e com ela fechava o quarteirão, e o chão que era do dito visconde fazia angulo para a nova rua do sitio da Padaria como fazia antigamente e se da planta constasse o que o sup. alegava podia ser de atenção o seu requerimento pelo bocado de chão que dizia não fazer a acomodação noutro (...) se devia dar posse do dito terreno ao sup. por ser diminuto ao da regulação e não ser capaz de se adjudicar para uma só propriedade e ser o vizinho confrontante e pedir o dito terreno para melhor ampliar a dita propriedade que andava edificando"	
BRN f.155, doc.64	17/10/1764	Irm. San. Sacr. Freg. Sta. Justa e Luis Lopes Silva	50,5	Em 1773 refere que não teve efeito esta adjudicação pela Irmandade desistir a favor da basílica e o Luis Lopes "se devassou".	"dita rua que corresponde à da Padaria no lado da parte do Poente indo da Rua da Misericórdia para a Cç. do Correio no primeiro terreno que se segue ao que fica com frente na dita rua da Misericórdia".	porque o chão de cada um "não chegava a um vão juntos podiam fazer vão e meio unindo-se ambos tinham os suplicantes quem os comprasse para logo edificarem". Pedem que se lhes adjudique juntos os chãos o que foi diferido. Chão da Irmandade livre era 577,5p sup sai com frente de 9,3525p x 61,75p fundo, chão da Irmandade foreiro à Basilica de Sta Maria 560p sup sai com 9,0625p frente com mesmo fundo, chão do Luis Lopes tem 1134p sup sai com frete de 18,375p com o mesmo fundo. Tudo junto tem 2261,50p sup, sai com frente de 36,79p. Deve comprar 13,61p. Adjudica-se: 50,50p frente, lado parte do Sul 53,03p, lado da parte do Norte 67, 02p, lado oposto à frente igual à mesma. "e por não estar ainda determinado o sagão geral, se para este lhe for preciso algum terreno interior também o deve comprar"	238 nº1 de Francisco Xavier arrematado pela Irm., lado esquerdo da rua da Padaria vindo da Fancaria, a Sul o Visconde Mesquitela, a Norte Luis de Almeida; 294 nº11 de Luis Lopes Silva lado esquerdo da rua de S. João vindo do Poço da Fotea	
BRN f.166, doc.74	19/10/1764	Silvestre de Almeida	26	1781 terreno arrematado por Domingos Gonç. Vaz a 8 reais o palmo = 208$000 de que pertencem 132$000 por 16,50p a Sil. Almeida ". Nota 1787 foi pago ao Senado da Câmara por dominio deste chão valor que não refere.	"na rua que novamente se abrio junto ao sitio onde foi a antiga Padaria", "na dita rua que correponde à antiga da Padaria no lado da parte do Poente indo da rua da Misericórdia para a Calçada do Correio na segunda propriedade";	Área antiga = 973,125p sup com 16,50p frente. É adjudicado 1846,03125, sai com frente de 26 p frente. Fundo parte Norte 70,25p, fundo parte Sul 68,50p. Deve comprar 9,50p (diferença da frente da propriedade incendiada e da adjudicada 26-16,5) x70,375p (media dos fundos) = 668,5625p sup. Deve comprar mais 204,34p sup. Avaliações L 16 f. 130v (palmo comprado a 11 mil e 200 reis)	238 nº2 "lado esquerdp da rua da Padaria entrando nela pela Fancaria que estava a parte Sul" (16,5px49,5p fundo), dava para recanto com casas de Eva Victoria de Jesus, pelo Sul partiam com o Beco das Gralhas	Suplicante pede para ficar com terreno ao lado porque o dele não não tem área suficiente para ser novamente adjudicado, cita paragrafo 9 da lei de 15/6/1759 e no parágrafo 2 e 3 da lei de 12/5/1758. A Inspecção refere que não deve ficar com o tal terreno do lado mas sim com área para preencher o tiver se ser adjudicado como fez em outras situações. Podia tb ajustar-se com outros donos para propriedade ser maior.
BRN f.45 doc.12	1765	Conde Povolide	42	1781 terreno pertence a Domingos Gonç. Vaz por o arrematar livre e s/ encargos 8$000 por palmo (42p frente x 8 mil reis = 336$000). Nota 1786 é pago valor ao conde.	"na rua novamente aberta no sitio da Padaria antiga", "2ª morada do 3º corpo da dita nova da Padaria no lado Poente"	Área antiga = 2651,25p. Adjudica-se 2509,50p sup. Frente de 42p, fundo lado Norte 60,50p, fundo lado Sul 59p, lado oposto à frente 42p. Deve vender 2,37p que vão dar (multiplicando por fundo medio) 141,75p sup.	240 nº8 "lado esquerdo da rua da Padaria entrando nela pela parte da Fancaria", com frente para o Beco do Cura "para onde tinham serventia principal", com "2 andares de sobrado com 5 lojas de sapateiro pela dita frente da Padaria", propriedade de Francisco de Mendonça Araujo e Almada arrematada pelo dito conde por lhe serem foreiras.	
BRN f.206v, doc.105	1766	Condeça de Óbidos	Ver Rua da Madalena lado direito					
BRN f. 315 v, doc 185	1784	Irmandade da Congregação do Sr. Jesus dos Perdões da Ig. Sta. Mª Madalena	21,5	Tinham sobejado 839 palmos da adjudicação da folha 188 na rua da Padaria referente a 3 chãos incendiados, que se adjudicam agora. O suplicante pede por petição que lhe sejam adjudicados aqueles palmos de chão "para poderem acrescentar à sua sacristia no terreno que fica à frente da dita rua como se observara com a Irm. do St. da sua freguesia de Sta. Mª Madalena". O arquitecto "fez a conta ao terreno que fica no fundo da sacristia e achou ter de área sup. 859,78" (O terreno da f.188 é arrematado por António João e Manoel Neves)	"no quarteirão do lado Norte da dita Trav. S. Julião que medeia entre a rua da Madalena e Padaria".	o terreno à frente da sacristia tem 859,78p área sup., com frente de 21,50p, fundo pelo Nascente 30,50p, pelo Poente 35p, no lado oposto à frente 31p. Deve comprar a diferença entre as duas áreas superficiais que é igual a 20,03p SUP.	Os 3 chãos incendiados são descritos na f. 188 doc 89: 230 nº2 "lado esquerdo da rua D. Mafalda vindo da rua Ourives da Prata que estava a parte do Poente, a qual propriedade chegava ao Arco do Hosp. dos Palmeiros; 230 nº3 "dita rua lado esquerdo"; 235 nº3 "lado esquerdo da rua dos Palmeiros vindo da rua D. Julianes que vicava a parte do Sul (...) e pela parte do Poente (...) partiam nesta parte com casas da Irm. Sant. freg. S. Mª Madalena"	

Rua Nova da Sé								
BRN f.208, doc 108	19/8/1766	Conde Oeiras	31,25	pede que se lhe adjudique sua competente porção de terreno em qualquer parte do sito Bairro onde menos descomodo fizesse bem visto que o suplicante não pretendia que a dita adjudicação se lhe fizesse em alguma das ruas principais tendo sito as suas casas situadas em uma rua estreita e de menos ...."	"na rua novamente chamada de S. Crispim que é indo da igreja de Sta. Mª Madalena para o sitio em que se achava a antiga de São Mamede", "rua de S. Crispim no angulo que faz frente para a rua Nova da Sé", "1ª morada do 1º quarteirão da rua de S. Crispim no lado da parte do Nascente entrando nela pela parte da Ig. da Madalena e rua Nova da Sé"	Área antiga = 955,125p sup / 67,50p fundo sai com frente de 14,15p. Adjudicam-se 31,25p frente S. Crispim por 67,50p fundo na RNSé para onde há-de ter tb frente. Compra 17,10p. Livro 16 avaliações f.179v	352, nº6 lado esquerdo da rua do Selvage entrando pela parte da rua das Esteiras, com 3 andares de sobrado	pede que se lhe adjudique sua competente porção de terreno em qualquer parte do sito Bairro onde menos descomodo fizesse bem visto que o suplicante não pretendia que a dita adjudicação se lhe fizesse em alguma das ruas principais tendo sito as suas casas situadas em uma rua estreita de e de menos ...."
BRN f. 274v doc.151	25/10/1768	Conde Oeiras	157	O Conde diz "tendo tomado posse de um terreno que faz frente para as Ruas de São Crispim e Nova da Sé se lhe fazia preciso para haver de edificar nele uma propriedade de casas com as acomodações necessárias outra porção de terreno adjacente até ao cunhal que confina pelo lado da rua Nova da Sé com a Calçada do Correio Mor e pela parte da rua de S. Crispim o que medeia entre o terreno do suplicante e o do Correio Mor e porquer até ao presente não houvera pessoa alguma que requeresse adjudicação das ditas porções de terreno que ao suplicante lhe faziam precisas e era passado o termo que a lei de 12 de Maio de 1758 determinou ao proprietários para edificarem pedia a sua Ex. lhe fizesse merce mandar fazer a avaliação" das porções e a juntasse ao anteriormente adjudicado.		Área do terreno adjudicado = 27194,50p sp. Frente para RN S Crispim 157p, Cç Correio 174p para cada um dos dois lado ou frentes, fundo de 83p de Sul Para Norte que é da RN Sé até entestar com o chão do Correio Mor. Cada palmo a 4$000. Ficou tudo a 1324$000.	não tem. O terreno é avaliado e comprado pelo C. Oeiras.	
BL f.34v, doc.72	3/8/1768	Conde Oeiras	26		na frente da Rua Nova da Sé	Área antiga = 801,88P sup, sai com frente de 13,323p. Adjudicam-se 26p por 70,20p fundo. Compra 12,68p a 8$000 o palmo, livro 19 das avaliações BL f.2v 1768.	49, nº 113 casas no Beco das Merceeiras defronte da porta Travessa da Sé, a Nascente Silvestre Correia de Mesquita, a Norte Luis da Silva, a Poente outra propiedade do mesmo Luis.	
BL f.50v, doc.104	1777 por portaria de 1774	Correio Mor do Reino	"compreende pela frente da Rua de São Mamede 203,50 palmos, e de fundo pela Calçada do Correio 220,06 palmos e pelo lado oposto à frente da Rua de S. Mamede 87,05 palmos e pelo lado oposto à frente da Calçada do Correio 58,40 palmos e no lado oposto à mesma frente de S. Mamede 108 palmos e de fundo pela Rua de S. Crispim 173 palmos,		"todos os ditos chãos unidos ao principal da residencia do dito Correio Mor e reedificar a sua casa sobre si ficando desembaraçadas de outras propriedades com maior extensão requer por sua petição ao Exm. Cardeal Regedor mardar-se-lhe fazer adita adjudicação e união como se tinha praticado com outros..?.. casos semelhantes", o pedido foi diferido: "adjudicasse ao sup. os terrenos da prop. que antes tinha no BL unidos todos ao terreno da sua casa principal junto à Ig. S. Mamede"; Sobre ter uma ano para reedificar: "ou ao menos principia-las dentro do dito ano, e continuá-las sucessivamente sem interpolação e a conformar-se com o prospecto e construção delas com as instruções com o dec. 12-6.1758".	da área de 45984p sup dos terrenos do Correio adjudicaram 38477,50p sup, devia vender a sobra por "não se lhe poder adjudicar toda no dito plano na forma da referida regulação dele", em nota de 1785 o que sobra foi adjudicado pelo B. Rua Nova no lado Nascente da Rua da Princesa com o fundo até à Rua da Madalena. Nota de 1815 refere que esta área foi arrematada por José de Barros com outros terrenos.	103 "umas casas grandes de sua residência e sitas no Largo chamado do Correio perto da Igreja antiga de São Mamede as quais tinham de frente para a Calçada de S. Crispim 150 palmos e para Largo da dita Igreja 173 e todas as suas estremas estavam ..?.. e tinham loja e dois sobrados"; 104 "as segundas do lado direito da rua da Lista com 72,5 palmos de frente", medeava pelo Nascente com Bernardino Velho, pelo tinham 115 plamos por 3 lados continuados e terminavam peo Poente em um Beco, tinham loja e 3 sobrados; 111? ou 188? na rua de Sete Cotovelos, tinham frente para um Beco da parte do Sul, a Nascente Dona Bernarda, a Norte Luis Cordeiro Fialho, Lara Maria e Silvestre Meneses Pimentel, e com sua Alfugera?, terminava pelo Poente com Morgado de Pantojas, tinham loja e 52 sobrados; 116 "lado direito da Rua da Costa vindo de cima para baixo que era a 3ª da dita rua, pelo Nascente o Conde de Aveiras, a Norte o quintal do Monsenhor Galvão, com loja e 3 sobrados; 116 misticas à últimas, eram as 4ªs, lançadas em nome do Mons. Galvão por ter sido inquilino durante muitos anos, tem quintal, tinham frente tb para o largo "que formava a dita rua da Costa (...) e todas as paredes estavam altas e distintas, tinham loja e dois sobrados". Como não se tinha medido o quintal no Tombo o Correio Mor pede para se medir e o quintal é medido; 130 lado esquerdo da Calçada de S. Crispim vindo de cima para baixo que é a sexta e última do dito lado, a Norte Frei Manuel Joaquim, terminavam pelo Nascente com a viuva de João Coutinho e com Francisco Aires, loja e 1 sobrado	
Lado direito da Rua da Padaria continuando pela Rua Nova da Sé lado Sul e Norte								
BRN, f.122v, doc47	9/03/1763	José da Silva Soares		No termo de adj. F.188, doc.89 de 1766 referente ao edifício confinente a Norte refere-se "partindo pelo Sul com as casas já feitas de José da Silva Soares"	Rua da parte de cima da Misericórdia. Termo assinado por Carlos Mardel Coronel de Infantaria com exercicio de Engenheiro	área chão antigo, que era o da Igreja de São Sebstião da Padaria: 3167,50p sp, sai com frente de 42,16p para R. Misericórdia, 70,50p R. chamada da Padaria, 54,54p lado Norte, 78,75p lado Nascente, área nova 3630,5p sp, compra 463,04p/75,12 fundo = 6,16p que deve comprar. Compra a área antiga mais um bocadinho, porque nada lhe pertencia antes do sismo.	238 Rua da Padaria, Irmandade de São Sebastião administrada pelo Senado da Câmara, edifício público, no principio da dita rua que ficava do lado direito entrando nela pela parte do Sul, R. Padaria (seu comprimento) 90,50p, e de fundo que era a frente para a Rua da Misericórdia 35 p; T 244 por de baixo da dita Ermida 8 lojas com vários donos, não consta medidas de cada uma por "desformidade do sitio por estar impreceptivel com o entulho e todas se incluiam na medição da dita Igreja	Fez petição "dizendo que ele era homem de negócios nesta corte e estava reedificando na conformidade do novo Plano Regular da Cidade uma sua propriedade na dita Rua da Parte de Cima da Misericórdia contigua a outra propriedade já reedificada com a regularidade e simetria do mesmo novo plano e junto à dita propriedade do suplicante se achava um pedaço de solo que fora da Ermida do glorioso mártir São Sebastião, e do qual se devassava muita parte para o público da rua e havia noticia de que a dita Ermida passava a reedificar-se em outro lugar para se não alterar o regular prospecto da mesma rua essa razão necessáriamente se hão-de edificar casas no dito pedaço de solo que partia de uma banda com a dita propriedade do suplicante e da outra com a dita rua chamada da Padaria, e por esta ficar sem a precisa frente de 26p quando se der aos? de...nado destrocimento e largura a dita Rua da Padaria, ou portal que no principio dela parecia se faria, nestes termos pretendia o suplicante que no formado parágrafo segundo do régio Alvará de 12 de Maio de 1758 se lhe adjudicasse o dito pedaço de solo visto ser o único vizinho confrontante e poder logo ir edificando nele ao mesmo tempo que vai erigindo a dita sua propriedades contigua com o que ficará completa e aformozada uma grande parte da dita rua" pede vistoria e avaliações necessárias para que se faça adjudciação. Respode Carlos Mardel que se deve atender pedido porque "naquele sitio não podia ser a Ermida de S.S.P. pela pouca capacidade que tinha para a sua largura por se encontrar com a muralha da cidade, e por desturpar o prospecto da cidade e o solo ter diferentes donos (...) e devia ser devassada pelos vizinhos confrontantes, e o seu confrontante era o dito suplicante e devia-se-lhe adjudicar o dito chão da Ermida por ser um dos que tem edificado uma grande parte na Rua por detrás da Misericórdia". O Exm. Arcebispo Regedor deferiu pedido por portaria de 13/12/1762. Igreja foi medida e atribuido terreno.

BRN f.188 , doc 89	1766	Congregação do Senhor Jesus dos Perdões cita na Igreja de St. Mª Madalena	86	1779: 68 palmos de frente pertencem a Manoel das Neves "seguidos às casa de José da Silva Soares" arrematados sem encargos a 8$000 o palmo; 1783: "Pertence o resto do chão contido neste terreno a António João", arrematados sem encargos a 8$000 o palmo.; Em Nota 1784 vem: "À Cong. Sr. Jesus Percões se lhe adjudicou o resto do chão que lhe sobejou como declarado no termo supra no lado Norte da R. Trav. S. Julião pelo termo neste livro 315.".	"na nova rua da Padaria que está aberta pelo sitio da antiga (...) no primeiro quarteirão da dita rua da Padaria no lado da parte do Nascente (...) partindo pelo Sul com casas já feitas de José da Silva Soares".	Área 3 chão antigo = 6390,08p sp. Adjudicam-lhe só 5551,30p sup. Que sairam com frente de 86p, fundo contiguo a Silva Soares 51,30p e pelo Norte 78p, lado oposto à frente 90p. Sobejam 839,38p sup que devem vender.	230 nº2 "lado esquerdo da rua D. Mafalda vindo da rua Ourives da Prata que estava a parte do Poente, a qual propriedade chegava ao Arco do Hosp. dos Palmeiros; 230 nº3 "dita rua lado esquerdo"; 235 nº3 "lado esquerdo da rua dos Palmeiros vindo da rua D. Julianes que vicava a parte do Sul (...) e pela parte do Poente (...) partiam nesta parte com casas da Irm. Sant. freg. S. Mª Madalena"	O suplicante pede inicialmente para lhe adjudicarem na Rua da Madalena, mas dão-lhe Rua da Padaria.
BRN f.254, doc.145	02/1767	José Alvares de Mira	31,25	1778: Pertence o terreno a Fran. Roiz Guimarães. "e pelas contas que se fez vem a tocar a cada palmo de frente ... 5500 reis". Paga aos herdeiros os 12,94p (71170r) e à inspecção 18,31p (100705 r). Nota 1792 paga-se 70951r à Ig Madalena "pelo seu dominio directo que tinham no chão"	"na rua Nova da Sé quase indo da Igreja da freguesia de Stª Mª Madalena para Sto António", "dita rua Nova da Sé no lado da parte do Sul (...) [e] Nova da Padaria para onde há-de ter também frente na forma da nova planta da cidade"	Área antiga = 672p sup, sai com frente de 12,94p com 51,93p de fundo. Adjudicam-se 31,25p de frente com o dito fundo pela rua Nova da Padaria. "Deve comprar para preencher a dita adjudicação que se lhe faz na forma da nova planta da cidade 18,31p de frente com o dito fundo a eles respectivo que ficam livres e isentos do dito foro e fazem uma área superficial de 950,83p sup. Diz tb que não se fez adjudicação mais cedo "por não se poder ajustar a planta com o dito terreno mais cedo pelos distos engenheiros".	380, nº3 "estavam umas casas na rua do Arco de Nª Sª Consolação que hoje se chama nova da Sé no lado direito vindo da dita Igreja da Madalena", era de uam religiosa de St. Clara, parte era boica do casal de João Ant.º Maximiliano, comprados pelo Mira e foreiro à Ig. Madalena, 4 andares de sobrado	
BRN f.283,doc.162	1769	Mauricio José de Campos (Almoxarife dos Armazéns da Guiné)	26	Em 1778 Arrematado por Roiz Guimarães "pela conta que se fez vem tocar a cada palmo 5700 reis, por cujo preço importam os 26 palmos de frente com 58 de fundo 148200 reis". Deve pagar 19,86p x 5700 = 113202 reis ao adjudicado original e 6,14p x 5700 = 34998 reis à inspecção, porque o adjudicante não tinha pagado. Nota 1781 manda-se entregar valor referente a 19p86/100 (113202 reis) à Cong. S. João Evangelista por ser foreiro do dito chão.	"no sitio que é hoje rua nova da Sé", "lado Sul da dita rua Nova da Sé antes de chegar ao chão do Tesouro na forma da nova regulação", prorpriedade foreira à Cong. João Evangelista S. João de Xabregas	Área sup do chão antigo = 1152p, sai com frente de 19,86p com fundo de 58p. Adjudicam-se 26p de frente com 58p de fundo. Deve comprar 6,14p x 58p = 356,12p sup.	378? Seu pai Luis da Costa Campos no "lado esquerdo da rua do Arco de N.ª Sª da Consolação hoje chamado de rua Nova da Sé vindo da antiga rua da Correaria que estava a parte do Poente", lojas e 4 andares, ocupava "o vão do Arco da frente e tinham maior fundo (...) se não atende a eles por seri a dita sacada sobre chão do público".	
BL, 42v, doc88	1769	PadreS Cónegos Basilica Stª Mª	39		lado Sul Rua Nova da Sé defronte da Igreja de Santo António	Área antiga = 2058,18p sp, sai com frente de 35,48p. Adjudicam-se 39p frente por 58p fundo. Compra 3,52p.	dois terrenos: Rua que ia da Madalena para a Basilica e ficavam de frente da Igreja do Glorioso St. António e se incendiaram; Na dita rua que hoje se chama Nova da Sé com loja e 3 sobrados e se incendiaram.	
BL f.60v, doc.124	23/7/1782	Pedro Roiz Ferreira		pede o suplicante representado por seu filho António Rodrigues Ferreira que lhe seja adjudicado "o dito chão na rua que vai por detras da Igreja de St. António, onde faz angulo para a Calçada do Correio, denominada Rua de Sto. António [tal como na planta da freguesia da Madalena de de 1770], para ai reedificar a dita propriedade para sua acomodação a que queria dar logo dar principio na confromidade das Ordens Regias"	"na Rua de Santo António lado Nascente com fundo para a Rua do Grão Prior"; "rua que vai por detras da Igreja de Sto António onde faz angulo para A Calçada do Correio denominada Rua de Sto António"	Área antiga=7572,50p sp. Adjudica-se 9537,93p sp=150,50p de frente para a Rua de Sto. António. Fundo para a rua Gran Prior=59p, pela Rua Nova da Sé 77,50p, lado oposto à frente da Rua Sto. Ant. 129p. Deve comprar resultado da divisão da diferença de áreas que é 1965,43p: 68,20p de fundo ("que é o comum dos dois fundo) = 28,79p de frente. Em 25/5/1787 Termo de Avaliação BL l.19 f.36 de uma área de 3950.50p2 "que demais se achou no terreno que arrematou PRF (...) no lado Norte da Praça de Santo António em que está edificando (...) em virtude do despacho proferido nos autos de seu requerimento". 3950p2 que divididos por 114.5p de fundo sai com frente de 34.50p que deve comprar a 7 mil réis o palmo. Pagos em 92 pelo seus herdeiros.	47 BL nº108 "lado esquerdo da antiga rua dos Cónegos, que era a sétima", tb com frente para o Beco do Leão, medeava pelo Norte com propriedade dos herdeiros de João Barbosa de Almeida, terminando com casas de Manuel Hilário, tinha lojas e dois sobrados.	
Rua de São Crispim								
Rua de São Crispim lado direito								
BL f.25 e 27, doc.53	1767	Sebastiao de Castro e Lemos		Termo de adudicação sem efeito pelos terreno terem sido adjudicados pelo Correio Mor. Ao SCL adjudciam-lhe novo terreno no Termo 57v, doc118 BL.	lado Nascente da Rua de São Crispim	adjudicam-se 70,20px60,70p fundo e no termo 27 mais 13,50px60,70p fundo a juntar ao primeiro terreno	chão de casas incênciadas pelo terramoto na antiga rua da Lista (T105, nº280) partia pelo Norte com Adré José Vasconcelos e com os Herds Dez Joaquim Rodrigues Srt Marta e com a Rua do Passadiço; propriedade no Beco do Coveiro no Bairro da Rua Nova (355). As duas propriedades de seu pai António Carlos de Castro.	
Rua de São Crispim lado esquerdo								
BL f.46, doc.95	1770	D. Clara Joaquina da Silva viuva de Luis Francisco Pimentel		1785: pertence ao Correio Mor do Reino pelo arrematar livre sem encargo algum "107 palmos de frente com 93 palmos de fundo pelo Nascente que é a rua de S. Crispim, e pelo Poente 107 palmos, e no lado oposto à frente 121 palmos". Não sãos os mesmo palmos da adjudicação original!! Comprou a 8 mil reis o palmo área de 11400p sai com 104p frente x 8 = 912$000.	"na rua do Dom Prior que é uma Travessa à rua da Madalena que corre para a parte da Calçada antiga do Correio", "do lado Norte na dita rua de Dom Prior", adjudicam-se 195 palmos de frente para a rua de D. Prior e 104 palmos de fundo "que correm pela rua de S. Crispim para onde faz angulo e há-de por isso fazer também frente"	Área antiga = 21090p sup, sai com frente de 202,7p. Adjudicam-se 195p frente x 104p fundo. Vende 7,78p x 104p = 809,12p sup.	104 lado esquerdo da rua da Lista vindo do Correio que estava a parte do Nascente umas casas de nº setima descritas debaixo do número do Tombo 274 que se disse serem de Manoel Pimentel. A Nascente uma freira do convento da Castinheira, no lado do Poente terminava na rua das Pedras Negras, com loja e 2 sobrados; 282 nº8 folha 305? "lado direito da rua da Lista vindo do Coreiro tinha de frente para a dita rua um muro de quintal chamado o canavial", pelo Nascente a viuva de José Ferreira, pelo lado Norte com o beco que servia de passadiço, e terminava pelo lado Poente com a as casa de João Pinheiro e com as casas de João Pedro Soares, tinham loja e um sobrado	"deve vender por sobejar da dita área que tinha por se lhe não poder adjudicar toda pelo não permitir a nova regulação"; Refere que lhe tinham tb sido adjudicados terrenos pela Inspecção do Bairro da rua Nova
BL f.57v, doc.118	1782	Sebastiao de Castro e Lemos	70,08	Tinham-lhe sido adjudicados em 1767 dois terrenos na rua de São Crispim lado Nascente pelo termo 25 e 27v do mesmo livro, que foram depois adjudicados ao Correio Mor. Transferem-se esses terreno para o lado Poente da mesma rua.	lado Poente da Rua nova de São Crispim e Rua nova de São Mamede "para onde fica também fazendo frente"	Área antiga = 5080,59p sup / 71,75 = 70,08p. Adjudicam-se 70,08p de frente S. Crispim x 71,75p fundo S. Mamede. Não compra nem vende.	chão de casas incênciadas pelo terramoto na antiga rua da Lista (T105, nº280) partia pelo Norte com Adré José Vasconcelos e com os Herds Dez Joaquim Rodrigues Srt Marta e com a Rua do Passadiço; propriedade no Beco do Coveiro no Bairro da Rua Nova (355). As duas propriedades de seu pai António Carlos de Castro.	

ANEXO 5

Quadro de adjudicações de terrenos na Rua de São Mamede

QUADRO DE ADJUDICAÇÕES DE TERRENOS NA RUA DE SÃO MAMEDE (Registos dos Livros de Adjudicação obrigação e posse do Bairro do Limoeiro e Bairro da Rua Nova)

Ficheiro	Data		Palmos frente	Notas	Localização Terreno Novo	Área a adjudicar	Terreno antigo	
Lado direito da Rua de São Mamede								
f.61v, doc.126	1782	Antónia Clara de Jesus mulher de José Joaquim Colaço	39	Em 1785 pertence a Joaquim Pereira Carosso (este é o Joaquim Cardoso do termo 52 da rua da Saudade) livre sem encargos. Aqui fala em 32,8 palmos de frente, que eram os palmos directamente resultantes da área antes do sismo (a Antónia tinha de comprar mais palmos), e 75 de fundo.	Rua nova de São Mamede lado Sul, "seguindo o ultimo chão adjudicado correndo do largo da Rua da Madalena"	Área antiga = 1925p sup a dividir por 70p fundo sai com frente de 32,08. Adjudicam-se 39p x 70p fundo, compra 6,92p x 70 = 415,02p sup. Em 1785 fala em 32,08p de frente "e será de reduzir a área superficial ao fundo de arrematação que são 75p".	T104, nº277 terceiras casas do lado direito da Rua da Lista, propriedade do pai da Antónia, Pedro Lopes, a Nascente um Beco sem saida, ao Norte Maria Rebela, ao Poente uma freira desconhecida, com lojas e 3 sobrados,	
BL f.22, doc.47	26/8/1766	João Lucas de Barros Mesquita	53,47		"na rua de São Mamede nova", "rua nova de São Mamede lado Sul"	Área antiga = 3029,50p sup, sai com frente de 48,47p. Adjudica-se 40,20p frente, fundo LAdo Poente 63,50p, fundo lado Nascente 61,50p, lado oposto à frente 40,20p. Vende 8,17p x fundo médio = 517p sup. Termo 26 de 1766 adjudica mais 5,15p x 61,5xp de fundo, e não vende nada. Fica com frente de 53,47p na RUA S. Mamede.	T113 nº301 na rua da Costa de Cima lado esquerdo vindo de Baixo propriedade dos herdeiros de Luis Cardoso Fialho e rematado em asta pública pelo Barros, medeia pelo Nascente com herdeiros de Antº Pereira Viana, confrontava com o jardim das casas de Dona Bernarda citas na rua dos Sete Cotovelos e com quintal das casas do Correio Mor, terminando pelo Poente com casas de Lara Maria	f.26, doc.55 Dezembro de 1766 "a ser lhe tirada e precisado a vender a mencionada porção de terreno [pela adjudicação anterior tinha ficado de vender 8,27 palmos] se lhe dificultava a construção de casas com acomodações cujo rendimento correspondesse à despesa que nelas havia de fazer, motivo porque não devia ser obrigado a dita venda, antes permetir-se-lhe a compra de mais 5 palmos que com os do auto que lhe pertenciam faziam 13, ...que unido ao vão que lhe havia sido adjudicado, reduzia a propriedade a melhor regularidade" O pedido foi deferido. Comprou os 5 palmos. Os restantes 8 ficaram como palmos que faltavam à 1ª adjudicação. Pagou 7 mil reis o palmo f.1v livro avaliações L19.
BL f.67v, doc.138	1784	Herdeiros de Francisco dos Santos Cordeiro	27,56		Rua de São Mamede lado Sul, "lado Sul da dita rua imediato às casas que ai estão edificadas" (estas casas devem ser as do Barros, edificadas em 68 e que eram as únicas naquele ano naquele lado da rua)	frente de 27,56 palmos e fundo de 70 palmos	T111 e 112 nº 4 da Rua de Sete Cotovelos, casas incendiadas, principiando da Igreja de São Mamede nº geral 298, a Nascente Pantojas, Norte Francisco dos Santos e Dr. Teotónio Ferreira da Cunha e sua Alfugera, Sul José Cabral de Andrade, com lojas e 2 andares.	
BL f.25 e 27	1767	Sebastiao de Castro e Lemos	VER RUA DE SÃO CRISPIM (FOLHA ADJ. PADARIA)					
BL f.50v, doc.104	1777 por portaria de 1774	Correio Mor do Reino	VER FOLHA ADJ. PADARIA					
BL f.76, doc. 155	25/5/1787	Pedro Roiz Ferreira	64,07		rua nova de São Mamede lado Sul, "e fica confrontando pelo Poente com as casa de José Baptista mestre confeiteiro"	Área adjudicada no termo 60 = 7572p sup / 117p fundo = 64,07p que é o que deve ter de frente, sem pagar nem comprar. Nota de 1798 manda pagar a Pedro R. Ferreira 271$890 do valor do chão. Não percebo se é ele que tem de pagar ou alguem que lhe deve pagar. Livro 25 de 25 Junho de 1798. Se for a última então o terreno mudou de mãos.	Ver Termo 60	O suplicante pede: "por constar deste livro 60 ter-se-lhe adjudicado pelo termo ai lavrado o chão de suas casas incêndiadas nele declarado no lado Poente da Rua de St. António, e como dele se lhe cortou a maior parte para ficar com mais largura a Praça de St. António requereu se lhe transmutasse para outra rua para edificar na conformidade das ordens Régias". Os 7572 palmos de área são todos transmutados para a nova rua.
BL, f.68, doc.140	1785	Bento de Faro Tavares	95,11	1796 pertence a Ignácio Miz.Aqui são referidos 52 palmos de frente e 121 de fundo. Pagou por palmo 6$500 e uma pedra de cantaria existente por 60$000. Autos arrematação livro 27	Rua de São Mamede parte do Sul	Área antiga=11508,75 sup / 121p fundo, sai com frente de 95,11p que é o que deve ter, sem comprar nem vender. Deve somente pagar melhoria. Em 1787 paga melhoria no valor de 142$000. "e sem comprar nem vender, somente pagar a maioria (melhoria) dos valor dos ditos palmos de frente por ser a dita rua de maior estimação do que antiga em que o dito chão existia". 95,11 pamos de frente e de fundo 121,5.	propriedades da Basilica Patriarcal de Santa Maria aforadas pelo Bento em 1782: 43, nº geral 95, segunda morada da rua dos Cónegos, principiando da parte do Correio, incendiadas, frente para Norte e Nascente, a Nascente um Beco sem saida que dava serventia às lojas, que estavam no Beco de Quebra Costas, a Poente medeava com parede divisória quase recta com jardim e casas de Jerónimo Malheiros, a Sul casas do Senado, "pelo Nascente extremeava com casas das Mercieiras" e com um fundo da propriedades de um Padre do Espirito Santo, "e com estas mesmas terminavam pela parte do Sul".	"e sem comprar nem vender, somente pagar a maioria (melhoria) dos valor dos ditos palmos de frente por sr a dita rua de maior estimação do que antiga em que o dito chão existia". 95,11 pamos de frente e de fundo 121,5. Pagou a melhoria em 1787. Em 1796 pertence a Ignácio Miz.Aqui são referidos 52 palmos de frente e 121 de fundo. Pagou por palmo 6$500 e uma pedra de cantaria existente por 60$000
Lado Esquerdo da Rua de São Mamede								
PLN doc217	02/1765	João Rodrigues Caldas	120	"terreno em que se anda edificando a nova propriedade"	Lado da parte do Nascente da Praça da Rua da Madalena. Propriedade com frente para a Praça da Rua da Madalena, Rua de São Mamede, e "rua que ainda se não abriu"	Área antiga = 30864,625, Área adjudicada = 40059, deve comprar 9194,375	"Superficie do terreno respectivo à propriedade incendiada no Largo do Conde de São Vicente que era Nobre e ao pé de outras que lhe pertenciam, todas de Rodrigo Ximenes	
BL f.17v, doc 38	1765	Paulo da Rocha e Sousa	82,5		"rua de São Mamede lado Norte"	Área antiga = 3781p sup. Adjudicam-se 4859,25p sup com frente de 82,50p na RSMamede, de fundo pelo Nascente 79,50p, pelo Poente que forma angulo com a frente 15p, continuando pelo dito lado do Poente em angulo saliente 74p, e o lado oposto à frente 37,50p. Deve comprar 1078,25p sup. "e a conformar-se nos prospectos"	T116 v nº312 rua da Costa lado Sul propriedade da Madre Agostinha da Encarnação "medeando pelo nascente e pelo sul com o largo que forma a dita rua (...) partindo pelo nascente com casas de Mun... Galvão (...) e pelo norte com casas de Rodrigo Ximenes (...) e pelo poente com a propriedade de Diogo Gomes (...) terminando com a propriedade do dito Paulo da Rocha. Foi comprado pelo Paulo da Rocha; nº313 "na mesma rua da parte do Sul", dá para o Largo da parte do Poente "medeando pelo Nascente com casasda Madre Agostinha, "terminando pelo Norte com a propriedade de Diogo Gomes"	
P. L. N. Maço 11, doc.227	11/1766, portaria de 4/1766	Padre Prior e mais Religiosos do Convento de Nª Sª da Graça	27,34		Rua de São Mamede lado Norte	Área antiga = 787,30p sup, sai com frente de 9,84p. Deve ter frente de 27,34p x 80p fundo. Deve comprar 17,50p x 80 = 1500p sup.	chão de casas no Chão do Loureiro	
PLN, doc225	1767	Manuel Ferreira	28		Rua de São Mamede lado Norte	Área antiga = 1591p sp, sai com frente de 19,88p. Adjudicam-se 28p frente por 80p fundo. Compra 8,12p.	Antigo Beco do Regedor	
f.33, doc.69	1768	Francisco da Silva Rodarte	56	1789: Pertence dito chão a João Roiz Caldas pelo rematar livre sem encargo algum. Pagou este e outro chão. Nota 1804: Foi pago o valor do terreno a Franº de Assis Curvo Semedo.	Rua nova de São Mamede lado do Norte	Área antiga = 4285,75p sup, sai com frente de 53,57p. Adjudicam-se 56p frente x 80p fundo. Compra 2,43p x 80p = 194,40p sup.	T107 nº284 propriedade de Dona Maria Rebelo "sua propiedade de casas na Rua de Sete Cotovelos lado esquerdo vindo da igreja de São Mamede", a Nascente o Correio Mor, frente com 8p para beco sem saida, pelo Sul Pedro Lopes, confronta com mais 3 propriedades cujo dono se ignora e também com casas de André José de Vasconcelos. A mulher do Rodarte era filha da Maria Rebelo Siabra.	
BL f.70, doc143	1785	D. Maria Cláudia de Noronha e Menezes como tutora e administradora de seu filho Ascenso de Sequeira Freire	70,5	1804: Pertence o dito chão ao Dr. António Roiz Caldas pelo arrematar livre sem encargo algum.	Rua e São Mamede lado Norte "com frente para a nova Praça do Correio"	Área antiga = 9243p sup. Adjudicam-se 8973p sup, frente na Rua S. Mamede 70,50p, fundo da parte do Poente 117p, fundo da parte do Nascente que faz frente à Prç. Correio 40p, lado Sul que faz frente à mesma Praça 41p, e no extremo deste que faz fundo à parte do Nascente 30p, e no lado oposto à frente da Rua S. Mamede 103p. Vende 280p sup.	T125, nº geral 333, propriedade de Vasco Martins pai do Ascenso, 4ªs casas que se achavam na Calçada do Correio indo de baixo para cima a parte direita, a Sul Padre Pedro de Faria, com frente para Cç. São Crispim, a Norte parede do Colégio de S. Patrício, a Poente António Lopesde Amorim, loja e 1 sobrado;	
BL, f.24. doc51	1767	Luis José de Carvalho	28	1785 - Correio Mor	Rua de São Mamede lado Nascente	Área antiga = 2278p sp, sai com frente de 28,47p. Adjudicam-se 28p frente por 80p fundo. Vende 47 centésimos de palmo.	Rua de Sete Cotovelos para onde dá o Norte, frente para o Beco do Passadiço, a Nascente Pantojas, a Poente Luis Anselmo	
BL f.21, doc45	1766	Coronel André Vasconcelos	82,8		Rua de São Mamede lado Nascente	Área antiga = 4949p sp, sai com frente de 89,98p. Adjudicam-se 82,80p de frente por 55p fundo. Vende 7,18p. Avaliação f.4v de 1768, "por sobejarem da adjudicação que se lhe fez". Parece que o proprietário não apareceu e se fez à sua revelia a 7 mil reis o palmo.	3 terrenos da rua da Lista. 1º terreno ad Rua da Lista principiando pelo Correio lado esquerdo frente de 28p; lado esquerdo Rua dos Sete Cotovelos vindo da Ig. São Mamede frente de 57p meava com casa de Maria Rebela e António Carlos de Castro e os Santa Marta; mesma rua lado direito, terceira propriedade 27 p frente, medeava com Marquês Louriçal e Dona Bernarda.	

ANEXO 6

Quadro de edificação na freguesia de Stª Mª Madalena

QUADRO DE EDIFICAÇÃO DA FREGUESIA DA MADALENA (Registos da Décima da Cidade da Freuesia de Sta. Mª Madalena)						
Notas	**nº policia em 1813**	**Data 1º registo no livro da Décima**	**Proprietário**	**Composição edificio**	**Ocupação**	**Notas**
	Rua da Misericordia da parte de baixo lado esquerdo / 1802 Rua Nova da Alfandega lado direito					
			35 lugares do senado 1812, 30 em 1802, 15 lugares de fruta em 1775			
	Rua da Misericordia da parte de baixo lado direito/ 1802 Rua Nova da Alfandega lado esquerdo					
	21,20,19,18	1772	João da Costa Maya/José de Faria Miz/1813 Thomazia Joaquina (viuva)	2+3+af	L João Solier com mercaria 240, L João da Costa Pinto do Lago c mercearia 160, 1º senhorio av50, 2º Antº de Oliveira Guimarães administrador do Consulado da Alfandega 24, 3º Joaquim Pereira Coelho que foi livreiro 24, 3º outra parte Franº Roiz de Sales s ocup 24, AF Ant. José que vive de sua Argencia? 40. Em 1814 "não se lança por estar toda devoluta e com obras". Em 1813 toda cheia e 1815 também com loja vão escada.	Em 1814 "não se lança por estar toda devoluta e com obras". Em 1813 toda cheia e 1815 também com loja vão escada.
	Rua da Madalena lado direito hindo para cima					
	17,16,15/137,136,135	1770	Manuel António de Couto	5L+3+AF	1772 com vão de escada	
	134,133,131	1770	Feliciano Corrrea	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"	"está por acabar"; 1772 com vão de escada	
	130,129,128	1772	João Filipe Correa de Almada	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"	1772 com vão de escada	
	127, 126, 125, 124/53,52,50,51	1773	Desembargador António José da Cunha (irmão de Joaquim Gerardo Teixeira)	4L+3+AF	ver tese mestrado	
	Rua dos Confeiteiros lado esquerdo					
1801 1ª e 2ª prop da R. N. del rei lado esq.	49,48,47	1780	António Luis Afonso Redondo	2L+3+AF/ 1803 5 andares	L mercearia 100, L vende carnes 100, 1º Diogo Giraldes advogado 50, 2º José Joaquim negociante 40, 3º José Roiz Pinto 38$400, AF senhorio Ant.º Luis Afonso Redondo colectado nesta freguesia av40	
	46,45,44	1762 / 1790	Misericordia/1803 Hospital	2L+3+1ª e 2ªaf	1762 Mizericordia duas lojas e dois sobrados por cima com escada ao meio; 1770 - 4 lojas; 1780/85 - 3 lojas; 1790 - 2L+3+1ª e 2ª AF (não vi 1789); 1802: 2L+4+AF; 1790 - L com carnes 120, L mercearia 120, 1º negociante 100, 2º 80, 3º 72, 1ªaf devoluta, 2ª af 30	1ªs e 2ªs AF
	Rua dos Confeiteiros lado direito					
até 1801 1ª prop. da R. Nova del rei lado dto hindo da C. Velha. Em 1813 1ª da Rua da Padaria.	11,10,9/36,35,34,33	1765	José da Sylva Soares/já em 1802 Herds. Luiz Roiz Caldas/1806 João Pereira Caldas	5L+3+AF	José da Sylva Soares 3 andares e 5 lojas; 1ª loja da parte da miz antonio rodrigues da costa confeiteiro 120, 2ª loja domingos gonçalbes castelo confeiteiro 120, 3ª loja francisco xavier machado confeiteiro 120, 4loja dev por andar ainda acabando 5l tb dev, os 3 sobrados ainda devolutos por andar ainda acabando	1766 5 lojas 3 andares e af, 1ª prop da rua que foi da padaria indo para cima do lado dto, 3 lojas para a rua da porta da miz e duas para esta, arrendados os sobrados e af com a 5ª loja a João Paz Ley ingles em 400,00; 1780 Foreira ao Senado da Câmara

	Rua da Padaria lado direito					
	31,30,29	**1781**	Manoel das Neves/1811 Mª Claudia de Jesus Herds. Manoel Neves	2L+SL+3+1ª e 2ª af	L dev; L dev; SL dev; 1º Joaquim José Soares Murico 48; 1º senhorio mestre pedreiro ava 19$200; 2º António Pegado q embarca para fora 43$200; 2º José de Freitas c o freg 43$200; 3º João Francisco s/ ocup n f 40; 3º Padre Estevão 40;1ªaf João António c o f 36; 1ªaf Dr. José da Costa Alvarenga médico 38$400; 2ªaf Luiza Maria viúva 22; 2ªaf Manoel Domingues c n f 24	1ªs e 2ªs AF
	28,27	**1785**	António João/Francisco Miz?	L+3+1ª e 2ª af	L+1º senhorio colectado nesta freg ava 70; 2º João Honorato c o freg 60; 3º Manoel Al… Monção, c n freg 57$600; 1ªaf José de Sousa Ferreira c o freg 57$600; 2ªaf José Gonçalves sogro do senhorio c o freg ava 10	1ªs e 2ªs AF
	26,25,24	**(S. João) 1787**	José Baptista/1805 Silvestre Luis Dias/1808 Joaquim Manoel Oliveira	2L+3+1ª e 2ªaf	L António Cunha Fradique Aramz vinhos 60; L dev; 1º D. Rosa Candida viúva 36; 1º dev; 2º José Sousa c o f 31$200; 2º Manoel Duarte Ferreira c o f 28$800; 1af António José Gamboa desp alfandega 24; 2af Manoel Soares c n f 12$200; 2af António Gomes c n f 19$200	1ªs e 2ªs AF
	23A,23,22	**1788**	José Baptista/1805 Silvestre Luis Dias	L+2+1ª e 2ªaf	L dev; resto Miguel Pereira Guimarães H. Neg. 220/em 1798 todo dev; em 1799 todo H. Neg. 288	1ªs e 2ªs AF
	21,20,19	**1780**	Francisco Roiz Guimarães/ 1789 João Roiz Caldas/já 1802 Dr. António Roiz Caldas	2L+3+AF	L José Ant das Neves of corrieiro 28; L Ant. Alves Taveira com taberna 40; 1º Bernardo José Joaquim 31$200; 2º Ant. Alves c o f 20; 3º dev; af dev	
	1779 Rua de Santo António					
A partir de 1802 os 2 edificios de Roiz Caldas aparecem como 1 com 5+3+af(2L+2+af+3 L+3+af)	18/20,19,18,17	**1791**	Francisco Roiz Guimarães?/ 1789 João Roiz Caldas/já em 1802 Dr. António Roiz Caldas	2L+2+AF	L Ant. Oliveira mercearia 43$200; 1º Caetano Aberto … do Bairro da Rua Nova 19$200; 2º dev; af Ant. da Costa guarda livros do senhorio 28$800	
		1779	Francisco Roiz Guimarães/ 1789 João Roiz Caldas/já 1802 Dr. António Roiz Caldas	2L+3+AF	duas lojas devolutas; 1º Lourenço José c n f 30$400; 2º José Pereira de Lima sem exercicio n f 33$600; 3º José J. Aguiar cantor na basilica de Sta Maria 20$800; af Fran. José c n f 14$400	
	Largo de Sto António					
	16,15,14	**1782**	Manoel José de Figueiredo/1785 P. Gregório de S. José de Figueiredo	L+2+1ª e 2ªaf	L+1ºAngelo da Costa H. Neg. paga a renda ao inquilino que ocupa o 2º andar; 2º+1ªaf Joaquim de Freitas, comissário de Trigos, paga a renda de toda a propriedade 400$000; 2ªaf Romão Francisco of alfaiate; 2ªaf José Pedroc n freg	1ªs e 2ªs AF
	13,12,11	**(2º semt) 1793**	Francisco José Dias/de 1775 a 1792 João Ignácio Olbeche com uma loja que em 1776 tinha Lourenço da Silva com bebidas	2L+2+AF	duas lojas Lourenço José com bebidas 110; o resto o senhorio ava 100	

	Pelo São João de 1788 a propriedade de 1786 é revista e regista mais uma escada com 3L+SL+3 com serventia pela Calçada do Correio. Em 1789 regista-se só uma propriedade com duas escadas uma na Grão Prior e uma na Calçada do Correio. Pelo S.João de 1790 tem mais uma parte com serventia pela G. Prior. Em 1796 são 3 propriedades independentes.	**1786**	Pedro Roiz Ferreira (1786 Rua Nova da Sé, 1803 Lg. Sto. Ant. Sé). Com serventia pela Rua de Grão Prior.	3L+4	L senhorio; L Franc. Manoel Miz. Em que recolhe trigos 144; L Ant. Pereira Rangel armz vinhos 144; 1º Franc. Xavier Ferreira Nogueira H. Neg. 240; 2º senhorio H. Neg. ava 120 1 criado paga 12; 3º de uma e outra parte Francisco Maria Avenente H. Neg. italiano 280; 4º Dr. João Ignácio de Almada e Sousa foura corregedor do civel da cidade 96; 4º Alberto Gracia da Sylveira que embarca para fora 70. Pelo São João 1788 esta propriedade é revista registando-se mais uma escada com 3L+SL+3 com serventia pela Calçada do Correio. Em 1789 regista-se uma propriedade com duas escadas.	Com foto Arquivo Municipal
		S. João 1788	Pedro Roiz Ferreira (com serventia pela C. Correio Velho)	3L+SL+3	L Joaquim José dos Santos of barbeiro 18; duas lojas+sl+1º Manoel Ventura da Paz com vinhos 200; 2º Cónego Francisco de Magalhães Castro e … 65; 3º P. Bernardo do Couto Miranda 48	
		S. João 1790	Pedro Roiz Ferreira (com serventia pela Rua G. Prior)	L+3	L João Barton em que recolhe fazendas; resto Joaquim José da Costa e Sá professor de Gramática 120	
		1775	Marquês de Pombal		4 armazéns, 2 lojas, 1ª escada: sl, 1º andar Nobre?, 1º da outra parte, 2º, 2º, 1ªs af, 1ªs af, 2ªs af, 2ªs af, Rua de Sto António 2ª escada: sl, 1º, 1º, 1ªs af, 1ªs af, 1º e 2º armazém, 3ª escada: sl, 1ªs af, 2ªs af, 4ª escada: sl e 1º, af, Rua de D. Prior: loja, loja, loja, 5ª escada: 1º, 1º, 1ªs af, 1ªs af, 2ªs af, 2ªs af, 6ª escada: 1º, af, Dita Rua de D. Prior: loja, loja, 3ª e 4ª loja, Rua de S-. Crispim: loja, loja, 7ª escada sl, 1º, 1ªs af, 1ªs af, 2ªs af, 2ªaf	
	Rua da Padaria					
	16/17,<u>16</u>,15	**1802** (desde 1762 prop. Irm. Sant.)	Irmandade do Santissimo da freguesia da Madalena	3L+3; Desde <u>1762</u> loja e soto da Irm. do Sant. 1765 casas da Irm. Sat. De 1770 a 1801 inc. com 3 lojas. Inquilinos de lojas em 1801 são os mesmo de 1802	os 3 andares 1º Manoel António alfaiate 20; 2ºP. Pires 21$600; 3º Luis José da Costa andador da ig. Sto António 19$200; 1762 - loja e soto irmandade so sant da freguesia joaquim jose oliveria com loja de bebidas 31	
	<u>14</u>,13,12/66,65	**1780** (desde 1762 armazém por debaixo da Ig Madalena da Irm Sant.)	Irmandade do Santissimo da freguesia da Madalena	4L + 2 armazéns + 3 + af	3 lojas devolutas, 4ª José Roiz of sapateiro paga 43$200, armazém Manoel Coelho de Sousa contratador de azeite 24$00 caixeiro ganha 19$200, todo o resto devoluto; 1762 - armazens do sant da fregueisa ocupa azeite e vinhos antonio coelho de souza 12	
	64,63	**1805**	Irmandade do Sr. Jesus dos Perdões	AR+SL+5 (Desde pelo menos 1779 com AR e SL). 1802 arm + sl c vinhos	Já não sei qdo apareceu, em 1779 sim, em 80 não e em 87 sim com Alexandre Coelho de Sousa q vende azeite. O Coelho do edificio anterior em 87 já lá não está (está um M. Soares tanoeiro). Em 1802 arm + sl com vinhos. Em 1805 AR José de Souza com licores 72; SL Joana RosA com tanque 38$400; 1º Joaquim Nunes neg 60; 2º José Ant. de Cravalho c o f 86$400; 4º Luis … c o f 81; João Paulo… 48	

	10/69,68,67	**1802**	Izidoro Cardoso Maia/1803 Catarina de Sena Maia/1813 António Nunes	2L+SL+A+3	2L+SL Manoel Berrnardo Ferreira Basto com mercearia 144; SL op Joaquim Roiz c n f 48; A+1º+2º senhorio negociante ava 180; 3º Fran. José Roiz cof 60; 3º Izidoro Roque cnf 60	
	9,8,7,6	**1793**	Domingos Gonçalves Vaz	4L+sl+2+1ª e 2ªaf	1795 L dev, L of. Cabeleireiro 19,200, 3ª e 4ª L senhorio vende carnes av 30, SL uma parte of cabeleireiro 33,60, outra parte of. Alfaiate 38,400, 1º uma parte 48, outra 38,400 com ocup na casa da India, falta o resto…tá escrito algures mas não encontro	1ªs e 2ªs AF
	5,4,3	**(S. João) 1783**	Domingos Gonçalves Vaz	2L+3+1ª e 2ªaf	L Lourenço Luis Mor.ªc n f 48; L João Roiz Bello H. Neg. matriculado na junta do comércio 48; 1º Miguel Pereira Guimarães negociante 48; 2º Lourenço Luis Morª 40; 3º António José Pereira Basto 35; 1af Baltazar Roiz de Aguiar c n f 21; 1af José Joaquim Lobo c o f 20; 2º dev; 2º António José c n f 12	1ªs e 2ªs AF
	Rua da Madalena lado dto/ Em 1775 R. Madalena ldo dto 15 lugares de fruta e hortaliça					
	4,3,2,1/124,123,122	1766	Roiz Bello	6L+3+AF	7L "três desta parte em que entra a serventia da escada, quatro da parte da RNDelRei", 3A+AF com escada ao meio, "os andares ainda devolutos por se estar acabando"; 1767 2 p. piso, 1º e 2º senhorio	anos mais tarde (tese mestrado) senhorio com habitação nos pisos superiores
	121,120,119,118	1769	João Gonçalves da Silva	3L+AR+3+AF	1p. piso	
	117,116,115	1767	D. José de Menezes	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"	por acabar consta só de uma loja que José de Macedo com mercearia 80; 1769 1 p. piso; 1772 sobreloja	
	114,113,112/71,70	1781	Cosme José Roiz	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		
	111,110,109	1786	Joaquim José Costa	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		1ªas e 2ªas AF
	108,107/5	1802	Irm Sant. Madalena	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		1ªas e 2ªas AF
	1813 Lg. Madalena					
		1763	João de Almada/Vicente Castro Guimarães	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"	construção anterior ao sismo de 1755	
	s/nº		1802 Barraca de pedra e cal em chão dos herdeiros de J.A (paga soldo); 1809 Barraca de V. Castro Guimarães pertence à prop. Nº12 (J.A.);1818/26 Junto a esta prop huma barraca do senado que ocupa … de Figueiredo com banco de ferrador. Estas descrições parecem ser a mesma prop, mas não tenho a certeza.	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"	p.45 ARPEDRAS Negras fim de 1800 era depósito de enxofre	
	1795 Rua de São Crispim lado esquerdo hindo para cima/1802 Pedras Negras/ 1827 Pedras Negras lado esq.					
	9	**1795**	Francisco da Silva Braga/ 1815 Bento Valadares, sobrinho do Braga e como ele também escrivão das justificações ultramarinas	cocheira, cavalariça, palheiro e casa para moços e um andar	andar ocupa senhorio escrivão das "justificações" ultramarinas ava 24 tudo o resto devoluto; 1818 "pela parte de trás o Tenente Coronel André Silva"; 1819 "todo o resto da propriedade pela rua das Pedras Negras o coronel". Em 1827 ainda lá está.	

		1809 a 1811	Gregório Bento Miguéis	sem descrição?	deve ser 27 A e 28 A de 1817	
		1802 a 1811	João Ferreira Troca? (paga soldo desta prop de renda aos Herds do Exmo João de Almada 6$00. Esta prop. Parece ser perto da do Braga. 1809 incompleta	2L+1A	L seges de aluguer o senhorio av 19$200; L … Carvalho sapateiro 28$800; 1º Mª Micaela viúva que confeciona leques 28$800. DE 1817-1812 Ferreira	
	8,7,6,5	**1812**	Barracas da Viscondessa de Villa Nova de Sotto d'el Rey/1826 António Miranda Junior	5 lojas alugadas; em 1818 2 lojas	1834 fábrica de velas de sebo. Em 1812 aforou uma barraca a José Ferreira carpinteiro de casas	
	4/106,105	**já em 1809**	Barraca de Francisco Manoel Camarate/ 1818 Prop. Da viúva Caldas	loja +andar	1818 loja com seges. Em 1845 edifica de novo Carqueijo (prospecto CML)	
	1818 Rua da Madalena					
	104,103,102	**1767**	António Borges /Mariana Isabel	2L +3+AF	mercearia 102, mercearia 57,600, 1º dev, 2º dev, 3º confeiteiro 48, AF 28; 1 p. piso	
paga foro à viscondessa	102A/R. Pedras Negras 30A	**1817**	Propriedade Nova de Gregório Bento Miguéis, 1818 "ainda em obras"	AR, SL +4	1818 AR senhorio com vinhos, SL viuva 76$80, 1º João José 120, 2º Ant. Roiz d'Assumpção 100, 3º Thomaz 100, 4º Ant. 24	
	1817 Rua das Pedras Negras					
paga foro à viscondessa	27A,28A	**1817**	Propriedade Nova de Gregório Bento Miguéis	Tem 4 portas e 1º andar	ocupa todo o senhorio com fornos públicos há 7 anos. O andar o mesmo senhorio há 2 anos	
		1817	"huma barraca que aforou José Luis Ferreira conjunto de casas e ocupa desde 1812 inclusivé ava 144 paga foro à viscondessa"/ 1826 António Miranda Junior	ocupa senhorio carpinteiro de casas ava 24?	acrescento de 1 andar em 1861 CML	
	Rua da Madalena lado esquerdo/Em 1775 Dita rua lado esq 21 lugares de fruta??					
	43A, 43B	**1827**	Joaquim Adrião Pereira	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		
	41, 42, 43	**1767**	Irmandade da Doutrina/ Hospital	L+3+AF	1 p. piso todo ocupado; 1772 cox+loja+3+af; em 1846 acrescento de 1 piso CML	
	39	**1804**	José Pedreira	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		
	36, 37, 37A	**1804**	José Pedreira	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		
	35	**1804**	Francisco Gonçalves Pedreira	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		

	30, 31, 32, 33, 33A	**1771**	Conde de Soure	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"	"incompleta e com uma loja arrendada a Fran.º Ant.º"	
	27, 28	**1793**	Domingos Chaves	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		1ªas e 2ªas AF
	22, 24, 25, 26	**1784**	Manoel Francisco Remualdo	ver tese mestrado "A Arquitectura Pombalina na Rua da Madalena"		1ªas e 2ªas AF
	19, 20	**1770**	Luiz Roiz Caldas	6L+3+AF	todos os andares ocupados por negociante inglês rende 320	
		1770	Manuel de Oliveira	7L+3A+AF	lojas desocupadas, 3 andares e AF desocupadas ainda por acabar (vem na R N del Rei	
	14, 15	**1765**	Manoel de Oliveira	4L+3+AF	2 p. piso rende 854,600; com escada ao meio	
	9, 10, 11	**1765**	João Oliveira Pinto	3L+3+AF	1 p.piso rende 600	
	11, 12, 13, 14, 15, 16	**1770**	Conde de Oeiras/Marquês de Pombal	10L+3+AF	todo ocupado; 1774 mora no 2º andar João Gillardi da Nação Italiana 144; 1773 o 2º andar estava devoluto	
	Rua Nova da Princesa lado dto					
Em 1770 já aparece nesta rua uma propriedade do então Conde de Oeiras. Tinha 9L+3+AF toda ocupada. Deve de		1771	Marquês de Pombal	2L+3+AF	1 p. piso	
		1771	Marquês de Pombal	L+COX+3+AF	1772 2 cox+loja na escada+AF	
		1771	Marquês de Pombal	3L+3+AF	1º e 2º Ant.º José Soares Braga da Junta Comércio. Em 1772 tem 6 lojas	
			Doutrina/Hospital			

ANEXO 7

Quadro de edificação na freguesia de São Mamede

QUADRO DE EDIFICAÇÃO NA FREGUESIA DE SÃO MAMEDE (Registos da Décima da Cidade da feguesia de S. Cristóvão e S. Mamede)					
Notas	**Data 1º registo no livro da Décima**	**nº policia em 1813**	**Proprietário**	**Composição edificio**	**Ocupação**
	1818	2	Segismindo Manoel Lopes	paga da venda do chão a Exma Marquesa de Vagos 6	1 inquilino 30, loja e sobrado
	1818	3	Florencio José dos Santos	L+1+AF	tudo dono carpinteiro de seges, 76
	1818	3B	Pateo da Emx. Marquesa de Vagos	com 7 barracas 100 mesmo inquilino	
	1818	4 e 5 1821 (3C)	Marquesa de Vagos	2 Q	1 inquilino 40, 1821 Loja e sobrado
deixa de aparacer no ano seguinte?	1818	1A	Manoel José de Amorim Barbosa	L+3Q	1821 L+3
for. Ximenes ainda em 1805; a partir de 1818?? Paga foro herds Domingos Rodrigues Chaves	**1765**	7	João e Luis Rodrigues Caldas/1805 Dez. António Rodrigues Caldas e sua tia Gertrudes Rodrigues Pª Caldas e seus filhos; 1808 D. Mª Angélica Pª Caldas e herds de sua tia Gertrudes;1812 Herds. Mª Gertrudes/João Pereira Caldas	"ainda incompleta" 1766 consta de lojas, dois quartos baixos e um andar por cima; 1805 4L+2+AF	1768 casas nobres lojas e 3 quartos, loja e quarto senhorios com 3 criados (bolieiro, criada e moço)avaliado em 300$00, outro quarto e loja mora Jacome Raton homem de negócios da Nação Francesa 400$00, com 5 criados, bolieiro?, criado, boleiro, cozinheiro e criada; outro quarto mora José Baptista de ... H. negócios da Nação Olandeza, com cozinheiro e criado; 1805 tudo senhorio, 8cri, pa. de machos de sege, pa. cav, macho servir casa, 800
Em 1770 paga foro Fazenda Real de Braga 10	**1768**	8	Domingos de Villas Boas/1796 "é hoje de Brizida Tereza"/ 1797 José Pereira de Sousa Caldas/1810 Herds. José Pª Souza Caldas	4L+2+AF ainda incompletas em 1768, em 1770 não refere af, 73 andares mora senhorio que vive de rendas com 6 criados; 1787 LS+4L+2+AF; 1789 L+1º senhorio, 2L of barbeiro 22; 3º+L João Roiz com loja de bebidas 52$800; 2º+AF h. neg. ing. 200; 1796 todo devoluto por se andar edificando de novo; 1798 tdo senhorio 280	1768 loja arrendada 32 e loja rr a agoaadeiro por 38$400; 1770 loja of sapateiro 24, …24, mora com loja de bebidas 38, loja dev, 1 senhorio av 110, outro andar mora homem de negócios da não inglesa com 5 criados 240; Em 1780 2 lojas dev, 3ª e 4ª Joana Rodrigues com loja de bebidas, 1º mora senhorio que vive das suas rendas avaliada em 100$ (2 criados 2$600 e 14$400), 2º Homem de negócios da nação inglesa 200$ 3 criados 12$200, 19#200, 19$200); 1805 4L+2+AF tdo senhorio neg. ava 310, 9 cri, 2p machos, 1 cav, 1 macho de serviço; 1810 tdo neg 250

	1810	17 (15 a 18)	João Pereira Caldas	ao pé da ermida; 2L+2	arrendado a Joaquim Duarte 96; 1831 Largo do Chão do Loureiro
	1817 Costa do Castelo				
Até 1816 1º e 2ª prop da Costa do Castelo freg S. Cristóvão		40	Herd. João Xavier Teles	COX+PALJ+casa nobre+cox pequena+Q na escada	
		30A e 40B	Herds. Manoel Freire	2 quartos pela escada e 4 pela costa do castelo	
1817 Largo do Chão do Loureiro 1818 Calçada do Marques de Tancos a principio do Chão do Loureiro					
até 1816 única prop do lg chão Loureiro São Crist., vem logo a seguir ao Mtancos (5). Última prop antes de iniciar Freg. São Lourenço		1	Manoel José de Amorim Barbosa	L+2+AF	nos anos anteriores esta prop deve estar na costa do castelo
até 1816 vem na cç. parreirinha parte S. Cristóvão		5	Marquês de Tancos	foro à sé; L+2	tudo dono
Até 1816 aqui começa São Mamede (freguesia) começando com Costa do Castelo:)					
livre	**1762**	8 e 9	Marquês de Tancos, 1785 Conde da Atalaya	duas coxeiras e palheiros	Em 1777/1780 cocheiras pertencentes ao seu palácio, propriedade nº 37 da freg. S cristóvão; 1797 ainda no palácio; 1805 incluida no palácio nº74
livre	**1762**	12 e 13	Desembargador João Pedro de Souza e Sequeira/1796 Marquês de Tancos "que era dos Herds. Desemb. João P. Souza"	2 lojas e sobrado, em 1774 refere 3 lojas; 1821 incediada sem rendimento	1765 2 lojas e sobrado, loja e sobrado po cima mestre serralheiro, loja mestre ccarpinteiro, ; 1787 3l+sobrado; em 1789/1790/92 arruinada sem rendimento; 1800 cahida s/ rend.; 1805 arruinada com barraca taverneiro; 1806 cahida com uma acomodação serve de curral de gado do Marquês, ao pé uma barraca com tenda 20; 1810 cahida; 1815 incendiada e s7 rend
foreiro ao senado da Camara	**1762**	20	António da Silva, procurador de causas/1785 Maria Luisa da Piedade/1800 Beneficiado Domingos Ferreira da Sylva/1806 Dona Clara Maria da Conceição/Clemente Lourenço Monteiro	patio quintal, 2 lojas, 2 quartos baixos e 4 andares, em 1773 2 lojas e 6 andares, 1776 2 lojas e 6 andares, 5º andar com seu quintal mora senhoria	1765 dois quartos baixos dev, loja pobre, andar mestre ourives, andar advogado, andar pobe, andar senhorio loja mulher pobre; 1770 refere 2 lojas e 5 andares, mas na descrição vem 2 lojas, 3 andares e dois 4ºs andares, em 1774 diz 2 lojas e seis andares e descreve-os normalmente. Em 1780 2 lojas e 6 andares; 1787 3l+5; 1805 2L+6 quartos
não vem em 1826	**1824**	sn (14?)	Clemente Lourenço Monteiro	L+3+AF	2 por piso, loja 20, 1º 38, 1º 38, 2º 24, 2º40

senso a S. Crist. 1770 $280	**1762**	22	José Soares da Silva (h. neg colectado na junta do comércio)/1774 Matias Lourenço de Araujo/ 1789 Francisco Teixeira/1806 Felisberto Teixeireira	loja e 2 andares, em 1774 refere 2 lojas e 2 andares	Em 1777 devoluto; 1780 mora engociante da nação inglesa paga 120$; 1787 L+2+AF; 1789 L+1+AF senhorio todo; 1805 2L+1+AF assiste Felisberto Teixeira sem ocupação ava 120; 1810 todo dev
	1817		3 barracas: 22B (1826) Caetana da …, 1Q dona 8, 1Q galegos 19; 22A (1826)José da Costa e Oliveira dono 8; José Maria criado do M. Tancos 12		
livre	**1762**	5 a 11; 1824 (51 e 52)	Monsenhor Manoel de Souza Vilhena/1770 Desembargador João Pedro de Souza; 1809 Francisco Barreto da Silva Villa Lobos Vazconcellos; 1817 Miiz. Manoel/1821 Francisco Maria Barreto	3 lojas, 1 cavalariça, 2 andares, em 1774 refere 4 lojas e 3 andares, 1776 4 lojas, 3 andares, em 1785 incompleta 3 lojas e um andar???	1765 lojas casa do povo, vende ferros velhos, trabalhador, 1 Donna…, 2 trabalhador, 3 Padre, cavalariça; 1787 4L+2+AF; 1789 3L+casa subterranea+ 2+AF; 1790 3 lojas, cave, 2 andares e af; 1805 3L+COX+2+AF; 1810 3L+2Q+COX+2+AF / quintal
	1785 Calçada de são crispim				
livre	**1762**	11 (1)	Seminário de São Patricio	1 loja; 1789 uma loja debaixo do seminário de S. Patricio	1805/06/10 loja debaixo do seminário sem rendimento
livre	**1765**	2 a 9	Irmandade de São Crispim; 1815 José Alexandre de Faria/1827 Francisco de Paulla	6 lojas e 4 andares	1765 6lojas 4 andares, lojas of sapateiro, of canteiro, manuel, trabalhador, sem ocupação, of sapateiro, 1 Prior de S Mamede, 2 Padre, 3 mestre de meninos com criada, torneiro com loja ao Pelourinho, ; 1799/1800 4L, soto e 5 quartos; 1810/15 4L+soto+5Q
	1797	9	Irmandade de São Crispim; 1815 José Alexandre de Faria	"propriedade nova" L+soto+A	1805 António criado de servir L+Soto+1
	1808	10 (11 e 12)	Irmandade de São Crispim	1 quarto junto à Igreja	20; 1814 2Q
	1808	11A	Uma casa abarracada de António Ferreira Landim que ele ocupa 16; Em 1826 vem Páteo do Landim (1)	Em 1815 vem: A barraca com mesmo dono; Barraca de José Francisco c/2Q em páteo que o dono ocupa 8; Barraca de João Viegas dentro 1 páteo 5,4; Barraca de José Miz. Dentro um quintal dono 12; + 3 barrcas com 3 donos.	
	1818	9	barraca do mesmo dono Ant. Landim	13 Q dentro de pateo	
			seguem-se as barracas de 1815		
	Rua de São Mamede				
	1805	8H	outra propriedade no fim da rua que são novas e do mesmo senhorio (Ignácio Miz. Chaves), consta de cavalariça, coxeira, andar e af; 1806 Manoel José Sarmento "no fim da rua"/Joaquim Gonçalves Vaz	COX+CAV+1+AF	1 inquilino 480, com 2 criados, cavalo e parella; 1807/1809 todo devoluto; 1810 todo Dez. Feliz de Contreiras 60, 1 cri

	1808	9M	Joaquim Manoel Coutinho/Matilde Margarida de Oliveira Coitinho	"por acabar concluido no fim do 1º semestre de 1808"; 4L+3SL+1º(2)+2º(2)+3º(4)+4º(3)	1827 vão de escada; 1813 4L+SL+4 pavimentos de sobrado:
	1808	9R	Joaquim Manoel Coutinho/ 1827 Clara Maria da Piedade Maciera	"que a edificou de novo e concluiu em Junho de 1807"; 3L+SL+2+AF	L dev, L Mateus Gl. Campos com venda 109,2, L serve de coxeira com um dos andares19,2, SL com um dos andares, 1º pavimento 1 Q Diogo Sylva 125, outro Q Domingos José Guedes neg. com SL 103,200 1 cav, 2º pav Q Custódio Manoel Ferreira que embarca 57,600, Q+COX Dr. Bernardino António Gomes médico 115, AF Q Guarda livros 43,200, Q 50
	1800	10	Manoel Pinto de Miranda/1803 Ignácio Miz. Chaves/1805 Herds de Ignacio Martins Chaves/1806 José Gonçalves Macieira/ 1827 Clara Maria da Piedade Maciera	"propriedade nova que se anda acabando"; AR+3+varandas+AF; 1805 AR+3+AF	AR+1º senhorio neg 200, 2º e AF Isidro Cardoso Maya neg. 240, varandas João Francisco Lobo; 1803 a mesma ocupação; 1805 AR+3+AF AR+1º senhoria viuva, 2º neg, 3º neg holandes, AF dev; 1805 AR+1º senhoria viuva 220 1 cri, 2º neg 150 2 cri, 3º neg holandes 150, AF dev
	1800	13	Ignácio Miz. Chaves/1803 Silvestre Luis Dias/1816 Herds.	propriedade nova que se anda acabando consta de COX+2+VAR+AF/1805 COX+3+AF	2º semestre: cox+1º senhorio neg 150, 2º+varandas+af Jerónimo Ribeiro Neves neg. 300; 1803 a mesma ocupação; 1805 COX+1º dev, 2º neg. 220 3cri 1p, 3º +AF cónego Jacinto d'Andrade 180 2 cri
	1812	15	Dona Thomazia Joaquina de Lima, viuva de Manoel Francº Remualdo	"propriedade nova que se vai concluir, não tem ainda rendimento" "conluida no presente ano"; 2L+3+AF	L dev, L+2 dona com casa de negócio 400, 3º João Callaghan 300, AF José Marcos do Vale 96
	1787	18	João Baptista/1800 Herds/Dona Clara Maria da conceição (filha de Henrique José Baptista negociante)	"que está edificando ainda incompleta sem rendimento"; 1788 incompleta; 1789 LS+2AR+3+AF	Senhoria com loja de mercearia fora da freguesia ocupa tudo 300; Herds. Senhorio com ocupam tudo com loja de mercearia e confeitaria fora da freguesia; 1805 2AR+3+AF todo senhorio negociante 4 cav. 1 parella; 1810 todo ocupado pela dona e por seu filho 300
reedificado em 1859, prospecto arquivo municipal	**1787**	21	Silvestre Luis Dias/Herds	ainda sem rendimento algum; AR+LS+2+AF com seu quintal	1789 senhorio ocupa tudo 280; 1800 ocupa tudo senhorio negociante; 1805 AR+2+AF+Quintal todo senhorio 300, 4 c., 1 parella de carruagem; 1810 todo neg 300 (uma parella e 2 cavalos)
	1777	22	Correio Mor do Reino/1800 Conde de Penafiel	1778 2 lojas e 1º e 2º servem de acomodações do correio, 18 criados e um tenente; 1787 "prop nobre do Correio Mor Régio com seu pátio e acomodações que todo ocupa o senhorio menos uma loja	loja 24$, loja 50$, 1º e 1º serve de … 22 criados; 1787 ava 270 loja paga 24 28 criados e trabalhadores; 1789 pátio+acomodações+a+L; 1805 senhorio 250 13 cri., 2 parellas e carruagem, nos quartos baixos oficinas negociante 200 2 criados; 1810 cazas nobres com 2 quartos

Edifício posterior a 1834 (último livro da Décima) e anterior a 1907 (foto Arq. Municipal)	**1811**	23	Prédio rústico. Hum terreno da mesma dona (D. Joaquina da Camara mulher do Correio Mor) com estancia de madeira de Joaquim José Carvalho; 1812 Terreno de José Joaquim de Castro que o comprou a Em. D. Joaquina da Camara em que armou hum barracão em que se fazem caixotes para as garrafas d'água de inglaterra a renda 38,400.		
	1787	25	Dezembargador Joaquim de Barros e Almeida/1809 Dona Mª Antónia de Oliveira/ 1815 José Joaquim de Castro	"propriedade nova de… que está edificando de novo… sem rendimento algum"; 1789 2L+2+af	1788 ainda incompleta; 1789 L António Coelho com taverna 48, L+2º Bernardo Borges 180, 1º Dona Josefa viuva de Domingos Leite 220, AF Dr. José Ignacio Mascarenhas Aragão Ávila 130; 1800 1º senhorio que vive dos rendimentos; 1805 L40, L e resto D. Ant.ª Mª Rosa Castro 647 6 cri, 1 pa, 1 macho serviço 1 cav; 1806/1810 2ª L+resto P. José Jaquim de Castro com o previlégio de água de Inglaterra 500 (besta de carga e 4 cavalos), a outra L serve de coxeira 40
	1787	27 e 28	Correio Mor do Reino/1800 Conde de Penafiel/1803 Dona Joaquina da Camara/ 1815 Alberto Nheus	"propriedade nova de… que está edificando de novo e incompleta sem rendimento algum"; L+3+AF	1788 ainda incompleta, 1789 L dev, 1º Margarida Vicencia? 38$400, 2º Miguel de Souza embracadilho 38$400, 3º beneficiado da Sé 38$400, AF António Coelho que tem armazém de vinhos na prop nº13 28$000; 1805 L militar 43,2, 1º Joaquim de Carvalho com estancia de madeira de carvalho? 43,2, 2º solteira, af of alfaiate; 1810 1º Joauqim José de Carvalho com estancia de madeira no mesmo sitio, ...
livre	**1768**	30	José Joaquim de Barros (flho do João Barros)/1786 Carlos Correia de Lacerda	L+2+AF	1768 ocupa homem de negocios da Naçao Inglesa por 260$00, cozinheiro e agoadeiro do ditto; 1770 h. neg 260; 1787 2L+2; todo revendendo prior da Madalena 200; 1789 h. ng. Ingles 200; 73 todo ocupa homem de negócios, 3 criados, 1776 todo ocupa homem neg ingles; 1800 tudo negociante; 1805 2L+2 tdo D. Ana Joaquina de Castro 250; 1809 tdo dev; 1810 2L+2+AF tudo arquitecto Filipe Miz. Dos Reis 148; 1811 o mesmo 200
	1787	32	João Rodrigues Caldas/1808 D. Mª Angélica Ludgero Pª Caldas; 1814 António Francisco Machado	"propridade nova de" L+2+AF; sem rendimento no 1º semestre	1788 todo h. neg ing. 480, renda inclui loja de prop seguinte; 1805 todo ing. 400
	1787	33	João Rodrigues Caldas/1808 D. Mª Angélica Ludgero Pª Caldas; 1814 António Francisco Machado	não diz que é nova, mas não a encontro no ano anterior; L+LS+2+AF; 1797 3L+3+AF (com loja de serventia); 1805 2L+3+AF	LS dev; 1º Vitorino Ant. escriturário do erário régio 50; 2º+af Miguel Gonçalves da Silva com loja de serigueiro fora da freg. 86; 1815 L incluida na propriedade da frente, 3º caixeiro dos Caldas 40 1 criado e 1 cav
	1812		"Defronte do Exmo. Conde Penafiel há uns entulhos onde trabalha Alexandre da Silva mestre arxoteiro		
livre	**1766**	4 a 6	Paulo da Rocha/1796 Hoje de João Roiz Caldas/1808 D. Mª Angélica Ludgero Pª Caldas/1809 Herds./1814 António Francisco Machado	1768 1ª descrição interior: L+2, em 1774 refere 2 lojas 1773 arr a homem de negócios, 1776 2 L+2+AF metade e outra metade. Esta prop até 73 vem antes do colegio graça; 1777 todo neg, ingles; 1787 2l+2+af	1768 loja e dois andares, mora Doutor Silverio Luis Serra, homem de negócios … Junta do Comércio, 300$00 tem criada, 2 criados, bolieiro, caixeiro; 1800 todo neg. ingles 100; 1805 2L+2+AF, L+1º+AF viúva de José Cardoso 100 1 cri, L jornaleiro 10, 2º embarcadiço 52,8, AF oparte criado do senhorio 24

livre	**1770**	7	Collegio da Graça/Religiosas da Graça	L+2+AF, em 1774 não refere af	1770 que aluga Jorge Tomaz Alem… homem de negócios da Nação inglesa 160$00; 1773 mora guarda do Marquês de Pombal, ocupa todo 3 criados, loja e 2 andares ocupa Ricardo homem neg ingles; 1777 todo neg ingles 110; 1800 tudo neg.; 1805 todo neg ing. 100; 1810 neg ingles
	1806	11	1808 D. Mª Angélica Ludgero Pª Caldas; 1814 João Pereira Caldas. Esta propriedade inclui o edificio 11 da Décima e o restante terreno adjacente ao largo do C. Penafiel. O resto do terreno tem projecto de ampliação de 1945 (CML). Fotos anteriores mostram como tudo pertencia ao mesmo.	2L+4	1806 L com 4 portas e 4 andares; L dev, 1º João da Matta Rebello neg. 150, 2º+3º dev, 4º Luis Machado dos Santos escrivão no porto 76,8; 1807 2º neg. ing. 400. Não diz que é nova mas não é registada no ano anterior.
	Pedras Negras				
	1791	2	João Roiz Caldas/1808 D. Mª Angélica Ludgero Pª Caldas/1814 Luis Pereira Velho de Moscozo	"propriedade nova"; 4L+3+AF	António da Silva com fábrica de Xitas fora da freguesia 707$600, 1805 L tendeiro 43,200, L carpinteiro seges, L+L+1º+2º Dr Francisco José e Almeida médico 237 2 cri, 2cav, 2 machos, 3º neg. 90, dito fronteiro Bento Alves Norte com ocupação no Terreiro 62,400, AF Alfaiate 40, dito fronteiro ocup. no Terreiro 19,200
	1826	4 a 6	José Joaquim Castro	2AR+2+AF, "propriedade nova"	1828 Loja Fernando da Silva mestre carpinteiro de seges de carruagem 57,600; L dev, 1º Guilherme Godart? 192, 2º Mathias Pires 177, 6, 3º Domingos Ant. 67,200
1822 Rua da Madalena					
frente 27 p, fundo 55. Posteriormente deve ter sido agregado a outro?? Não sei se corresponde a este edifício da Décima	**1791**	90 a 92	Domingos Villas Boas/1796 hj é de Brizida Tereza/1812 Ana Margariada de Faria	"propriedade nova"; 2L+SL+2+varandas e AF que ainda se estão por acabar; 1805 2L+SL+2+AF	1º sem todo dev. 1792 L p. Ignácio de Santa Tereza 72, L dev, SL Paulo Francisco Lopes assiste fora da freg 50, 1º senhorio ava 70, 2º dev varandas e AF 100 não percebo ocupação; 1805 L, L+2º advogado 96 1cri, 1cav, SL advogado 48, 1º senhoria 62,5, AF 100
	1789	93, 95	João Roiz Caldas/1808 D. Mª Angélica Ludgero Pª Caldas/1814 Luis Pereira Velho de Moscozo	"propriedade nova sem rendimento algum"; 2L+SL+3+AF	1790 está por acabar; 1790 1º Cap. Lourenço da Costa embarcado na India 120, 2º Cap. José Dias embarcado em Macau 100, 3º D. Jerónimo Rosa? 80; 1805 L+SL+1º neg. 170 2 cri, 2º neg. 100 4 cri, 3º+AF neg 80 2 cri
	1787	96 a 99	João Gillardi/1808 D. Mª Ignácia Gillardi/1809 Herds.	"propriedade nova"; 1788 ainda incompleta; 1805 2L+3+AF	2º sem. 1788 L+SL Ant. Fernandes 81$600, 1º+pt af João… ingles 180; 1789 1º+2º+pt af senhorio 260, 3º+pt af h. neg ing. 180

neste lugar em 1809	**1803**	45	Paulo Jorge/ 1806 Barão Quintela	3L a do meio de serventia+3+AF	ocupa senhorio e sua mae 350; 1806 tudo Guilherme Kempe neg. Ingles 1050$000; todo dev 1810
	1817	47 a 49	Barão de Quintela	2L+3	tudo Daniel Nunes 533
	1812	1819 50A	Prédio rústico. Terreno do mesmo dono (barão de Quintela) arrendado a Joaquim de Carvalho com estancia de madeira 48. 1815 com estancia de tabuado	Em 1819 2L+3 arrendado a Francisco José de Araujo, 960	
	1787	50	Rafael José Lopes	LS+2+AF	todo senhorio h neg ing. 210 2 criados; 1805 COX+2+AF senhorio 225, 3 cri, 1 p
são 71.66 palmos aos todo??	**1787**	52	Manuel José Cardoso de Castro/1806 viuva/1808 D. Bernarda Luisa Rosa da Cunha Cardoso e Castro	LS+cox+2+AF (1810 cox)	todo senhorio h neg 260 2 criados; 1805 COX+2+AF senhorio director e deputado d'Aguas Livres, 270, 3 cri, 1 p machos, 1 cav cavalaria, AF dev
foreiro conceição freires, irm. Sto antónio dos nobres, Marq. Bellas	**1762 /68**	55	1762 Mariana de Sousa viuva de António José (não aparece em 65 nem 66)/ 1768 Matias Lourenço de Araujo H. Neg/1788 Thomazia viúva/1796 João Roiz Caldas que era de Thomazia/1798 Capitão José Dias de Sousa, negociante	1768 lojas, sobrelojas, 2 andares e af; 1805 COX+2+AF	1762 sem descrição (não aparece em 65 nem 66); 1769 senhorio mora loja, sobreloja, 1º e metade af, com 2 caixeiros e 1 boleiro? Avali 100; 2º e metade af homem de negócios 80$00, 2 criados; 1805 tudo senhorio ava 250, p. machos de sege, cav, 4 cri
livre	**1772**	56, 57, 58	Policarpo José Machado, contratador de tabaco/1805 Herds. Policarpo José Machado/ 1806 Herds. Dr. Caetano José da Gama Machado/1809 José Pereira Palha de Faria	2 quartos nobres; 1805 2COX+2+AF tudo em 2 quartos	1776 1º quarto homem de negócios nação inglesa, 5 criados, 2º quarto senhorio 3 criados; 1805 Q 350 11 cri, 3 machos, cav cavl, Q 350 neg. 6 cri, cav cavl, 3 machos e sege

ANEXO 8

Transcrição de documentos antigos

Transcrição de documentos

Parte do *Projecto de Lisboa Nova*

Praça da Rua da Madalena
Lado da parte do Nascente
Terreno adjudicado a João Rodrigues Caldas.
Superfície do sobredito terreno, quarenta mil cinquenta e nove palmos. Lados que compreendem: Frente para a dita Praça cento e vinte palmos. Fundo da parte do Norte duzentos e dezasseis palmos. Lado oposto à Frente duzentos palmos. Lado na Rua de S. Mamede cento e trinta e um palmos. E o que com este forma angulo recto para a parte interior do mesmo terreno dezoito palmos. E o lado que com o antecedente forma angulo obtuso e termina em angulo recto com o lado oposto à Frente cento e oito palmos.
Superfície do terreno respectivo à Propriedade que foi incendiada no Largo do Conde de São Vicente que era Nobre e de outras conjuntas que lhe pertenciam todas de Rodrigo Ximenes. Trinta mil oitocentos e sessenta e quatro palmos e cinco oitavos. E porque se lhe adjudicaram quarenta mil cinquenta e nove palmos deve comprar nove mil cento e noventa e quatro palmos superficiais e três oitavos em duas divisões. A primeira é uma superfície de cinco mil e quatro centos e noventa e nove palmos que compreendida pelos seguintes lados. No lado da Rua de São Mamede cento e trinta e um palmos. O lado que com este forma angulo recto e comum à Propriedade de Paulo da Rocha e Sousa dezoito palmos. O lado oposto a este cento e oito palmos. E o lado oposto ao da Rua de S. Mamede oitenta palmos. A segunda divisão é outra superfície de três mil e seiscentos e noventa e cinco palmos e três oitavos compreendida por dois lados, um que é oposto à Frente da Praça e há-de fazer frente á Rua que ainda se não abriu de trinta e quatro palmos e vinte um centésimos e meio aproximadamente. E o outro que é o fundo para a nova Travessa de cento e oito palmos. As quais duas superfícies inteiram os nove mil cento e noventa e quatro palmos e três oitavos que demais se lhe adjudicaram para complemento do total do terreno em que se anda edificando a nova propriedades. Lxa. A 6 de Fevereiro de 1765.
António Félix Ribeiro do Amaral

Medição do Terreno respectivo à Propriedade Nobre e outras conjuntas todas de Rodrigo Ximenes que foram incendiadas no Largo do Conde de São Vicente a qual por ordem do Senhor Marechal de Campo Dom Miguel Ângelo de Blasco para assim o requerer o sobredito João Rodrigues Caldas o terreno em que se estava formando a nova Praça da Rua da Madalena dizendo ficava com grave prejuízo se lhe fizesse a sua adjudicação pela medição que consta do Tombo a qual estava muito diminuta por causa da confusão e falta de noticia ao tempo em que se fez e que este dano se não podia evitar depois de consentido o terreno na sobredita Praça e com efeito nesta nova medição achei uma considerável diferença.

Frente do sobredito terreno, cento e doze palmos e três quartos, fundo da parte do Sul até onde se formava um angulo recto cinquenta e três palmos. O lado que formava com o antecedente o sobredito angulo catorze palmos e meio. O lado com que com este formava angulo recto da mês parte do Sul que era complemento do fundo cento e trinta palmos e meio. O lado oposto à Frente que também formava angulo recto com o antecedente noventa e um palmos. O lado que com este formava outro angulo recto para a parte interior do terreno trinta e nove palmos e

meio. Outro lado que formava angulo recto e era oposto à Frente vinte e oito palmos e meio. O lado com que este formava um angulo de cento e quinze graus, trinta e três palmos e três quartos. Outro lado da parte do Nascente que com o dito formava um angulo de cento e oito graus, trinta e quatro palmos e um quarto. Outro lado que com este formava angulo de cento e cinquenta e cinco graus, setenta palmos. O lado que com este formava angulo recto que era da parte do Norte oitenta e cinco palmos. Outro lado que também formava angulo recto com o antecedente vinte e um palmos. E o lado que com este formava outro angulo e terminava na Frente, oitenta e um palmos.

Saguão. Comprimento trinta e dois palmos. Largura nove palmos e meio.

Quintais da sobredita propriedade não incluídos nesta medição e os terrenos parciais que também lhe pertenciam. Lxa. 6 de Fevereiro de 1765.
António Félix Ribeiro do Amaral

[Com uma nota lateral que não entendo]

Folha 122 verso *do Livro de Adjudicações obrigação e posse* do Bairro da Rua Nova

Termo de obrigação adjudicação e posse que assinou José da Silva Soares do chão que lhe foi adjudicado da Ermida de São Sebastião da Padaria

Ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sessenta e três anos aos nove dias do mês de Março do dito ano em Lisboa na Rua da parte de cima da Misericórdia compareceu perante o Dez.^{or} dos agravos que serve na casa da Suplicação Inocêncio Alvares da Silva Freira Inspector do Bairro da Rua Nova e os oficiais Carlos Mardel Coronel de Infantaria com exercício de Engenheiro, e Francisco António Ferreira discípulo da Academia Militar das Fortificações desta corte Ajudante nesta Inspecção do dito coronel para expedição dela José da Silva Soares morador nesta cidade e posto constar do Tombo do Bairro da Rua Nova a f. 238 que no dia primeiro de Novembro de mil setecentos e cinquenta e cinco era na Rua da Padaria a Ermida de São Sebastião que era administrada pelo Senado da Camara como é notório e se medio no dito Tombo por Edifício público no principio da dita rua que ficava no lado direito entrando nela pela parte do Sul e se achou ter de frente pela dita Rua da Padaria q eu era o seu comprimento noventa palmos e meio, e de fundo que era a frente que fazia para a dita Rua da Misericórdia trinta e cinco palmos com as grossuras das suas paredes e a f. 244 v do dito Tombo consta por declaração que havia por baixo da Ermida oito lojas que era a primeira do Senado as segundas de Isabel Teresa religiosa no Convento de Alenquer e tinha um …ro por cima, a terceira dos herdeiros de João do Soveral, a quarta de uma religiosa de Odivelas, a quinta de Manuel Ferreira da Mota, a sexta de António de Abreu, e que a sétima e oitava constava eram da mesma Igreja de São Sebastião que administravam os oficiais da saúde e não pode constar da medição de cada uma das ditas lojas pela disformidade do sitio por estar impercetível com o entulho e todas se acham na medição da dita Igreja, e depois do referido fez o dito José da Silva Soares uma petição ao Exmo. Arcebispo Regedor das Justiças Inspector geral da reedificação desta cidade dizendo que ele era homem de negócio nesta corte e estava reedificando na conformidade do novo plano regular da cidade uma sua propriedades na dita Rua da parte de cima da Misericórdia contigua a outra propriedades já reedificada com a regularidade e simetria do mesmo novo plano e junto à dita propriedade do suplicante se achava um pedaço de solo que fora da Ermida do glorioso Mártir São Sebastião, e do qual se devassava muita parte para o público da rua e havia noticia de que a dita Ermida passava a reedificar-se em outro lugar para se não alterar o regular prospecto da mesma rua cuja razão necessariamente se hão-de edificar casas no dito pedaço de solo que partia de uma banda com a dita propriedade do suplicante e da outra com a dita rua chamada da Padaria, e por esta ficar sem a precisa frente de 26p quando se der ao destinado destorcimento e largura a dita Rua da Padaria, ou ao portal que no principio dela parecia se faria, nestes termos pretendia o suplicante que no formado parágrafo segundo do régio Alvará de 12 de Maio de 1758 se lhe adjudicasse o dito pedaço de solo visto ser o único vizinho confrontante e poder logo ir edificando nele ao mesmo tempo que vai erigindo a dita sua propriedades contigua com o que ficará completa e aformoseada uma grande parte da dita rua, pedindo que precedendo as informações vistoria e avaliação necessárias se lhe adjudicasse o dito pedaço de solo para o unir e edificar logo com a sua propriedade contigua, e precedendo sobre a referida informação de mim escrivão e dos ditos Dez.^{or} Inspector e coronel Engenheiro dizendo que este requerimento do suplicante devia ser atendido porque naquele sitio não podia ser a Ermida de São Sebastião da Padaria pela pouca capacidade que tinha para a sua largura por se encontrar com a muralha da cidade, e por deturpar o prospecto da cidade e o solo ter diferentes donos como demonstrava a informação do escrivão e devia ser devassado pelos vizinhos confrontantes, e o seu confrontante era o dito suplicante e devia-se-lhe adjudicar o dito chão da Ermida por ser um dos que tem edificado uma grande parte na Rua por detrás da

Misericórdia e era o que podia informar. Determinou o dito Exmo. Arcebispo por sua portaria de treze de Dezembro do ano próximo passado de mil setecentos e sessenta e dois proferida no dito requerimento do suplicante que o Desembargador Inspector do Bairro à vista da Informação do dito coronel Carlos Mardel deferisse logo ao suplicante e requerendo -lhe este por outra petição lhe deferisse a adjudciação do dito chão lhe deferiu o dito … para lhe fazer a dita adjudciação para que veio ao dito sitio e feita a conta pelo praticante de Engenheiro Ajudante desta Inspecção do dito coronel Engenheiro a toda a área do dito chão da dita Ermida e achou importar três mil cento sessenta e sete palmos e cinquenta centésimos superficiais e sair com frente na Rua de cima da Misericórdia com quarenta e dois palmos dezasseis centésimos e devia ter na mesma frente no seu lado oposto cinquenta e quatro palmos e cinquenta centésimos e de fundo pela Rua da Padaria setenta palmos e cinquenta centésimos e no seu lado oposto setenta e oito palmos e setenta e cinco centésimos que faz o dito chão uma área superficial de três mil seiscentos e trinta palmos e cinquenta e quatro centésimos, e devia comprar mais para preencher a dita frente e fundo uma área superficial de quatrocentos e sessenta e três palmos e quatro centésimos que divididos por setenta e cinco palmos e doze centésimos de fundo si com frente de seis palmos e dezasseis centésimos que tanto é o que compra mais o dito chão da referida Ermida para inteirar a dita frente e fundo que se lhe adjudica e por se haver obrigado a dar as ditas casas reedificadas no termos de cinco anos estabelecidos pela Lei de doze de Maio de mil setecentos e cinquenta e oito e a conformar-se nos prospectos e construção delas com as Instruções e Decreto de doze de Junho do mesmo ano e mais providencias ordenadas por sua Majestade em comum beneficio lhe houve ele Desembargador por adjudicado o sobredito terreno da dita Ermida como o mais que compra para inteirar a dita frente e fundo que se lhe adjudica ficando logo obrigado a pagar todo o valor dele pela avaliação que mandou fazer e vai lançada no livro delas a f. 124 de que logo foi remetido de posse que tomou com a faculdade de poder principiar as obras que lhe convierem para sua particular utilidade, do que tudo mandou ele De.^{or} fazer auto que assinou e os ditos coronel Engenheiro e seu ajudante e o apossado e eu João Alvares de Carvalho proprietário de um dos ofícios de escrivão do Juízo das propriedades da dita Inspecção do Bairro da Rua Nova que dou fé passar na verdade de o referido o escrevi e assinei.
[assinaram os presentes]

Folhas 206 verso, 207 frente e verso do *Livro de Adjudicações obrigação e posse* do Bairro da Rua Nova

Termo de obrigação adjudicação e posse que assinou por seu procurador a Exma. Condessa de Óbidos

Ano de Nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sessenta e seis anos aos vinte e dois dias do mês de Maio do dito ano em Lisboa na Rua Travessa de São Julião compareceu presente o Dez da Casa da Suplicação com Exercício no Senado da Camara Miguel Serrão Dez. Inspector dos Bairro da Rua Nova e o oficial Francisco António Ferreira praticante de Engenheiro o que serve de Ajudante desta Inspecção para a expedição dela que assistiu e por comissão de Dom Miguel Ângelo de Blasco Marechal de Campo no exercício de Sua Majestade Fidelíssima com Exercício de Engenheiro e Arquitecto Mor José Francisco procurador que mostrou ser pela procuração que está em seu poder da Exma. Condessa de Óbidos, e por constar do Tombo do Bairro da Rua Nova a f. 222 v que no dia primeiro de Novembro e mil setecentos cinquenta e cinco era o Conde de Óbidos marido da dita sua constituinte Senhor e possuidor de umas casas descritas de baixo do nº primeiro das que se achavam no lado direito da Rua de Dom Gil Annes entrando nela pela parte do Pelourinho que estava a parte do poente a qual propriedade tinha de frente cento e dez palmos e quarenta palmos de fundo com as grossuras das paredes que lhe pertenciam e assim mais era também Senhor e possuidor o dito Conde de outras casas que se seguiam às acima na mesma Rua lançadas no dito Tombo a f. 223 descritas de baixo do nº2 as quais tinham quarenta palmos de frente e outros quarenta de fundo com as mesmas grossuras das paredes que lhe pertenciam, e outro sim se seguiam mais outras casas que também possuía o dito Conde no dito dia lançadas no dito Tombo as ditas f. 223 descritas debaixo do º3 as quais tinham de frente quarenta palmos de frente e setenta e três palmos de fundo faziam um lado da Rua das Carneçarias para onde tinham também frente. E assim mais era o dito Conde senhor e possuidor de outras casas que se seguiam também às acima e eram as últimas do dito lado direito da referida rua e faziam uma face da Rua de Dona Mafalda e que acham no mesmo Tombo as ditas f.223v descritas de baixo do nº4 e tinham quarenta e cinco palmos de frente e quarenta e oito palmos de fundo. E outro sim era mais o dito Conde Senhor e possuidor no mesmo dia primeiro de Novembro de mil setecentos s cinquenta e cinco de outras casas lançadas no dito Tombo a f. 223v descritas de baixo do nº1 das que se achavam no lado esquerdo da mesma rua de Dom Gil Annes vindo da mesma parte do Pelourinho as quais tem de frente sessenta palmos, e de fundo pelo Sul tinham quarenta e oito palmos, e pelo Norte quarenta e cinco palmos, e na frente detrás que entestavam com casas da Rua dos ourives da Prata tinham sessenta e três palmos com as grossuras que lhe pertenciam nas paredes, e assim possuía mais o dito Conde no dito dia outras casas que se seguiam às cimas lançadas no mesmo Tombo f.224 descritas de baixo do nº2 com vinte e sete palmos de frente e quarenta palmos de fundo com as mesmas grossuras de paredes o outro sim era mais possuidor o dito Conde no dito dia de outras casas que eram as últimas do dito lado e partiam com as Rua de Dona Mafalda lançadas no dito Tombo a f.224 descritas debaixo do nº3 com trinta e cinco palmos de frente e quarenta palmos de fundo pelo Sul e pelo Norte trinta e oito palmos com as mesma grossuras de paredes que lhe pertenciam, e outro sim era mais o dito Conde também senho r e possuído no dia primeiro de Novembro de mil setecentos e cinquenta e cinco de outras casas lançadas no dito Tombo a f.228 v e descritas de baixo do nº5 das que se achavam no lado esquerdo da Rua das Carneçarias entrando nela pela parte do Pelourinho que estava a parte do poente e eram as últimas do dito lado que partiam pelo Norte com a Rua de Dona Mafalda para onde faziam também frente e tinham quarenta palmos de frente e dezanove palmos e um terço de fundo com as grossuras que lhe pertenciam nas paredes com mais dos lados e propriedades das frentes

e pela Exma. Suplicante pretender reedificar as ditas propriedades ou aforar os chãos delas a quem fizesse as ditas reedificações requereu por umas petição os ditos chãos e precedendo informação de mim escrivão do dito Ajudante Francisco António Ferreira, do Dez.or Inspector que então era Inocêncio Antunes da Silva Freire e ultimamente do dito MASRECHAM DE campo deferiu o Exmo. Arcebispo Regedor por sua Portaria de dezasseis de Fevereiro do ano de mil setecentos e sessenta e quatro mandar remeter o dito requerimento ao dito Dez.or Inspector para deferir a suplicante, o qual o dito Marechal determinaram se adjudicassem os ditos chãos que coubessem no último quarteirão da dita Rua de São Julião que fica entre as Rua da Madalena e da Padaria no lado da parte do Sul para o que fez o dito ajudante a conta a toda a área dos ditos chãos e achou importar dezassete mil cento e cinquenta e sete palmos e noventa e cinco centésimos superficiais, e destes se lhe adjudicaram na dita Rua da Travessa de São Julião no último quarteirão dela no lado da parte do Sul que está entre as ruas da Madalena e Padaria uma área superficial de dez mil seiscentos e sessenta e três palmos e vinte e um centésimos que compreendem pela frente da dita Travessa de São Julião cento e sessenta e oito palmos e noventa centésimos, e de frente pela Rua da Madalena cinquenta e seis palmos e cinquenta e cinco centésimos e pela Rua Nova da Padaria setenta e sete palmos e cinquenta centésimos e no lado oposto à frente por onde parte com o chão que está adjudicado na dita Rua da Madalena a Dom José de Meneses que lhe parte do Sul cento e cinquenta palmos ficando de resto para se lhe adjudicar em outra rua que for determinada seis mil quatrocentos e noventa e quatro palmos e setenta e quatro centésimos superficiais, e para se fazer a adjudicação deles em outra rua fez a Exma. suplicante outra petição ao Exmo. Arcebispo Regedor dizendo que lhe faltava a dita área superficial para se lhe adjudicar por não caber no lado direito do dito quarteirão e que lhe devia fazer noutra rua que lhe pertencesse compensando-se na nova rua a adjudicação que se lhe fizer trinta e três palmos e setenta e sete centésimos de frente com os seus fundos que de mais se lhe tinham adjudicado por esta Inspecção noutras propriedades na Rua Áurea, Nova d'El Rei e Bela da Rainha que em dinheiro importavam trezentos e trinta e sete mil duzentos sessenta e cinco reis e estava notificada para os meter no deposito da corte, e precedendo novas informações sobre o dito requerimento de mim escrivão, do Dez.or Inspector e do Capitão Engenheiro José Monteiro de Carvalho a cujo cargo está agora a Regulação dos ditos chãos que todos informaram era justo o requerimento da Exma. suplicante para se lhe fazer a dita compensação e adjudicar-se-lhe o resto do dito chão na rua que lhe pertencesse determinaram ultimamente o Exmo. Arcebispo Regedor por sua Portaria de dezanove de Junho deste presente ano que o dito Dez.or Inspector com assistência do dito capitão Engenheiro fizesse a compensação que o suplicante requeria e o resto do terreno se lhe adjudicasse e desse posse na Rua a que pertencia com seu comprimento fez o dito Ajudante desta Inspecção a compensação requerida e ficaram de resto para se lhe adjudicar quatro mil quatrocentos e vinte e dois palmos e noventa centésimos superficiais, e pela regularidade do terreno se lhe adjudicaram no dia dez de Julho do presente ano com assistência dos ditos Dez.or Inspector capitão Engenheiro e o Ajudante desta Inspecção no lado da parte do Norte da dita Rua de São Julião no mesmo quarteirão que medeia entre a dita Rua da Madalena e Rua Nova da Padaria assistindo também o procurador da Exma. Suplicante quatro mil seiscentos sessenta e oito palmos e quarenta e três centésimos superficiais, que compreendem pela parte da dita Rua Travessa de São Julião oitenta e dois palmos e quarenta e quatro centésimos, e de fundo pela Rua da Madalena quarenta e cinco palmos e noventa e cinco centésimos e no estremo deste fundo da parte do Norte em o lado oposto a dita Rua de São Julião cinquenta e sete palmos e trinta centésimos, e no estremo deste lado tem de fundo indo do Sul para o Norte vinte e nove palmos e cinco centésimos, e tem mais no lado oposto à dita frente na dita Rua de São Julião vinte se sete palmos e catorze centésimos e mais de fundo a parte do Nascente que lhe é oposto

a frente da dita Rua da Madalena sessenta e cinco palmos, e deve comprar para preencher a dita adjudicação que se lhe faz duzentos e quarenta e cinco palmos e cinquenta centésimos superficiais que divididos pelo fundo médio saiu com frente de quatro palmos e cinco centésimos que tanto deve comprar como declara o dito Ajudante na dita adjudciação que fez e por se haver obrigado o dito procurador em nome da dita Exma. Condessa de Óbidos sua constituinte a das as ditas propriedades de casas reedificadas no termo de cinco anos estabelecido pela Lei de doze de Maio de mil setecentos e cinquenta e oito e a conformar-se nos prospectos e construção delas com as Instruções e Decreto de doze de Junho do mesmo ano e mais providencias ordenadas por sua Majestade em comum beneficio lhe deu ele Dez.^{or} por adjudicados todos os ditos terrenos na forma que neste vai expressado de que logo foi metida de posse pelo dito seu procurador com a faculdade de poder principiar as obras que lhe convierem para sua particular utilidade do que tudo mandou ele Dez.^{or} fazer este auto que assinou e os ditos Marechal de Campo de como deu a dita comissão ao dito Ajudante, e este e Capitão Engenheiro, e procurador da possada, que todos assistiram a uma e outra posse e eu João Alvares de Carvalho escrivão do Juízo das propriedades da dita Inspecção do Bairro da Rua Nova que dou fé passar na verdade o referido o escrevi e assinei.
[assinaram os presentes]

[Notas laterais]

Pertence a Miguel Roiz de Sousa do terreno adjudicado a Exma. Condessa de Óbidos no lado Sul da Travessa de São Julião os cinquenta e seis palmos de frente da Rua nova da Madalena que somente se acharam por nova medição menor o quarto, com oitenta e dois palmos de fundo livres sem encargo algum a dez mil reis o palmo, que importaram a quinhentos e sessenta mil reis que pagou no deposito da corte carregados em rec.^{ta} a f.298 do Lº 55, como consta do conhecimento junto nos autos da arrematação pela qual fica a posse tomada pelo Termo sem efeito nesta folha Lxa. 9 de Outubro de 1779.
[assinado por Frutuoso Alvares de Carvalho

[A nota que está no meio das duas páginas pelo que não é possível transcreve-la. Percebe-se, no entanto, que a parte do terreno arrematada na nota anterior é comprada por Cosme José Roiz em Agosto de 1780]

Pertence dos 77 palmos e meio de frente da Rua da Padaria declarados neste Termo a Cosme José Roiz 58 palmos de frente com 86 palmos e 90 centésimos de fundo pela Travessa de S. Julião, pelos arrematar livres sem encargo algum na fr.^{a} do Real Decreto de 6 de Março de 1769 a 8$000 reis o palmo que importam em 464$000r que pagou no deposito da corte carregados em receita a f.12 do Lº60, como consta do conhecimento junto nos autos da arrematação pela qual fica a posse nesta folha sem efeito e ficam ainda de resto 19 palmos e… da dita frente, sendo equivocação dizer que 13p da dita frente arrematada pertenciam ao Exmos. Conde de Povolide. Lxa 30 Agosto de 1781.
[assinado por Frutuoso Alvares de Carvalho]

Foi pago ao Exmo. Conde de Óbidos das duas quantias declaradas nas verbas em fronte como consta dos autos do pagamento que tenho. Lxa. 11 Junho 1783.
[assinado Carvalho]

Pertence a Joaquim José da Costa o terreno contido nesta segunda adjudicado [lado Norte da Travessa de São Julião] pelo arrematar livre sem encargo algum conforme a medição que consta de auto de arrematação e pagou no depósito público o valor do que arrematou como consta do requerimento junto nos autos da arrematação pelo qual fica a posse sem efeito. Lxa. 10 Junho de 1785
[assinado Carvalho]

Folhas 222, 222v, 223 do *Livro de Adjudicações obrigação e posse* do Bairro da Rua Nova

Termo de obrigação, adjudicação e posse que assinou por seu Procurador Ignácia Maria Caetana viúva de José Pacheco de Abreu

Ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sessenta e seis anos aos vinte e três dias do mês de Setembro do dito ano em Lisboa na Rua da Madalena compareceu perante o Desembargador da casa da Suplicação com exercício de no Senado da Camara Miguel Serrão Dinis Inspector do Bairro da Rua Nova e os Oficiais José Monteiro de Carvalho capitão de Infantaria com exercício de Engenheiro a cujo cargo está a Regulação da nova Planta da Cidade e Francisco António Ferreira praticante de Engenheiro que serve de Ajudante desta Inspecção para a expedição dela, o Doutor Luís Antunes Alves Procurador que mostrou ser de sua Mãe Ignácia Maria Caetana viúva de José Pacheco de Abreu pela procuração que está em meu poder, e por constar do Tombo do dito Bairro a f.300v que no dia primeiro de Novembro de mil setecentos e cinquenta e cinco eram os herdeiros do dito José Pacheco senhores possuidores de umas casas descritas de baixo do nº2 das que se achavam no Lado direito do beco de Nossa Senhora da Conceição entrando nela pela Rua da Correaria as quais tinham de frente quarenta e cinco palmos e meio, e de fundo pela parte do Sul oitenta e oito palmos e meio, e pela do Norte oitenta e cinco palmos e um quarto, e na frente detrás que entesta com o beco de João das Armas para onde tinham também serventia vinte e sete palmos e meio com as grossuras que lhe pertenciam nas paredes comuns dos lados, e próprias das frentes dos ditos becos, como também eram senhores e possuidores de outra propriedade de casas lançadas no dito tombo a f.364v descritas de baixo do nº4 das que se achavam no Lado esquerdo da Rua das Pedras Negras vindo da dos Ourives da Prata que eram conjuntas com as do dito beco acima referidas, as quais tinham um padrão que dizia = Alcobaça = e tinham quarenta palmos e meio de frente e dezanove palmos e meio de fundo pela parte do Poente, e pela do Nascente trinta palmos e meio com as mesmas grossuras que lhe pertenciam nas paredes comuns dos lados e própria da frente, e assim mais eram possuidores de outras casas descritas no mesmo tombo de baixo do nº 1 das que se achavam no Lado direito da Travessa dos Latoeiros entrando nela pela Travessa da Correaria as quais tinham doze palmos e meio de frente, e de fundo vinte e três palmos e faziam um lado da dita travessa com as grossuras que lhe pertenciam nas suas paredes e depois disso justificou a dita Ignácia Maria Caetana pertencerem-lhe as ditas propriedades por se lhe adjudicarem na partilha que fizera por morte do dito seu marido José Pacheco por este nomear nela os prazos devidos em que se compreendiam as ditas casa das Pedras Negras e beco ou travessa de Nossa Senhora da Conceição que se compunham de dois prazos um em vida foreiros ao Mosteiro de Alcobaça e outro em fateusim ao poio de São Lázaro, e parte delas livre, e as da dita travessa dos Latoeiros que eram também prazo de vidas foreiro à Basílica de Santa Maria e se houve por justificado por sentença do Desembargador Inspector que então era Eusébio Tavares de Sequeira sem prejuízo de terceiros e se puseram nas medições do mesmo Tombo em nome dela as verbas necessárias de como lhe pertenciam os ditos chão, e feita a conta pelo dito Ajudante engenheiro a toda a área dos mesmos chãos, que agora se união em uma só propriedade achou importar quatro mil quatrocentos e sessenta e um palmos e oitenta e um centésimos superficiais e como agora se lhe adjudicam no sexto quarteirão no lado da parte do Nascente da dia Rua da Madalena vindo da Rua Nova da Misericórdia uma área superficial de cinco mil e setenta e cinco palmos e cinco centésimos que compreende pela frente da dita Rua da Madalena cento e doze palmos e trinta e três centésimos e de fundo pela Rua que há-de ir por entre a dita propriedades para a parte do Nascente que ainda está por abrir oitenta e sete palmos e vinte e dois centésimos e pelo lado do Sul cinco cinquenta e cinco palmos, e no lado oposto à dita Rua da Madalena quarenta palmos e cinquenta centésimos e deve ter mais no dito

lado por formar um angulo reentrante vinte palmos e deve comprar para preencher a dita adjudciação que se lhe faz uma área superficial de setecentos e treze palmos e vinte e quatro centésimos de palmo, como tudo declara o dito Ajudante na dita adjudicação feita por escrito, a qual adjudicação se lhe fez em cumprimento de uma Portaria do Excelentíssimo Arcebispo de Évora Regedor das Justiças de vinte e três de Janeiro de mil setecentos e sessenta e cinco depois de precederem às informações de estilo, e por haver obrigado o dito procurador em nome da dita sua Mãe e constituinte a dar as ditas casas reedificadas no termo de cinco anos estabelecidos pela lei de doze de Maio de mil setecentos e cinquenta e oito e a conformar-se no prospecto e construção delas com as Instruções e decreto de doze de Junho do mesmo ano e mais Providencias ordenadas por sua Majestade em comum beneficio, lhe houve ele Desembargador por adjudicado o sobredito terreno, de que logo foi metido de posse o dito seu Procurador com a faculdade de poder principiar as obras que lhe convierem para sua particular utilidade, do que tudo mandou ele Desembargador fazer este auto que assinou com os ditos oficias engenheiros, e Procurador da apossada e eu Frutuoso Alvares de Carvalho que sirvo de Escrivão da Inspecção do sobredito Bairro por impedimento de meu Pai João Alvares de Carvalho o escrevi e assinei.
[assinado pelos presentes]

[notas laterais]

[duas notas não se percebem por estarem entre páginas, datam de Janeiro de 1785, Fevereiro de 1786 e Março de 1786]

Pertence do chão contido neste Termo a João Gillardi setenta palmos de frente com o seu fundo por se compreender com outros mais na arrematação que deles fez livre sem encargo algum, e pagou o seu valor no depósito da corte como conta do conhecimento junto nos autos da arrematação pela qual fica a posse nesta folha sem efeito. Lxa. 20 de Setembro de 1785
[assinado Carvalho]

Pertence o resto do chão contido neste termo a João Roiz Caldas pelo arrematar livre sem encargo algum, que são quarenta e dois palmos e trinta e três centésimos de frente com o seu fundo que pagou no depósito público com conta do conhecimento junto nos autos da arrematação. Lxa. 28 de Janeiro de 1788
[assinado Carvalho]

Folhas 60 verso, 61 frente e verso do *Livro de Adjudicações obrigação e posse* do Bairro do Limoeiro

Termo de Obrigação adjudicação e posse que assinou por seu filho e Procurador Pedro Roiz Ferreira

Ano do Nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e dois anos aos vinte e três dias do mês de Julho do dito ano em Lisboa na Rua de Santo António compareceu perante o Desembargador da Casa da Suplicação Joaquim António de Carvalho Santa Marta Inspector dos Bairros do Limoeiro, Ribeira, Castelo e Alfama, e o Ajudante Arquitecto Francisco António Ferreira encarregado por ordem de Sua Majestade Fidelíssima da execução da nova Planta desta cidade António Rodrigues Ferreira filho e procurador que mostrou ser de Pedro Rodrigues Ferreira pela procuração que estava em meu poder, e por constar do Livro do Tombo do Bairro do Limoeiro a f. 47 que no dia primeiro de Novembro de mil setecentos cinquenta e cinco era o dito seu Pai e constituinte senhor e possuidor de uma morada de casas descritas de baixo do nº geral 108 que era sita no lado esquerdo da antiga Rua dos Cónegos que era a sétima a qual tinha de frente para a dita rua cento e trinta e três palmos e para o Beco do Leão sessenta e cinco palmos, mediava pelo Norte com a propriedade dos Herdeiros de João Barbosa e Almeida em cumprimento de sessenta e três palmos e mais dezasseis em que parte com uma alfugera, pelo Nascente vinte e dois, pelo Norte trinta e três e pelo Nascente em cinquenta e dois e meio, que todos os três lados somados faziam cento e sete palmos e meio, terminando com as casas de Manuel Hilário, e tinha lojas e dois sobrados, e com certidão da dita medição requereu ao Exmo. Cardeal da Cunha Regedor das Justiças e Inspector Geral por sua petição lhe mandasse adjudicar o dito chão na rua que vai por detrás da Igreja de Santo António, onde faz angulo para a Calçada do Correio, denominada de Rua de Santo António para ali reedificar a dita propriedade para sua acomodação a que queria logo dar principio na conformidade das Ordens Régias e precedendo as informações de estilo determinou por sua Portaria de dezassete do dito mês, que o dito Desembargador Inspector com assistência do dito Ajudante lhe adjudicasse na Rua de Santo António lado Nascente com o fundo para a Rua do Grão Prior terreno equivalente ao que antes tinha na dita Rua dos Cónegos, e em sua observância fez o dito Ajudante a conta a toda a superfície do dito chão, e achou importar em sete mil e quinhentos e setenta e dois palmos e meio, e como se lhe adjudica uma superfície de nove mil e quinhentos trinta e sete palmos e noventa e três centésimos de palmo que compreende pela frente da Rua de Santo António cento e cinquenta palmos e meio, e de fundo pela Rua do Grão Prior cinquenta e nove palmos e pela Rua Nova da Sé setenta e sete palmos e meio e no lado oposto à frente da Rua de Santo António cento e vinte e nove palmos, deve comprar uma superfície de mil novecentos e sessenta e cinco palmos e quarenta e três centésimos que divididos pelo fundo de sessenta e oito palmos e vinte e cinco centésimos que é o comum dos dois fundos sai com frente de vinte e oito palmos e setenta e nove centésimos, que tanto deve comprar e por se obrigar o dito procurador em nome do dito seu Pai e constituinte a dar as ditas casas reedificadas no termo de um ano estabelecidos em virtude do alvará de vinte e três de Fevereiro de mil setecentos e setenta e um porque se aboliram os cinco anos permitidos pelo de doze de Maio de mil setecentos e cinquenta e oito, e a conformar-se no prospecto e construção delas com as Instruções Decreto de doze de Junho do mesmo ano de cinquenta e oito, e mais Providencias ordenadas por sua majestade em comum beneficio na parte aplicável e a pagar os palmos que é obrigado a comprar, lhe houve ele Desembargador com assistência do dito Ajudante por adjudicado o sobredito terreno de que logo foi metido de posse pelo dito seu filho e Procurador com as solenidades da lei, e faculdade de poder principiar as obras que lhe convierem para a sua particular utilidade, do que tudo mandou ele Desembargador fazer este auto, que assinou,

e o dito Ajudante, e Procurador do Apossado, e eu Frutuoso Alvares de Carvalho Escrivão Geral das Inspecções que dou fé do referido o escrevi e assinei.
[assinado pelos presentes]

Folhas 76 frente e verso do mesmo livro.

Termo de Adjudicação, obrigação e posse que assinou por seu Procurador Pedro Roiz Ferreira

Ano de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e sete anos aos vinte e cinco dias do mês de Junho do dito ano em Lisboa na Rua Nova de São Mamede compareceu perante o Desembargador da Casa da Suplicação José Maurício da Gama Freitas Inspector dos Bairros do Limoeiro, Ribeira, castelo e Alfama e o Arquitecto Francisco António Ferreira encarregado por ordem Régia da execução da nova Planta desta Cidade Henrique Rodrigues Ferreira Procurador que mostrou ser de Pedro Rodrigues Ferreira seu Pai pela sua procuração que está em meu poder e por constar deste Livro f. 60v ter se lhe adjudicado pelo termo ali lavrado o chão de suas casas incendiadas nele declarado no Lado Poente da Rua de Santo António e como se lhe cortou a maior parte para ficar com mais largura a Praça de Santo António requereu se lhe transmutasse para outra rua para edificar na conformidade das ordens Régias, e precedendo as informações de estilo determinou o dito Ministro por seu despacho proferido nos autos do requerimento em virtude de uma Portaria do Desembargador Bartolomeu José Nunes Cardoso Geraldes Chanceler da Casa da Suplicação, que serve de Regedor das Justiças e Inspector Geral, se fizesse a transmutação do dito chão na conformidade da informação do Arquitecto, e por importar a área do dito chão em sete mil quinhentos setenta e dois palmos a dividiu o dito Arquitecto por cento e dezassete palmos de fundo, e saiu com frente de setenta e quatro palmos e sete décimos que é o mesmo que deve ter no lado do sul da dita Rua Nova de São Mamede sem comprar nem vender coisa alguma, e fica confrontante pelo Poente com as casas de José Baptista mestre confeiteiro, e por se obrigar o dito Procurador em nome do dito seu Pai, e constituinte a dar as ditas casas reedificadas no termo de um ano estabelecido em virtude do Alvará de Lei de vinte e três de Fevereiro de 1771, porque se aboliram os cinco anos permitidos pelo de doze de Maio de 1758 e a conformar-se no Prospecto e construção delas com as Instruções e Decreto de doze de Junho dos mesmo ano de 1758 na parte aplicável, lhe houve ele Desembargador por transmutado e adjudicado o sobredito terreno de que logo foi metido de posse e pelo dito seu filho e Procurador com todas as solenidades da Lei e faculdade de poder principiar as obras que lhe convierem para sua particular utilidade, do que tudo mandou ele Desembargador fazer este auto e que assinou com o dito Arquitecto, e Procurador do Apossado eu Frutuoso Alvares de Carvalho escrivão Geral das Inspecções que dou fé do referido o escrevi depois do termo antecedente por embaraço que houve para ir antes de lhe assinar.
[assinado pelos presentes]

[nota lateral]

Por precat^{ro} da data desta se mandou se mandou pagar a Sebastião Roiz Ferreira e Pedro Roiz Ferreira 271$890 r valor do chão contido neste Termo como consta dos autos do pagamento. Lxa. 25 de Junho de 1798.
[assinado Carvalho]

Folhas 57 verso e 58 frente do *Livro de Adjudicações obrigação e posse* do Bairro do Limoeiro

Termo de Adjudicação, obrigação e posse que assinou por seu Procurador Sebastião de Castro Lemos

Ano de Nacimento e Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e dois anos aos nove dias do mês de Janeiro do dito ano em Lisboa na Rua Nova de São Crispim aonde veio o Desembargador da Casa da Suplicação Joaquim António de Carvalho Santa Marta Inspector dos Bairros do Limoeiro, Ribeira, Castelo e Alfama, e o Ajudante Arquitecto Francisco António Ferreira encarregado por ordem de Sua Majestade Fidelíssima da execução da nova Planta desta Cidade perante os quais compareceu o Padre Fly Miguel da … da Ordem de Santo Agostinho, e morador no Convento da Graça desta cidade e Procurador, que mostrou ser de Sebastião de Castro e Lemos pela procuração que está em meu poder; e por contar deste livro f. 25v se lhe ter adjudicado no lado Nascente da dita Rua um terreno com setenta palmos e vinte centésimos de palmos de frente com sessenta palmos e setenta centésimos de palmo de fundo em compensação do chão das casas incendiadas pelo terremoto do primeiro de Novembro de mil setecentos e cinquenta e cinco, que teve na antiga Rua da Lista seu Pai António Carlos de Castro pertencendo-lhe como seu herdeiro, descritas a sua medição no Livro do Tombo do Bairro do Limoeiro a f.105v de baixo do numero geral 280, a f.27v este mesmo livro ter se lhe mais adjudicado outro terreno unido ao referido no mesmo lado Nascente da dita Rua com frente de treze palmos e cinquenta centésimos, e de fundo os mesmo sessenta palmos e setenta centésimos também em compensação de outo chão de casas incendiadas pelo dito terremoto que o dito seu Pai possuiu no antigo Beco do Coveiro do Bairro da Rua Nova descritas na medição no livro do Tombo do dito Bairro a f.355; e porque os ditos terrenos se adjudicaram ao Correio Mor do Reino ficando as ditas posses e adjudicação que pelos ditos termos lavrados neste livro se tinham dado em vinte e um de Janeiro e quatro de Junho de mil setecentos e sessenta e sete sem efeito, por isso requereu ao Exmo. Cardeal da Cunha Regedor das Justiças e Inspector Geral lhos mandasse adjudicar no lado Poente da mesma Rua e precedendo as informações do estilo determinou por sua Portaria de vinte e cinco de Maio de mil setecentos e oitenta e um se lhe transferisse para o lado do Poente das mesma Rua de São Crispim, e em Sua observância somou o dito Ajudante a superfície dos ditos dois terrenos e achou importar em cinco mil oitenta palmos e cinquenta e nove centésimos de palmos e dividindo por setenta e um palmos e setenta e cinco centésimo de palmo de fundo sai com frente de setenta palmos e oito décimos de palmo com o dito fundo pela Rua nova de São Mamede para onde fica também fazendo frente, sem comprar nem vender terreno algum, e por se obrigar em nome do dito seu constituinte a dar as ditas casas reedificadas no termo de um ano estabelecido em virtude do Alvará de Lei de vinte e três de Fevereiro de mil setecentos e setenta e um por que se aboliram os cinco anos permitidos pelo de doze de Maio de mil setecentos e cinquenta e oito e a conformar no prospecto e construção delas com as Instruções e Decreto de doze de Junho do mesmo ano de cinquenta e oito, e mais Providencias ordenadas por sua Majestade em comum beneficio na parte aplicável, lhe houve ele Desembargador por transferidos e adjudicados os ditos dois terrenos em um no lado Poente da dita Rua nova de São Crispim de que logo foi metido de posse pelo dito seu Procurador das solenidades da Lei e faculdade de poder principiar as obras que lhe convierem para a sua particular utilidade; do que tudo mandou ele Desembargador fazer este auto que assinou com o dito Ajudante , e Procurador do Apossado e eu Frutuoso Alvares de Carvalho Escrivão Geral das Inspecções, que dou fé do referido o escrevi e assinei e meti a entrelinha sem efeito declarei e assinei.
[assinado pelos presentes]